

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

**Nome do (a) aluno (a):** Larissa Gdynia Lacerda

**Data da defesa:** \_\_\_\_15\_/\_\_\_\_12\_\_\_\_/\_\_\_\_2022\_\_\_\_

**Nome do Prof. (a) orientador (a):** Vera da Silva Telles

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, \_31\_\_\_\_/\_01\_\_\_\_/\_\_\_\_2023\_\_\_\_



---

(Assinatura do (a) orientador (a))

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

LARISSA GDYNIA LACERDA

**A produção do espaço em ato: tensões e disputas nas fronteiras urbanas da  
metrópole paulista**

Versão Corrigida

São Paulo  
2023

LARISSA GDYNIA LACERDA

**A produção do espaço em ato: tensões e disputas nas fronteiras urbanas da  
metrópole paulista**

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras  
e Ciências Humanas, da Universidade de São  
Paulo, como parte dos requisitos para obtenção  
do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vera da Silva Telles

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L131p      Lacerda, Larissa  
A produção do espaço em ato: tensões e disputas nas fronteiras urbanas da metrópole paulista / Larissa Lacerda; orientadora Vera Telles - São Paulo, 2023.  
316 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Produção do espaço. 2. Ocupações urbanas. 3. Ilegalismos. 4. Mercados urbanos. 5. São Paulo. I. Telles, Vera, orient. II. Título.

LACERDA, Larissa. **A produção do espaço em ato**: tensões e disputas nas fronteiras urbanas da metrópole paulista. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof./<sup>a</sup> Dr./<sup>a</sup>: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof./<sup>a</sup> Dr./<sup>a</sup>: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof./<sup>a</sup> Dr./<sup>a</sup>: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

À memória de minha mãe, Maria Aparecida de Souza Lacerda.

## AGRADECIMENTOS

Em um momento de tamanho desinvestimento público na universidade e na ciência brasileira, é preciso começar agradecendo ao CNPq pela bolsa de doutorado concedida a mim de maio de 2018 a janeiro de 2022, um recurso sem o qual esta pesquisa não teria sido desenvolvida. Ter o privilégio, e a responsabilidade, de se manter na universidade diante do projeto político de destruição da educação pública em curso nos incita a exercitar o trabalho acadêmico de forma ainda mais crítica, coletiva e engajada politicamente nas questões que estão postas no mundo. Tentei elaborar esta tese como uma (pequena) contribuição para nos ajudar a construir e compreender o mapa dos problemas e desafios que temos pela frente nas lutas urbanas. E, acima de tudo, para ajudar a enfrentá-los.

Quero agradecer a todas as pessoas que trabalham pela Universidade de São Paulo: às professoras e aos professores, funcionárias e funcionários administrativos, da limpeza, dos refeitórios, da manutenção e da segurança. A esse enorme contingente de trabalhadores e trabalhadoras da USP, meu sincero agradecimento. Em especial, quero agradecer àqueles e àquelas que desenvolvem sua função no Departamento de Sociologia e no querido prédio do meio da FFLCH, que estiveram sempre a postos para me auxiliar no percurso do curso.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Vera da Silva Telles, pela generosa e instigante orientação em todo o processo. Desde os tempos da graduação, suas aulas e seus escritos exercem enorme influência em minha trajetória, dentro e fora da universidade. A orientação com a Vera é um privilégio em muitos sentidos, e um dos mais estimulantes é poder ver e partilhar de sua prática coletiva de pesquisa e reflexão, uma prática que se manifesta no grupo de pesquisa encabeçado por ela, Cidade e Trabalho, um espaço de trocas, debates e leituras dos mais instigantes. Por seu caráter aberto e sempre em movimento, seria imprudente da minha parte tentar agradecer a todos e todas nominalmente, mas deixo aqui registrada minha imensa gratidão a esse grupo que foi essencial ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Além da Vera e do grupo de pesquisa Cidade e Trabalho, preciso agradecer a incrível oportunidade de ter composto o Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade - LabCidade, da FAU USP, ao longo do doutorado. Não é possível mensurar todo o aprendizado que adquiri durante esses anos de trocas e convivências com pessoas brilhantes, das mais diferentes áreas disciplinares. Às professoras e coordenadoras do LabCidade, Raquel Rolnik e Paula Santoro, com quem aprendi tanto, meu sincero agradecimento por essa oportunidade, que também respaldou as condições materiais de desenvolvimento da pesquisa que deu origem a esta tese.

Foram muitas as pessoas incríveis que passaram pelo LabCidade ao longo desse período. Em especial, preciso agradecer à querida “equipe zn”, esse coletivo que se reuniu para explorar a zona norte paulistana e que dessa prática coletiva de pesquisa fez nascer amizades que levo para a vida. À Débora Ungaretti e Fernanda Accioly Moreira, com quem partilhei e aprendi tanto, toda minha admiração e gratidão pela parceria nessa jornada, dentro e fora dos muros da universidade. Elas estão presentes em todas as linhas desta tese. A Martim Ferraz, Kaique Xavier, Gisele Brito, Thamires Ribamar e Guilherme Lobo Pecoral que em diferentes momentos também compuseram a equipe: meu agradecimento pelas trocas, discussões, pelas idas a campo, pelas leituras partilhadas, também pelas angústias e inquietações.

À Isadora Guerreiro, que, entre tantas funções que envolvem esse ser mãe-professora-pesquisadora, ainda arrumou um tempinho para ler e discutir comigo importantes partes deste texto. Aos demais queridos e queridas do LabCidade, Isadora Marchi, Leonardo Foletto, Talita Anzei, Thalita Sandes, Renato Abramowicz Santos, Aluizio Marino, Adriana Marín-Toro, Pedro Mendonça, Pedro Lima, Paula Victória - deixo registrado o meu agradecimento pela parceria nessa jornada.

À memória de Marina Harkot, companheira de fabulações de mundo que nos foi tirada cedo demais.

Também preciso agradecer aos colegas do Observatório de Remoções, essa rede de pesquisa que tive o privilégio de acompanhar pelo LabCidade, que extrapola as fronteiras da universidade e leva a outra escala a prática coletiva da pesquisa e da ação política a partir de sua atuação na luta contra as ameaças e remoções de moradias.

Às professoras Bianca Freire-Medeiros e Raquel Rolnik, pelos comentários e sugestões importantes na banca de qualificação desta tese, que apontaram os rumos que busquei seguir desde então. Aos professores Daniel Hirata e Orlando Alves dos Santos Junior e à professora Raquel Rolnik sou imensamente agradecida pela leitura cuidadosa do trabalho final e pela estimulante discussão na banca de defesa desta tese. Agradeço as críticas, os comentários assertivos e o diálogo que segue em aberto.

À Fernanda Elias pela cuidadosa revisão do texto (e, se permanecem erros, a culpa é toda minha que não consegui parar de voltar a ele até o último minuto). Ao Gabriel Pedrosa pela linda diagramação do trabalho enviado à banca, responsável por tornar a experiência de leitura da tese muito mais agradável.

Ao meu pai, Wladimir, e à minha irmã, Nina, cuja relação de amor e cumplicidade foge a qualquer nomeação possível, posto que só uma perda muito grande poderia criar tamanho vínculo entre três pessoas. Às minhas irmãs mais novas, Maria Clara e Nathalia, que estão



iniciando sua trajetória na universidade pública, oxigenando ainda mais esses espaços e me enchendo de orgulho! Ao Rafael, que chegou e já conquistou o seu lugar como caçula. À minha afilhada, Lupita, que inundou as nossas vidas de amor e afeto no meio da pandemia - se não fosse por ela, o curso desses últimos anos teria sido muito mais difícil.

À minha avó Gdynia (de quem carrego o nome, como sobrenome), na figura de quem agradeço a toda minha família paterna por tanto incentivo e amor. À memória de minha avó Nancy e ao meu avô Gil, que representam minha família materna nessa sólida base que me sustenta. À minha tia-mãe Dedei e à prima-irmã Fernanda, que completam esses vínculos familiares nada convencionais que estruturamos à nossa própria maneira.

A todas as minhas queridas e queridos, dos mais próximos aos mais distantes, agradeço, em primeiro lugar, pela paciência e compreensão dos altos e baixos desse percurso de desenvolvimento e conclusão de um doutorado e, em particular, dos momentos de ausência. Em especial, a Audrey, Gabriela e Bruna, por serem meu arrimo hoje e sempre. A Patrícia e Tarsila, a quem conheci quando cruzei pela primeira vez os corredores da FFLCH e a quem carrego comigo desde então.

Ao meu companheiro, Luiz, que preenche os dias com afeto, carinho, leveza e cumplicidade.

Por fim, agradeço imensamente a todas as pessoas que me receberam em suas casas, que compartilharam comigo suas histórias e reflexões em torno do morar e viver em São Paulo hoje, em particular, em suas *margens*. Aos homens e mulheres que compartilharam comigo as contradições que estruturam a constante busca por garantir as condições de reprodução da vida em um momento de tamanha destruição, eu não tenho como agradecer o suficiente. A eles e a elas reafirmo o compromisso em me emaranhar mais e mais nessas contradições, sem me deixar levar por moralismos que paralisam, buscando exercitar continuamente a imaginação política da qual precisamos (e dependemos) para refundar o mundo e a forma em que vivemos nele.

## RESUMO

LACERDA, Larissa. **A produção do espaço em ato: tensões e disputas nas fronteiras urbanas da metrópole paulista.** 2023. 316 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta tese é o resultado de uma investigação etnográfica sobre a lógica de produção social do espaço urbano da metrópole paulista, que toma como prisma privilegiado de análise as ocupações de terras estabelecidas no extremo norte da capital a partir de 2015. Um período no qual as grandes intervenções públicas realizadas para a implantação do trecho norte do Rodoanel Mário Covas acirraram os conflitos em torno da terra, enquanto as progressivas crises econômicas vividas no país desestabilizaram as condições do morar e viver de uma parcela crescente da população, a qual encontra nessas ocupações uma alternativa habitacional, ou um meio de compor renda diante de trabalhos precários e ganhos escassos. A conjugação destes elementos no território situado da zona norte de São Paulo desencadeou um processo de formação de novos territórios, que carregam traços históricos dos modos de fazer que pautaram a construção da cidade, ao mesmo tempo em que parecem introduzir novos elementos - o que, por consequência, transforma todo o processo. Assim, mais do que uma busca pelo que há de novo e de permanência nas dinâmicas em torno da produção e gestão do espaço urbano, interessa-nos compreender a ordem de questões que estão postas diante de um mundo social e urbano constituído em meio a tramas sociais e territórios que se configuram em uma conjuntura atravessada por processos variados de despossessão e precarização das condições de vida, também pela expansão das relações mercantis e dos circuitos econômicos formais e informais, legais e também ilegais e ilícitos, que fazem da precariedade um elemento de gestão e de negócio, de outro lado. As ocupações de terra são o nosso atalho para responder a algumas dessas questões, bem como para lançar outras tantas.

Palavras-chave: Produção do espaço. Ocupações urbanas. Ilegalismos. Mercados urbanos. São Paulo.

## ABSTRACT

LACERDA, Larissa. **The production of space in act:** tensions and disputes in the urban borderlines of São Paulo's metropolis. 2023. 316 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

The current research brings an ethnographic investigation on the logics of social production of the urban space of São Paulo's metropolis, taking as a privileged prism of analysis the land occupations established in the capital's extreme north since 2015. On one hand, big public interventions made to implement the northern stretch of Rodoanel Mário Covas increased the conflicts on land. On the other, the progressive economic crisis unsettled the living conditions for an increasing part of the population, who find in these occupations a housing alternative or a means of making a living in face of precarious jobs and low gains. From the conjugation of these elements in the territory located in the north zone of São Paulo, a process of building new territories was initiated, carrying historic traces in the ways of making which guided the city's construction, while they also seem to introduce new elements – which, as a consequence, transform the whole process. As such, more than searching what is new and what are the remains in the dynamics of urban space production and management, we are interested in understanding the questions presented in the social and urban world which constitute themselves by social fabrics and territories, which articulate themselves in a scenario marked by various processes of dispossession and precarization of living conditions, from one side, and the expansion of mercantile relations and economic circuits, formal and informal, legal and illegal, that make precarization a business and managing element, from another. In face of these questions, land occupations are our shortcut to answer a few of them, and to propose many others.

Keywords: Production of space. Urban Land Occupations. Illegalism. Urban Markets. São Paulo.

# SUMÁRIO

<b>PARTE I: INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1 A urbanização da metrópole paulista sentido zona norte: parâmetros descritivos e analíticos</b>	<b>47</b>
<b>1.1 A expansão ao norte da capital: rompendo barreiras físicas</b>	<b>49</b>
<b>1.2 Filhos da Terra: da organização comunitária à criação de um repertório político de direitos</b>	<b>52</b>
<b>1.3 Jardim Felicidade: a ocupação “espontânea”</b>	<b>58</b>
<b>1.4 Vila Nova, a outra face da informalidade</b>	<b>63</b>
<b>PARTE II: FORMAÇÃO</b>	<b>68</b>
<b>2 Jardim da Amizade</b>	<b>82</b>
<b>2.1 Armando, a liderança comunitária</b>	<b>82</b>
<b>2.1.1 Percursos habitacionais</b>	<b>83</b>
<b>2.2 A retomada da ocupação como prática de produção do espaço: novos atores entram em cena</b>	<b>88</b>
<b>2.3 Jardim da Amizade, o ponto de inflexão</b>	<b>92</b>
<b>2.3.1 O bê-a-bá da ocupação</b>	<b>93</b>
<b>2.3.2 Negociando fronteiras</b>	<b>97</b>
<b>2.4 E os ocupantes? Entre estratégias de sobrevivência e o empreendedorismo popular</b>	<b>102</b>
<b>3 Jardim Milão</b>	<b>112</b>
<b>3.1 Fábio, o empreendedor social</b>	<b>112</b>
<b>3.1.1 Tentativa e erro</b>	<b>115</b>
<b>3.2 Jardim Milão, a ocupação modelo</b>	<b>117</b>
<b>3.2.1 A empresa de ônibus</b>	<b>119</b>
<b>3.2.2 O policial</b>	<b>126</b>
<b>3.2.3 O arquiteto</b>	<b>131</b>
<b>3.2.4 O PCC</b>	<b>134</b>
<b>3.3 A disputa pela terra no fio da navalha</b>	<b>142</b>
<b>3.4 Ocupação-mercado versus ocupação-refúgio: (co) existências constitutivas</b>	<b>151</b>
<b>3.4.1 O empresário e o traficante</b>	<b>151</b>
<b>3.4.2 A família que “precisa”</b>	<b>156</b>

<b>4 Duas Irmãs</b>	<b>163</b>
<b>4.1 Jonathan, a vida no limiar da precariedade</b>	<b>163</b>
<b>4.2 Duas Irmãs, a gestão da emergência</b>	<b>168</b>
<b>4.3 Refugiados urbanos, sobre “vidas aprisionadas no presente imediato”</b>	<b>174</b>
<b>4.4 Retomando fios: a produção do urbano a partir das ocupações de terra</b>	<b>178</b>
<b>PARTE III: CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>188</b>
<b>5 A gestão do cotidiano em meio a precariedades e insegurança</b>	<b>203</b>
<b>5.1 Associação de moradores: negociando presente e futuro</b>	<b>203</b>
<b>5.2 A construção pública e jurídica da ocupação popular</b>	<b>213</b>
<b>5.3 Dos conflitos que irrompem o cotidiano</b>	<b>221</b>
<i>5.3.1 Quando o conflito vem de dentro: tensões em torno da associação</i>	<i>221</i>
<i>5.3.2 Quando os acordos caem por terra</i>	<i>221</i>
<b>6 Urbanização em ato: ilegalismos, mercados e precariedades</b>	<b>229</b>
<b>6.1 A urbanização por <i>melhorias</i>: custos, tensões e negociações</b>	<b>232</b>
<i>6.1.1 Ruas</i>	<i>233</i>
<i>6.1.2 Água</i>	<i>238</i>
<i>6.1.3 Esgoto</i>	<i>241</i>
<i>6.1.4 Luz</i>	<i>243</i>
<b>6.2 Nas interfaces com o Estado</b>	<b>246</b>
<b>PARTE IV: DESTRUIÇÃO</b>	<b>260</b>
<b>7 Remoções</b>	<b>263</b>
<b>7.1 Dois dias, três remoções e centenas de pessoas sem teto</b>	<b>264</b>
<b>7.2 O tempo das violências</b>	<b>272</b>
<i>7.2.1 Antes da remoção</i>	<i>273</i>
<i>7.2.2 Durante a remoção</i>	<i>277</i>
<i>7.2.3 Depois da remoção</i>	<i>277</i>
<b>7.3 A tessitura do mundo urbano e social em meio a contínuas destruições e reconstruções</b>	<b>283</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>297</b>

# PARTE I: INTRODUÇÃO

## Apresentação

Esta tese apresenta uma investigação sobre a lógica de produção social do espaço urbano da metrópole paulista nos dias atuais. Tomando como prisma privilegiado de análise as ocupações de terras na periferia norte da capital estabelecidas a partir de 2015, buscamos interrogar tais processos naquilo que nos informam sobre a tessitura do mundo urbano e social nas fronteiras urbanas da cidade hoje. Ao longo dessas páginas, vamos nos debruçar sobre os processos de formação, consolidação e gestão de territórios nas franjas da mancha urbana de São Paulo. Trata-se de processos situados, mas que mobilizam redes e circuitos urbanos que extrapolam, em muito, os seus perímetros locais.

Importante dizer: esta tese busca responder a inquietações que surgiram de uma experiência partilhada de pesquisa nos quadros de um projeto mais amplo desenvolvido no Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade - LabCidade, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP<sup>1</sup>, no qual ingressei como pesquisadora ainda no segundo mês do curso de doutorado, em abril de 2018. Naquele momento, meu projeto de doutorado era outro e o campo de pesquisa estava situado na cidade do Rio de Janeiro, onde desenvolvi minha dissertação de mestrado<sup>2</sup>.

A pesquisa que então se iniciava no LabCidade tinha o objetivo de avançar no entendimento acerca das desigualdades socioterritoriais contemporâneas que marcam as grandes cidades brasileiras, impactadas por processos de reestruturação territorial que incidem tanto sobre áreas periféricas quanto centrais. A pesquisa se desenvolveu em três regiões metropolitanas do Brasil: São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza<sup>3</sup>.

No caso de São Paulo, a primeira etapa do projeto consistiu na seleção de um território periférico a ser pesquisado, de modo a compor com as pesquisas que já vinham sendo desenvolvidas na área central da cidade. Assim, começamos a realizar visitas a campo em áreas anteriormente identificadas pelo LabCidade como sendo impactadas por tais processos de

---

<sup>1</sup> Coordenado pelas professoras Raquel Rolnik e Paula Santoro.

<sup>2</sup> *Conflitos e disputas pela mercantilização de territórios populares: o caso da favela do Vidigal, Rio de Janeiro*, orientada pelo professor Orlando Alves dos Santos Junior, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). A pesquisa contou com financiamento da CAPES e foi defendida em 2016.

<sup>3</sup> *Territórios populares: reestruturação territorial, desigualdades e resistências nas metrópoles brasileiras*, desenvolvida em parceria com laboratórios de pesquisa sediados em outras capitais brasileiras, com o apoio da Fundação Ford.

reestruturação territorial, induzidos, sobretudo, por meio de parcerias público-privadas e por grandes projetos de intervenção urbana.

Partia-se de uma compreensão de que os territórios populares funcionam como o local de enlace de transformações que vinham “de cima”, oriundas dos grandes projetos urbanos que articulam circuitos econômicos financeirizados globais, e “de baixo”, daquelas que ocorrem no âmbito dos atores e das relações sociais estabelecidas na escala do território, com impactos nas formas de morar e viver nestes espaços. Assim, passamos a visitar ocupações de moradia estabelecidas em diferentes regiões da cidade, localizadas em áreas atravessadas por disputas e conflitos fundiários, promovidas por atores diversos e com graus variados de consolidação. Foi assim que chegamos às franjas da zona norte de São Paulo<sup>4</sup>.

Ali era possível observar um movimento de novas ocupações de terra em estabelecimento às margens do trecho norte do Rodoanel Mário Covas, ainda em construção. A imagem daquela grandiosa obra rasgando um tecido urbano popular, ambientalmente sensível, e provocando uma série de conflitos e disputas em torno da terra constituía-se no objeto de interesse do LabCidade. Em maio de 2018, já estávamos subindo e descendo as ladeiras das ocupações sendo formadas. E digo nós, na primeira pessoa do plural (como farei ao longo de toda a tese) porque esta foi uma pesquisa essencialmente coletiva. Durante os mais de quatro anos em que pesquisei as ocupações na zona norte paulistana, não foram poucas as vezes em que fui acompanhada por pesquisadoras e pesquisadores do LabCidade, o que significa dizer que quase todo o campo desenvolvido para esta pesquisa, as sistematizações e, sobretudo, as inquietações e reflexões foram compartilhadas com essa equipe.

Logo nas primeiras visitas, uma série de interrogações emergiram em nossas cabeças. Diferente de outras ocupações que visitamos na etapa anterior da pesquisa, de seleção do campo, estas não haviam sido promovidas por movimentos de moradia politicamente organizados, mas por uma trama diversa de atores sociais - alguns, *a priori*, mais “improváveis” que outros. Isto lançava uma ordem de questões muito diferentes daquelas postas pelos movimentos de moradia. Distantes da imagem de ocupações espontâneas, desarticuladas e desorganizadas, as que encontramos foram forjadas a partir de uma teia de atores sociais e suas redes de relações, com escalas e variados recursos materiais e de poder que se materializaram no espaço e deram forma a ele.

---

<sup>4</sup> Por questões de segurança dos territórios e de nossas interlocutoras e interlocutores, optamos por não identificar a região que pesquisamos, nem mesmo o distrito, de modo a preservar a confiança que nos foi depositada ao longo desses anos.

Com o passar do tempo, cada pesquisadora envolvida neste amplo projeto construiu seu campo de interesses, de modo que foi possível conjugar o desenvolvimento da pesquisa coletiva com as individuais. Assim, eu mudei por completo meu projeto de doutorado e passei a etnografar a lógica de produção social do espaço urbano com o objetivo de identificar e compreender os processos de formação desses territórios, os meandros de sua consolidação e, para muitos deles, o desfecho desses percursos pela destruição do território e o deslocamento forçado de seus moradores. A aposta aqui é de que ao perspectivar os processos que dão origem a novos territórios nas fronteiras urbanas paulistanas seja possível puxar alguns dos fios que constituem a tessitura do mundo urbano e social nos dias atuais.

Todo esse preâmbulo é importante para bem situar as condições de desenvolvimento (bastante privilegiadas) desta pesquisa. Durante esses anos, não só o LabCidade foi um espaço de acolhimento e diálogo fundamental, como também o grupo de pesquisa Cidade e Trabalho, sediado no Laboratório de Pesquisa Social - LAPS, do Departamento de Sociologia da USP, conduzido pela minha orientadora, Vera Telles. O grupo que se reúne neste coletivo se constituiu em outro espaço de reflexão compartilhado, do qual esta tese é imensamente devedora.

Por tudo isso, as questões que se colocam aqui são fruto dessa prática de pesquisa coletiva e, portanto, se há algum mérito neste trabalho, ele deve ser partilhado.

A investigação dos processos de produção e gestão do espaço urbano nas fronteiras urbanas da zona norte paulistana apoiou-se na etnografia como prática de pesquisa e produção de conhecimento. Não há aqui divisão entre empiria e teoria, posto que foi no curso mesmo da investigação que os parâmetros descritivos e analíticos foram sendo elaborados de modo a subsidiar a formulação de nossas questões e reflexões frente ao que nos era dado a conhecer por nossos interlocutores e interlocutoras.

Nosso posto de observação são as ocupações de terra recentes estabelecidas em uma área de expansão urbana localizada entre a cidade e a floresta, entendendo a ocupação e a transformação coletiva da terra como uma lógica de produção do espaço urbano. É dali que buscamos prospectar a cidade e suas conexões por meio da leitura dos atores, de suas práticas e dos agenciamentos cotidianos construídos na busca por estabelecer e, então, garantir a permanência das ocupações - o que nem sempre é possível. Em cena, uma diversidade de atores atuam por meio da mobilização de redes sociais de escalas e extensões variadas, redes que oferecem os recursos às negociações constantes e quase sempre nebulosas que são travadas no dia a dia. São negociações sempre situadas e relacionais, que mobilizam recursos e repertórios muitas vezes ambivalentes, nas fronteiras incertas do formal e do informal, do legal e do ilegal,



em um jogo de luz e sombra entre o que é dito e pode ser dito, e o que é silenciado com base em acordos implícitos, também incertos e instáveis.

Essas novas ocupações, apesar de serem assim nomeadas pelos sujeitos nelas implicados, não correspondem àquelas que têm origem na ação política dos movimentos de moradia. E esta é uma questão importante de se ter em mente posto que esta tese não tem a intenção de travar uma discussão no campo dos movimentos sociais e de suas transformações ao longo do tempo. As ocupações de terra são tomadas aqui a partir de outro plano analítico, que busca responder a questões de outra ordem, que são aquelas que passam pela ótica da produção do espaço urbano.

O movimento de expansão urbana que ganha corpo com as ocupações de terra está relacionado, de um lado, ao início das obras do trecho norte do Rodoanel Mário Covas, iniciadas em 2013 e ainda sem data para conclusão<sup>5</sup>. A viabilização da construção do último trecho do anel rodoviário foi realizada por meio da desapropriação de grandes quantidades de terra, feita pelo governo do Estado em uma área na qual a propriedade fundiária é controversa. E sobrepõe áreas de proteção ambiental a loteamentos consolidados em que a posse é nebulosa, criando um cenário de indeterminações que parece ter favorecido a ocupação dessas terras por diferentes atores, em variados arranjos e formas urbanas (LACERDA *et al.*, 2021).

De outro lado, a progressiva crise econômica em curso no país, ao menos desde 2015, agudiza as condições de vida de uma parcela cada vez maior de pessoas. Isto se reflete no aumento do desemprego, na perda de renda e de postos de trabalho precarizados, somados ao corte de programas sociais e também de políticas habitacionais, o que torna o morar a cada dia mais custoso, inseguro e precário, como vem sendo amplamente noticiado na grande imprensa e documentado em pesquisas e relatórios<sup>6</sup>. Tal cenário se acirrou com a pandemia do novo coronavírus e seus múltiplos efeitos a partir dos primeiros meses de 2020, impactando os processos urbanos que são objeto deste trabalho.

A partir da conjugação destes elementos no território situado da zona norte de São Paulo, foi desencadeado um processo de produção de novos territórios, que carregam traços históricos dos modos de fazer que pautaram a construção da cidade, ao mesmo tempo em que parecem introduzir novos elementos - o que, por consequência, transforma todo o processo.

---

<sup>5</sup> Prevista inicialmente para 2014, a inauguração do Trecho Norte do Rodoanel segue sem data definida. Depois de sucessivos aditamentos, as obras foram paralisadas em 2018, em decorrência das investigações de corrupção e superfaturamento envolvendo duas construtoras responsáveis por trechos da obra: OAS e a Mendes Junior. Cf. CONCLUSÃO de trecho norte do Rodoanel levará a gasto extra de até R\$ 1 bilhão. **Folha de S. Paulo**, 19 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/conclusao-de-trecho-norte-do-rodoanel-levara-a-gasto-extra-de-ate-r-1-bi.shtml>. Acesso em 14 set. 2022.

<sup>6</sup> Tal como aquelas que vêm sendo elaboradas no âmbito do LabCidade e do Observatório de Remoções. Para acessar as publicações desses coletivos: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/>> Acesso em 20 set. 2022.

Assim, mais do que uma busca pelo que há de novo ou de permanências nas dinâmicas em torno da produção e gestão do espaço urbano, interessa-nos compreender a ordem de questões que estão postas diante de um mundo social e urbano que se forma em meio a tramas sociais e territórios que se configuram em uma conjuntura atravessada por processos variados de despossessão e precarização das condições de vida, de um lado, e pela expansão das relações mercantis e dos circuitos econômicos formais e informais, legais e também ilegais e ilícitos, de outro lado. As ocupações de terra são o nosso atalho para responder a algumas das questões desse quadro, e para lançar outras tantas mais.

Os processos de constituição desses territórios tornam inoperantes as categorias binárias de formal-informal como grade analítica e referência normativa. Tal como se constituem, esses territórios só podem ser compreendidos em suas contradições e nas disputas travadas, a todo momento, pelos distintos atores ali implicados, com interesses e recursos de poder diversos. Ao mesmo tempo em que respondem às urgências da vida em uma conjuntura de empobrecimento e acirramento das precariedades, as ocupações também representam a expansão das fronteiras de mercado – mercado de terra e moradia nas franjas da cidade.

Assim, de um lado, as ocupações de terra compõem os circuitos de sobrevivência<sup>7</sup> de uma população que é posta em constante deslocamento por processos variados de despossessão, fazendo do morar uma experiência a cada dia mais custosa e insegura. Por outro lado, as ocupações de terra também se configuram como um espaço de reprodução da insegurança, na própria medida em que a gestão da precariedade se transforma em oportunidade de negócios e recurso de poder.

### **Construindo o mapa cognitivo**

Nesta apresentação será importante fazer algumas marcações relativas ao mapa cognitivo por meio do qual buscamos enquadrar e interpelar os processos de produção do espaço urbano a partir das ocupações de terra. A começar pela própria noção de *ocupação*.

Segundo André Dal’Bó e Isadora Guerreiro (2020), a prática de ocupação de terra como meio de viabilizar a reprodução da vida é uma marca da formação das cidades brasileiras no período de expansão capitalista, em particular desde a sua fase industrial. Trata-se de uma

---

<sup>7</sup> A expressão “circuitos de sobrevivência” foi cunhada pelo sociólogo e professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Rafael Godoi, em um dos encontros do grupo Cidade e Trabalho, quando então discutíamos a pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, de Ananda Endo. A pesquisa de Ananda aponta para uma presença crescente de sobreviventes do cárcere que vivem em ocupações de moradia na região central da cidade. O mesmo vale para as ocupações acompanhadas nesta investigação. Ao comentar essa presença, Rafael Godoi ressaltou a importância das ocupações ao compor esses “circuitos de sobrevivência” para uma população que é constantemente marginalizada, expulsa, deslocada. É uma dimensão, portanto, fundamental desses territórios e que os conecta a outros espaços e temporalidades da cidade.

prática que envolve não apenas a autopromoção da moradia, como também a viabilização de parte da alimentação e de diversas formas de composição de renda (comercial, fundiária ou imobiliária) fundamentais para a manutenção da vida.

Todavia, como ressaltam os autores, se o modelo de expansão urbana por periferias autoconstruídas é marca constitutiva das cidades brasileiras, em São Paulo há uma “trajetória paradigmática” (2020, p. 404) no que se refere à organização política popular que deu origem a práticas políticas baseadas no espaço. A ocorrência de lutas por serviço e infraestrutura urbana, novas experiências de construção habitacional, autogestão, dentre outras ações dotaram a *ocupação* de sentidos políticos que povoam o imaginário da cidade.

Diante disso, falar em *ocupação* em São Paulo é, em alguma medida, acionar toda essa história política associada ao termo. Uma história construída de forma mais intensa a partir dos anos 1980, ecoando as agitações políticas do período da chamada redemocratização brasileira. Sendo assim, parece-nos importante explicitar o uso do termo que fazemos aqui, que se refere a práticas de ocupação da terra distintas daquelas com origem nos - e que deram origem aos - movimentos populares de moradia herdeiros desta história.

Tomando como referência as heterogêneas ocupações estabelecidas na região central de São Paulo, Renato Santos e Isadora Guerreiro (2020) mostram situações muito diversas em relação a décadas anteriores. São territórios que carregam percursos, formas e arranjos particulares, com origens em dinâmicas e processos de natureza histórica, política, econômica, social e urbana distintas. Ao recuperar as trajetórias políticas das ocupações enquanto forma de produção e apropriação do urbano ao longo das últimas décadas, os autores ressaltam que o termo acaba por designar um conjunto amplo de situações de moradia popular diferentes daquelas realizadas por meio da ação política dos movimentos populares de moradia:

Trata-se de todo um campo de gravitação da experiência social e urbana, que envolve diferentes atores, circuitos e práticas – dos movimentos de moradia mais antigos aos mais recentes e seus repertórios, em contato com dinâmicas dos mercados populares e informais, com circuitos de migração, que se atravessam com redes de apoio assistencial e organizações da sociedade civil, grupos universitários, religiosos, coletivos políticos, com o “mundo do crime” e suas práticas, convivendo também com atores político-partidários e variadas instâncias e agentes do Estado e também paraestatais – que se estruturam ao redor desses espaços de moradia no centro de São Paulo. (SANTOS; GUERREIRO, 2020, p. 291-292).

O que esses autores identificam nas regiões centrais da cidade, com configurações distintas, também vale para as ocupações de terra nas periferias. Em suma: as ocupações de terra tratadas nesta tese não correspondem àquelas oriundas da ação política dos movimentos populares. Outros tempos, outros agenciamentos.

Todavia, como ficará evidente, as ocupações aqui tampouco representam o “outro” dos movimentos de moradia, caracterizado como ocupações “espontâneas”, suposta expressão imediata dos imperativos das urgências da vida. São, sim, organizadas e bem organizadas, mas a partir de outros agenciamentos e horizontes de expectativas. Essas novas ocupações colocam uma ordem de questões muito diferente daquelas postas na cena dos movimentos populares. Há uma trama intrincada de atores e suas redes de escalas e recursos variados que importa investigar, pois coloca em foco os modos de governo dos territórios e as dinâmicas de expansão das fronteiras urbanas - em disputa - que ainda precisam ser melhor compreendidos.

Optamos, assim, por manter o uso do termo *ocupação* para nos referirmos aos processos descritos nesta tese. É um termo que circula e é mobilizado por nossas interlocutoras e interlocutores ao contarem seus percursos e agenciamentos para o acesso à moradia nesses territórios. No uso que fazemos do termo como categoria descritiva entendemos a prática de ocupação da terra como um processo constituído por uma trama de atores diversos, suas práticas e os diferentes repertórios acionados em torno da apropriação e transformação da terra. São processos situados, marcados pelas temporalidades políticas e urbanas da cidade e atravessados por disputas travadas entre os atores implicados em cada configuração que, entre tensionamentos e composições, dão os contornos particulares a cada um dos territórios.

Ocupar, aqui, é verbo coletivo, compreendido, portanto, enquanto prática de produção do espaço urbano, sempre em movimento. É, pois, uma prática, e um saber, em constante produção e transformação, que transita, negocia e embaralha as fronteiras do formal e informal, do legal, ilegal e do extralegal. Ocupar diz respeito, assim, aos processos de construção da cidade e de seus tempos, de suas cartografias políticas e materialidades, a tomar lugar em suas disputas, negociar, contornar.

Categorias e codificação binária tais como territórios formais e informais, ocupações de moradia “organizadas” e ocupações de moradia “espontâneas”, “loteamentos” *versus* “ocupações”, ou qualquer outra sorte de binarismo que povoa o imaginário sobre as cidades, e também os estudos urbanos, não nos informam sobre os agenciamentos que estão produzindo os territórios na periferia norte paulistana hoje. Será preciso construir outro prisma descritivo e analítico que enfoque as práticas, as mediações, os jogos de poder e de escala envolvidos na produção do espaço para, aí então, verificar o modo como essas categorias práticas - “ocupação”, “invasão”, “loteamento” - circulam entre as lideranças e moradores das ocupações, os diferentes operadores do Estado, advogados e toda sorte de atores implicados no processo de produção do espaço.

Essas categorias são mobilizadas pelos próprios ocupantes em suas marcações e distinções em relação a outros territórios e compõem o leque de suas estratégias para construir os critérios de legitimidade das ocupações diante dos poderes públicos. No entanto, essas mesmas categorias podem ser mobilizadas de forma acusatória por agentes das forças da ordem ou gestores públicos. Enquanto categorias práticas, portanto, elas também compõem as disputas travadas nos territórios.

Para dar conta dessas questões, tomamos como referência todo um campo dos estudos urbanos que, à distância de codificações e tipologias prévias (“a” favela, “a” ocupação, “o” loteamento), trata de colocar em foco os agenciamentos e processos socioespaciais históricos que produzem os espaços urbanos, suas redes e circuitos globalizados de mercados e circulação de riquezas (BRENNER, 2013). Nos termos de Vera Telles (2015), trata-se de perscrutar as lógicas de produção do espaço urbano, buscando compreender os territórios como campos de agenciamentos sócio-urbanos, de práticas sociais e de conflitos.

Ao invés de tomar a cidade como objeto estável e definido, propõe Farias (2010), trata-se de investigar os agenciamentos urbanos a partir dos quais os espaços, seus artefatos, suas redes e trama de relações são produzidos em lugares concretos da prática urbana e, por essa via, identificar e trabalhar teoricamente a emergência das situações e circunstâncias que constroem o nosso próprio presente (TELLES, 2015, p. 17).

Estabelecida a noção de *ocupação* mobilizada aqui, resta agora esclarecer as referências teóricas que orientam as grades descritivas e analíticas do jogo dos atores e práticas mobilizadas na produção e gestão desses territórios.

### ***Os jogos com a lei: ilegalismos e gestão diferencial dos ilegalismos***

A noção de ilegalismos, tal como cunhada por Michel Foucault<sup>8</sup>, oferece-nos uma grade analítica pertinente para lidar com as práticas e agenciamentos inscritos na produção e gestão desses territórios. Trata-se de uma noção mobilizada pelo filósofo para propor uma crítica e um deslocamento em relação à noção legal de delito e à noção criminológica de delinquência. Não se trata de ilegalidades ou transgressões da lei. Os ilegalismos dizem respeito aos jogos com a lei, uma relação que é estabelecida com ela: sejam usos estratégicos da lei para pedir proteção contra abusos de poder, sejam nas formas de contorná-la e também de resistir e de tentar incidir sobre ela. É, pois, uma relação com as normas legais e, por isso, é necessariamente flexível e cambiante.

---

<sup>8</sup> Apoiamos-nos nas formulações elaboradas pelo autor no livro *Vigiar e Punir* (1999) e nos cursos que foram publicados em *A Sociedade Punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)* (2015).

Enquanto a ilegalidade resulta em um conceito derivado do formalismo jurídico, dividindo o mundo entre o que está dentro e fora dele, o ilegalismo emana movimentos, circulações ou interstícios inseridos nas dinâmicas de poder e disputas entre as elites. (PIRES; HIRATA; MALDONADO, 2020, p. 15).

Gregory Salle (2014) enfatiza que a noção de ilegalismos em Foucault só adquire toda a sua força como grade analítica na sua relação com a noção de gestão diferencial dos ilegalismos, tal como o filósofo formulou no livro *Vigiar e Punir* (1975). Isto se dá por meio de um conjunto de atividades, inerentes ao Estado e à lei, de categorização, hierarquização, diferenciação e gestão de comportamentos. Trata-se, portanto, de verificar os modos pelos quais a lei opera, como enfatiza o filósofo, não para coibir ou suprimir os ilegalismos, mas para fazer a sua gestão interna: tolera uns, reprime e criminaliza outros.

Como diz Salle (2014), os ilegalismos não se referem a um ato ilegal ou a práticas individuais, pois só possuem significado ao nível do grupo social, em particular, de uma classe social. Nesse sentido, as relações com a lei assumem diferentes formas a depender da classe social dos envolvidos. Daí sua diferenciação entre ilegalismo popular, empresarial, privilegiado, dentre outras formas. Isso significa dizer que se os ilegalismos se distribuem por todo o tecido social, atravessando as várias classes sociais, as formas pelas quais são geridos - entre privilégios, tolerância ou repressão - os diferenciam. Toda essa operação resulta na demarcação de alguns destes comportamentos, praticados por determinadas classes sociais, como indisciplinados (LASCOUMES, 1996). Na célebre passagem de Foucault:

A penalidade seria então uma maneira de gerir os ilegalismos<sup>9</sup>, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não “reprimiria” pura e simplesmente os ilegalismos; ela os “diferenciaria”, faria a sua “economia” geral (FOUCAULT, 1999, p. 226-227).

Trata-se portanto de um par conceitual posto como operador analítico dos jogos e tecnologias de poder tais como eles se fazem na superfície dos acontecimentos de rebeldias e insubordinações populares. É uma perspectiva que permite apreender e seguir os efeitos de poder nos modos como se dão as codificações e tipificações, também penais e criminais, que passam a recobrir as práticas populares.

---

<sup>9</sup> Como já amplamente debatido por leitores e leitoras de Foucault, a tradução “ilegalidade” para o conceito *illégalisme* cunhado pelo autor, tal como foi feita na tradução brasileira, deixa escapar, justamente, a distinção proposta em relação à noção legal e criminológica construída sob o binarismo legal-ilegal. Assim, alteramos “ilegalidade” para “ilegalismos” na passagem citada aqui.

A figura do *invasor*, amplamente mobilizada de forma acusatória pelos tribunais nos casos que envolvem os conflitos fundiários (MILANO, 2017), é um exemplo disso. Uma figura política que resulta da operação estratégica feita no interior dos ilegalismos urbanos, e que incide sobre eles. A construção do *invasor* operada nos tribunais, e acionada e reproduzida nas relações no território, é um registro dos efeitos de poder que recaem sobre as formas de apropriação e transformação da terra praticadas pelas classes populares. É daí que, a todo momento, os atores implicados nas ocupações de terra que serão descritas aqui tentam se positivar como uma *ocupação de interesse social*, reivindicando seu reconhecimento como ação política legítima<sup>10</sup> - se deslocando do enquadramento da *invasão*, portanto, sobre a qual recai a ação de dispositivos penais.

A transformação dos ilegalismos em atos infracionais é uma dimensão constitutiva do conceito, afirma Foucault (1999), uma operação na qual é possível flagrar os modos operatórios das tecnologias de poder. As leis, normativas e codificações instituem o campo de forças em relação ao qual os jogos com a lei e essa transitividade constante entre suas fronteiras devem ser postos em perspectiva. Isto significa colocar em foco os modos operatórios dos dispositivos de poder e seus efeitos, inscritos nas categorias e na codificação de práticas e situações, introduzindo clivagens, diferenciações e divisões como estratégia de sujeição e controle de populações.

Como Salle (2014) nos explica, a gestão diferencial dos ilegalismos deve ser compreendida a partir de sua dupla dimensão: de um lado, na aplicação diferencial das leis feita pelo Estado e seus tribunais e, de outro lado, pelos usos sociais que são feitos pelos próprios sujeitos da lei. É a partir dessas duas dinâmicas que se abrem os jogos de poder em torno dos ilegalismos, onde se dão as formas de contornamento, disputas e instrumentalização das leis, e onde está dada a disputa entre os ilegalismos que serão tolerados e aqueles que serão reprimidos.

De acordo com Daniel Hirata (2014), a abordagem histórica construída por Foucault em torno da economia política dos ilegalismos demonstra que “ordem” e “desordem” são construções sociais que variam ao longo do tempo, posto que seus domínios resultam dos jogos de poder estabelecidos em um campo de força conflitivo. E é por meio desses jogos de poder que as fronteiras da lei são traçadas, inscrevendo nelas a resultante das forças que compõem a gestão diferencial dos ilegalismos a cada tempo.

---

<sup>10</sup> O reconhecimento da ocupação como ação política legítima dos movimentos sociais também é objeto de constantes disputas e tensionamentos que foram intensificadas nos últimos anos, sinalizando para uma mudança no campo de forças no qual se inscrevem. Sobre o tema, ver, entre outros: SANTOS; GUERREIRO, 2020.

É esse o ponto que nos interessa reter: a chave descritiva e analítica oferecida pelo par conceitual ilegalismos e a gestão diferencial dos ilegalismos nos permite colocar em perspectiva os jogos que são estabelecidos com a lei e todo o ordenamento urbano estatal ao longo dos processos de formação das ocupações. Os modos pelos quais a normativa estatal é contornada, torcida, aplicada ou desativada. Relações que são estabelecidas por meio de negociações constantes entre os representantes do Estado e os atores implicados na produção do espaço urbano.

É também por meio desse prisma descritivo e analítico que podemos flagrar os efeitos de poder das categorias legais-administrativas que diferenciam as formas urbanas envoltas em uma nebulosa de atores, arranjos e negociações, entre aquelas que serão beneficiadas por tais jogos com a lei, as que serão toleradas e aquelas que serão reprimidas. É dizer: entre aquelas para as quais são oferecidas brechas para regularização e aquelas que permanecem em uma situação de suspensão, sempre permeadas pela possibilidade da remoção. Não é possível compreender os jogos de poder instituídos em torno da formação das ocupações sem colocar em perspectiva as práticas dos operadores do Estado nesses territórios e a contínua negociação das condições em torno da desativação das leis ou de sua torção.

Por certo, esses jogos com a lei atravessam a história de constituição dos territórios da cidade, mas nos parecem, agora, reconfigurados. As mudanças no ordenamento legal e normativo do Estado ao longo do tempo afetam as dinâmicas nos territórios na medida em que redefinem a distribuição dos ilegalismos, que funcionam a partir do mapa de atuação da legalidade.

Em texto recente, ao revisitar essas noções de Foucault, Telles (2019) chama a atenção para a importância de se averiguar a economia política dos ilegalismos, diferente daquela estudada por Foucault, nos albos do capitalismo industrial e das grandes e turbulentas aglomerações urbanas do século 19. Está-se diante de outros jogos e tecnologias de poder em cenários marcados pela expansão predatória dos mercados e formas cada vez mais agressivas e militarizadas de controle das populações e seus territórios. Não se trata mais de tecnologias de poder voltadas para a transformação de “multidões confusas” em “multiplicidades ordenadas” e disciplinadas no tempo, espaço e rotina do trabalho industrial. O trabalho há muito deixou de ser o centro de gravitação da vida urbana.

Apoiando-se em vasta bibliografia que trata destes temas, a autora chama a atenção para o fato de que a expansão predatória dos mercados nos territórios afetados por violentas reformas neoliberais é acompanhada pelo crescimento, também expansivo, dos circuitos ilegais de mercados (de drogas, armas, contrabando, pirataria, mineração ilegal, carros roubados,



documentos falsos). Tais circuitos se enredam nas economias urbanas e, por vezes, se ancoram nas territorialidades precárias, que também estão em disputa pelo controle dos modos de circulação e apropriação (ou expropriação) das riquezas circulantes por esses mercados.

As ocupações de terra e os jogos de poder e com a lei que estão inscritos em seus processos de formação e consolidação são o nosso atalho para apreender e interrogar tais transformações que parecem incidir sobre a economia política dos ilegalismos tal como ela se configura em nossos dias. Ajudam a compreender, em particular, como essas mudanças incidem sobre o campo de forças em torno das práticas populares de apropriação e transformação da terra por onde os ilegalismos fazem o traçado da vida urbana.

### ***Perspectivas críticas sobre a informalidade urbana***

De modo a bem situar os processos aqui investigados em um quadro de discussões mais amplo em torno das lógicas de urbanização em curso nos últimos tempos, apoiamo-nos nos trabalhos de um conjunto de autores e autoras que discutem a informalidade urbana a partir dos processos socioterritoriais nos países do chamado Sul Global. Com distintas abordagens e enfoques, esses autores e autoras questionam a dimensão normativa inscrita no binarismo formal-informal que pautou em boa medida os estudos urbanos voltados aos modos de urbanização das cidades, percebidas nas suas diferenças com as configurações urbanas do Norte, que foram tomadas como modelo, referência normativa e promessa de cidadania urbana, progresso e modernidade.

Este é foco da crítica de Ananya Roy (2005; 2017), alimentada por pesquisas voltadas aos modos de urbanização de metrópoles indianas<sup>11</sup>. Nessas cidades, diz Roy, a informalidade é um modo de urbanização. Não se trata de ausência de regras e mediações reguladoras desses espaços e territórios. Ao contrário, para a autora, a informalidade pode ser entendida como um sistema de normas que governa todo o processo de transformação urbana, fundamentada em inúmeras transações e negociações que conectam diferentes atores e espaços. Disso decorre que a informalidade não deve ser lida como sinônimo de pobreza, posto que é também marca constitutiva da moradia dos poderosos, mas enquanto um processo que envolve vários degraus de poder e exclusão, em um complexo contínuo de legalidade-ilegalidade que atravessa as práticas das diferentes classes sociais (ROY, 2005).

---

<sup>11</sup> Enquanto urbanista, Roy (2005) está preocupada não apenas com a formulação de teorias, mas também com a prática do planejamento urbano, uma vez que, como afirma a autora, as práticas de planejamento também são exportadas pelos países do chamado Norte Global e implantadas em contextos urbanos demasiado distintos.

Por meio de seu aparato legal e administrativo, o Estado exerce o poder de definir o que é informal e o que é formal, o que pode ser tolerado e o que deve ser suprimido, o que é passível de ser regularizado pelo universo legal e o que deve ser criminalizado. Nos termos de Roy, a informalidade deve ser entendida como um modo de governo dos territórios e das populações. Por esse ângulo, a informalidade deixa de ser situada como uma dimensão fora do ordenamento estatal e, portanto, objeto de sua regulação a posteriori, para ser compreendida como resultado dos modos de operar do Estado.

O geógrafo israelense Oren Yiftachel (2009a; 2009b) mobiliza o conceito de *zonas cinzentas*<sup>12</sup> para caracterizar a geografia política das informalidades urbanas nos tempos atuais. No seu foco estão realidades urbanas marcadas pela presença cada vez mais expressiva de populações circulantes, migrantes transnacionais e outros tantos sujeitos submetidos a deslocamentos forçados de seus lugares de moradia, que buscam se instalar em assentamentos precários nos interstícios das cidades ou no seu entorno imediato. Ao propor a noção de *zonas cinzentas*, o autor chama a atenção para a insegurança permanente e para as ambivalências desses lugares, que não estão nem dentro nem fora da “comunidade urbana”, oscilando entre uma incorporação precária (e sem garantias) e a ameaça constante de expulsão. Se isso é um traço estruturante das cidades do Sul, nos últimos tempos - tempos de diásporas (em razão de guerras, crises ambientais e outras causas) - também passa a configurar o cenário das cidades do Norte. Segundo o autor, a produção das *zonas cinzentas* precisa ser entendida em sua dimensão estrutural, relacionada a processos que destroem as formas de morar e viver de determinadas populações. Em suas palavras:

Essas pessoas, localidades e atividades parcialmente incorporadas são parte de uma crescente informalidade urbana, nomeada aqui como “zona cinzenta” – posicionada entre a ‘claridade’ da legalidade/aprovação/segurança e a ‘escuridão’ da remoção/destruição/morte. Elas não são nem integradas, nem eliminadas, formando pseudo-permanentes margens das regiões urbanas de hoje. As zonas cinzentas contêm uma multidão de grupos, corpos, moradias, terras, economias e discursos, que se encontram literalmente “às sombras” da cidade, da política e da economia formais e planejadas. Elas existem parcialmente fora do olhar das autoridades e dos planos da cidade. (YIFTACHEL, 2009a, p. 89, tradução nossa).

É possível situar a formação das ocupações aqui investigadas como um movimento de expansão das *zonas cinzentas*: são territórios que são formados e habitados por uma população continuamente submetida a essa zona de indeterminação entre a “legalidade/aprovação/segurança” e a “remoção/destruição/morte”, nem dentro nem fora do

---

<sup>12</sup> Optamos pelo uso de *zonas cinzentas* para a tradução do termo em inglês *gray spaces* de modo a preservar o sentido amplo dado pelo autor à noção, uma vez que elas não se resumem a determinadas porções do território: podem incluir populações, atividades, economias e discursos localizados nessa área de indeterminação.

ordenamento estatal-legal, mas constituindo-se em suas fronteiras sempre cambiantes, uma vez que os acordos que estruturam as condições de reprodução da vida precisam ser continuamente (re)negociados com os operadores do Estado. É daí que, seguindo os apontamentos de Yiftachel, as *zonas cinzentas* também podem ser consideradas como espaços de disputas, pois é neste jogo entre a tolerância e a repressão que uma zona de transformação social é produzida, na qual está em disputa o seu reconhecimento perante o Estado, ou sua aniquilação.

Ao mobilizar o conceito de *zonas cinzentas* para caracterizar a geografia política das informalidades urbanas nos dias atuais, o autor propõe uma compreensão do termo que não se refere a formas espaciais ou a atividades bem delimitadas que se caracterizam por um suposto desacordo frente às normas e ordenamentos estatais, mas que diz respeito a esse lugar ambíguo que é produzido por processos variados de despossessão e por meio do qual se opera a sua gestão. Para o autor, a expansão dessas zonas de indiferenciação pelas cidades ao redor do mundo é um traço dos regimes urbanos modernos, que variam a depender dos contextos geopolíticos nos quais se inscrevem<sup>13</sup>.

Aportando a discussão no Brasil, a historiadora Brodwyn Fischer (2021) historiciza a construção da informalidade urbana enquanto um dispositivo de controle e discriminação. A autora afirma que a informalidade urbana, estruturada ao longo das décadas no pós-abolição enquanto um dispositivo de governo, permitiu lançar as populações racializadas para fora (ou para as *margens*) das condições de acesso às proteções legais e aos direitos, incluídos aí o acesso à terra e à moradia.

Em palestra realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, Fischer (2021) iniciou sua fala com a seguinte indagação: “o que significa a informalidade urbana quando é pensada historicamente?”. De acordo com a autora, existe uma versão da história que localiza a origem da informalidade na pobreza e nas cidades autoconstruídas destituídas de direitos de propriedade, vistas como um rompimento de um suposto tecido urbano formal previamente existente. Na contramão deste argumento, a autora enuncia, ao recorrer à história, que esse tecido urbano que é produto da ação coletiva de indivíduos e grupos sociais como meio de viabilizar as condições de reprodução da vida sempre existiu, ao menos desde os tempos da colônia.

---

<sup>13</sup> Por certo, Yiftachel está pensando a partir de um contexto radicalmente distinto daquele onde se situam as ocupações de terra aqui investigadas, que é o dos territórios beduínos localizados em Israel, o que ele denomina de “hiper-exemplo” (2009a, p. 90). Lá são outros os jogos de poder que estruturam a produção das *zonas cinzentas*, de modo que não é possível simplesmente transportar suas reflexões para nosso campo etnográfico sem descrever os arranjos por meio dos quais se constituem por aqui. E é isso o que buscaremos fazer ao longo de toda a tese.

Os diferentes modos de habitar e de se relacionar com a terra que foi posteriormente declarada informal e ilegal são anteriores à informalidade enquanto conceito. Isto é, são os processos legais e administrativos promovidos pelo Estado que tornam informal um determinado modo de morar. Ao criar a norma, riscam-se os limites do que está dentro e do que está fora e, por meio dessas operações de demarcação de fronteiras, cria-se a informalidade urbana - tal como apontado por Ananya Roy e indicado em páginas acima. Nesse sentido, a informalidade pode ser lida como o resultado das disputas travadas em um campo de forças constituído no período pós-abolição, quando as populações então libertas foram formalmente integradas à sociedade brasileira, mas, na prática, seguiram sendo banidas do acesso às garantias e direitos sociais. Isso se deu por meio da produção de leis que tornavam informal e ilegal a maior parte dos territórios nos quais essas populações habitavam, dentre outras ações que impediram ou restringiram sua plena integração à sociedade brasileira.

Diante disso, ainda segundo Fischer, as leis urbanísticas que declaravam (e declaram) ilegal a maior parte das cidades devem ser entendidas em perspectiva com a criação e o fortalecimento da governança informal, por meio da qual o poder de delimitar a fronteira da legalidade e ilegalidade se torna um instrumento fundamental na construção do regime de poder moderno nas cidades. A informalidade enquanto forma de governo, portanto, deu aos operadores do Estado a capacidade de marginalizar determinados grupos sociais e, simultaneamente, transformar a tolerância em uma espécie de bem público que pode, ou não, ser distribuído pelos agentes públicos.

Em sua abordagem histórica, a autora ressalta o entrelaçamento da construção da informalidade e das práticas de racialização da desigualdade no Brasil, na medida em que “a invenção da informalidade”, para recorrer a suas palavras, foi um dos mecanismos pelos quais se manteve a desigualdade racial no país após a abolição da escravatura. Assim, segundo Fischer, é possível afirmar que a cidade informal é uma cidade negra justamente pela simultaneidade desses processos e de sua relação íntima. Se no Brasil não havia instrumentos legais para impor a desigualdade racial, como aconteceu nos Estados Unidos, ela foi constituída por meio da esfera da governança informal: ao tornar ilegal determinados bairros, marginaliza-se o território, que deixa de receber investimentos de todo tipo, o que resulta na exclusão de sua população da esfera da cidadania.

A importância da construção racializada da informalidade como dispositivo de governança no Brasil já era indicada pela urbanista brasileira Raquel Rolnik nos final dos anos 1980. Olhando para o mesmo período em que Fischer localiza a instituição da informalidade como forma de governo, Rolnik (1989) afirma que a abolição levou, também, a uma

reestruturação territorial da cidade de São Paulo, com a terra sendo alçada à posição de mercadoria central do regime que então se instaurava.

Por meio de códigos de posturas, grandes projetos de intervenção urbana, bem como a produção de novas normativas e legislações, a chamada cidade informal era criada e gerida ou, em outros termos, eram tornados informais e marginais os territórios e modos de vida das populações racializadas. Este foi um processo que se reproduziu ao longo da história da urbanização paulista, variando a cada conjuntura histórica e política (ROLNIK, 1989; 2022).

Dessa forma, se Fischer nos permite ver a construção histórica da informalidade como um dispositivo de poder e governança que incide, sobretudo, sobre os territórios racializados, Rolnik nos mostra esse mesmo processo a partir dos instrumentos legais e regras normativas do Estado.

Essas marcações críticas em torno da informalidade e seus nexos com práticas de racialização das populações urbanas são importantes para tornar explícito, de saída, que se estamos investigando os processos de produção do espaço urbano a partir das ocupações de terra estabelecidas na periferia da cidade, estamos falando de uma lógica de produção do espaço que, historicamente, cravou o lugar das populações racializadas nas bordas (físicas e simbólicas) da cidade, nos lugares distantes dos equipamentos, das infraestruturas urbanas e dos postos de trabalho e espaços de lazer. E isso é importante porque, ainda que não tenhamos dados quantitativos relativos às ocupações aqui investigadas, estamos falando de territórios habitados, majoritariamente, por essas populações racializadas, mulheres e homens negros, nortistas e nordestinos, migrantes latinoamericanos empobrecidos - como ficará evidente a partir dos relatos e fragmentos de histórias de vida trazidos ao longo da tese.

### ***O Estado visto a partir de suas margens conceituais e políticas***

Veena Das e Deborah Poole (2004) nos oferecem as ferramentas analíticas para compreender as práticas (legais e extralegais) dos agentes do Estado como chaves de leitura para apreender os modos de funcionamento do próprio Estado. É essa a proposição que está contida no livro *Anthropology in the Margins of the State*, organizado pelas autoras.

Essa é uma abordagem especialmente produtiva para bem situarmos o papel do Estado (de seus operadores e dos usos estratégicos que são feitos de seu arcabouço normativo) no processo de formação das ocupações de terra que serão aqui apresentadas. Ou melhor, para situar e compreender as várias modalidades de sua presença ao longo de todo o processo. Como buscaremos argumentar, não se trata de territórios que se formam à revelia do Estado, por fora de seu ordenamento urbano e social. Ao contrário, diferentes agentes do Estado se fazem

presentes ao longo de todo o processo, negociando os modos de aplicação do arcabouço normativo estatal a partir da autoridade que lhes é conferida pela posição de representante público. Tal perspectiva, portanto, nos permite circunscrever tais condutas não como desvios em relação a um suposto modelo racionalista do Estado, mas como um dos meios pelos quais se realiza o exercício de governo nas *margens*.

No texto que abre a coletânea, Das e Poole afirmam que ao adotar uma concepção normativa do Estado, as teorias fundantes do Estado-Nação europeu o definiram por meio da demarcação de limites claros entre práticas e espaços que foram reconhecidos como pertencentes a ele, e práticas e espaços que estariam fora dele, excluídos e caracterizados por seu suposto caráter selvagem e caótico. Dessa maneira, tais teorias contribuíram para a produção e reafirmação de dicotomias, como legal e ilegal, dentro e fora, atrasado e moderno, que não deixam ver toda a dimensão produtiva contida nestes espaços de *margens* onde esses limites e seus conteúdos são feitos e refeitos, em meio a constantes negociações.

Nossa estratégia analítica e descritiva foi de nos distanciarmos da imagem consolidada do estado como forma administrativa de organização política racionalizada que tende a se enfraquecer ou se desarticular ao longo de suas margens territoriais e sociais. Em vez disso, propusemos aos participantes do seminário que refletissem acerca de como as práticas e políticas de vida nessas áreas moldam as práticas políticas de regulação e disciplinamento que constituem aquilo que chamamos de “o estado”. (DAS; POOLE, 2004, p. 3, tradução nossa).

Ao propor a noção de *margem*, as autoras buscaram colocar no centro da análise os espaços de práticas nos quais o Estado está a todo momento redefinindo seus modos de governar e legislar. Ao fazê-lo, o Estado redefine seus próprios limites e conteúdos, pois as *margens* não são exteriores a ele, mas o constituem. Trata-se de uma abordagem que busca deslindar, por meio de finas etnografias, o modo como as práticas e políticas de vida nos espaços das *margens* moldam as práticas políticas de regulação e disciplinamento do Estado.

Esta perspectiva descritiva e analítica coloca em outros termos as relações entre lei, autoridade, violência e ordem, à distância das formulações canônicas que postulam o Estado como o lugar da transcendência e como o detentor do monopólio legítimo da violência (TELLES, 2010). Como afirma Telles (2010, p. 218), é “[e]sta a provocação e este o deslocamento: ver o estado a partir das “margens”, não como o seu espelho invertido, mas como lugares onde o estado está sendo constantemente refundado nos seus modos de produção de ordem e de lei”.

Contrapondo-se a esse modelo, há a proposição de um dispositivo de pesquisa que objetiva apreender o exercício do governo das populações a partir das práticas cotidianas

elaboradas pelos agentes estatais, que transitam o tempo todo entre o legal e o extralegal, entre regulações estatais e outros modos de regulação ancorados nas formas de vida. É nesse sentido que as autoras propõem a noção de *margem*: não é algo exterior ao Estado, tampouco algo que está posto como anterioridade à sua presença. As *margens* são produzidas, são engendradas pelas práticas dos operadores do Estado, nos contextos situados em que operam, sob o impacto das circunstâncias de tempo e espaço em que os eventos a serem geridos acontecem.

Assim, nas práticas desses agentes nos processos de formação e consolidação das ocupações de terra é possível apreender os diferentes meios, estratégias e tecnologias de poder por meio dos quais as *margens* são continuamente produzidas, bem como seus modos operatórios. Nas negociações travadas cotidianamente entre ocupantes e operadores do Estado observam-se os jogos com a lei, em que ora ela é aplicada, ora é desativada por meio de acertos variáveis e inconstantes. É todo um entramado de relações e práticas por onde o Estado se faz presente, em uma contínua composição entre práticas legais e extralegais que compõem seus modos de funcionamento. Isto é dizer: nos modos de operar de agentes do Estado em suas *margens* é possível observar a própria produção da lei, da ordem e do Estado em si.

O conceito de mercadoria política, tal como cunhado por Michel Misse (2006), permite melhor caracterizar tais negociações e transações realizadas pelos operadores do Estado. O conceito foi formulado pelo autor em meio a pesquisas sobre as formas da violência urbana no Rio de Janeiro ao longo das décadas e sua relação com os mercados informais, ilegais e ilícitos. Ao interrogar tais processos, o autor chama a atenção para um “mercado parasita” que se constitui na relação com esses mercados econômicos:

[...] existe um outro mercado informal cujas trocas combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal modo que um recurso (ou um custo) político seja metamorfoseado em valor econômico e cálculo monetário. O preço das mercadorias (bens ou serviços) desse mercado, ganha a autonomia de uma negociação política, algo como um mercado de regateio que passa a depender não apenas das leis de todo mercado, mas de avaliações estratégicas de poder, de recurso potencial à violência e de equilíbrio de forças, isto é, de avaliações estritamente políticas. Para distinguir a oferta e demanda desses bens e serviços daqueles cujo preço depende fundamentalmente do princípio de mercado, proponho chamá-los de “mercadorias políticas”. (MISSE, 2006, p. 5).

Esse mercado político que se estrutura na relação com os mercados informais, ilegais e ilícitos é operado por agentes do Estado que privatizam a autoridade que lhes é conferida, organizando – e impondo – os mercados de proteção dos quais depende o funcionamento dos negócios informais e ilegais, que oscilam entre formas variadas de cobranças, que vão da divisão de ganhos à taxas de proteção, propina e extorsão. São transações econômicas pautadas pelo uso da força, potencial ou efetiva, que variam conforme se alteram as microconjunturas

nas quais se processam. Nesse sentido, são parte importante das formas de regulação desses mercados (Ibidem).

Ao retomar a conceituação proposta pelo autor, Daniel Hirata sintetiza:

O ponto preciso do interesse deste conceito são as zonas de produção e reprodução dos mecanismos do poder, produzidos cotidianamente nas práticas que podem ser flagradas nas situações que atravessam o campo aberto das negociações em torno das mercadorias políticas. [...]. A escala pertinente da mercadoria política é a cidade, onde as negociações em torno da proteção que garante o funcionamento dos mercados ilegais e ilícitos funcionam em relação com os poderes que organizariam o seu controle.” (2010, p. 30-31).

Nas ocupações que serão apresentadas aqui, quem opera esse mercado político que se acopla ao mercado de terras e moradia estruturado nas ocupações de terra são os policiais militares e ambientais, os guardas civis metropolitanos e os agentes administrativos. Um mercado por meio do qual são negociadas as condições de desativação das leis e normativas urbanas (a famosa “vista grossa” realizada pelos agentes públicos) em troca de um pagamento em dinheiro, ou mesmo em forma de lotes demarcados nas ocupações em formação, quando, então, tais agentes públicos tornam-se parte desses empreendimentos.

Como veremos ao longo da tese, as negociações constantes em torno da aplicação da lei, ou de sua desativação - que também pode ser compreendida como uma suspensão da atividade de *incriminação* dos indivíduos por práticas delimitadas como crimes ou infrações, uma ação de responsabilidade de tais agentes públicos<sup>14</sup> - é central para viabilizar a formação e consolidação desses territórios. Assim, nas negociações e transações que conformam as práticas desses agentes públicos frente às ocupações de terra é possível apreender os modos por meio dos quais se operam, nos agenciamentos cotidianos em torno dos territórios, os deslocamentos e embaralhamentos das fronteiras do legal/ilegal, formal/informal que produzem e continuamente reproduzem tais espaços como as *margens* do Estado.

### **Da pesquisa que se faz no caminhar: notas teórico-metodológicas**

Descrição não é uma transcrição da realidade, muito menos um inventário ou coleção de casos interessantes. É um trabalho de construção que passa pelo modo como se estabelecem ou se fazem ver conexões e relações que, antes, sob um outro jogo de perspectivas, não faziam parte da cartografia social ou, então, dos critérios de pertinência e relevância postos pelas perguntas que se endereçavam ao mundo. Hoje, porém, são outras as perguntas e talvez sejam estas que ainda têm que ser mais bem formuladas. (TELLES, 2010, p. 29).

---

<sup>14</sup> “Não estaria grande parte de todos esses crimes e ilegalismos sendo desviados do processo de criminalização e incriminação simplesmente pela interposição de um mercado ilegal que transaciona exatamente o desvio? Mercadorias como ‘criminar’ ou não, ‘incriminar’ ou não podem ser valiosas se oferecidas compulsoriamente à clientela.” (MISSE, 2010, p. 96).



A percepção de um mundo urbano que parece escapar das já estabelecidas interpretações teóricas e, também, políticas, tem sido um ponto comum entre pesquisadoras e pesquisadores do urbano. Uma percepção que é também compartilhada com militantes dos vários movimentos sociais que têm a cidade, em suas múltiplas dimensões, como objeto ou lócus de atuação.

Nosso interesse, em particular, são os processos que engendram mudanças nas formas de produção e gestão do espaço urbano nas periferias paulistanas. E, para compreendê-los, parece-nos que a descrição etnográfica se impõe como um recurso de leitura e reflexão importante ao permitir escapar de categorias e referências previamente formuladas para que possamos elaborar outras perguntas e leituras sobre a realidade social. Quer dizer, a opção pela etnografia como prática de conhecimento é, ao mesmo tempo, uma opção empírica e teórica, pois é no percurso mesmo da pesquisa e da descrição etnográfica que o plano de referência a partir do qual é possível compreender aquilo que é investigado vai se delineando. É, pois, a etnografia como experiência de conhecimento o fundamento de toda esta tese (TELLES, 2010).

A proposta teórico-metodológica da pesquisa foi seguir as pistas já levantadas por tantas pesquisadoras e pesquisadores do urbano que vêm apontando a heterogeneidade das periferias urbanas, bem como suas transformações recentes, a partir de distintas abordagens e enfoques. Em diálogo com essa bibliografia (que será trazida ao longo da tese), esta investigação foi construída de modo a contribuir para a construção de parâmetros descritivos e analíticos que permitam colocar em perspectiva os processos atuais de produção e gestão de territórios periféricos nas bordas da cidade e interrogá-los naquilo que nos informam sobre as dimensões societárias e políticas da vida urbana. A aposta é de que nestes territórios em formação estão cifradas algumas das complicações atuais do mundo urbano e é a partir de lá que buscaremos identificá-las.

Em entrevista concedida a pesquisadores brasileiros, Veena Das caracteriza a etnografia como uma forma de produção do conhecimento que se dá em um modo de intimidade com os temas de pesquisa: “a etnografia se torna para mim uma forma de estar atenta ao modo como o trabalho de pessoas ordinárias reformula o mundo em que vivemos.” (MISSE *et al.*, 2012, p. 343). É para esse fazer cotidiano de reformulação do mundo, do mundo urbano em particular, que direcionamos nossas indagações partindo das relações que construímos ao longo de mais de quatro anos de pesquisa nos territórios pesquisados.

Nosso posto de observação são as ocupações de terra recentes estabelecidas nas franjas da periferia norte de São Paulo. Tendo como ponto de ancoramento a ocupação Jardim Milão,

transitamos e circulamos pelas demais ocupações estabelecidas a partir de 2015, ano identificado por nós como um ponto de inflexão que marca a retomada do movimento de expansão urbana impulsionado pelo início das obras do trecho norte do Rodoanel. Nesses territórios em formação buscamos identificar os atores sociais implicados nesses processos, suas redes de relações e recursos materiais e de poder acionados nas constantes, e nebulosas, negociações instituídas em torno da entrada, permanência e transformação da terra, bem como das disputas em torno da manutenção de sua ordem local.

Entre visitas em dias rotineiros ou nas festas celebrativas, para acompanhar uma reunião da associação de moradores ou para uma conversa agendada, acompanhamos de perto a transformação do território, o investimento em *melhorias* urbanas, a evolução das casas, a chegada e saída de ocupantes. Por meio desse acompanhamento e das muitas e várias interlocuções estabelecidas, fomos reconstruindo e elaborando as dinâmicas, os conflitos, as negociações e os constantes rearranjos que sustentam e estruturam a formação e consolidação das ocupações. Para Das e Poole (2004), a etnografia é uma forma de conhecimento que privilegia a dimensão da experiência, um recurso que permite a inserção da pesquisadora em domínios do social que dificilmente poderiam ser alcançados se adotados outros protocolos de investigação.

A identificação dos atores sociais implicados em cada território nos permitiu rastrear as conexões que extrapolam uma ou outra ocupação, conectando-as entre si e também a outros espaços e tempos da cidade<sup>15</sup>. E eram essas as conexões que nos interessava construir: entre os atores, as práticas mobilizadas que se constituem no acúmulo de processos históricos, sociais e políticos, os arranjos que se estruturam a cada nova configuração, bem como os recursos materiais e de poder que dão os contornos particulares a cada ocupação de terra.

É precisamente por seu caráter situado que a pesquisa etnográfica coloca o desafio de dar conta dos jogos de escalas inscritos nos territórios e nas várias situações nas quais nos situamos e de onde se torna possível observá-los. Ao argumentar em favor da microanálise, Jacques Revel (1998) afirma que a realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise ou da escala de observação na qual nos situamos para interpelá-la. São opções, ou seja,

---

<sup>15</sup> Nossa forma de conduzir e construir a prática etnográfica, rastreando os atores e suas conexões, tem uma clara inspiração na Teoria do Ator-Rede desenvolvida por Bruno Latour (2000; 2012). De maneira muito resumida, ao transpor suas investigações em torno da construção dos fatos científicos nas ciências naturais para a construção dos fatos sociais nas ciências humanas, Latour propõe um deslocamento: no lugar de centrar a investigação nos indivíduos e sociedades como fatos autoevidentes, interrogar as vinculações e os movimentos que as produzem. Assim, a ideia de ator, em sua formulação, não se refere ao indivíduo, mas é construído como uma rede de mediadores: daí a ideia de ator-rede. Nesse sentido, a agência é entendida pelo autor não como uma ação voluntária de um indivíduo em um mundo objetivo, mas enquanto potência relacionada às redes nas quais cada ator está inscrito e por onde se constitui enquanto tal.

escolhas teórico-metodológicas que realizamos no curso da investigação e que resultam em uma determinada forma de construção da realidade social. Todavia, argumenta ele, ao nos situarmos na microescala dos indivíduos e de suas relações, será preciso acompanhar os atores sociais e os vários contextos ou escalas nos quais estão inseridos, por onde transitam e de onde atuam. Quer dizer, segundo Revel, é justamente o princípio da variação das escalas o que permite a construção de objetos complexos a partir de um posto situado de observação.

Ao assumirmos os ensinamentos de Revel, buscamos apreender os jogos situados de escalas nos territórios a partir dos atores sociais neles implicados, atentando para suas conexões e redes de relações: moradores e lideranças, policiais e demais agentes do Estado, os operadores dos vários mercados que circulam e aterrissam nas ocupações, os advogados, as figuras políticas e toda a sua rede mobilizada. Todos eles em relação no território situado da ocupação, mas operando a partir de escalas de extensão e de recursos de poder variados, que incidem e se refletem em cada ocupação que tem origem em suas práticas.

E é justamente aí que se localiza a potência da etnografia como prática de conhecimento: ao invés de saltar para as grandes abstrações teóricas, ela propõe rastrear as conexões entre atores e eventos que conformam o social (LATOURET, 2012).

Ao tomar a cidade como plano de referência, as dinâmicas locais observadas em campo foram postas em perspectiva com a história política e social da cidade (TELLES, 2013). Processos mais gerais que parecem atravessar e incidir sobre o urbano - como as dinâmicas dos mercados, o encolhimento e a precarização continuada do mundo do trabalho e das redes de seguridade social, as formas da política, dentre outros - estão presentes na escala das ocupações, a partir das modulações particulares que assumem a cada contexto situado.

As questões e proposições elaboradas ao longo da pesquisa decorrem, assim, da relação e troca contínua com os atores implicados nos territórios, das cenas e eventos dos quais fomos testemunhas e que rechearam nosso caderno de campo, das conversas programadas e espontâneas, das fotos que marcam os tempos das transformações dos territórios e daquelas que se tornaram memória dos que foram removidos.

A partir da realidade social que nos foi dada a conhecer por nossas interlocutoras e interlocutores, não buscamos construir uma leitura definitiva sobre a lógica de produção do espaço urbano nas franjas da cidade, mas contribuir para a elaboração de questões que sejam pertinentes ao nosso projeto coletivo de pesquisa e também de ação política sobre o mundo social e urbano no qual estamos inseridas. É todo um trabalho de composição de fatos, eventos e circunstâncias construído a partir do que nos foi apresentado pelos relatos, percursos e contextos de nossos interlocutores e interlocutoras. E que nos deixa ver as práticas e

dispositivos de produção do espaço urbano e das formas de gestão de sua ordem local de modo a nos ajudar na tarefa de interpelar o urbano e incidir sobre ele.

Assim, recorreremos à antropóloga Mariza Peirano (1995), que afirma que a potência da etnografia se encontra justamente no seu caráter de incompletude, posto que se constitui em um processo de questionamento permanente, sempre aberto a novas perguntas. E, propõe a autora, essa incompletude é justamente a sua abundância, uma vez que os dados produzidos no exercício etnográfico podem ser interpelados a partir de outras questões e abordagens, abrindo-se para novas interpretações e construções da realidade social.

### ***A construção de personagens urbanos***

Toda a tese foi construída a partir de situações e configurações sociais que são tomadas como cenas descritivas que nos permitem seguir o traçado dessa constelação de atores e práticas, suas mediações e conexões que nos informam sobre a lógica de produção e gestão do espaço urbano nas fronteiras da cidade. E para nos conduzir entre esses processos e as cenas descritivas nos apoiamos na construção de personagens urbanos, tal como elaborado por Telles (2010). São personagens que, em suas trajetórias e por meio de suas práticas nos deixam ver os traçados dos vários circuitos urbanos e vetores de poder que atravessam e incidem sobre os territórios.

Assim, a construção dos personagens urbanos envolvem a composição de diferentes trajetórias de vida e os múltiplos contextos de referências que as compõem, de tal modo que tais personagens passam a funcionar como prismas por meio dos quais o mundo social e urbano ganha forma em suas distintas modulações (TELLES, 2010, p. 125). Trata-se, assim, da articulação de diferentes dimensões da experiência urbana que se compõem nos tempos políticos e sociais da cidade e que nos informam sobre eles.

Assim é que a liderança comunitária, o empreendedor social, a conselheira tutelar que opera os negócios ilegais e ilícitos e aquele que tem a vida no limiar da precariedade - e que faz dela seu recurso de sobrevivência - foram construídos de modo a esclarecer os agenciamentos em torno de cada uma das ocupações aqui apresentadas, e as diferenças entre elas. Cada um deles corresponde e esclarece alguns dos fios que compõem o mundo urbano que buscamos perspectivar a partir das ocupações. Por meio dos percursos de nossos personagens urbanos, torna-se possível apreender, por exemplo, os caminhos através dos quais circula o repertório dos movimentos populares de moradia, ainda que este não seja um ator presente nesses territórios, ou aquele do chamado “mundo do crime” e suas formas de atravessamento sobre a produção e gestão das ocupações.

Contudo, como será possível notar, as histórias narradas não se resumem aos personagens urbanos que estiveram à frente de tais processos. Em seus percursos e contextos de ação, outros personagens entram em cena, cada qual fazendo ver dimensões estruturantes das tramas urbanas que se constituem nas fronteiras incertas do legal e ilegal. Entram em cena os supostos proprietários de terra e seus capangas, o advogado que atende as ocupações, o arquiteto, os sócios da empresa de ônibus concessionária da prefeitura, policiais e demais agentes públicos, o vereador e toda a rede política mobilizada por ele. Cada um deles atua a partir de escalas de extensões e recursos variados, que compõem e se recompõem com os demais atores nos contextos conflituosos das ocupações, entre tensões e fricções, acertos e desacertos. São atores cujas histórias condensam diferentes temporalidades, escalas de atuação e repertórios que constituem a coreografia política montada em cada uma das ocupações.

Desse modo, há todo um entramado de atores atuantes nas *zonas cinzentas* entre o legal, o ilegal e extralegal, entre o institucional e o seu fora, os quais esclarecem os modos pelos quais essas zonas são produzidas e reproduzidas.

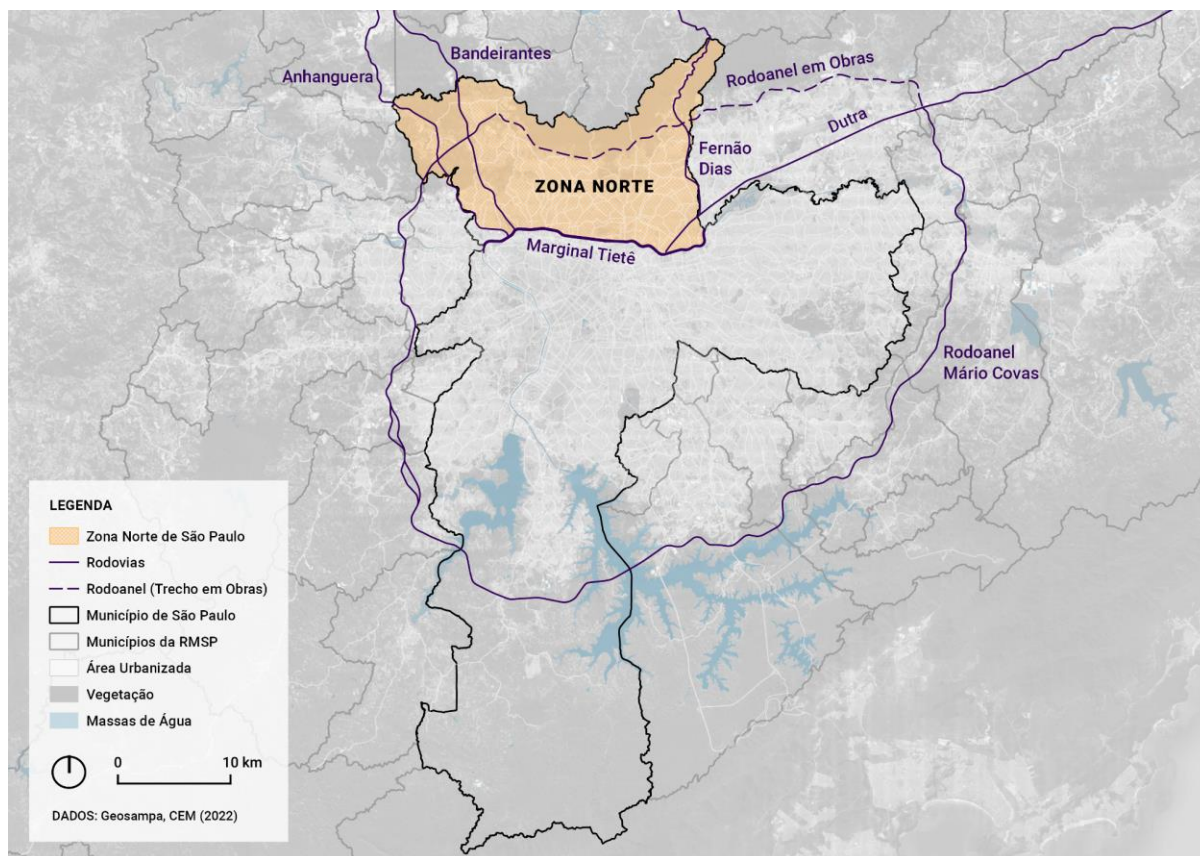
Feitos de práticas e conexões que articulam espaços diversos e dimensões variadas da cidade, os territórios não têm fronteiras fixas e desenham diagramas muito diferenciados de relações conforme as regiões da cidade e os tempos sociais cifrados em seus espaços. São esses circuitos que as trajetórias urbanas permitem apreender e que interessa compreender: a natureza de suas vinculações, mediações e mediadores, agenciamentos da vida cotidiana que operam como condensação de práticas e relações diversas.” (TELLES, 2006a, p. 7).

### ***Apresentação do campo e das estratégias de pesquisa***

Como a essa altura já está claro, esta pesquisa foi desenvolvida em ocupações de terra estabelecidas em uma área de fronteira urbana na grandiosa zona norte paulistana. Trata-se de uma região situada aos pés da Serra da Cantareira e que, desde 2013, vem sendo atravessada pelas obras (paralisadas) do trecho norte do Rodoanel Mário Covas. Optamos por não identificar com precisão a região onde desenvolvemos o campo como um modo de garantir a segurança de territórios, bem como a de nossas interlocutoras e nossos interlocutores, que já enfrentam ameaças. Todos os nomes próprios apresentados são fictícios, com exceção daqueles que indicam territórios consolidados da cidade e figuras públicas.

Assim, ainda que tenhamos o entendimento de que cabem muitas "zonas nortes" na zona norte de São Paulo, vamos nos referir de modo genérico à região pesquisada, que representa uma pequena parcela desse território situado ao norte do rio Tietê.

Figura 1 – Localização da zona norte no município de São Paulo



Fonte: Acervo pessoal de Pedro Lima (set. 2022).

Nossa entrada nas ocupações foi viabilizada pelas redes do Observatório de Remoções (OR), nas quais já estavam inseridas algumas lideranças desses territórios em decorrência de ameaças de remoção anteriores. Graças à intermediação dessas lideranças, conhecemos o Jardim Milão em maio de 2018. A ocupação teve início em agosto de 2016. Assim, em nossa primeira visita, aquele era um território ainda em formação, com muitos lotes desocupados, barracos de madeira e algumas poucas casas de alvenaria em construção. Naquele mesmo dia, fomos levadas a conhecer uma segunda ocupação, o Jardim da Amizade, distante alguns poucos quilômetros do Jardim Milão. Fábio, Patrícia e Armando foram nossos guias nesse primeiro dia e, como ficará evidente, tornaram-se importantes interlocutores de nossa pesquisa - além de personagens dela.

Foi por meio dessas relações que passamos a acompanhar as dinâmicas em torno da formação e consolidação de ocupações de terra estabelecidas no extremo norte de São Paulo, todas elas estabelecidas a partir de 2015. Até o início de 2020, quando foi deflagrada a pandemia do novo coronavírus no Brasil - impondo todo um rearranjo das estratégias de pesquisa, o que comentaremos mais à frente - estivemos presentes periodicamente nas ocupações, com

intervalos entre visitas semanais, quinzenais ou mensais, com o objetivo de circular pelo território, conhecer e estabelecer contato com ocupantes, e consolidar a nossa presença (bastante estranha) naquele espaço.

Sobre esse último ponto, vale a pena tecer um breve comentário para bem situarmos a nossa presença, bem como o modo como ela impacta as condições de desenvolvimento da pesquisa.

As ocupações que pesquisamos são territórios localizados nas franjas urbanas, em uma região formada por grandes bairros autoconstruídos entremeados com algumas áreas de chácaras, uma ou outra planta industrial, grandes espaços de evento, clubes e o enorme paredão verde que é a Serra da Cantareira. As ocupações se instalaram nos poucos vazios remanescentes nos bairros, em áreas verdes e, sobretudo, nos interstícios abertos a partir das obras de implantação do Rodoanel.

São territórios que se constituem atravessados por profundas precariedades urbanas e que funcionam como abrigo para uma população com trajetórias incertas e inconstantes no mercado de trabalho, com baixa escolaridade, sendo muitos migrantes nordestinos e nortistas de primeira geração que chegaram à capital paulista quando as fartas oportunidades de emprego se tornaram apenas lembrança de um tempo que passou. São indivíduos e famílias que, por vezes, vêm de situações de remoções e despejos, ou de arranjos habitacionais ainda mais precários, que encontram nas ocupações uma solução para o problema da moradia ou uma forma de compor renda diante de ganhos inconstantes e escassos.

Essa breve caracterização é importante para situarmos os efeitos de nossa presença nesses territórios: um grupo de jovens, quase sempre composto por mulheres, brancas, com roupas e utensílios que marcam o pertencimento de classe distinta da maior parte dos indivíduos que vivem e circulam por ali. Mas se tais marcadores sinalizavam a diferença e causavam um estranhamento em relação aos nossos corpos em trânsito pelas ruas, também nos garantiram certa passabilidade. Os marcadores de gênero, de raça, de classe e de idade nos conformaram como presenças que não pareciam oferecer riscos ao território e à sua população. Diante disso, nossas constantes frequências pelas ocupações nunca foram objeto de questionamentos ou de interdição, mesmo quando não estávamos acompanhadas por algum morador. Ao contrário, a curiosidade, na maioria das vezes, converteu-se em possibilidade de diálogo.

Por outro lado, ainda que nossa presença tenha sido acolhida sem grandes contestações, restaram muitas dúvidas entre nossos interlocutores e interlocutoras acerca de nossa pesquisa nas ocupações, a despeito das constantes explicações e apresentações. Ademais, por se tratar de territórios muito recentes, ainda em formação, não havia muitas pessoas que não fossem

ocupantes circulando por ali e menos ainda desenvolvendo pesquisas acadêmicas. No geral, havia uma compreensão de que queríamos contar aquela história - de um território que estava sendo construído do zero por seus próprios habitantes. Fábio, uma das lideranças do Jardim Milão, foi talvez a pessoa que melhor sintetizou o objetivo desta pesquisa, e que assim nos introduzia a cada nova pessoa que nos apresentava: são pesquisadoras da USP interessadas no “lado A e lado B” do processo de formação das ocupações. Isto significava dizer que queríamos conhecer as histórias que constituem a imagem pública da ocupação, aquela que é apresentada nos espaços públicos onde reivindicam seu reconhecimento e legitimidade, mas também aquelas que não entram nos “registros oficiais”.

Ainda assim, foi um desafio para nós construir uma interlocução em torno da pesquisa e seus objetivos de maneira compreensível para a maioria de nossos interlocutores e interlocutoras, para quem a universidade ainda é uma realidade muito distante. Ou seja, ao mesmo tempo em que garantimos a aceitação de nossa presença em decorrência da intermediação das lideranças e dos marcadores sociais de nossos corpos, havia uma hierarquia de poder posta, em decorrência desses mesmos marcadores, que era intransponível.

Essas questões em torno das condições de desenvolvimento da pesquisa etnográfica sustentada por relações de poder hierarquicamente desiguais são um tema fundamental sobre o qual ainda temos muito o que avançar. Contudo, e infelizmente, não teremos condições de fazer isso aqui. Ainda assim, registrar o estatuto das relações que construímos em nosso campo nos parece um elemento importante para bem situar os termos e condições que estruturaram o desenvolvimento da pesquisa, as interlocuções e as elaborações daí decorrentes.

Foi estando imersas nessas relações que, pouco a pouco, fomos introduzidas nas várias histórias sobre a formação das ocupações, os atores nelas engajados, as tensões, disputas e as muitas negociações realizadas para garantir a entrada e permanência na terra. Pudemos acompanhar um pouco das tensões e negociações constantes às quais o cotidiano estava submetido, os acertos e desacertos com diferentes atores em torno da consolidação do território. Muitas vezes, ouvimos o relato de um mesmo evento várias vezes, narrado por pessoas com diferentes inserções no território. Noutras, pudemos acompanhar parte do seu desenrolar em campo ou pelo grupo de WhatsApp do Jardim Milão, o qual integramos desde setembro de 2018.

Entre uma caminhada e outra pelas ruas, nas horas que passamos sentadas na sede da associação de moradores, aproveitando a obrigatoriedade da assinatura do caderno de presença para conhecer alguns moradores, ou na parada para o café na mercearia local, registramos as histórias, os eventos e os tempos de cada ocupação. Também o fizemos nos momentos



comemorativos, como as festas de Dia das Crianças e a Páscoa, a celebração de mais um ano da ocupação, ou os atos públicos e reuniões de articulação contra algum risco. E quando as ameaças não puderam ser evitadas acompanhamos algumas remoções de ocupações.

Todos os encontros e conversas, privadas ou em grupo, foram registradas no bloco de notas do celular, entre frases e palavras-chaves que, mais tarde, ajudariam-nos a compor o relato de campo. No ônibus de volta, o celular era o caderno de campo à mão. Registramos, ainda, muitas fotos do período e guardamos aquelas que nos chegaram (e chegam) pelo grupo de WhatsApp do Jardim Milão. Em conjunto, esses elementos nos ajudaram a compreender o desenrolar dos processos que se materializam no território.

Os dados de campo foram ainda alimentados por outras estratégias e métodos de pesquisa elaborados de forma coletiva conforme o escopo do LabCidade. Assim, realizamos entrevistas semiestruturadas em diferentes territórios da zona norte paulistana no âmbito da pesquisa *Formas de Morar*<sup>16</sup>, que nos ofereceu outras perspectivas sobre os territórios investigados. Recorremos ao trabalho de leitura e sistematização de processos judiciais de desapropriação no âmbito da implantação do Rodoanel<sup>17</sup> e dos processos de regularização fundiária de alguns dos territórios vizinhos às ocupações. Tais estratégias permitiram uma aproximação tanto da história de formação de alguns desses territórios, quanto de alguns dos conflitos e disputas que os cercam. Também por meio da produção de leituras cartográficas da região, que foram produzidas combinando a espacialização de dados sociodemográficos e da implantação de grandes projetos públicos junto aos dados de ameaças e remoções produzidos no Observatório de Remoções<sup>18</sup>, fomos capazes de apreender alguns dos conflitos em torno da terra em uma escala mais ampla do que aquela das ocupações e suas imediações. Essas múltiplas estratégias e métodos de pesquisa, que só puderam ser empreendidos graças às pesquisas coletivas desenvolvidas no LabCidade e no OR, ofereceram-nos um instrumental de leitura que foi fundamental para o embasamento das reflexões trazidas aqui.

---

<sup>16</sup> A pesquisa *Territórios Populares: Formas de Morar* buscou revisitar a oposição construída entre conceitos já consolidados na literatura urbana brasileira, como “centro”, “periferia” e “favelas”, questionando-os em sua validade para dar conta da heterogeneidade dos territórios populares nos dias atuais. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores e lideranças de diferentes arranjos habitacionais estabelecidos em distintas regiões da zona norte e do centro da cidade de São Paulo. O objetivo era apreender as múltiplas “formas de morar” existentes nesses territórios a partir das dinâmicas envolvidas na produção e gestão dos espaços. Na zona norte, realizamos 34 entrevistas, em 14 territórios diferentes. Algumas dessas entrevistas foram feitas nas ocupações que conformam nosso campo e em suas imediações. Portanto, elas também alimentaram as elaborações apresentadas aqui.

<sup>17</sup> Um trabalho realizado pela pesquisadora do LabCidade, Débora Ungaretti, no âmbito de sua pesquisa de doutorado, ainda em desenvolvimento.

<sup>18</sup> Ainda que a produção cartográfica tenha sido central para muitas de nossas leituras e reflexões, não trouxemos esse material para a tese na medida em que optamos por não identificar com precisão nosso campo de pesquisa.

Ainda, e também por intermédio das redes do LabCidade e do OR, o campo nas ocupações da zona norte foi continuamente posto em perspectiva com os demais territórios pelos quais circulamos e que acompanhamos, com maior ou menor intensidade, ao longo desses mais de quatro anos de pesquisa. Localizados em diferentes regiões da cidade e constituídos sob distintas configurações socioterritoriais e temporais, esses territórios funcionaram como uma espécie de contraponto ao que observamos em nosso campo, de modo que nos foi possível entrever o que pareciam ser dimensões locais dos processos e o que ecoava dinâmicas urbanas mais amplas.

Foi assim que, pouco a pouco, o que nos parecia um quebra-cabeça de casos, episódios, nomes e eventos fragmentados começou a ser trabalhado e conectado a partir de nossas interpelações com aquilo que nos era dado a conhecer. As narrativas que estruturam a tese compõem, assim, o exercício de descrição que nos propusemos a realizar, entendida enquanto uma construção da realidade social elaborada a partir da composição dos fatos, eventos, circunstâncias e relatos que nos foram entregues nesse período. Como nos lembra o antropólogo Bruno Latour (2012, p. 187), a composição e construção dos relatos textuais é o próprio estabelecimento das conexões sociais, na medida em que “os relatos textuais são o laboratório do cientista social”.

### ***Uma tese atravessada pela pandemia***

Dentre os vários dilemas enfrentados em campo ao longo desses anos, o atravessamento da pandemia do novo coronavírus, no início de 2020, sem dúvida foi o mais inesperado e desafiador.

A pesquisa que deu origem a esta tese teve início em abril de 2018, quando ingressei como pesquisadora no LabCidade. Quando chegava à metade do curso de doutorado, momento para o qual havia previsto dar início à realização de entrevistas em profundidade, os planos e cronogramas de pesquisa foram subitamente interrompidos pela deflagração da pandemia do novo coronavírus<sup>19</sup>. Como todo mundo, enfrentamos dois anos de muita incerteza e instabilidade, com períodos de arrefecimento dos contágios e mortes, e posterior recrudescimento das medidas sanitárias. É inegável que a pandemia e seus efeitos impactaram o desenvolvimento desta tese, sobretudo no que se refere à realização da pesquisa de campo. Simplesmente não foi mais possível estar presente fisicamente nas ocupações.

---

<sup>19</sup> No dia 25 de fevereiro de 2020 foi registrado o primeiro caso de COVID-19 no Brasil, na cidade de São Paulo. Em 20 de março do mesmo ano o governo do Estado decretou estado de calamidade pública e impôs uma série de medidas sanitárias com restrições à circulação e ao funcionamento de serviços urbanos e atividades comerciais com o intuito de garantir o isolamento social da maior parte da população.

Por outro lado, em outros aspectos, como já frisado anteriormente, as condições de investigação foram muito favorecidas pelo suporte dos grupos de pesquisa nos quais estava inserida, que rapidamente se estruturaram para manter os encontros de discussão online. Dessa forma, apesar do distanciamento físico, nos mantivemos conectados e trocando leituras, inquietações e reflexões. Todavia, ainda era preciso encontrar os meios para seguir acompanhando as dinâmicas das ocupações então em formação - em particular daquela que se tornou o nosso ponto de ancoramento: o Jardim Milão. E é nesse momento que o grupo de WhatsApp da ocupação assumiu uma posição central enquanto um dispositivo de pesquisa que nos permitiu manter as conexões com o território e sua população.

O grupo de WhatsApp dos moradores do Jardim Milão é um espaço privilegiado de trocas entre os ocupantes, bem como um recurso bastante mobilizado pela associação de moradores em sua tarefa de gerir o cotidiano. São 212 participantes<sup>20</sup>, entre *moradores* e *donos de lote*, em um espaço virtual que funciona como lugar de discussão sobre os mais variados assuntos. É por lá que se trocam dicas e informações sobre serviços, postos de trabalho, algum programa ou benefício público, ou mesmo uma blitz da polícia militar montada nas principais avenidas da região. Também é por lá que são compartilhados os problemas e tensões vividas no cotidiano, como as constantes instabilidades das redes de água e luz notificadas pelo grupo, a reclamação por conta do vizinho que faz o descarte de lixos e entulhos fora da lixeira comunitária, ou ainda de quem transita com o carro em alta velocidade, colocando em risco os ocupantes. Entre tantos outros comportamentos classificados como prejudiciais ou indesejáveis que vão, pouco a pouco, sendo reprimidos por essa coletividade, e em nome dela.

Por lá também são feitas as cobranças daqueles que estão em débito com a associação, ou dos que participam pouco das atividades coletivas. Ademais, é nesse espaço onde se organizam doações de cesta básica para famílias em dificuldade, bem como a realização das festas celebrativas, como o Dia das Crianças ou a Páscoa. O WhatsApp também funciona como um modo de comunicar a presença de agentes públicos, entendida como motivo de alerta (“carro da ambiental na área”), ou até mesmo de pessoas consideradas estranhas e, em alguma medida, suspeitas na ocupação. Até que o motivo da suspeita seja identificado, fotos, descrições físicas e a indicação do caminho percorrido pelo indivíduo não identificado são compartilhados pelo aplicativo.

Dessa forma, o grupo permite centralizar e compartilhar as informações que acontecem em qualquer ponto da ocupação, na medida em que cada ocupante se torna um ponto ativo dessa rede que, desde seu posto de observação, informa aos demais os problemas e as presenças

---

<sup>20</sup> Número contabilizado em 14 de setembro de 2022.

suspeitas. Ou seja, a ferramenta WhatsApp funciona também como um dispositivo de vigilância e controle, mobilizado de forma coletiva e difusa pelos ocupantes do Jardim Milão.

Por tudo isso, o grupo se mostrou uma fonte de informações importante, que nos introduziu ao cotidiano daquele território - ou, ao menos, daquilo que passa pelo grupo online - 24 horas por dia, sete dias por semana. Se já não era mais possível circular pelo território, foi possível acompanhar parte de sua rotina por meio das mensagens cotidianas compartilhadas.

O uso do WhatsApp como fonte de informação não estava nos planos da pesquisa. Não tínhamos (e não temos) familiaridade com as metodologias de pesquisa online e seus protocolos. Foi preciso improvisar. No caderno de campo, começamos a registrar as mensagens que circulavam pelo grupo, a tal ponto que, em determinado momento, foi possível identificar determinados grupos “temáticos” relativos às mensagens, bem como apreender assuntos mais sensíveis e tópicos recorrentes: reclamações acerca das inconstâncias dos serviços, como água e luz; cobrança dos inadimplentes pela associação de moradores; anúncios de comércios e serviços oferecidos pelos ocupantes; alerta sobre blitz nas redondezas; alerta sobre a presença de agentes públicos na ocupação; prestação de contas da associação; reclamações e conflitos cotidianos variados entre vizinhos.

Em determinado momento, os membros da associação de moradores também começaram a gravar e publicar no grupo as conversas com agentes públicos - de policiais que apareciam na ocupação durante ações de fiscalização ou de rotina a funcionários da subprefeitura. Isso nos permitiu acompanhar o desenrolar dessas conversas na íntegra e no momento mesmo em que aconteciam - ainda que de forma desconectada dos gestos e expressões que conformam tais situações e que só podem ser observados presencialmente.

De toda forma, apesar de suas limitações, o WhatsApp se tornou uma fonte quase inesgotável de informações, que passou a ser combinada com as anotações registradas no caderno de campo até o momento da pandemia e com as referências obtidas graças ao retorno ao campo, ainda que de forma mais pontual, após o arrefecimento da Covid. O primeiro reencontro presencial que tivemos foi em agosto de 2021, em um momento de queda dos contágios e mortes. Até o final daquele ano, fomos outras três vezes a campo. Em 2022, ao adentrar de forma mais intensa na escrita da tese, foram outros três encontros presenciais, ainda que durante todo esse período os contatos com alguns interlocutores e interlocutoras mais próximas tenham se mantido de forma mais constante.

### *Organização dos capítulos*

A tese foi construída de modo a reverberar o processo urbano que buscamos descrever. Assim, o texto se divide em três partes, além desta introdutória, de forma que a passagem de uma para outra segue os tempos da pesquisa, e também os tempos dos territórios: Parte II - Formação, Parte III - Consolidação e Parte IV - Destruição. Nesse percurso, ao chegar ao final do texto, poderíamos voltar ao seu início, seguindo o argumento que buscamos desenvolver de forma transversal ao longo de toda a tese: das fronteiras urbanas da maior metrópole do país, observamos a tessitura de um mundo urbano e social que se faz em meio a contínuas destruições e reconstruções - de territórios, de materialidades e das redes sociais que sustentam as condições de reprodução da vida.

Esta Parte I se dividiu em três itens: a apresentação da pesquisa, alguns apontamentos relativos ao enquadramento teórico do campo e as notas teórico-metodológicas. Ainda nesta primeira parte, no capítulo 1, “A urbanização da metrópole paulista: parâmetros descritivos e analíticos”, recuperamos os processos que deram origem a três territórios consolidados da zona norte de São Paulo com origens nos anos 1980 e 1990, de modo a construir os parâmetros descritivos e analíticos a partir dos quais nossos achados de pesquisa puderam ser postos em perspectiva. A reconstituição de tais processos nos permitiram situar as práticas e arranjos em torno das ocupações de terra sobre um processo mais amplo de acumulação da experiência social, história e política de um saber-fazer em torno da produção do espaço urbano que ainda hoje se reproduz na região.

A partir da Parte II: Formação, aproximamo-nos do campo por meio da observação dos impactos da implantação do trecho norte do Rodoanel Mário Covas no extremo norte de São Paulo. Esta grande obra pública contribuiu para um acirramento dos conflitos fundiários locais que, dentre outros efeitos, deu origem a muitas das ocupações identificadas neste trabalho. Entre disputas pelos valores das indenizações pagas no âmbito das desapropriações realizadas pelo Governo do Estado e as disputas pela posse efetiva da terra que se abriram a partir das obras, constatamos a existência de um movimento de expansão urbana que se deu por meio da ocupação dos pequenos vazios remanescentes das obras, nos bairros do entorno ou mesmo em áreas verdes da região.

Os três capítulos que compõem esta Parte II indicam os processos que deram origem a três ocupações de terra estabelecidas na região a partir de 2015: capítulo 2 - Jardim da Amizade, capítulo 3 - Jardim Milão e capítulo 4 - Duas Irmãs. Postas em perspectiva, estas ocupações nos revelam os diferentes atores implicados, suas redes sociais, bem como as conexões e negociações realizadas no estabelecimento de cada um desses territórios. São processos

distintos que reverberam sobre a forma urbana e a gestão da ordem local, bem como sobre os perfis dos indivíduos e famílias que terão acesso a cada uma delas.

Na Parte III: Consolidação nosso posto de observação se fixou na ocupação Jardim Milão. Na parte introdutória deste item, construímos um casal de ocupantes como os personagens urbanos que irão nos conduzir entre os meandros do processo de consolidação da ocupação, fazendo a conexão entre os arranjos em torno da formação do território e de sua consolidação. Apresentamos a trajetória do casal, bem como os percursos que os levaram até a ocupação e as estratégias mobilizadas em torno da autoconstrução da moradia.

Para dar conta do processo de consolidação do Jardim Milão, a Parte III foi dividida em dois capítulos. No capítulo 5, “A gestão do cotidiano em meio a precariedades e incertezas”, nosso foco voltou-se para as práticas da associação de moradores, os procedimentos, artefatos e protocolos criados para fazer a gestão da vida e das urgências de um território em formação e que são também mobilizados na construção das conexões que podem garantir o seu futuro. Processos esses que são tensionados pela instabilidade dos acordos travados nessas *zonas cinzentas* onde se constituem as ocupações de terra.

No capítulo 6, “Urbanização em ato: ilegalismos, mercado e precariedades”, a consolidação do território foi abordada a partir dos agenciamentos em torno da provisão de serviços e infraestrutura que originou um processo de urbanização constituído pela realização de sucessivas *melhorias*. Tal urbanização foi viabilizada por meio de um mercado paralelo que se estruturou em torno da transformação da terra, envolvendo agentes públicos e privados que fazem da precariedade urbana uma oportunidade de negócios. Neste capítulo, focalizamos, ainda, as interfaces com o Estado ao longo de todo esse processo e da busca do Jardim Milão por reconhecimento e integração junto ao ordenamento urbano e social estatal.

A última parte da tese, Parte IV: Destruição, é composta pelo capítulo 7, “Remoções”, o capítulo final do texto. Aqui saímos do Jardim Milão para circular entre as ocupações que não conseguiram permanecer e, assim, aproximamo-nos dos processos que removem determinados territórios e populações. São processos que nos revelam, simultaneamente, os registros das violências e violações do Estado, bem como a interconexão dos processos de deslocamentos forçados e da reterritorialização de uma quantidade crescente de indivíduos e famílias, que dão forma à dinâmica de contínuas destruições e reconstruções por onde se constitui o mundo urbano e social nas fronteiras urbanas de São Paulo hoje.

Esta é uma tese que tem no exercício da descrição e da composição dos relatos etnográficos um recurso privilegiado de leitura e reflexão sobre a realidade social, tal como a construímos a partir de nossas inquietações e interpelações sobre o urbano. Não há aqui uma

intenção de oferecer respostas a tais inquietações, mas de contribuir para a construção de um quadro interpretativo a partir do qual as questões que estão postas sobre o urbano possam ser colocadas em perspectiva, somando-se a outras tantas pesquisas em desenvolvimento. Como afirma Vera Telles, “[t]rata-se, antes e sobretudo, de fazer da investigação uma experiência de conhecimento capaz de deslocar o campo do já-dito, para formular novas questões e novos problemas”. (TELLES, 2010, p. 26).

## **1 A urbanização da metrópole paulista sentido zona norte: parâmetros descritivos e analíticos**

Desde a década de 1960<sup>21</sup>, a construção do urbano como questão para as Ciências Sociais e para o pensamento urbano brasileiro, de forma ampla, ensejou pesquisas empíricas e elaborações teóricas que foram desenvolvidas ao longo dos anos, imersas nos respectivos contextos semânticos, políticos e históricos no qual estavam inscritas, e reagindo a eles. Como resultado, há uma extensa e consolidada bibliografia sobre os processos acerca da urbanização da metrópole paulista, construída a partir de distintos enfoques, temas e abordagens teórico-metodológicos lançados por estudiosos e estudiosas das várias disciplinas que têm o urbano como perspectiva e objeto de reflexão.

Diante da extensão e da importância dos debates e produções elaborados ao longo das décadas, optamos por não realizar aqui uma revisão bibliográfica do campo, pois entendemos que para dar conta das múltiplas questões desenvolvidas em toda a sua envergadura, elaboradas em diferentes conjunturas das quais não devem ser dissociadas, seria necessária a realização de outra tese. Pela relevância do pensamento social urbano brasileiro, seria redutor tentar trazer aqui, de maneira breve e resumida, temas que foram objeto de extensas discussões, pesquisas e reflexões.

Assim, ao invés de partir de uma revisão bibliográfica protocolar, optamos por retomar algumas das questões que embasaram as leituras e interpretações sobre a urbanização da metrópole paulista por meio da reconstituição histórica de três territórios localizados na zona norte paulistana, com origens ao longo dos anos 1980 e 1990. Eles são tomados como processos que marcaram os tempos urbanos e as inflexões vividos no período, e que foram concomitantemente tematizadas pelos estudos urbanos<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Segundo Lícia Valladares e Bianca Freire-Medeiros (2002), a cidade como questão sociológica começa a aparecer no contexto acadêmico brasileiro de forma mais sistemática a partir dos anos 1960, ressoando os debates que eram então realizados em várias outras partes do mundo, em particular nas universidades francesas, que viviam um momento de fundação e afirmação de uma “nova sociologia”. Esta propunha uma reflexão sobre o urbano de forma mais abrangente do que havia sido feito até então por uma sociologia de cunho ecológico, que tinha como expoente a Primeira Escola de Chicago. De lá pra cá, como nos mostram as autoras, a sociologia urbana brasileira se desenvolveu por meio de pesquisas realizadas em diferentes áreas temáticas e com distintas abordagens teórico-metodológicas, constituindo-se em um campo disciplinar fundamental nas Ciências Sociais e nos estudos urbanos, de forma geral.

<sup>22</sup> Este capítulo é uma versão revisada e adaptada construída a partir de dois capítulos de livros publicados em coautoria com pesquisadoras do LabCidade. São eles: “Conflito, produção e gestão dos territórios populares: repertórios do extremo norte de São Paulo”, escrito por Débora Ungaretti, Fernanda Accioly Moreira, por mim e Thamires Ribamar (2020) e “Estado e informalidade urbana: as transformações socioterritoriais no extremo norte da metrópole paulistana”, escrito por mim, Fernanda Accioly Moreira e Débora Ungaretti (2021).



Ao retomar os processos que deram origem a esses territórios formados entre os anos 1980 e 1990, período que marcou a “virada dos tempos” na questão urbana (TELLES, 2010)<sup>23</sup>, nosso objetivo é identificar alguns dos atores, repertórios e agenciamentos que engendraram práticas em torno da apropriação e transformação da terra, elaboradas nesse momento particular da história urbana e que, ainda hoje, repercutem sobre um saber-fazer que é acionado nas ocupações em estabelecimento nas franjas da cidade. Com isso, esperamos situar os processos contemporâneos de produção do espaço naquilo que carregam da história da urbanização paulista, em seus contornos e engrenagens atuais. Daí a importância de se reter a cidade como plano de referência, tal como argumenta Telles (2013), pois nos permite recuperar a história urbana e social de modo a bem circunscrevermos nossas questões de pesquisa, ao mesmo tempo em que coloca essas mesmas questões em diálogo com os demais dilemas e inquietações que atravessam o mundo urbano.

Para reconstituir essas dinâmicas, apoiamo-nos na bibliografia que descreveu e refletiu sobre a formação de tais territórios, - um trabalho realizado em perspectiva a história de urbanização da metrópole paulista e aos temas e debates que constituíam o contexto histórico, político e também polêmico no qual se inscreviam, na realização de entrevistas com sujeitos que participaram ativamente desses processos e na sistematização de informações oriundas de ações judiciais de desapropriação promovidas pelo DER e de processos administrativos de regularização fundiária de tais áreas. Foi a partir da composição dessas diferentes fontes de informações e reflexões que os processos que deram origem ao Filhos da Terra, Jardim Felicidade e Vila Nova foram aqui reconstituídos e interpelados naquilo que nos informam sobre as complicações urbanas que encontramos em nosso campo de pesquisa hoje, já bastante alterado em relação àquele que proveio de tais processos.

Com esse breve retorno no tempo, esperamos recuperar determinados processos sociais e políticos que repercutiram sobre a produção do espaço urbano, os atores sociais neles implicados, os agenciamentos construídos e as várias negociações, acertos e desacertos que conformaram práticas de produção do espaço urbano mobilizadas nesta porção ao norte da capital. Tais desdobramentos foram dando forma àquilo que veio a ser nomeado, e categorizado, como “loteamentos irregulares” e “clandestinos”, “favelas”, “ocupações

---

<sup>23</sup> A chamada “virada dos tempos” marca um momento no qual eram vividas e percebidas grandes transformações que impactaram a cidade e as experiências urbanas, reverberando mudanças mais amplas que incidiam sobre o Estado, a economia e a sociedade, assim como sobre os parâmetros que até então os articulavam e dotavam-nos de sentido. Em Vera Telles e Robert Cabanes (2006) e Telles (2010) há uma densa discussão sobre tais processos e as questões que eles colocaram tanto para os estudos urbanos quanto para a política, à época.

organizadas” e “ocupações espontâneas”, frente a dinâmicas nas quais as fronteiras entre essas formas urbanas se tornaram cada vez mais difíceis de serem delimitadas.

São modos distintos de fazer cidade que se sucederam e se transformaram ao longo do tempo, e que ressoam sobre os processos contemporâneos de produção do espaço que são o objeto desta tese.

### **1.1 A expansão ao norte da capital: rompendo barreiras físicas**

A urbanização ao norte da capital paulista aconteceu de forma gradativa no tempo e só foi possível por meio de grandes investimentos públicos e privados que transformaram, de maneira profunda, o território da região. Fernanda Moreira (2019) recupera essa história, dando ênfase ao papel da iniciativa privada nesse processo e sua imbricada relação com os poderes públicos, que se deu, particularmente, por meio da mobilização de terras públicas utilizadas como meio para atingir interesses privados.

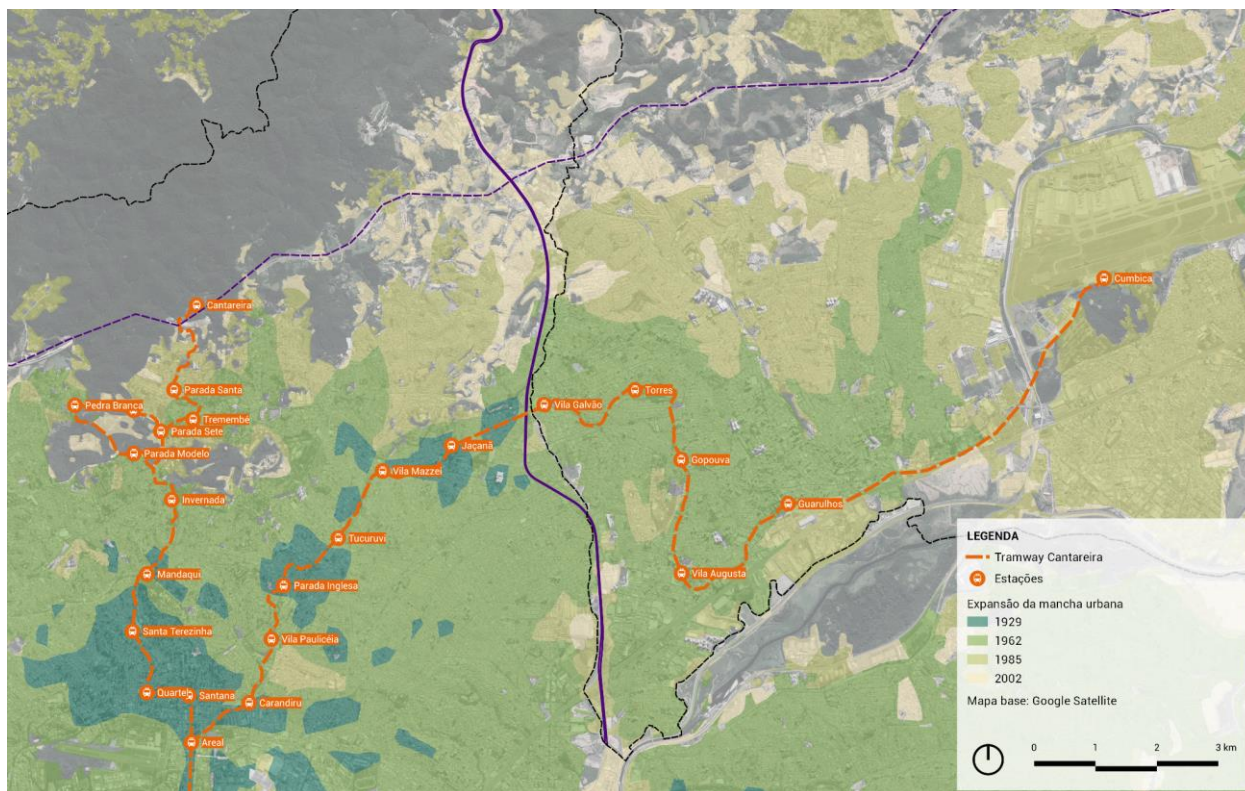
A autora retorna à virada do século 19 para o 20, quando a construção do *tramway* da Cantareira passou a funcionar como um importante indutor da incipiente expansão urbana da capital, particularmente em sua porção a nordeste. Inicialmente pensado para o transporte de materiais necessários para a construção da adutora Cantareira, que iria garantir o abastecimento de água dos paulistanos, pouco a pouco ele se converteu em um meio de transporte de passageiros. Ao transpor os rios que circunscravam as áreas até então habitadas, o *tramway* estimulou o adensamento dos pequenos núcleos já existentes além-rio, herdeiros das antigas estradas coloniais, e o paulatino espraiamento da mancha urbana pela região (MOREIRA, 2019).

Ao longo das primeiras décadas do século 20, o *tramway* foi se consolidando como um meio de transporte eficiente na ligação da região central da cidade à zona norte, particularmente a partir da construção de um segundo ramal, que criou novas estações e garantiu a ampliação de seu horário de funcionamento. Como relata a autora, em seu trabalho minucioso ao recuperar com detalhes todo esse processo, pequenos núcleos habitacionais foram se formando no entorno das paradas e estações do trem, lançando as bases para o futuro alargamento e adensamento da região.

Se o *tramway* permitiu a transposição dos rios e das áreas alagadiças que circunscravam a região central da cidade, a retificação e canalização dos rios Tietê e Pinheiros e a posterior abertura das vias marginais, realizados ao longo da primeira metade do século 20, incentivou ainda mais o movimento em direção ao norte da capital (SEABRA, 2015 apud MOREIRA, 2019). Foi um movimento que se deu ancorado na relação público-privada pela qual, segundo

Moreira, o poder público arcou com os altos investimentos em infraestrutura urbana, enquanto agentes privados produziram os loteamentos que foram, pouco a pouco, ocupando o entorno das estações.

Figura 2 – Os caminhos do *tramway* da Cantareira e a evolução da mancha urbana



Elaboração de Martim Ferraz e Aluázio Marino. Fonte: Moreira *et al.* (2020).

Ainda na primeira metade do século 20, uma mudança nos padrões de mobilidade passou a incidir sobre o processo de expansão da mancha urbana. O que começou de forma incipiente, acompanhando o vetor aberto pela ferrovia sobre uma pequena parcela do território ao norte da capital, a partir dos anos 1930 e 1940 se modificou - e se intensificou - com a entrada em cena dos ônibus, que passaram a figurar como importantes impulsionadores da expansão periférica, embora, naquele momento, de forma preambular. Segundo Nabil Bonduki (2017), surgia ali a figura do empresário do transporte rodoviário que, em aliança com loteadores, constituíram-se em atores sociais centrais na formação das periferias paulistanas<sup>24</sup>. Trata-se de

<sup>24</sup> “Sistema de baixa capacidade e grande capilaridade, os ônibus puderam, ao contrário dos bondes, propiciar acesso a áreas distantes e pouco ocupadas. Incorporado à vida da cidade de maneira descontrolada, o sistema cresceu conforme o interesse de seus proprietários, às vezes o próprio motorista. Só em 1934 a Prefeitura iria regulamentá-lo, ainda de maneira precária. *De qualquer forma, ele foi fundamental para a formação da periferia, a tal ponto que, posteriormente, seria muito comum a associação de empresas de ônibus e empresas de loteamento.*” (BONDUKI, 2017, p. 293, grifos nossos).

figuras que, como veremos ao longo desta tese, mantêm-se como atores relevantes nos processos contemporâneos de produção do espaço urbano.

O *tramway* foi desativado em 1965, dando lugar, em definitivo, ao padrão rodoviário que se consolidava por toda a metrópole. Contudo, se parte dos desafios físicos de expansão da cidade rumo à zona norte haviam sido superados por meio dos massivos investimentos públicos em infraestrutura - que levaram à construção da ferrovia e à retificação e canalização dos rios, por exemplo -, permaneciam as restrições ambientais e topográficas (HERLING, 2002). Em 1968 foi criado oficialmente o Parque Estadual da Serra da Cantareira, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral localizada no extremo da região e, em 1972<sup>25</sup>, foi demarcado o zoneamento ambiental rural, criando empecilhos que, a priori, impediriam ou, ao menos, dificultariam a urbanização local (Ibidem).

No entanto, já nesta década de 1970, e a despeito de todas as restrições e dificuldades, casas foram levantadas nos chamados loteamentos populares que começavam a se espalhar pelo território mais ao norte da capital, caminhando, pouco a pouco, em direção às bordas da cidade<sup>26</sup>. Desde então, a urbanização no sentido da zona norte, em particular, em relação à área que é objeto desta pesquisa, foi sendo produzida sob lógicas distintas de ocupação do solo, que vão da (minoritária) produção habitacional pública aos loteamentos mais ou menos irregulares, favelas e ocupações com distintas formas de organização<sup>27</sup>. Tais lógicas colocaram em cena uma série de atores, repertórios e práticas que foram se consolidando e se transformando ao longo do tempo, ecoando um saber-fazer urbano que, ainda hoje, reproduz-se na região.

A partir daqui, vamos nos debruçar sobre três processos distintos de produção do espaço que deram origem a territórios também variados em termos de forma física, de gestão e de meios de acesso e permanência, buscando identificar os modos pelos quais diferentes arranjos e práticas foram sendo criados e consolidados em torno da produção dos territórios populares.

---

<sup>25</sup> A zona rural (z8.100) foi criada e demarcada no município de São Paulo pela lei municipal nº 7805/1972.

<sup>26</sup> De acordo com o depoimento da advogada Marilda Mazzini dado a mim e a Fernanda Accioly Moreira em entrevista realizada em 8 de outubro de 2019. A advogada atua na região desde os anos 1970, tendo iniciado seu envolvimento por meio do apoio e da defesa de moradores de loteamentos irregulares e clandestinos que passaram a se organizar naquele período para demandar urbanização e regularização fundiária.

<sup>27</sup> Em seu relatório de pós-doutorado, Fernanda Moreira (2019) se debruça sobre os padrões de produção habitacional que se reproduziram na porção nordeste da capital e suas transformações ao longo do tempo de forma precisa e detalhada.

## 1.2 Filhos da Terra: da organização comunitária à criação de um repertório político de direitos

Deve ter alguém que tenha ouvido falar da saga da Serra Pelada. Não aquela da famosa corrida ao ouro no norte do Brasil. Essa é a história da Serra Pelada Paulistana. A minha história e de tantos moradores deste lugar. Na região do Jaçanã, Zona Norte de São Paulo, no início dos anos 80, nasciam os "Filhos da Terra". A corrida por moradia! (RAMALHO, 2015)<sup>28</sup>.

O movimento que deu origem ao Filhos da Terra foi reconhecido como um dos primeiros movimentos políticos de ocupação de terra realizados nos anos finais da ditadura empresarial-militar no país, o qual inspirou e deu origem a movimentos sociais populares atuantes ainda hoje na zona norte paulistana (GOHN, 1991). Assim, retomar a história que culminou na ocupação Filhos da Terra, no início dos anos 1980, responde à intenção de recuperar os atores, agenciamentos e arranjos que foram fundamentais na construção de um repertório político e de direitos que deram a tônica da produção do espaço urbano no período, tanto na escala local, por meio do agenciamento de uma ocupação de moradia politicamente organizada, quanto em uma escala mais ampla, pela sua capacidade de se somar a processos mais gerais que se desenvolviam naquele contexto histórico e que reverberaram na consolidação de uma gramática de luta por direitos em torno da moradia e da cidade.

Em 1981, a região ao norte de São Paulo, que já era delimitada como zona rural, passou a contar com novas estratégias para preservar a sua configuração como uma área de fronteira entre a cidade e a floresta, de modo a conter a abertura de novos loteamentos, o que se deu por meio da adoção de parâmetros urbanísticos que só permitiam a implantação de atividades econômicas que não prejudicassem as reservas naturais do Jaraguá e da Cantareira. Diante deste contexto de desestímulo à expansão urbana por meio dos loteamentos, a ocupação de terra, em suas várias formas, de áreas públicas ou particulares, intensificou-se e passou a ter mais relevância dentre as alternativas mais acessíveis de acesso à moradia (GOHN, 1991).

Em 1983, segundo o relato da advogada Marilda Mazzini<sup>29</sup>, os plantões do Centro de Direitos Humanos na Associação dos Trabalhadores da Zona Norte, que reuniam estudantes de

---

<sup>28</sup> Essa epígrafe foi retirada do Museu da Pessoa, um museu virtual e colaborativo que registra o relato de pessoas que queiram compartilhar sua história de vida para, assim, construir uma história social que seja coletiva, plural e diversa. Cf. RAMALHO, 2015.

<sup>29</sup> A advogada Marilda Mazzini, em entrevista concedida a mim e a Fernanda Moreira no dia 8 de outubro de 2019, relatou sua experiência de apoio jurídico às famílias da região ainda quando era estudante de Direito. Marilda fez parte do grupo de estudantes da Pontifícia Universidade Católica que, através dos escritórios modelos da faculdade instalados em sete pontos da periferia de São Paulo, passou a assessorar e apoiar as famílias que viriam a ocupar a terra que deu origem ao Filhos da Terra. Marilda atua desde então na região, tendo acompanhado de perto muitas das transformações no território ao longo dos anos.

Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC), membros da Igreja Católica e moradores da região, funcionavam como um espaço para a resolução dos mais diferentes conflitos e, dentre eles, também os fundiários, que começavam a se tornar latentes. Durante os plantões realizados aos finais de semana, os estudantes se depararam com a recorrência de um fenômeno: após a compra do terreno e o início da construção da tão sonhada casa própria, muitas famílias não conseguiam solicitar a ligação dos serviços urbanos, como luz e água, porque ouviam das companhias que os bairros “não estavam no mapa” e, assim, tomavam conhecimento da situação irregular em que se encontravam. Naquele momento, segundo Mazzini, os estudantes se deram conta de que estavam diante de um ciclo de produção de loteamentos clandestinos que se espalhava por toda cidade<sup>30</sup>, uma lógica de produção do espaço urbano que se reproduzia desde meados do século 20 (BONDUKI; ROLNIK, 1979).

Em outra situação que se tornou conhecida no Centro de Direitos Humanos, o conflito girava em torno de um barraco construído na beira de um córrego, habitado por uma mulher viúva que, ao ser despejada com seus filhos, viu-se sem ter para onde ir e encontrou nas margens do curso d’água uma alternativa para construir seu abrigo. A presença do barraco instaurou um conflito com os vizinhos do bairro, que temiam que novas famílias chegassem e a área se tornasse uma “favela”, segundo nos relatou Mazzini.

As favelas foram caracterizadas pelos estudos urbanos paulistas como mais uma forma de provisão habitacional elaborada pelas classes trabalhadoras durante a fase de industrialização da cidade, durante o século 20, ao lado dos cortiços e das casas nos loteamentos populares nas periferias então emergentes. Contudo, foram as favelas que serviram de abrigo aos estratos mais empobrecidos e precarizados entre os trabalhadores (KOWARICK, 1979)<sup>31</sup>. Como um fenômeno datado dos anos 1940, enquanto um dos efeitos da crise habitacional daquela década, elas se reproduziram ao longo dos anos, dando origem a territórios marcados, e caracterizados, por uma série de estigmas que povoaram o imaginário popular e que respaldaram sucessivas intervenções repressivas por parte do poder público municipal (BONDUKI, 2017). Entre 1973 e 1983, período que abarca os atendimentos do Centro de Direitos Humanos na zona norte, a população moradora em favelas cresceu cerca de 630% em São Paulo (BAVA, 1987 apud

---

<sup>30</sup> Neste período, eram cerca de 4 mil loteamentos clandestinos espalhados por toda a cidade (GOHN, 1991).

<sup>31</sup> “Pobre dentre os pobres, este estrato da população trabalhadora só pode encontrar na favela a solução para subsistir na cidade. Fruto de uma engrenagem econômica e política que deprime os salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis vitais de consumo, dos quais a moradia é um componente essencial, torna-se favelado todo indivíduo ou família que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário.” (KOWARICK, 1979, p. 86).

MOREIRA, 2019), o que, por certo, alimentou o receio dos moradores vizinhos ao córrego de ver mais uma favela crescendo em suas proximidades.

O conflito em torno do barraco foi mediado pelos advogados populares, com a ajuda do padre da igreja local, os quais conseguiram impedir que a família fosse novamente despejada ou sofresse qualquer tipo de violência. Todavia, ao compreender que se tratava de uma situação que poderia vir a se repetir, a partir daquele momento, o grupo reunido em torno do Centro decidiu começar a promover reuniões periódicas para tratar do tema da moradia na região. Mazzini relembra que, a cada novo final de semana, aumentava o número de participantes compartilhando relatos da precariedade habitacional em que viviam.

A conjugação dessas dinâmicas ensejou, naquela conjuntura, a organização política dos moradores da região, contando com o apoio da Igreja Católica e da militância de jovens universitários, que iria resultar na ocupação Filhos da Terra, uma das primeiras ocupações políticas organizadas da capital. O processo que se precipitava ali, naquela pequena porção da zona norte, repercutia uma movimentação que acontecia em diferentes partes da cidade, com a organização popular se constituindo em torno de demandas por moradia, equipamentos, serviços públicos e melhorias urbanas que deram a tônica ao surgimento e fortalecimento dos movimentos populares no período da chamada redemocratização, dando origem aos “novos personagens” da cena urbana daquela década (SADER, 2001).

Buscando respostas ao problema comum, os frequentadores e os membros do Centro de Direitos Humanos tomaram conhecimento da possibilidade de garantir a moradia por meio da ocupação de terra graças a outros processos que então ocorriam na cidade. Até então, a terra como um direito não circulava entre os repertórios dos grupos que estavam se constituindo naquele momento como novos atores sociais (SADER, 2001). Segundo Maria da Glória Gohn (1991), o Movimento Unificado de Favelas, Cortiços e do Promorar foi o primeiro movimento que apresentou a garantia da posse da terra como conteúdo principal de suas reivindicações, no início dos anos 1980<sup>32</sup>.

Com o apoio dos membros da Igreja e do Centro de Direitos Humanos, foi instituída uma comissão de moradores que passou a buscar interlocução com órgãos públicos a fim de reivindicar o assentamento das famílias em condições de precariedade habitacional. Todavia, sem ter tido sucesso no plano de levar a demanda ao poder público, a comissão decidiu mudar de estratégia e passou a buscar terrenos para uma possível ocupação.

---

<sup>32</sup> O movimento reivindicava o direito de permanecer na terra que usavam como moradia por meio da obtenção do instrumento de concessão de direito real de uso, fundado na posse do terreno destinado a um uso social coletivo, pelo prazo de 90 anos, sem pagamento de qualquer indenização ou taxa.

A área escolhida fazia parte de uma fazenda de propriedade da Santa Casa da Misericórdia, localizada ao lado do Hospital Luís Gonzaga, ainda hoje uma referência na região. Assim, em fevereiro de 1984, em uma noite de sábado, ao fim da reunião semanal na igreja, 1.027 famílias saíram em marcha, seguindo o padre que caminhava à frente do grupo, carregando uma grande cruz de madeira, como em uma procissão, em direção ao terreno escolhido. Entraram na terra, ergueram o barracão comunitário e demarcaram os lotes da ocupação Filhos da Terra. Com o início da construção das casas, apenas uma ordem judicial, e não uma ação policial, poderia retirar as famílias de lá.

Uma semana depois a Santa Casa entrou com um processo de reintegração de posse, mas em função de uma falha processual, conforme lembrou a advogada Marilda Mazzini, foi possível suspender a remoção quando o oficial de justiça e policiais militares já estavam a caminho da ocupação. A polícia ficou de prontidão, cercando a área, enquanto as famílias da ocupação, contando com o apoio de agentes da prefeitura, assistentes sociais e trabalhadores do Fórum, ali permaneciam.

A batalha jurídica prosseguiu. Com o apoio da Igreja Católica, que intermediou o caso dentro da gestão municipal de Mário Covas (1983-1986), o movimento alcançou, enfim, um acordo: a compra do terreno da Santa Casa com recursos do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS). Após um ano, em 1985, foi feita uma escritura coletiva, sendo a propriedade individualizada após o pagamento dos lotes (5x12m) pelos moradores. O processo de regularização fundiária do Filhos da Terra teve início logo depois, no governo de Luiza Erundina (1989-1993), quando Marilda Mazzini, que havia assessorado a ocupação, tornou-se diretora do Departamento de Regularização do Parcelamento do Solo (RESOLO) e, junto a outros colegas que também vinham da assessoria a movimentos por luta de moradia, participou da primeira administração municipal do Partido dos Trabalhadores em São Paulo.

Seu José compôs o grande grupo de famílias organizadas em torno da Filhos da Terra. Ele foi convidado pelo padre da igreja que frequentava, quem conhecia as dificuldades enfrentadas por ele para arcar com os custos da moradia de aluguel. Nascido na fronteira do Ceará com o Rio Grande do Norte, seu José tinha o sonho de ser radialista, mas acabou nas Forças Armadas, de onde saiu após alguns anos de serviço. Trabalhou como eletricitista e pedreiro até chegar aos Correios, onde passou 10 anos em um trabalho com registro em carteira.

Na ocupação Filhos da Terra, seu José se recorda do temor das primeiras semanas, quando os moradores ainda lutavam para permanecer na terra. Também se lembra das estratégias de que lançou mão ao longo dos anos seguintes para a construção da moradia que



serviu de abrigo para ele, a esposa e os oito filhos: vendeu um fusca para comprar os materiais de construção e depois vendeu as férias para investir nos tijolos. Trabalhava na obra de sua casa durante a noite, após voltar do serviço, assim como aos finais de semana e feriados - tal como milhares de trabalhadores e trabalhadoras que levantaram suas habitações no regime de autoconstrução, conforme já amplamente registrado pela literatura (KOWARICK, 1979; MARICATO, 1982)<sup>33</sup>.

Figura 3 – Ocupantes do Filhos da Terra empunhando suas carteiras de trabalho, em 1985



Fotógrafa: Nadir Benedicto, 1985. Fonte: LACERDA; UNGARETTI; MOREIRA; RIBAMAR (2020).

Na sequência do processo que resultou na Filhos da Terra ocorreram diversas ocupações na região. Nem todas elas, no entanto, contaram com a mesma organização política da anterior. Ainda assim, seu José enfatiza a importância daquele movimento pioneiro na região, responsável por articular uma rede de apoiadores que passou a atuar em outras ocupações que se estabeleceram na sequência da Filhos da Terra - como no caso do Jardim Felicidade, que veremos a seguir.

---

<sup>33</sup> “A casa cresce parceladamente, pois o trabalhador sempre dispõe de poucos recursos para a compra dos materiais que são, portanto, extremamente racionados. O dinheiro é proveniente dos ganhos extra mensais como das férias, do 13º salário, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e em grande parte do sacrifício que a família fez de economizar, em prejuízo de outras necessidades, como a alimentação.” (MARICATO, 1979, p. 86).

Na experiência da Filhos da Terra estão contidas várias das dimensões que foram tematizadas pelos estudos urbanos no período da chamada redemocratização do país. Naquele momento, segundo Telles (2010), a “questão urbana” se constituía sob a perspectiva da construção democrática participativa e da universalização dos direitos, o que incluía a organização das classes populares em movimentos e associações, o papel de formação e de mediação exercido pela Igreja Católica, sobretudo a partir das Comunidades Eclesiais de Base, bem como o apoio da militância universitária e do Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980, o qual já em 1989 assumiu a gestão municipal da cidade de São Paulo com Luiza Erundina, cuja gestão reverberou e também incidiu sobre esses processos. Imersas nessa conjuntura, as ocupações de terra do período ganharam relevância e foram reconhecidas como ação política legítima precisamente pelo impacto decorrente dessa força de interação entre as organizações populares e o Estado em meio ao contexto da redemocratização (GOHN, 1991).

A experiência gerada na luta da Filhos da Terra contribuiu não apenas para a disseminação de um saber-fazer em torno do espaço que, ainda hoje, atualiza-se nas ocupações de terra recentes nas franjas da região. De forma mais ampla, confluuiu com outras que aconteciam na cidade, contribuindo, assim, para as discussões em torno das pautas do Movimento da Reforma Urbana que se organizava em torno da Constituinte. Neste momento de fortalecimento dos movimentos de luta por moradia - responsáveis por politizar determinadas práticas populares em torno da apropriação e transformação do espaço, reivindicando seu reconhecimento como ação política legítima - esse tipo de experiência compôs a construção de todo um quadro interpretativo sobre a produção do espaço urbano a partir da atuação dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que também buscou disputar e incidir sobre a agenda política (MOREIRA, 2019).

As transformações que ocorriam na conjuntura nacional ecoavam, assim, de diferentes maneiras no contexto paulista. Marilda Mazzini avalia que muitos técnicos que assessoravam e participavam dos movimentos de luta por moradia, na medida em que passaram a atuar dentro da gestão municipal, afastaram-se dos territórios. O “vazio” político deixado veio a ser ocupado por novos atores com posições políticas e interesses distintos daqueles manifestados até então. Em sua avaliação, é a partir dos anos 1990 que estes atores passaram a atuar ativamente na produção do espaço urbano da região, imprimindo novos contornos às dinâmicas urbanas locais. O Jardim Felicidade é um exemplo desse processo.

### 1.3 Jardim Felicidade: a ocupação “espontânea”

Os anos 1990 marcaram a chamada “virada dos tempos” na questão urbana (TELLES, 2010), período no qual as grandes transformações que impactaram o Estado, a economia e a sociedade - reformas neoliberais, os efeitos da financeirização da economia e da revolução tecnológica - incidiam sobre o urbano, o trabalho e a política, bem como sobre os parâmetros analíticos dos estudos urbanos, como já foi amplamente debatido pela bibliografia<sup>34</sup>.

Em sua dimensão espacial, viveu-se um momento de retomada do padrão de expansão urbana extensivo, periférico e de baixa densidade na capital paulista (HERLING, 2002). Neste momento, as áreas periféricas com os piores índices de exclusão social apresentaram altas taxas de crescimento, mesmo diante da diminuição dos índices de crescimento demográfico em São Paulo. De acordo com Tereza Herling (2002), este movimento poderia ser explicado como decorrência do agravamento da crise econômica vivida nesta década, sob os impactos da reestruturação produtiva que resultou no aumento do desemprego e na diminuição da renda de boa parte da população. Assim, muitas pessoas passaram a buscar alternativas habitacionais mais acessíveis, deslocando-se ainda mais em direção às franjas da cidade, por meio do acionamento de diferentes formas de provisão habitacional. A história que deu origem ao Jardim Felicidade, hoje bairro consolidado localizado ao norte do Filhos da Terra, insere-se nessa conjuntura.

De acordo com Marcia Victoriano (2005), o movimento de ocupação da terra teve início em 1993, graças a uma informação que circulou pela rede constituída em torno da Filhos da Terra<sup>35</sup> - e que se expandia para além dela - sobre problemas de titularidade de um terreno localizado nas bordas da mancha urbana, o que tornava frágil a comprovação da propriedade em nome da empresa que se dizia titular dele. Como se nota, a busca de terrenos para ocupar, perseguindo as brechas e fragilidades em torno da titularidade da área, é um aprendizado importante construído em razão das experiências dos anos 1980, que seguiram orientando as práticas daqueles que promoveram (e promovem) ocupações de terra na região.

---

<sup>34</sup> “O debate sobre as recomposições urbanas sob o impacto das transformações recentes no capitalismo contemporâneo foi aberto nos anos 1990, prolongando-se pela década seguinte. A literatura é vastíssima. Em que pesem variações temáticas, diferenças interpretativas, divergências e polêmicas de ressonâncias variadas, é um campo de debate em que se tratou de deslindar as vias pelas quais as lógicas da produção flexível, da financeirização da economia e do papel do terciário de ponta alteraram a anterior organização da “cidade fordista”, produzindo rearticulações dos territórios por onde circulam capitais, bens, mercadorias, serviços e também populações em situações diversas de emprego, desemprego e exclusão do mercado de trabalho.” (TELLES, 2010, p. 72).

<sup>35</sup> Várias organizações e associações com atuação política se formaram a partir da experiência do Centro de Direitos Humanos e da ocupação Filhos da Terra. Aqui vamos nos referir a elas de modo genérico.

Apesar de a ocupação não ter sido agenciada nos moldes da anterior, o Jardim Felicidade se apoiou nas redes e nos aprendizados oriundos da experiência da Filhos da Terra, mas ao combiná-los com outros atores e arranjos, que compuseram a nova empreitada, originaram uma configuração socioterritorial distinta da que o antecedeu.

O pequeno grupo inicial organizado em torno dos movimentos e associações então atuantes na região<sup>36</sup> cresceu rapidamente, conforme corria de boca em boca a notícia da “invasão”. Foi assim que seu Joel<sup>37</sup>, liderança histórica do Jardim Felicidade, chegou ao local logo nos primeiros dias, informado por uma vizinha da movimentação que acontecia na área. Ele e a esposa desistiram de um pedaço de terra recém-adquirido em um loteamento nas proximidades, abrindo mão do dinheiro pago como entrada, para tomar posse de um lote na nova ocupação, pois ali não teriam que arcar com os custos das parcelas relativas à aquisição da terra.

Tal como seu Joel, muitas famílias cercaram e se apossaram de pequenos pedaços de terra sem que tivessem que pagar por ela. Outras chegaram ao local por meio da aquisição do lote, deixando ver as dinâmicas difusas e conflituosas que marcaram a ocupação desde seus primeiros momentos. Como resultado, e conforme relato de sujeitos que estiveram envolvidos nesse processo, a atuação do grupo de apoio que se formou a partir da Filhos da Terra se deu no Jardim Felicidade de forma menos orgânica, e mais conflituosa. Ainda assim, a presença desses apoiadores foi fundamental para garantir a permanência da ocupação.

Logo nos primeiros meses uma ação de reintegração de posse foi instaurada pela empresa que reclamava a propriedade da área. A pronta atuação dos advogados populares conseguiu barrar o processo e impedir a remoção das famílias. O grupo também forneceu orientações relativas ao padrão de ocupação da terra, tanto em relação ao tamanho dos lotes (6x20m), quanto à largura das ruas (10 metros), já visando os procedimentos necessários para reivindicar a regularização fundiária da área. Importante lembrar que alguns membros da rede de apoio que se constituiu em torno da Filhos da Terra passaram a compor a gestão municipal petista de Luiza Erundina (1989-1993), que teve importante atuação na produção e regularização de assentamentos populares na capital paulista, inclusive na zona norte. Não à toa, ainda em 1993, ano de início da ocupação, foi aberto um processo administrativo de demarcação urbanística da área junto à Prefeitura, visando a regularização fundiária<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> Segundo Victoriano (2005), foram 12 famílias que frequentavam algumas reuniões desses grupos que tiveram acesso à informação relativa à fragilidade da titularidade da área.

<sup>37</sup> A entrevista com seu Joel foi realizada por mim e pela Fernanda Accioly no dia 29 de agosto de 2019.

<sup>38</sup> Processo Administrativo nº 199300042092, conforme dados do Sistema de Consulta do Mapa Digital da Cidade de São Paulo (Geosampa).

Dessa maneira, ainda que por meio de relações mais conflituosas e rarefeitas entre os atores que conformaram a experiência anterior, os aprendizados gerados pela Filhos da Terra se reproduziam e se materializavam no Jardim Felicidade, contribuindo para a consolidação de um saber-fazer em torno das práticas de produção do espaço que ainda hoje orienta a organização territorial nas ocupações mais recentes.

Todavia, com a permanência garantida, as disputas em torno da terra e da gestão local se intensificaram. Dos relatos sobre os anos iniciais da ocupação emergem figuras nomeadas como os *chefões* e seu modo de atuação baseado no uso da força. Nesses anos, os desfechos violentos de disputas locais eram recorrentes, sem muitas mediações possíveis. Os conflitos mais violentos se davam, conforme depoimentos de moradores, entre os próprios ocupantes e os chamados “grileiros”, que se beneficiavam com a venda ilegal de lotes. Benedita<sup>39</sup> se recorda da violência que marcou o período em que o uso da força pautava as transações imobiliárias locais: “mandava matar um para vender o lote para outro”.

Diante disso, algumas lideranças e famílias se mobilizaram e, com a ajuda dos advogados populares, criaram a Associação de Moradores Jardim Felicidade, em uma tentativa de disputar a legitimidade na gestão e ordenamento local. No entanto, segundo seu Joel, foi somente com o apoio dos chamados *valentões* que a associação conseguiu fazer frente aos *chefões* -- quer dizer, trocava-se um grupo por outro, mas sem alterar a forma pela qual era exercida a gestão e o controle sobre o território e sua população:

Ai deixaram uma área para fazer futuramente uma escola. Ai de repente, eles mesmos, o pessoal da associação catava aquilo e vendia. Tiravam gente de um local... aqui vamos tirar gente daqui porque aqui vai ser uma creche futuramente. Aí, era bom vender, dava dinheiro aquele local, manda a pessoa lá pra baixo e vamos vender, entendeu? Aqui na frente da minha casa não foi pra ser essa rua. Era para ser uma igreja aqui. De repente, eles abriram a rua, puseram a igreja pra lá. Era tudo questão financeira [...] Tinha a guerra do poder, sabe. A gente muito humilde, todo mundo aqui muito na deles, tudo que fazia tava bom. A gente não podia abrir a boca, não podia falar nada porque aí tinha pessoas atrás disso, que dava medo de você falar (Apud VICTORIANO, 2005, p. 175-176).

Apesar de não ficar nada claro quem eram alguns dos atores implicados na ocupação, em particular aqueles identificados como *chefões* e *valentões*, os relatos compõem a imagem de um território no qual a mobilização da violência era feita de modo difuso, servindo a diferentes grupos com interesses econômicos em torno da terra e de sua apropriação. Importante lembrar que os anos 1990 ficaram marcados pelos altos índices de mortes violentas, provocados

---

<sup>39</sup> A entrevista com Benedita foi realizada por nós neste mesmo dia, 29 de agosto de 2019.

por ações que iam desde litígios cotidianos que acabavam em morte até a letalidade policial que atingia patamares recordes nas periferias da cidade. Trata-se de um período que acirrou questões que já estavam postas na década anterior, mas que se desenvolveram em uma conjuntura atravessada pelo desemprego e pela precarização das condições de vida de uma quantidade crescente de indivíduos (TELLES, 2010).

Como nos lembra a autora, este foi o período de uma violência difusa, com “gangues locais” que se articulavam e se desarticulavam a cada nova circunstância, que as disputas em torno dos negócios da droga então em expansão se misturavam às histórias de afetos e desafetos cotidianos. Também os negócios nebulosos em torno da terra e da moradia nas franjas da cidade, arranjos e disputas que se faziam nas fronteiras borradas do formal/informal, legal/ilegal, lícito/ilícito. Eram dinâmicas que davam tônica nas formas de gestão da ordem local, sempre no limiar de uma violência que poderia romper (e rompia) as micro regulações da vida cotidiana (TELLES, 2010). É por aí que torna-se possível situar a presença desses grupos de *valentões* e *chefões* que disputavam a gestão da ordem local.

Essas disputas contribuíram para um afastamento do grupo de apoio herdado da Filhos da Terra (como aquele que se articula em torno do Centro de Direitos Humanos). Ademais, foram perdendo espaço para a crescente presença de parlamentares oriundos de um espectro político distante do projeto representado pelo PT naquele período. Passaram a ganhar destaque o deputado estadual Conte Lopes (1991-2007; 2019-hoje), capitão aposentado da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) e vinculado à “bancada da bala”<sup>40</sup> paulista, e seu sobrinho Cosme Lopes (1993-2000), então vereador de São Paulo, também capitão da polícia militar. A aproximação com esses políticos na etapa de consolidação da ocupação viabilizou o acesso a uma série de melhorias urbanas, como a realização de obras de pavimentação, a inclusão da ocupação na rota do caminhão de lixo, bem como a introdução de uma linha de ônibus que cruza o território, nos moldes da urbanização a conta gotas descrita por Raquel Rolnik (2009). Segundo seu Joel, cabo eleitoral de Conte Lopes durante muitos anos, ainda hoje o “convênio” do Jardim Felicidade com o político se mantém ativo.

A associação de moradores também foi responsável por promover melhorias no território através da cobrança de uma taxa de um real por lote para a execução de obras de infraestrutura. Com isso, viabilizaram as ligações (irregulares) de água e luz e a abertura das ruas do futuro bairro. A associação também passou a emitir uma carteirinha como meio de

---

<sup>40</sup> A “bancada da bala” é um termo mobilizado na política brasileira para fazer referência a parlamentares que defendem pautas relacionadas ao endurecimento do Código Penal e das políticas de segurança pública, o armamento da população, dentre outras.

comprovação da posse do lote e como tentativa de ordenar a sua comercialização, diante de um dinâmico e disputado mercado de terras que vigorava, no qual o uso da força imperava sobre as negociações. Com a expansão deste mercado, foram esgotadas todas as áreas livres, inclusive aquelas que haviam sido originalmente reservadas para fins coletivos. A única exceção foi o lote destinado à igreja, localizado no ponto mais alto do bairro, onde ainda hoje situa-se a Paróquia São José. O resultado foi a constituição de um território com 1.733 lotes e quase nenhum equipamento público e áreas de lazer (MOREIRA, 2019).

O processo que deu origem ao Jardim Felicidade já estava distante daquele que caracterizara a Filhos da Terra - ocupação politicamente organizada, que envolveu uma organização e formação política anterior dos ocupantes, regida por um projeto coletivo de luta por direitos, e assessorada por movimentos e figuras políticas vinculadas a partidos de esquerda. Era uma conjuntura na qual as ocupações não tinham apenas o objetivo de solucionar o problema da moradia, mas também ou sobretudo incidir nas disputas em torno do ordenamento social e jurídico do Estado. Neste campo de conflito, as ocupações se firmavam e se apresentavam como ação política legítima de conquista de direitos (SANTOS; GUERREIRO, 2020).

Dez anos depois, a conjuntura já não era a mesma. As transformações que incidiam sobre o Estado, a economia e a sociedade desde meados dos anos 1980 se acirraram na década de 1990 e resultaram em um encolhimento dos horizontes políticos, tragados por princípios voltados para a gestão e a administração do social e das urgências da vida (TELLES, 2010). A ocupação Jardim Felicidade estava imersa nessa conjuntura. Por isso, ainda que tenha reverberado práticas e estratégias construídas no âmbito da experiência da Filhos da Terra, elas foram adaptadas, transformadas e combinadas com novos atores e arranjos. Entraram em cena *chefões* e *valentões* e suas disputas em torno da ordem local e da exploração econômica da terra. Também surgiram figuras políticas que sustentavam sua influência por meio das sempre atualizadas redes do clientelismo político. Foram transformações que incidiram sobre as dinâmicas locais e sobre a forma urbana resultante de tais processos.

Se o Jardim Felicidade já não pode ser lido por meio das lentes elaboradas em meio aos processos políticos dos anos 1980, isso não faz dele uma ocupação “espontânea”, tal como foi caracterizada por alguns de nossos interlocutores e interlocutoras, bem como pela bibliografia (VICTORIANO, 2005). São outros jogos de atores e de poder que fazem a mediação e condicionam os termos de entrada e permanência na terra, organizando o território (em termos de forma física e disputas pela ordem local) a partir de outros parâmetros. E são eles que nos interessa reter, visto que nos informam sobre os feixes de questões que estão postos no urbano

a cada tempo: se a terra ocupa o centro do conflito social no país (MARICATO, 2008), os campos de força e os jogos de poder em torno de seu acesso e de sua apropriação se transformam ao longo do tempo, reagindo às diferentes conjunturas históricas, políticas, econômicas e sociais que se sucedem.

A ocupação que deu origem ao hoje bairro Jardim Felicidade inaugurou um novo ciclo de expansão urbana ainda mais ao norte da região, que se estendeu até meados dos anos 2000, entre diferentes lógicas de produção do espaço urbano (MOREIRA, 2019). Nesse momento, segundo Herling (2002) e Victoriano (2005), a expansão urbana extensiva e acelerada sobre áreas rurais com restrições ao parcelamento urbano evidenciaram o vigor do mercado imobiliário que se constituiu nas fronteiras embaçadas do formal/informal, legal/ilegal. Trata-se de um mercado extremamente dinâmico, que mobilizava uma ampla e variada rede de atores que se formou para explorar esse “filão” de mercado (irregular) de terras (MOREIRA, 2019). Os loteamentos que povoaram a região são marca deste processo.

#### **1.4 Vila Nova, a outra face da informalidade<sup>41</sup>**

Paralelamente às ocupações de terra, os loteamentos populares se desenvolveram sobre o tecido urbano da zona norte paulistana na última década do século 20 por meio de práticas de produção do espaço que também transitam e embaralham as fronteiras da legalidade, mas que se desenvolveram a partir de outros jogos de poder e de atores.

Os loteamentos populares são marca da urbanização da metrópole paulista e foram amplamente tematizados pelos estudos urbanos. Trata-se de uma lógica de produção do espaço que se reproduz ao menos desde meados do século 20 (BONDUKI; ROLNIK, 1979; MARICATO, 1982). A chave loteamentos populares-autoconstrução da moradia em territórios periféricos da cidade, combinada com o padrão rodoviarista de transporte, deu a tônica do padrão de urbanização paulista<sup>42</sup> até os anos 1970, contribuindo para a consolidação do modelo de urbanização por expansão das periferias.

---

<sup>41</sup> Ao contrário dos dois territórios apresentados anteriormente, aqui optamos por utilizar um nome fictício para o loteamento, posto que seu promotor segue como um ator importante em torno dos conflitos fundiários que ainda hoje se desenvolvem na região na qual se localiza.

<sup>42</sup> “A expansão horizontal ilimitada, concepção coerente com o modelo radiocêntrico de sistema viário proposto pelo plano de Prestes Maia [1930], viabilizou o lançamento de loteamentos em periferias distantes. A autoconstrução em lotes próprios era, por sua vez, a resposta, do ponto de vista da economia imobiliária, à crise da moradia, uma vez que permitia a trabalhadores de baixa renda comprar um pedaço de terra a prestação em um loteamento distante e construir pouco a pouco sua moradia, ao ritmo de sua capacidade de poupança e do emprego do tempo e esforço familiar no trabalho de construção.” (ROLNIK, 2022, p. 46).



Em resposta a esse tipo de ocupação urbana, em 1979 foi promulgada a Lei Federal de Parcelamento do Solo (Lei Lehmann)<sup>43</sup> que, dentre outros, estabeleceu instrumentos jurídicos que possibilitaram a punição do loteador irregular. Tal legislação teve ressonância sobre as dinâmicas nos territórios: ao criminalizar o loteador irregular, a lei acabou por restringir o acesso à terra via loteamentos irregulares nas áreas periféricas, contribuindo, assim, para o crescimento de outras formas de provisão da moradia (GOHN, 1991; UNGARETTI *et al.*, 2020).

Na prática, a legislação que os criminalizou não impediu sua reprodução, mas estabeleceu novas arenas de disputa e negociação, incidindo sobre os jogos de poder travados em torno da formação de tais territórios. É neste contexto que a formação do loteamento Vila Nova deve ser compreendida.

Até o início da década 1990, a região no extremo norte da capital - que hoje se vê atravessada por distintos e conflituosos processos que caracterizam sua expansão urbana -, era constituída predominantemente por propriedades rurais remanescentes do chamado “cinturão caipira”. Uma área de transição entre a cidade e a floresta que foi sendo paulatinamente pressionada e transformada diante do avanço da urbanização periférica na cidade ao longo do século 20 (HERLING, 2002). Este movimento se deu, como visto, por lógicas distintas de ocupação do espaço urbano, dentre elas, por meio da abertura de loteamentos populares. Segundo Suzana Pasternak (2010), a maior incidência dos lotes irregulares (76%) abertos na década de 1990 se deu no vetor norte do município, na área montanhosa da Cantareira.

De acordo com Herling (2002) e Victoriano (2005), neste período uma boa parte desses loteamentos foi realizada em terrenos de proprietários rurais que não conseguiam mais se sustentar com sua própria produção e tampouco conseguiam vender suas terras no mercado formal, dado o zoneamento restritivo e incompatível com os usos urbanos que pressionavam o acesso a essas terras. Neste contexto, ainda de acordo com as autoras, loteadores clandestinos e grileiros impedidos por lei de parcelar as glebas de características rurais ou para contornar as exigências previstas na Lei de Parcelamento do Solo para a abertura formal de loteamentos, constituíam associações de moradores “laranjas” que, supostamente, adquiriam a terra em conjunto. Com isso, exploravam economicamente a demanda atribuída à necessidade de morar de um grande contingente de famílias que viam nesses loteamentos uma alternativa de acesso à terra urbana e à moradia mais acessível. No entanto, na prática, os moradores passavam a

---

<sup>43</sup> Lei Federal nº 6.766 de 1979.

sofrer com cobranças coercivas e violentas para o pagamento da terra e a obtenção das mínimas infraestruturas instaladas (HERLING, 2002; VICTORIANO, 2005; MOREIRA, 2019).

Assim, segundo Victoriano (2005), 90% dos loteamentos irregulares formados na década de 1990 nessa porção da zona norte da cidade se enquadravam na lógica da grilagem e das supostas associações/cooperativas de moradores formadas e utilizadas como “laranjas” para encobrir a ação de loteadores irregulares. O loteamento Vila Nova está localizado aí. Este e outros loteamentos da região têm origem nas práticas de João Alberto, um conhecido e controverso loteador, que ainda hoje figura em meio aos conflitos fundiários locais.

A partir da leitura dos processos administrativos de regularização fundiária e de desapropriação<sup>44</sup> que recaem sobre algumas das áreas que foram loteadas por João Alberto, é possível identificar um *modus operandi* por meio do qual ele viabilizou a produção do Vila Nova, e de outros loteamentos na região: de um lado, João Alberto buscava construir relações com proprietários e/ou arrendatários e comodatários, visando garantir seu acesso à terra; de outro lado, constituía associações ou cooperativas habitacionais em seu nome ou no de pessoas ligadas a ele, para viabilizar a produção do loteamento e a comercialização dos lotes.

Para acessar a terra, João Alberto fazia propostas de compra a proprietários da área de seu interesse que, em geral, não possuíam a titularidade regularizada. O que era comum, dado o próprio histórico fundiário da região, cuja urbanização se sobrepôs a terras e atividades rurais, que foram paulatinamente desmembradas e parceladas, em processos mais ou menos formalizados (UNGARETTI, 2021). Aproveitando-se dessa situação, o loteador propunha a compra parcelada do terreno, que era pago ao longo de determinado período de tempo, enquanto os proprietários ficavam responsáveis por concluir a regularização registral da área (quando fosse o caso), para que a propriedade pudesse ser transferida a João Alberto e, em seguida, às associações/cooperativas formadas por ele.

Com o pagamento da entrada para a compra do terreno, o proprietário assinava um acordo de cessão de direitos a João Alberto, que então passava a terra à cooperativa para dar início à comercialização dos lotes, realizada antes mesmo do início das obras e de qualquer aprovação junto aos órgãos públicos. Todavia, em determinado momento, João Alberto interrompia os pagamentos das prestações relativas à compra da terra aos proprietários,

---

<sup>44</sup> As leituras sobre o modo de atuar de João Alberto trazidas aqui são imensamente devidoras da pesquisa de doutorado, ainda em desenvolvimento, realizada por Débora Ungaretti. A partir da leitura de processos de desapropriação realizados pelo DER no âmbito do Rodoanel e de processos administrativos de regularização fundiária, a pesquisadora foi capaz de começar a identificar os meandros das negociações, acordos e desacordos que deram origem aos assentamentos que, hoje, conformam o tecido urbano da região objeto de nossas pesquisas. Essas leituras foram construídas sendo balizadas pelos relatos que ouvimos em campo. Uma primeira leitura sobre esses processos foi apresentada por Ungaretti (2021) em sua banca de qualificação.

quebrando a cadeia sucessória de direitos que chegava até os moradores, ao mesmo tempo em que também paralisava as obras de infraestrutura no loteamento.

Da parte dos compradores, para adquirir um lote os interessados precisavam se associar à associação ou cooperativa, por meio da qual obtinham quotas da cessão de direitos, com a promessa de adquirir a escritura pública após a quitação dos pagamentos e da regularização dos desmembramentos do lote. No caso da Vila Nova, a pessoa interessada em adquirir um lote precisava pagar um valor de entrada do terreno de R \$4.750, podendo parcelar o restante do valor da terra em até 48 vezes, com parcelas que chegavam a R \$370,50. João Alberto era o presidente da Sociedade Organizadora da Vila Nova.

Como é possível apreender a partir da leitura dos processos administrativos de regularização fundiária, os loteamentos realizados por João Alberto foram investigados por uma série de danos ambientais, como o corte de vegetação, o aterramento de lagos e córregos, entre outras práticas que desrespeitavam normas ambientais e urbanas. Desde as primeiras movimentações de terra realizadas no âmbito do Vila Nova, em 1997, constam no processo de fiscalização a realização de vistorias no local, de tentativas de notificação ao loteador, pedidos de embargo da obra, notificação dos compradores sobre as irregularidades do empreendimento, dentre outras tantas medidas que tentavam interromper a abertura do loteamento, que seguia a todo vapor.

Assim, a despeito dos inúmeros requerimentos do Departamento de Regularização do Solo - RESOLO à subprefeitura da região para que medidas fossem adotadas para dar fim ao loteamento, desde as primeiras movimentações de terra realizadas o loteamento continuou evoluindo e se consolidando. Isso quer dizer que os lotes continuaram sendo comercializados e as casas levantadas, mesmo sem garantias da posse ou de infraestrutura adequada. No caso do Vila Nova, em apenas um ano o loteamento alcançou uma taxa de ocupação de 70%.

E isso só foi possível graças à rede política na qual João Alberto estava inserido e que foi fundamental para garantir a viabilidade de seus loteamentos. Essa rede política que se constituiu nos anos 1990 conectou loteadores, assessores parlamentares<sup>45</sup>, policiais, fiscais e funcionários da subprefeitura que, em conjunto, atuavam de modo a contornar as fiscalizações e sanções aplicadas, seja por meio da cobrança de propinas por parte dos agentes públicos, seja por meio de sua participação societária em alguns desses empreendimentos. O objetivo de tal articulação era viabilizar o desenvolvimento dos loteamentos. Essa rede envolvendo agentes

---

<sup>45</sup> Inclusive assessores dos parlamentares Conte Lopes e Cosme Lopes, que nessa mesma época apoiavam a consolidação da ocupação Jardim Felicidade, como visto acima (CARVALHO, 1999).

públicos e privados ficou conhecida com a deflagração da operação “Máfia dos Fiscais”, que apontou o envolvimento de funcionários públicos em diferentes esquemas de propinas estruturados em torno de várias administrações regionais da cidade durante a gestão de Celso Pitta (1997-2001). A operação resultou na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e de investigações judiciais que resultaram no afastamento do então prefeito (MEMÓRIA GLOBO, 2021), além do indiciamento de diversos agentes públicos e demais envolvidos no esquema. João Alberto foi um dos indiciados nesses processos.

A exposição de tal rede e seu desmantelamento, diante da visibilidade que alcançaram os casos revelados pela operação, incidiram sobre as dinâmicas locais, culminando em certo arrefecimento do movimento de abertura de loteamentos irregulares ao longo dos anos 2000, tal como indicado por nossos interlocutores e interlocutoras. Ao mesmo tempo, diante da enorme quantidade de loteamentos irregulares espalhados pela cidade e seus estágios avançados de consolidação, em 1999 uma mudança normativa municipal permitiu que processos de fiscalização de loteamentos irregulares fossem convertidos, quando possível, em processos de regularização fundiária (UNGARETTI *et al.*, 2020).

Apesar de se manifestar em alguns processos afirmando seu interesse na regularização da área, nada foi feito por João Alberto neste sentido. Os moradores, por sua vez, organizaram-se na Associação dos Adquirentes de Lotes da Sociedade Organizadora da Vila Nova, de modo a pleitear a regularização fundiária e urbanística local, a despeito do loteador. Por conta disso, em alguns casos a prefeitura decidiu realizar a urbanização com possibilidade de posterior cobrança de indenização do loteador como forma de compensação pelos serviços e crimes ambientais. No Plano Diretor de 2004, os loteamentos foram demarcados como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Como resultado, os loteamentos promovidos por João Alberto se consolidaram e foram pouco a pouco dotados de infraestrutura pelo poder municipal - reproduzindo, assim, a lógica de urbanização paulistana que deu forma aos bairros que hoje conformam o tecido urbano local. Todavia, o que parecia ter se assentado deu lugar a novos conflitos fundiários com a chegada do trecho norte do Rodoanel Mário Covas. É o que veremos a seguir.

## PARTE II: FORMAÇÃO

Filhos da Terra, Jardim Felicidade, Vila Nova: territórios com formações distintas, que ilustram e historicizam práticas e arranjos que compõem os diferentes processos de produção do espaço que deram, e dão, origem ao tecido urbano paulistano. A breve recuperação dos processos que lhes deram forma nos permite olhar as dinâmicas contemporâneas investigadas em relação à história de urbanização da região onde se localizam, observando os traços de continuidade e de mudanças que as constituem. São processos conformados por atores, práticas, arranjos e negociações variadas que deram origem a diferentes formas urbanas, que não se encerram em uma ou outra lógica de produção do espaço, mas que transitam, embaralham-se, chocam-se e se transformam no momento mesmo em que circulam, são apropriadas e reproduzidas por outros atores, em outras conjunturas. Trata-se de um acúmulo de experiência social, política e histórica em torno da produção e gestão territorial que possibilita o desenvolvimento e a adaptação de práticas e repertórios por meio de novos arranjos e agenciamentos.

Os três territórios apresentados foram formados na “virada dos tempos” (TELLES, 2010), período que marca a passagem da ditadura empresarial-militar para a democracia, com o restabelecimento formal de direitos e o fortalecimento de movimentos sociais, ao mesmo tempo em que representa o início de transformações profundas vividas pela sociedade originadas por uma série de processos que incluíram, dentre outros, a neoliberalização da economia e da política, a globalização dos circuitos econômicos e tecnológicos que implodiu categorias como global x local. Processos com impactos muito concretos sobre todas as dimensões da vida, desde o mundo do trabalho às formas do associativismo popular, da religiosidade, da política, do consumo e dos circuitos dos mercados criminais, entre outros processos que passaram a compor a vida urbana, conforme já amplamente descrito e analisado por uma extensa bibliografia.

Do ponto de vista espacial, a virada do século marcou um período de certo arrefecimento da expansão urbana na metrópole paulista. Um processo que se relaciona com uma série de fatores, como a própria queda do crescimento demográfico e vegetativo da população e o arrefecimento da migração a partir dos anos 1980, que foi ainda acompanhado por fluxos migratórios que partiram da metrópole rumo ao interior do Estado, para citar apenas alguns (MARQUES, 2014). Por outro lado, esses também foram anos de significativos investimentos nas periferias que consolidaram, de forma bastante heterogênea e descontínua, os diferentes

territórios da cidade (MARQUES; BICHIR, 2001; MARQUES, 2014). Ainda que, como ressalta Eduardo Marques (2014, p. 27), o processo de consolidação das periferias continuou a coexistir com a “periferização” de certas regiões, caracterizada por processos de expansão urbana mais fragmentados e intermitentes.

Na porção da zona norte que pesquisamos, esse arrefecimento do movimento de expansão urbana periférica apareceu no relato de nossos interlocutores e interlocutoras, bem como na entrevista realizada com um capitão da polícia militar, Alan Fernandes, quem, entre 2009 e 2011, foi o comandante do Batalhão da Polícia Militar Metropolitana - BPMM que atende a região. Segundo Fernandes, no período que esteve à frente do órgão os conflitos fundiários não eram uma “questão”. Ele se recorda de nunca ter efetuado uma ação de reintegração de posse no período, bem como de terem sido poucas ocorrências relativas a “invasões” de terra<sup>46</sup>.

Esse cenário começou a se alterar com o início das intervenções públicas realizadas no âmbito da implantação do Rodoanel Mário Covas, que incidiu de maneira profunda sobre as configurações socioterritoriais locais, acirrando os conflitos em torno da terra. Este processo deu origem à formação de novos territórios, que reverberam a história da urbanização local, mas que se constituem, agora, sob outros termos e arranjos.

Chegamos, enfim, às questões centrais de interesse desta tese.

### **Política e espaço: Rodoanel Mário Covas, um disparador de conflitos em torno da terra**

Os tempos políticos da cidade são importantes para a compreensão do processo de ocupação de terras sobre o qual nos debruçamos. E os tempos que pontilham a chegada – e, posteriormente, a paralisação – das obras do Rodoanel ao extremo norte da capital talvez sejam dos mais significativos da história recente da região.

O trecho norte do Rodoanel Mário Covas é a última fase de construção (ainda em andamento) de um projeto de infraestrutura rodoviária metropolitana empreendido ao longo de diferentes gestões no Estado de São Paulo, com início no governo de Mário Covas (PSDB,

---

<sup>46</sup> Ainda que as “invasões” nunca tenham sido efetivamente interrompidas. Na dissertação de mestrado elaborada a partir de sua atuação na região, Alan Fernandes recupera um desses episódios: “Certa vez, em um serviço noturno, fui acionado para um bairro bastante distante na região para atender uma dessas ocorrências de ‘invasão’. No local, cerca de quinze famílias já demarcavam o terreno. Foram trazidas por peruas de um candidato a deputado estadual, sob as mesmas condições do passado – propina e promessa de tráfico de influência junto aos poderes municipal e estadual. O grupo era formado por pessoas que moravam em bairros próximos dali, com melhor infraestrutura urbana. Contudo, eram inquilinos e, pelo ‘sonho da casa própria’, achavam que valeria o esforço. Contudo, foram impedidos por nós, policiais militares, de continuarem a ocupação. No dia seguinte, o proprietário me ligou na companhia agradecendo o serviço e insinuando o pagamento de uma quantia, caso continuássemos a impedir a invasão.” (FERNANDES, 2014, p. 24).

1995-2001), que circunda a região central da Região Metropolitana de São Paulo. Foi escolhido como a última etapa por apresentar a menor demanda em termos de fluxo de veículos, ao mesmo tempo em que representa a maior complexidade ambiental e social do perímetro onde seria implantado (LACERDA; MOREIRA; UNGARETTI, 2021).

Após extensos embates em torno da definição do traçado do trecho norte do Rodoanel<sup>47</sup>, em 2011, o governo do Estado de São Paulo obteve a licença prévia para o início das obras. Em 2012 tiveram início os processos de desapropriação e os reassentamentos que abriram espaço (e deslocaram pessoas) para a construção do anel rodoviário<sup>48</sup> e, em 2013, começaram as obras que alteraram de maneira profunda as dinâmicas socioterritoriais e a paisagem urbana local.

Figura 4 – Placa sinaliza a faixa de domínio do Rodoanel



Fonte: Acervo pessoal de Martim Ferraz (dez. 2018).

Com o início das intervenções na região, pesquisas desenvolvidas pelo LabCidade (FAUUSP) permitiram observar a ocorrência de dois processos simultâneos e inter-relacionados que apontavam para a reestruturação socioterritorial em curso: havia indícios de que o anel viário estaria induzindo a abertura de uma frente de expansão do complexo

---

<sup>47</sup> Rodrigo Iacovini (2013) fez uma importante pesquisa sobre a construção do Rodoanel, como ideia e prática urbanística, focalizando os atores, os processos e as disputas que cercaram a definição e implantação do projeto metropolitano, ao longo das décadas.

<sup>48</sup> A desapropriação como instrumento do governo do Estado na viabilização da construção do trecho norte do Rodoanel, e todas as questões e disputas em torno dela, é objeto da tese (em desenvolvimento) de Débora Ungaretti. Muitas das leituras e discussões trazidas aqui são devedoras de sua partilha e troca generosa ao longo destes anos no LabCidade.

imobiliário-financeiro, sobretudo daquele voltado aos usos logísticos, como já era observável nos demais trechos estão em operação (SANTORO; ROLNIK, 2017); e os dados mapeados pelo Observatório de Remoções indicavam o aumento dos casos e das ameaças de remoção sobrepostos na mesma região (ROLNIK *et al.*, 2017). Era preciso, então, compreender como tal reestruturação socioterritorial impactava as dinâmicas em torno da terra e de sua apropriação.

O processo de acirramento dos conflitos fundiários desencadeado pelas intervenções estatais pode ser observado a partir de duas arenas de conflito que se influenciam e se alimentam mutuamente. De um lado, as desapropriações instauraram disputas administrativas e judiciais em torno das altas indenizações pagas pelo Estado, casos em que é a titularidade da propriedade que está em disputa, e não seu uso de fato (LACERDA; MOREIRA; UNGARETTI, 2021; UNGARETTI, 2021). São processos que, em seus meandros, revelam práticas de grilagem de terras, compras fraudulentas, burla de impostos e toda sorte de irregularidades que vêm à tona e tornam visíveis as dinâmicas de expansão das fronteiras urbanas que sempre se fizeram no embaralhamento dos limites entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, inclusive entre as classes mais altas.

De outro lado, – e é sobre este que recai nosso maior interesse – na escala do território, o conflito se instaura em torno da posse e da apropriação da terra, aqui protagonizados, sobretudo, pela abertura de novos loteamentos e pelo estabelecimento de novas ocupações de terra. São processos também atravessados pelos transbordamentos dos litígios em torno da titularidade das propriedades, na medida em que é pela própria opacidade que cerca a forma “propriedade” na cidade e, sobretudo, em suas *margens*, que se abre a possibilidade de negociações e barganhas de toda ordem nos processos de produção do espaço. Mesmo diante de uma multiplicidade de artefatos e institucionalidades que buscam reger e disciplinar a distribuição e os usos da terra urbana, fundamentados na lógica da propriedade privada, via de regra, os conflitos fundiários descortinam a nebulosa encoberta pelo título “proprietário”, bem como desestabilizam as categorias normativas por meio das quais o Estado classifica e gerencia os territórios. E isso não é nenhuma novidade na história da urbanização nas cidades brasileiras, e em São Paulo em particular<sup>49</sup>.

As disputas que se instauraram em torno da intervenção pública foram travadas sobre um tecido urbano popular, formado por territórios majoritariamente autoconstruídos e

---

<sup>49</sup> Para uma leitura crítica sobre a questão fundiária no Brasil e, em particular, em São Paulo, ver, entre outros: HOLSTON, 2008; MOREIRA, 2018.



constituídos por formas de morar e de viver que não se enquadram nas métricas e normativas do planejamento urbano. Não por acaso, este planejamento foi capaz de projetar um anel rodoviário atravessando a Região Metropolitana de São Paulo sem considerar os processos históricos de urbanização de cada região e mesmo sem compreender a diversidade destes territórios e seus modos de vida. Portanto, não anteviu o impacto das transformações que promoveu<sup>50</sup>.

A dimensão ambiental é um complicador a mais desta equação. Estamos falando de um território localizado entre a cidade e a floresta, um espaço de transição e composição do rural com o urbano que guarda singularidades e limites à sua ocupação (HERLING, 2002). É este território, às bordas do cinturão verde da metrópole, que passa a ser atravessado por intensos e conflituosos movimentos de reestruturação urbana, impulsionados pelo governo do Estado por meio da implantação do anel rodoviário<sup>51</sup>.

Figura 5 - O atravessamento da grandiosa obra metropolitana sobre um tecido urbano popular em uma imagem



Fonte: Acervo pessoal de Martim Ferraz (jul. 2018).

<sup>50</sup> Sobre as críticas aos impactos do Rodoanel sobre os territórios populares, conferir ANGILELI, 2012.

<sup>51</sup> Esta tese não tem o objetivo de aprofundar a discussão em tela nas complexidades que relacionam moradia e meio ambiente – tema especialmente caro e urgente em São Paulo, onde as periferias cresceram, e crescem, sobre áreas verdes e de mananciais. No entanto, esta tensão está inserida no cotidiano destes territórios estabelecidos nas margens da zona norte paulistana, configurando-se em um elemento em constante negociação que compõe os jogos em torno dos ilegalismos urbanos desenvolvidos ali. Assim, entender como estas tensões se manifestam, são negociadas, contornadas e enfrentadas emerge como uma tarefa incontornável para a compreensão em torno da produção do espaço urbano local.

Trata-se, assim, de uma obra de escala metropolitana, rasgando um tecido urbano heterogêneo marcado por um histórico de grilagens de terra e uma diversidade de conflitos fundiários, onde disputas territoriais complexas são parte integrante de um cenário híbrido de velhas e novas formas de acesso à terra urbana e de constituição do morar popular (LACERDA; MOREIRA; UNGARETTI, 2021).

Assim, se, de um lado, o início das obras representou processos de despossessão variados – como a remoção de moradias<sup>52</sup>, uma transformação dos usos da terra que significou a perda de subsistência para pequenos agricultores, dentre outros –, de outro lado, as obras também representaram uma alternativa para o reposicionamento no território dessas mesmas famílias impactadas pela intervenção pública, e de tantas outras mais. A abertura de novas porções de terra às margens do anel rodoviário passaram a ser, rapidamente, objeto de disputa.

Figura 6 – Reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre o avanço das ocupações junto às obras do Rodoanel em 2015



Fonte: Sant'anna (2015).

A abertura de frentes de expansão urbana relacionadas às grandes intervenções públicas não constitui novidade na história urbana. Ao contrário, trata-se da reprodução de uma matriz histórica que conforma as práticas de expansão e reestruturação dos espaços urbanos na metrópole paulista promovidas pela abertura de frentes de obras públicas que funcionam como vetores de transformações. São transformações que passam a ser disputadas por diferentes

<sup>52</sup> O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) elaborado para o trecho norte previu 2.784 edificações impactadas pela obra (UNGARETTI, 2021).

atores, desde os vinculados aos grandes interesses econômicos e financeiros (como as grandes empresas de logística, se pensarmos no caso do Rodoanel), quanto aqueles para quem a ocupação de terras é uma estratégia histórica de reprodução da vida. Uns e outros, aliás, lançando mão de agenciamentos que transitam e embaralham as fronteiras do legal/ilegal, formal/informal.

Como nos mostra Fernanda Moreira (2019) ao recuperar o histórico de urbanização da zona norte de São Paulo (visto de forma mais detida no primeiro capítulo), o Estado historicamente cria condições favoráveis e atraentes para que agentes privados possam intervir e explorar o urbano. Segundo a autora, uma das formas de criar tais condições favoráveis se dá pela disponibilização de terras públicas. Pensando especificamente no caso do trecho norte do Rodoanel, a autora chama a atenção para a combinação entre o “velho” favorecimento dos proprietários “fantasmas” e do rentismo imobiliário e o “novo” beneficiamento do capital imobiliário-financeiro que ocorre por meio de concessões para a obra e para a exploração da rodovia, aliadas à expansão do setor logístico, cada vez mais financeirizado.

No entanto, de outra perspectiva, podemos ver as terras públicas do entorno da obra (sobretudo as áreas remanescentes), conformadas por pequenas porções e retalhos de terra que emergiram na contiguidade dos canteiros, sendo disputadas por outros atores que não aqueles inseridos nos grandes circuitos imobiliário-financeiros. Estamos falando de uma disputa que envolve uma miríade de atores locais - lideranças comunitárias<sup>53</sup>, pequenos empresários de diferentes ramos econômicos, policiais, operadores do chamado “mundo do crime”<sup>54</sup> -, que passam a disputar a transformação dessas áreas e sua inserção no mercado popular de terras e moradias, em concorrência ou combinação com as famílias empobrecidas que, por sua vez, viram nestes espaços uma alternativa habitacional, como veremos nos próximos capítulos.

E este é um ponto importante, pois deixa ver o Estado - com seu aparato normativo, administrativo e material - na própria produção daquilo que é codificado e gerido como informalidade urbana. Afinal, as práticas de intervenção pública sobre o espaço urbano estão atreladas à abertura simultânea de brechas e fendas pelas quais aqueles atores passam a se

---

<sup>53</sup> Como são identificadas as pessoas que estão à frente das ocupações, compondo o grupo responsável por sua organização e gestão.

<sup>54</sup> A presença desse ator será objeto de reflexão mais detida ao longo dos capítulos. Por ora, fiquemos com as indicações de Gabriel Feltran (2010, p. 593): “A existência do ‘mundo do crime’ nas periferias é de difícil compreensão; ela desarranja as categorias previamente pensadas para descrever as ações morais e as organizações coletivas nesses territórios. O ‘crime’ é uma existência que não cabe na rubrica do ‘crime organizado’, porque se espalha para muito além das atividades criminais; tampouco suas facções, empenhadas em criar para si um discurso político, podem ser descritas pela noção de ‘movimento social’, pois não se propõem a produzir um ‘sujeito político’ no sentido que a literatura específica conferiu ao termo (ver Sader, 1988; Paoli, 1995). A proposta de vida inscrita nessa subjetivação afasta-se muito da proposta crítica e integradora dos movimentos sociais.”

apropriar das porções de terra que se abrem nos interstícios da intervenção pública, dando origem à territórios situados nas embaçadas fronteiras do legal/ilegal, do formal/informal<sup>55</sup>. Desde essa perspectiva, é também o Estado que se encontra implicado na produção de territórios que serão, por esse mesmo Estado, classificados como fora das normas, como territórios informais.

Ao lado das grandes transformações na paisagem urbana, mudanças normativas e institucionais realizadas gradativamente ao longo de diferentes gestões municipais também contribuíram para o avanço das ocupações de terra na região, ainda que, não necessariamente, de forma intencional. Elas indicam mudanças na conjuntura política e sua reverberação sobre o campo de forças no qual se inscrevem as práticas de produção do espaço. Dentre as várias espécies normativas aprovadas e modificadas ao longo dos anos destacamos duas, que indicam a temporalidade e o sentido das mudanças que culminaram em um aumento do poder de barganha de agentes do Estado atuantes na subprefeitura e junto aos territórios. Antes de tratar destas normas, todavia, é preciso dar um passo atrás e retomar, ainda que de forma breve, a conjuntura política do final dos anos 1990 para, então, termos uma melhor dimensão dos efeitos das mudanças implementadas a partir de meados dos anos 2000.

Como analisado no primeiro capítulo, a década de 1990 foi marcada pela expansão dos loteamentos populares na região, uma expansão que foi sustentada, em boa medida, por uma rede de relações envolvendo cooperativas habitacionais laranjas (cujo presidente era o próprio loteador), assessores de um conhecido deputado e de seu sobrinho, então vereador paulista, fiscais da subprefeitura, uma delegacia seccional e agentes da Polícia Florestal. Todos eles estavam imbricados na teia de relações constituídas em torno dos loteamentos (quase todos) irregulares. Esta rede tornou-se conhecida por meio da operação Máfia dos Fiscais (LEITE, 2000), que, em 1999, revelou o esquema que beneficiava a abertura de empreendimentos irregulares. Com a visibilidade alcançada pela operação e suas consequências judiciais para os envolvidos, as relações locais entre política e mercado de terras, expressa na conexão entre esses atores locais com agentes públicos, foram desestruturadas. Este talvez seja mais um dos elementos que, na escala local, explique um certo arrefecimento dos conflitos fundiários na região no início dos anos 2000, como falamos no início deste item.

---

<sup>55</sup> Este não é um processo exclusivo da história da urbanização paulistana. Investigando a organização de mercados ilegais e ilícitos nas periferias urbanas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Marcella Araújo (2019) lança luz sobre uma das dimensões dessa implicação do Estado na produção da informalidade urbana. Segundo a autora, as negociações empreendidas por agentes comunitários no âmbito da realização de obras urbanas em determinados territórios da cidade acabam por alimentar um mercado de terra e moradia estruturado no interior desses territórios objeto das intervenções públicas. Ademais, como nos mostra a autora, a própria intervenção pública passa a ser objeto de disputa e de incidência de grupos atuantes nos territórios.

Tendo em mente esse processo de desmantelamento da rede de atores que atuava na promoção de loteamentos irregulares na região, é possível vislumbrar os impactos das mudanças normativas implantadas a partir de meados dos anos 2000. Sem adentrar aqui na conjuntura específica em que cada uma delas foi elaborada, e as tensões e disputas que as cercaram, na escala do território, o que pudemos observar é que elas impactaram os arranjos locais e o campo de forças em torno da apropriação e transformação da terra de tal modo que voltaram a favorecer a atuação desses grupos – desses, e de outros mais.

Em 2008, a gestão do prefeito Gilberto Kassab (2006-2013) editou uma normativa interna (SÃO PAULO, 2008) que uniformizou os procedimentos de fiscalização das ocupações e parcelamentos irregulares e clandestinos no município<sup>56</sup>, atribuindo às subprefeituras o papel de atuar na fiscalização e na repressão ao uso irregular do solo<sup>57</sup>. Naquele momento, isso representou uma transferência de competência das secretarias do governo às subprefeituras. Em 2013, já na gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016), foi publicado o Decreto nº 54.213, de 14 de agosto de 2013 (SÃO PAULO, 2013), que cedeu às subprefeituras outras atribuições da Secretaria Municipal de Licenciamento (SEL), então recém criada, bem como da Secretaria de Habitação (SEHAB), relativas à análise e à deliberação sobre a regularização de parcelamentos de lotes com área inferior a 20.000 m<sup>2</sup>. Com isso, as subprefeituras tornaram-se responsáveis por fiscalizar, reprimir (com o apoio da Guarda Civil Metropolitana e, em determinados casos, da Polícia Militar) e avaliar as possibilidades de regularização de assentamentos urbanos instalados em sua área de atuação.

E, em 2015, um novo subprefeito foi indicado para a região por um conhecido vereador de São Paulo com atuação histórica na zona sul, mas que vem aumentando gradualmente sua

---

<sup>56</sup> Segundo a caracterização mobilizada pela prefeitura de São Paulo, o parcelamento irregular do solo se verifica quando há a aprovação do projeto de planejamento, mas sua execução se dá em desconformidade com o que foi aprovado ou com a lei vigente; já o parcelamento clandestino se dá quando ele é desconhecido pelo Poder Público ou quando se realiza a despeito da sua reprovação prévia.

<sup>57</sup> As Subprefeituras têm sua origem nas administrações regionais criadas nos anos 1960. No governo municipal de Luiza Erundina (1989-1992) – uma gestão que representou e ecoou as movimentações políticas em torno da redemocratização e das pautas urbanas – as Subprefeituras foram criadas na reforma administrativa então empreendida com o objetivo de democratizar a estrutura administrativa, ampliando os espaços de participação popular, sendo a subprefeitura o elo entre os espaços institucionais e os territórios (MARTINS, 1997). Segundo a autora, “as Subprefeituras foram então concebidas como unidades integradoras, com orçamento próprio e autonomia, responsáveis pelo planejamento e execução do conjunto de serviços, num território claramente definido. Diferentemente das Administrações Regionais, que se subordinam à Secretaria das Administrações Regionais e ocupam-se apenas de fiscalização, limpeza e pequenas obras, as Subprefeituras foram concebidas como tendo real autoridade técnico-administrativa, dotadas da necessária infra-estrutura para responder pela Administração Municipal ao nível da respectiva região. Os Subprefeitos, nomeados pelo Prefeito, responderiam diretamente a este.” (MARTINS, 1997, p. 2). Os sentidos e os impactos dessa reforma dariam toda uma outra discussão, que não temos condição de realizar aqui. Todavia, importante notar que, em alguma medida, o padrão de relação que observamos em nosso campo entre funcionários da subprefeitura e as ocupações parece configurar uma distorção do objetivo de democratizar a administração pública que estava em sua origem.

influência em bairros da zona norte. As práticas deste vereador estão ligadas aos circuitos urbanos que transitam nas fronteiras da legalidade e se sustentam a partir de extensas redes de clientelismo político cuja base territorial são, sobretudo, os bairros periféricos da cidade. O início da gestão do novo subprefeito coincidiu com a retomada de um movimento de expansão urbana que tem nas tensões e negociações com agentes da subprefeitura uma constante. Assim, na prática, o que se viu diante das mudanças normativas e institucionais que se sucederam ao longo dos anos, ainda que de forma não intencional, foi um aumento do poder de barganha destes agentes públicos frente aos atores locais nas disputas em torno da apropriação e transformação do território.

De fato, a indicação deste novo subprefeito, em 2015, ilustra um realinhamento de interesses políticos e econômicos de atores externos ao território (com grupos políticos com atuação em escala municipal ou estadual que passam a disputar a região) aos interesses de atores locais para quem a ocupação de terras pode ser transformada em negócio imobiliário e recurso de poder. Em síntese: o campo de conflito em torno da terra foi, assim, reposicionado.

Quem são esses atores e como se estruturam suas relações são questões que ficarão mais claras ao longo da tese. O ponto a reter aqui, na sequência do argumento anunciado linhas atrás, são as formas por meio das quais o Estado (tomado a partir de seu aparato normativo-institucional e das práticas de seus operadores) se mostra implicado na produção dos chamados territórios informais, por meio da construção e mobilização de dispositivos legais e institucionais postos a serviço de atores privados, sejam loteadores ou novos atores que entram em cena na disputa pela terra. Assim é que, como veremos, se uma brecha normativa pode ser utilizada para facilitar a ocupação da terra, o mesmo tipo normativo pode vir a fundamentar a remoção de pessoas do local, a depender das relações de força e dos termos da negociação construídos a cada situação. São os jogos com a lei o que está em questão.

Mas, se a relação entre política e mercado não é nova, posto que atravessa e constitui a história urbana das cidades, os fios que as conectam se alteram ao longo do tempo, refletindo os jogos de interesse que, a cada época, disputam o Estado e todo seu aparato. Como ressalta Vera Telles (no prelo) no texto que abre uma coletânea de artigos em torno das relações atuais entre mercados, poder e violência, essa relação é hoje de outra ordem. Mecanismos tradicionais de mediação entre a economia e a política foram paulatinamente desativados nos últimos anos, dando lugar a processos massivos de apropriação direta da riqueza, do trabalho e do espaço por meio de uma trama institucional-legal posta a serviço de interesses e grupos privados. No caso que nos interessa, trata-se de uma trama que passa a ser mobilizada nos jogos

de poder envolvidos nos processos de expansão das fronteiras urbanas dos mercados formais e informais, legais e ilegais, no extremo norte de São Paulo.

É isso o que nos indicam as mudanças que atingiram a subprefeitura e seu escopo de atuação legal, bem como as figuras políticas que passaram a controlá-la por meio da indicação de aliados. Trata-se de toda uma base territorial que é articulada de modo a responder aos interesses políticos e econômicos de determinados grupos, com efeitos muito concretos sobre o espaço urbano.

### ***A expansão das zonas cinzentas: novas ocupações de terra***

A partir de 2015, dois anos após o início das intervenções em torno do anel rodoviário, tornou-se possível observar um mosaico de ocupações que veio (e vem) pouco a pouco preenchendo as terras adjacentes às obras viárias, também as poucas áreas vazias existentes nos bairros do entorno, que entrecortam áreas ambientalmente protegidas. Este processo transformou não só a paisagem como também as dinâmicas socioterritoriais nesta porção da cidade. Para se ter uma ideia da dimensão desse movimento cumpre notar que dentro de um raio de 2,5 km traçado a partir de determinado ponto das pistas do Rodoanel foram identificados 21 novos assentamentos estabelecidos entre 2015 e março de 2020. Durante a pandemia, entre os meses de março de 2020 e setembro de 2021, outras 7 ocupações foram identificadas no local<sup>58</sup>.

Ainda que significativo, este número é um retrato do momento em que foi elaborado, dada a celeridade com que as ocupações são estabelecidas e, em muitos casos, removidas, em que sequer ficamos sabendo de algumas delas. Como buscaremos argumentar, os atores e agenciamentos mobilizados nos momentos iniciais de formação dos territórios possuem grande influência em sua maior ou menor chance de permanecer e se consolidar, pois é neste momento inaugural que restam cifrados os modos pelos quais estes territórios serão lidos pelo Estado e, conseqüentemente, os caminhos institucionais e burocráticos que se abrem para cada um deles em sua busca por permanência e formalização.

Ademais, esse movimento de *remoção-ocupação-remoção* é um componente importante das dinâmicas urbanas que constituem essa porção da cidade, marcando trajetórias de vida e de territórios com o signo da transitoriedade permanente.

---

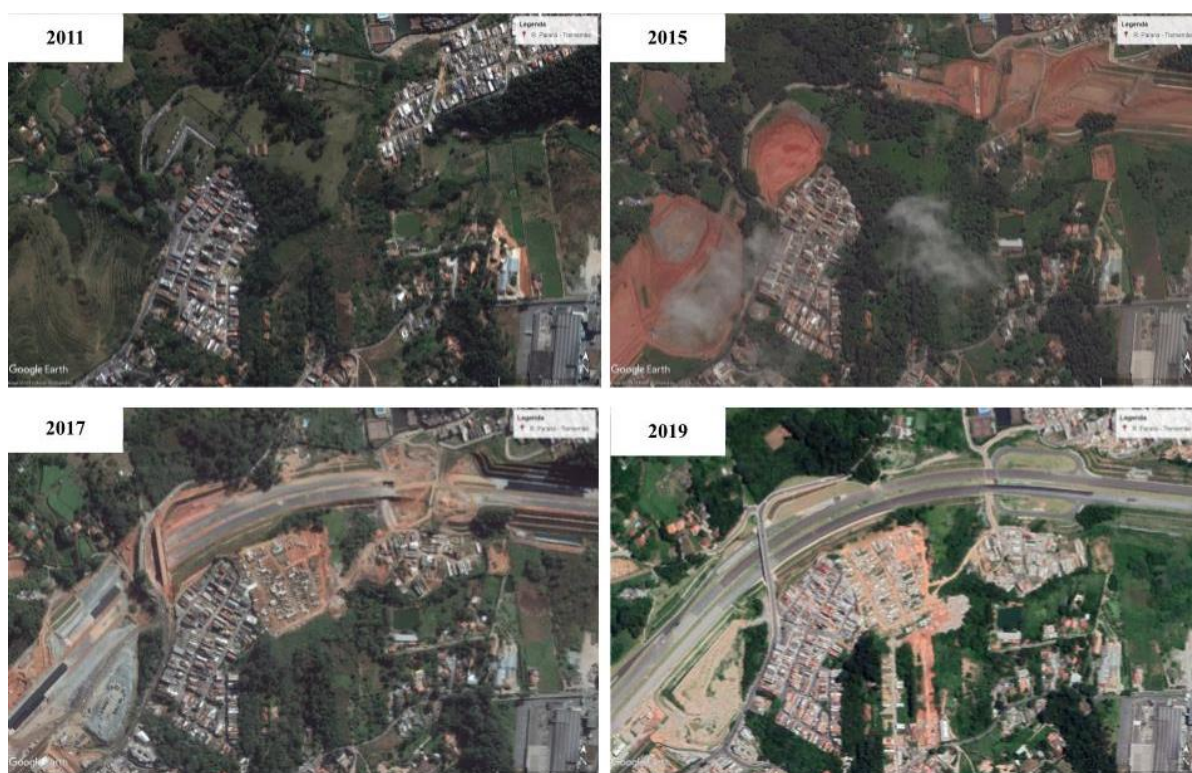
<sup>58</sup> O mapeamento das ocupações realizado no âmbito do LabCidade apoiou-se em nossas visitas a campo, bem como nos relatos de nossos interlocutores e interlocutoras, combinado com o levantamento ao longo dos anos de fotos aéreas da região disponíveis no Google Earth e os dados do Observatório de Remoções.



[...] têm em comum o fato de constituírem zonas de indeterminação entre legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença/ausência do Estado. Tais indeterminações são os mecanismos por meio dos quais se constrói a situação de permanente transitoriedade, a existência de um vasto território de reserva, capaz de ser capturado “no momento certo”. (ROLNIK, 2015, p. 174).

Um “vasto território de reserva”, quase sempre habitado por uma vasta população também tida como “de reserva”, que se encontra, dessa forma, sob a constante ameaça do deslocamento forçado. Quando a remoção efetivamente acontece, essa população vê-se obrigada a mobilizar suas redes sociais para construir outro arranjo habitacional, por vezes mais precário que o anterior. É isso o que tem acontecido no extremo norte de São Paulo, com a chegada do Rodoanel Mário Covas.

Figura 7 - Transformações urbanas a partir das obras para o Rodoanel



Fonte: Google Earth. Edição: Elaboração própria (2021).

A imagem acima, composição de quatro fotos aéreas de determinado ponto do extremo norte de São Paulo, e capturadas em momentos diferentes no tempo, ilustra uma pequena parcela do impacto desta grandiosa sobre o tecido urbano local, inaugurando um novo ciclo de expansão urbana. Uma expansão que se constitui não na ocupação de grandes porções de terra distantes da mancha urbana, mas em seus interstícios, nas áreas remanescentes no entorno da obra, nas poucas áreas livres dos bairros do entorno e em áreas verdes. Como se nota, é um



movimento de expansão que se dá nesses pequenos vazios, preenchendo áreas que, até então, ficaram de fora dos circuitos dos mercados habitacionais mais estabelecidos, em alguma medida preservadas pelos usos rurais que predominaram até então.

Como é possível observar na sequência de imagens acima, em um território caracterizado pela sobreposição de loteamentos e chácaras, uma grande área foi desapropriada para a implantação das pistas do futuro anel rodoviário, resultando na demolição de centenas de casas (imagem de 2015). Ao mesmo tempo, ao longo da intervenção urbana, áreas remanescentes das obras tornaram-se disponíveis, sendo pouco a pouco ocupadas por novos assentamentos que, juntamente com a evolução das obras – e, em 2018, mesmo diante de sua paralisação – expandiram-se. Trata-se de formas urbanas distintas, com origens econômicas e sociais diversas, que pontilharam este território ao longo das últimas décadas e que, agora, voltam a figurar os conflitos urbanos na região.

É neste movimento, entre as desapropriações e remoções promovidas pelo Estado – que impôs o deslocamento forçado a centenas de pessoas – e o solo criado a partir das áreas remanescentes, que novos assentamentos urbanos passaram a ganhar forma e lugar. Os impactos de uma intervenção dessa magnitude não se encerram em suas imediações: resultam em toda uma reestruturação das dinâmicas socioterritoriais locais, com o acirramento dos conflitos fundiários e o reposicionamento de velhos e novos atores na disputa pela terra, dando origem, assim, a territórios que desativam categorias e codificações binárias como legal-ilegal, formal-informal, ou mesmo crime, na medida em revelam os jogos com a lei que são instituídos pelos atores sociais em cena, e os conflitos oriundos dos jogos de poder aí inscritos.

Nos três capítulos que se seguem e que compõem esta Parte II, nosso objetivo é perspectivar os agenciamentos que deram origem a três ocupações de terra estabelecidas a partir de 2015. São elas: Jardim da Amizade, constituída em 2015; Jardim Milão, em 2016; e Duas Irmãs, formada em 2018. Pretende-se focalizar os processos que lhes deram origem, os atores envolvidos, os repertórios mobilizados e os acordos e negociações realizados para garantir seu estabelecimento, demarcar suas fronteiras e assegurar sua permanência, tomando cada uma das ocupações como um prisma privilegiado de análise acerca da lógica de produção social do espaço urbano que se pretende investigar.

Por meio deste prisma, torna-se possível identificar alguns dos fios que compõem as tramas das relações urbanas, bem como a lógica de produção do espaço urbano que é posta em prática e atualizada nas práticas dos atores sociais implicados. Estamos diante de novas práticas e conexões - ou associações, como diria Bruno Latour (2012) - que precisam ser ainda melhor rastreadas e compreendidas em seus efeitos sociais e territoriais. Isto é: há outros jogos de

composição que estão sendo construídos nas fronteiras urbanas da cidade (e que estão construindo a cidade), e são eles que objetivamos perseguir a partir daqui.

## 2 Jardim da Amizade

### 2.1 Armando, a liderança comunitária

Baiano de Vitória da Conquista, Armando vive em São Paulo há 34 anos e conhece bem a região que vai da Marginal Tietê à Serra da Cantareira. Desde que chegou ao município circula por bairros da zona norte, em um movimento que partiu daqueles mais próximos ao centro em direção aos extremos da cidade. Armando é uma liderança comunitária da região, com atuação na organização e agenciamento de algumas dentre as novas ocupações de terra. Constitui-se em um personagem urbano que reúne traços das práticas e formas de organização das associações de bairro formadas nos anos 1980, justapostos às novas práticas e repertórios que circulam nessa área de expansão urbana desde a virada do século.

Armando é um homem de 58 anos (em 2022), casado e pai de quatro filhos. É autodeclarado pardo, católico, dizimista da Igreja Católica e filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Sua trajetória política foi construída por meio do engajamento em associações de moradores de bairros populares, nas quais construiu uma história de luta por melhorias urbanas. Mais recentemente, envolveu-se na organização de ocupações de moradia. Vista por este ângulo, sua imagem se aproxima daquela de sujeitos políticos formados no contexto da reabertura democrática do país, sobretudo daqueles ligados à luta que veio a ser nomeada como a do direito à moradia e à cidade, estruturada nos bairros populares, com origem na organização em torno das demandas por infraestrutura urbana e equipamentos públicos. Seu discurso sobre as ocupações e sobre o papel desempenhado por ele nesses territórios também compõem essa imagem. Contudo, um olhar mais próximo de suas práticas políticas a complexifica.

Armando vê nas ocupações de terra uma forma de ajudar pessoas que necessitam de moradia. Ao mesmo tempo, a ação configura para ele um trabalho e uma fonte complementar de renda. Trata-se, como ele diz, de garantir sua “aposentadoria” e deixar uma situação mais confortável para os filhos - um raciocínio prático de alguém que sempre viveu como prestador de serviços autônomo e cuja renda sempre se fez instável e cambiante.

Conhecemos Armando em uma das recentes ocupações de moradia da região, o Jardim Milão<sup>59</sup>. Naquele dia, 7 de maio de 2018, depois de uma caminhada por suas íngremes ladeiras, nos reunimos na associação local junto a outros moradores da área. Instigados pela nossa presença, Armando e os demais lembraram as histórias do início da ocupação, dessa e de

---

<sup>59</sup> Essa visita, como muitas outras, foi realizada ao lado de Débora Ungaretti e Martim Ferraz, companheiras de LabCidade a quem sou imensamente devedora pelas trocas e por todo o trabalho coletivo de reflexão realizado.

outras do entorno, e parecia consensual a percepção do aumento recente de terrenos ocupados para fins de moradia. Em um deles, localizado próximo dali, já seriam mais de 900 famílias abrigadas. Contando nas mãos, o grupo tentava listar cada ocupação, uma a uma. Naquele mesmo dia, Armando nos levou para conhecer aquela reconhecida como a primeira de um novo ciclo de ocupações de terra na região, em curso desde 2015, e em cuja organização inicial esteve envolvido: o Jardim da Amizade.

Mas Armando percorreu um longo caminho até chegar aqui. Seus percursos habitacionais pela cidade de São Paulo o colocaram em contato com atores, recursos e repertórios distintos, que o dotaram dos saberes necessários para se tornar uma liderança na promoção de ocupações de terra no extremo norte de São Paulo. Assim, uma breve reconstituição da sua trajetória pela capital até chegar à ocupação Jardim da Amizade emerge como um atalho pelo qual podemos puxar alguns dos fios que revelam vetores estruturantes do mundo urbano e suas transformações e inflexões ao longo do tempo.

### ***2.1.1 Percursos habitacionais***

Armando chegou a São Paulo em 1985, aos 21 anos, em busca de trabalho. Tendo concluído apenas o ensino fundamental, circulou por vários locais como prestador de serviços. O primeiro trabalho que conseguiu foi em uma padaria de Santana, que também se tornou sua primeira moradia - Armando dormia nos fundos do estabelecimento. Meses depois, alugou um quarto em uma pensão no mesmo bairro, mas teve que deixar o local quando o imóvel foi desapropriado para fins de expansão da Linha 1 do metrô. Dali se juntou a alguns amigos e foi morar no bairro do Tucuruvi. O ano era 1986.

Sua chegada a São Paulo coincide com o período da chamada reabertura democrática, quando uma diversidade de movimentos sociais voltava a se organizar em torno de bandeiras políticas centradas na luta por direitos. Nas cidades, movimentos populares articulavam-se tendo a moradia como bandeira, e não se limitavam a ela, pressionando por melhores condições de trabalho, saúde, assistência social e outras pautas fundamentais que se consolidaram como direitos sociais na Constituição de 1988. Era todo um projeto político que estava sendo elaborado a partir das condições concretas de vida experienciadas pelas classes populares, que as dotaram de sentido e as transformaram em prática política (SADER, 2001).

A ocupação Filhos da Terra surgiu naquele mesmo ano, como vimos no primeiro capítulo, produzindo e reproduzindo um repertório de direitos que deu a tônica às práticas populares politicamente organizadas no período. A partir do estabelecimento da ocupação, sua experiência e repertório passaram a circular pela região, combinando-se com outros,

reproduzindo-se, transformando-se. Afinal, a ocupação de terra politicamente organizada não era a única forma de acesso à moradia pelas classes populares. Não era e nunca foi.

A trajetória de Armando foi construída em um momento no qual uma série de elementos que conformaram a experiência urbana de milhares de trabalhadores e trabalhadoras foram transformados no jogo de referências que deu sentido ao urbano e à política até o final dos anos 1980, como já amplamente debatido pela bibliografia: o movimento migratório em direção à cidade, realizado por milhões de brasileiros que deixaram as zonas rurais país afora em direção ao Sudeste; o acesso ao então farto mercado de trabalho; o projeto de ascensão familiar materializado na conquista da casa própria, viabilizada, em grande medida, pelo binômio loteamento-autoconstrução (par conceitual que carrega um amplo leque de configurações concretas); e a presença dos movimentos populares e sindicais como representantes da população e mediadores entre esta e o Estado. Tudo isso dispôs um conjunto de experiências que, somando-se a outros processos que então ocorriam, resultou na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual Armando é filiado. Conectando essas experiências e conferindo sentido tanto ao presente quanto a um horizonte de futuro estava o trabalho e a promessa de integração social e cidadania plena.

Mas este horizonte era apenas uma referência. No dia a dia de uma enorme parcela da população sempre foi preciso lançar mão de contornamentos e acomodações, em uma contínua improvisação dos arranjos da vida no espaço da cidade. Apesar de conseguir emendar um trabalho no outro, Armando nunca teve longos períodos de emprego com registro em carteira, até porque sua chegada à capital se deu em um momento no qual já anunciavam-se algumas das mudanças que alteraram de maneira profunda o mundo do trabalho. Seu percurso no acesso à casa própria também não passou pelo loteamento popular - autoconstrução da moradia, na forma em que foi consolidado na literatura (BONDUKI; ROLNIK, 1979), mas foi realizado em meio a um território ocupado e comercializado de maneira muito mais difusa e fragmentada.

Em 1988 Armando já estava casado e, para dar sequência ao projeto de ascendência familiar, adquiriu um lote por um “valor simbólico”, como ele nos conta, em uma ocupação em vias de consolidação, localizada na divisa de São Paulo com Guarulhos, graças às informações que circulavam pelas redes comunitárias criadas entre migrantes a partir de seus postos de trabalho. A mudança para o local consolidava o sentido dos deslocamentos de Armando na metrópole paulista: sempre em direção ao norte, para as bordas da cidade.

A Vila Juarez<sup>60</sup> é uma ocupação de meados dos anos 1970 que teve início depois que uma das maiores imobiliárias de Guarulhos fez a terraplanagem da área. Foi a primeira etapa para o futuro loteamento previsto para o terreno, abandonado pouco tempo depois pela empresa. Segundo Armando, a imobiliária seria conhecida por sua prática de grilagem de terras e produção de loteamentos irregulares em Guarulhos, mas, neste caso, o que houve foi uma confusão em torno das fronteiras oficiais que separam os municípios<sup>61</sup>. Assim que se deram conta de que a área em questão se encontrava dentro dos limites de São Paulo, a empresa teria desistido do empreendimento e abandonado o local. Afinal, seus contatos políticos se ancoravam na cidade vizinha. O terreno, até então uma área de difícil ocupação, tornou-se mais acessível após a terraplanagem realizada pela imobiliária e passou a ser paulatinamente ocupado por famílias do entorno.

Após um período inicial de ocupação, os lotes começaram a ser comercializados por aqueles que primeiro haviam chegado ao local, segundo Armando. Ele próprio foi um dos compradores, em 1988. Naquela época os valores dos lotes eram muito baixos, quase “simbólicos”, de modo que sua comercialização representava antes uma estratégia de composição de renda daqueles que inicialmente ocuparam a área. A demarcação e comercialização dos lotes foi realizada sem nenhuma organização ou centralização, o que resultou na configuração atual do bairro, com lotes não padronizados, ruas estreitas e quase nenhum espaço livre. Apenas quando a associação de moradores foi constituída, no início dos anos 1990, os moradores começaram a investir em melhorias urbanas de forma mais coletiva e orientada.

Como parte da direção da associação de moradores, Armando esteve à frente em muitas das negociações que garantiram investimentos no local. Na gestão municipal de Luiza Erundina (1989-1992), compôs o grupo que, por meio das recém criadas subprefeituras<sup>62</sup>, negociou a urbanização da Vila Juarez – sempre realizada em partes, a conta-gotas (ROLNIK, 2009). Ele se recorda de que, à época, a prefeitura forneceu o material para a instalação do sistema de abastecimento de água, ao passo que os moradores contribuíram com a mão de obra. Foram longas madrugadas abrindo ruas para que, em seguida, a SABESP entrasse com a infraestrutura. O mesmo acerto viabilizou a pavimentação das ruas alguns anos depois, também por meio da

---

<sup>60</sup> Nome fictício.

<sup>61</sup> A Vila Juarez está localizada na divisa entre São Paulo e Guarulhos, em uma área que fica entre a Rodovia Fernão Dias e o rio Cabuçu de Cima, o que pode explicar a confusão da Imobiliária Continental ao achar que a área se encontrava em Guarulhos, uma vez que, apesar do limite entre os municípios acompanhar o curso do rio, é comum as pessoas acharem que o limite é a Rodovia, dado o traçado próximo — mas não idêntico — de ambos.

<sup>62</sup> Para uma leitura sobre a descentralização administrativa realizada na gestão de Luiza Erundina, expressa, entre outros, na reorganização das administrações regionais e na criação das subprefeituras, ver: MARTINS, 1997.

combinação entre o trabalho de moradores e os recursos do poder público, mediados pela subprefeitura.

Foi nesse período, especificamente em 1993, que Armando adquiriu mais um lote no local, onde construiu duas casas para aluguel e, na laje, um estacionamento — imóveis que mantém ainda hoje e de onde extrai uma renda com aluguéis. Era o início dos variados arranjos colocados em prática por Armando, por meio da terra e de sua exploração, para complementar os ganhos provenientes dos trabalhos na construção civil.

Os anos 1990 ficaram marcados por uma série de transformações que alteraram de maneira profunda a vida urbana nas periferias da cidade. De um lado, uma crescente precarização e desestabilização do mundo do trabalho e de suas referências. De outro, a mudança nos padrões de violência, com o acirramento das disputas entre grupos criminais e na relação com uma polícia cada dia mais letal (TELLES, 2010). Estando à frente da associação de moradores, Armando vivenciou a ascensão do tráfico de drogas e seus desdobramentos sobre o território<sup>63</sup>, que passaram a transbordar os circuitos criminais e a atingir a vida cotidiana e os espaços de gestão local, como a própria associação.

Até o final daquela década, Armando não apenas deixaria a associação, como sairia do bairro que ajudou a construir. Viveu, ao todo, por 14 anos na Vila Juarez, local pelo qual mantém ainda hoje grande afeição e onde preserva amigos e familiares, além das duas casas de aluguel e do estacionamento.

Na virada para os anos 2000 ele alugou sua casa na Vila Juarez e mudou-se com a família para a Parada Inglesa, em uma casa de aluguel. Dois anos depois, trocou a antiga casa na Vila Juarez por outra, no Jardim Felicidade, graças a um acordo com um “compadre”. A troca das casas parece ter sido um bom negócio para o tal compadre. Afinal, ele estava trocando uma casa em um território ainda em vias de consolidação (como era o Jardim Felicidade no início dos anos 2000), marcado por profundas precariedades que dificultavam o cotidiano, por um território mais antigo e, portanto, mais consolidado. Já para Armando a permuta constituiu o meio de se retirar em definitivo de um território no qual disputas cada dia mais violentas em torno de sua gestão respingavam sobre sua vida pessoal. Ainda que não saibamos em detalhes os meandros dessas complicações e o modo como elas se abateram sobre sua vida, as contendas

---

<sup>63</sup> Os relatos sobre os anos 1990 na Vila Juarez são marcados pela contagem dos mortos, resultado da guerra travada entre jovens com atuação nos mercados ilegais e ilícitos (os “ladrões”) e os agentes da polícia que atuavam como matadores na região (os “pés de pato”). Essa não é uma história particular da Vila Juarez, ou mesmo da zona norte de São Paulo, mas compôs o cotidiano vivido nas periferias de São Paulo no período, como já observado pela bibliografia e documentado em matérias de jornais e revistas da época.

travadas no território se desenharam como uma ameaça muito concreta à pessoa que estava à frente dos agenciamentos e das negociações relacionados à consolidação e à gestão do território.

Assim, neste início dos anos 2000, depois de quase 15 anos vivendo em São Paulo, Armando já havia passado por diferentes arranjos habitacionais, viabilizados por decisões e acordos informais que responderam aos desejos, mas também aos problemas cotidianos, em uma espécie de improvisação permanente das circunstâncias e condições de vida. Morou no local de trabalho, em pensão, comprou um lote em uma ocupação, morou de aluguel, trocou uma casa pela outra. Mudanças que foram traçando seus deslocamentos pela capital, rumando sempre para as bordas da cidade. São eventos que, em conjunto, revelam o extenso percurso, cheio de idas e vindas, trilhado até a sonhada casa própria para todos aqueles que não foram integrados ao modelo trabalho fabril – compra do lote em loteamento periférico – autoconstrução da moradia, que representou a promessa de integração das classes populares até os anos 1980.

Ao longo de sua trajetória na capital, Armando se formou, enquanto sujeito político, por meio dos constantes ajustes à realidade social que se apresentava a ele. Como presidente da associação de moradores, esteve em constante relação com os distintos atores presentes no território da Vila Juarez e também fora dali. Dialogou com agentes públicos, pessoas do “mundo do crime”, figuras políticas. Adquiriu saberes mobilizados no estabelecimento de novos assentamentos urbanos: de repertórios políticos de atuação, importantes nos momentos de negociação, aos conhecimentos dos meandros que envolvem a luta pela infraestrutura urbana. Como nos lembra Telles (2010), a conquista das melhorias urbanas nestes territórios representa um outro campo de gravitação a partir do qual se arma um diagrama de relações e referências sobre o qual nos debruçaremos na segunda parte desta tese.

Foi com essa experiência que Armando chegou ao Jardim Felicidade, hoje um bairro consolidado com origem na ocupação realizada no início dos anos 1990, como vimos no primeiro capítulo. Quando Armando chegou ao local, pouco mais de 10 anos depois do início da ocupação da área, apesar das muitas precariedades urbanas persistentes, este já era um território estabelecido. No Jardim Felicidade, Armando estabeleceu sua moradia. Atualmente, sua casa está localizada na rua principal do bairro, um imóvel com três pavimentos, onde se dividem os familiares, e dois pontos comerciais no térreo, que compõem mais uma fonte de renda para Armando e sua família.

Se nunca assumiu um papel de liderança no Jardim Felicidade, Armando manteve certa influência na Vila Juarez, em razão das ajudas pontuais à associação e aos moradores mais próximos. Até que, em 2015, graças às relações mantidas ali, surgiu a possibilidade de ocupar



um terreno em um bairro mais ao norte do Jardim Felicidade: era o surgimento da futura ocupação Jardim da Amizade, em cujo estabelecimento Armando teria um papel significativo.

## **2.2 A retomada da ocupação como prática de produção do espaço: novos atores entram em cena**

O Jardim da Amizade figura como referência para as ocupações estabelecidas a partir de 2015, o ano de sua formação. É reconhecida por nossas interlocutoras e interlocutores como aquela que marcou o início de um novo ciclo de ocupações de terra na região, desenvolvidas às margens das obras do Rodoanel, nos poucos vazios dos bairros do entorno e em áreas verdes. Muitas das lideranças envolvidas em sua organização estiveram à frente de outras ocupações, ou apoiaram suas lideranças. Armando é uma dessas pessoas.

Sua chegada à ocupação se deu por intermédio de Joana, conselheira tutelar que teve um papel fundamental em torno dos arranjos que deram origem a algumas dessas novas ocupações. E sua presença nestes processos ilumina outras dimensões das práticas e das redes mobilizadas na produção do espaço.

A identidade de Joana no território está ancorada em sua posição enquanto conselheira tutelar, um cargo institucional e eletivo por meio do qual faz a mediação entre famílias empobrecidas e o Estado, com a sua malha assistencial, por onde circulam programas e políticas que são mobilizados por ela como recurso e capital político. Mas Joana também sustenta outras conexões, que lhe permitem acessar as redes que se conformam em torno dos mercados criminais, por onde circulam outras fontes de poder e de barganha. No trânsito que realiza entre universos, *a priori*, distintos, Joana esclarece os meandros nebulosos dos agenciamentos em torno da produção do espaço, que embaçam, ao mesmo tempo em que conectam, as fronteiras que demarcam o legal, o ilegal e o extralegal. É por aí que ela emerge como uma figura chave para compreender os arranjos que sustentaram a formação do Jardim da Amizade e de outras ocupações da região.

Joana possui 42 anos (2021) e é uma mulher que chama a atenção, tem a pele bem branca, olhos pretos e cabelos loiros, anda sempre muito arrumada. Em uma das primeiras vezes em que a encontramos, ela chegou ao Jardim da Amizade em um carro SUV prata, destoando daqueles que costumam rodar por ali. Sobre ela circulam inúmeros rumores, que dão conta de seus trânsitos entre o mundo da burocracia estatal, da política e do crime. Ela, por sua vez, apresenta-se como uma pessoa com influência na política institucional. Como forma de justificar seu papel à frente da ocupação, faz questão de mencionar nomes de políticos e funcionários públicos que fariam parte de sua rede pessoal. Apesar disso, nunca integrou

oficialmente a associação de moradores, pois, segundo ela, o cargo de conselheira tutelar na subprefeitura a impedia de se vincular de forma direta ao Jardim da Amizade.

Armando e Joana se conheceram através das chamadas “ações sociais” realizadas por ela no início dos anos 2000, na Vila Juarez, que incluíam a distribuição de cestas básicas, o apoio na realização de festas de dia das crianças e demais festas comemorativas, entre outros auxílios pontuais que foram lhe garantindo um reconhecimento local entre os bairros em que circulava. Àquela altura, Joana era casada com um ex-policial conhecido na região como o “rei da maquininha”, por seu envolvimento nos negócios em torno de caça-níqueis, ou jogos de azar. O papel desempenhado pelo marido nos circuitos criminais – que são também negócios territorializados – era, de certa maneira, complementado por Joana por meio da realização de atividades sociais. Esse jogo combinado de ações garantia ao casal certa influência nos distintos espaços de gestão dos territórios por onde circulavam.

Assim, por um lado, numa posição de menor visibilidade o casal fazia circular recursos nos circuitos das economias ilegais e ilícitas que alimentam e compõem as economias populares<sup>64</sup>; por outro lado, de forma mais pública e visível, construía uma posição de liderança nos territórios por meio do acesso de Joana às redes de filantropia por onde circulam bens e ativos que compõem as estratégias de sobrevivência de inúmeros indivíduos e famílias<sup>65</sup>. Foi a partir da visibilidade construída nesse jogo de luz e sombras em torno de suas práticas que Joana se candidatou ao cargo de conselheira tutelar pela primeira vez na região, em 2011. A partir de então, passou a transitar também por dentro dos espaços do Estado. Ao todo, foi eleita para três mandatos.

Joana e Armando logo ficaram próximos. À época das “ações sociais” realizadas por ela, ele era o presidente da associação de moradores e, através de Joana e das redes mobilizadas por ela, conseguia acessar e distribuir uma série de benefícios no território que contribuía na reafirmação de seu papel de liderança comunitária local. Segundo Armando, a amizade criada naqueles anos perdurou mesmo depois de seu afastamento da Vila Juarez.

Joana já era conselheira tutelar em meados de 2015, quando telefonou ao antigo amigo dizendo que tinha “um terreno para ele”. Para Armando, esta era a sua chance de voltar a exercer o papel de liderança comunitária frente a um território. Para Joana, era uma forma de ficar à frente da ocupação sem ocupar um lugar de visibilidade, já que seu cargo institucional não lhe permitia tal exposição.

---

<sup>64</sup> Sobre o tema, cf. TELLES; CABANES, 2006.

<sup>65</sup> Telles e Hirata (2007) já demonstraram o cruzamento dessas redes legais e ilegais nos territórios, seguindo os percursos de uma cesta básica em um bairro da periferia leste de São Paulo.

Apesar de não termos clareza quanto às motivações que levaram Joana a se envolver na promoção e gestão das novas ocupações, é possível situar, ainda que de maneira esquemática e bastante preliminar, o jogo de interesses que parece estar atrelado à produção desses territórios. A influência sobre um território e sua população configura um recurso e um vetor de poder importante, tanto nos meandros da política institucional, marcada por disputas e relações territorializadas (lembrando que o cargo de conselheira tutelar é um cargo eletivo), quanto em espaços de poder mais nebulosos, em que formas de governo dos territórios são elemento de disputa e fonte de poder. Joana circulava nesses dois universos.

Além disso, a formação das ocupações coloca em circulação uma significativa quantidade de recursos financeiros. O que ocorre tanto por meio de sua transformação – que aciona todo um circuito econômico por onde se contrata os serviços e a instalação de infraestrutura urbana, transacionados de maneira irregular<sup>66</sup> –, quanto pela exploração da renda da terra, a qual pode se realizar por diferentes estratégias, como a comercialização de lotes ou a construção para aluguel, por exemplo. Voltaremos a isso.

Independente do que a motivou, Joana foi a responsável por articular o grupo que deu origem àquela que é considerada a primeira ocupação deste novo ciclo inaugurado pela intervenção pública, e era ela quem, em última instância e apesar da associação de moradores, dava a palavra final nas decisões relativas à ocupação. Em outras palavras, no âmbito da produção e da posterior gestão cotidiana do Jardim da Amizade, Joana exerceu uma forte influência que abrangia a distribuição de lotes, a contratação de serviços para a ocupação, a cobrança de taxas, entre outras atividades que envolviam a gestão de pessoas e de recursos financeiros.

A partir desta experiência no Jardim da Amizade Joana passou a se envolver em uma série de ocupações - sempre da mesma maneira, exercendo sua influência nas sombras dos papéis de maior exposição. Foi por aí que ela construiu sua posição nos territórios: por meio desse sempre atualizado jogo de luz e sombras em torno de suas práticas, que variavam a depender das posições que assumia nos diferentes espaços por onde transitava - como conselheira tutelar nos momentos de mediação com o Estado, ou com o respaldo da força dos grupos criminais nas ocasiões de negociações mais nebulosas.

Nesse meio tempo, seu casamento com o ex-policial chegou ao fim. Ela então começou a se relacionar com um conhecido *irmão* do PCC da região. Na visão de Armando, foi a partir

---

<sup>66</sup> Tema que será abordado na Parte III.

daí que as coisas teriam começado a “desandar”: o campo de forças no qual Joana estava implicada havia se alterado.

Segundo os boatos que circulam, o caso com o *irmão* começou quando as práticas de Joana nas ocupações chamaram a atenção e alguns *irmãos* apareceram no Jardim da Amizade para uma *troca de ideias*<sup>67</sup>. De acordo com os relatos, Joana teria conhecido seu novo companheiro nessa circunstância, e sua aproximação com ele fez com que os *irmãos* não apenas permitissem que ela seguisse com a ocupação, como alguns dentre eles passaram a se aproximar ainda mais desses territórios.

Toda a história em torno do casal é envolta em rumores e suposições, mas o certo é que com essa nova aliança, concretizada na relação amorosa entre Joana e um *irmão*, ela passou a impor sua presença em muitas das novas ocupações estabelecidas na região, inclusive impondo o afastamento e a substituição de antigas lideranças. De acordo com relatos de moradores, Joana começou a fazer cobranças consideradas indevidas dos ocupantes e a comercializar lotes nas diferentes ocupações sob sua influência – uma ação que, podemos inferir, só foi possível porque sustentada pela relação com agentes que transitavam nos circuitos criminais, nos quais o uso potencial da força é um importante recurso de poder.

Até que, em dezembro de 2020, Joana foi assassinada. Sofreu uma emboscada quando saía de casa. Três homens encapuzados encurralaram seu carro e atiraram contra ela à queima roupa. Em sua posse foram encontrados 18 mil reais em dinheiro - uma parte do montante estava guardada em uma pasta que continha documentos relacionados a várias ocupações da região; a outra parte estava escondida em sua roupa. Uma das linhas de investigação do caso avalia a possibilidade de ter havido venda de terrenos com documentos falsos. Em todo caso, as palavras “ambição” e “ganância” foram bastante utilizadas para descrever o que levou ao assassinato, mesmo que ninguém saiba, queira, ou possa identificar os responsáveis<sup>68</sup>.

Independente dos rumores que circulam sua imagem, ou talvez seja o que os explique, o que parece certo é que Joana era uma mulher que transitava em muitos espaços, institucionais ou não, mantendo uma importante rede a partir da qual mobilizou informações, recursos e meios de negociação. Assim é que, em seus deslocamentos, Joana nos permite ver os fios que

---

<sup>67</sup> Segundo relatos de nossos interlocutores e interlocutoras, quando há alguma denúncia ou suspeita de extorsão ou qualquer outro tipo de conduta que os operadores do crime local consideram *injusta*, eles vão até as ocupações para averiguar. Em alguns casos, pessoas reconhecidas por suas relações com o PCC já afastaram lideranças e dissolveram associações de moradores. Essas práticas e relações ficarão mais evidentes ao longo da tese.

<sup>68</sup> Conversando sobre o episódio, um morador nos contava de uma ocasião, pouco antes do assassinato de Joana, em que ele pediu para ela vender um lote que mantinha em uma das ocupações lideradas por ela. Joana voltou com 15 mil reais para ele que, mais tarde, ficou sabendo que ela vendeu o pequeno pedaço de terra por 25 mil. “Isso porque era minha amiga, hein?!”, comentou, em tom de brincadeira.

conectam política, crime e território. Foi por meio dessas redes que foram construídos os arranjos que viabilizaram o Jardim da Amizade.

### **2.3 Jardim da Amizade, o ponto de inflexão**

A área ocupada está localizada em um bairro que se originou de um loteamento irregular de meados dos anos 1990, promovido por uma conhecida família da região que ainda hoje figura em meio aos conflitos fundiários locais, sendo inclusive uma das reclamantes da titularidade da área ocupada. Trata-se de área remanescente de uma grande obra rodoviária realizada nos anos 1990, a qual atualmente faz vizinhança com as futuras pistas do Rodoanel. Localiza-se, assim, em um ponto estratégico para o transporte de cargas rodoviário, que tende a se valorizar com a futura (e incerta) inauguração do anel rodoviário.

Como foi ficando claro ao longo da pesquisa por meio dos relatos de organizadores e moradores das novas ocupações, as áreas remanescentes do Rodoanel foram lidas pela população do entorno como uma espécie de “terra de ninguém”. Eram pequenas porções de terra que, embora desapropriadas pelo Estado, não foram utilizadas na obra e, portanto, foram vistas como sobras de terra sobre as quais não haveria interesse público, tendo, assim, menores chances de serem reclamadas. Em teoria.

O terreno que deu origem ao Jardim da Amizade era um local conhecido e utilizado pela vizinhança. Aos finais de semana, os moradores se encontravam ali para jogar bola, soltar pipa ou fazer um piquenique. Com a chegada das obras, esta área de fronteira urbana ganhou novas potencialidades.

Pela própria trajetória de vida de muitas das pessoas que vivem nessa região, a ocupação de um terreno e sua transformação em local de moradia é uma opção que permanece no horizonte. Afinal, foi essa a história de urbanização local, marcada por ciclos de expansão urbana que caminham em direção à Serra da Cantareira (HERLING, 2002). Assim, se os anos 2000 foram um período de certo apaziguamento dos conflitos fundiários, em termos de produção do espaço, conforme nos relatam diferentes interlocutores, o início das obras do Rodoanel e seu profundo impacto sobre a paisagem urbana, mas também sobre as dinâmicas socioterritoriais locais, inaugurou um novo ciclo de expansão urbana, caracterizado pela ocupação desses pequenos vazios no entorno das obras e nos bairros próximos. O Jardim da Amizade marca o ponto de inflexão desse novo momento.

### **2.3.1 O bê-a-bá da ocupação**

A pesquisa sobre o terreno é uma das primeiras atividades a ser realizada pelas lideranças, uma vez que a configuração fundiária possui grande influência sobre as chances de permanência. Por conseguinte, os conhecimentos e contatos necessários para a realização dessa investigação constituem um capital importante detido por algumas lideranças envolvidas nas novas ocupações.

Como nos foi explicado em diversas ocasiões, tal averiguação tenta identificar, de início, se se trata de área pública ou privada e quem são os respectivos titulares. Se for pública, é preciso procurar saber se há algum projeto ou destinação para o local; quando particular, a busca é pela identificação do terreno como parte de espólio, massa falida, dívida com o Estado, entre outras configurações que podem ser avaliadas, situacionalmente, como favoráveis ou desfavoráveis à ocupação. Todavia, a configuração fundiária no Brasil, historicamente e de maneira geral, está longe de ser fato meramente burocrático, mas resta imersa em disputas, negociações, conflitos (dos mais violentos) que fazem da forma propriedade um elemento de constante reiteração, mas também de contestação. E é aí que se abrem os jogos de poder em torno de sua apropriação.

No caso do Jardim da Amizade, apesar das investigações, não foi possível chegar a uma informação precisa sobre a titularidade da área, fruto das próprias incertezas contidas no processo de desapropriação promovido pelo Governo do Estado (UNGARETTI, 2021). Joana mobilizou suas redes institucionais – que, segundo ela, incluíam o subprefeito e um procurador do Estado – e, com base nos seus dados, acreditava-se que se tratava de uma área pública, remanescente da obra rodoviária realizada ainda nos anos 1990. Já a consulta da matrícula do terreno obtida junto ao cartório – um artefato que, em teoria, atestaria a titularidade do imóvel – indicou a complexidade que ronda os limites da área e sua titularidade, que está em disputa por uma série de indivíduos. De toda forma, a informação do cartório indicava que a área era privada.

A partir da leitura do processo de desapropriação, Débora Ungaretti (2021) nos revela parte desse imbróglio. Duas transcrições distintas, realizadas nas décadas de 1920 e 1940, mas que pareciam ter por objeto a mesma gleba, registravam a existência de proprietários diferentes. A área, que até a primeira metade do século 20 era parte de um grande sítio, foi sendo paulatinamente fragmentada por meio de vendas, permutas e sucessões que resultaram em um mosaico fundiário composto por fragmentos confusos, em que os limites e as titularidades ficaram incertas. Segundo a autora, os estudos de domínio realizados para desapropriar a área identificaram ao menos 14 possíveis proprietários, sem qualquer vínculo entre eles. A

desapropriação foi judicializada e o pedido de indenização segue em juízo até que se tenha alguma decisão. Com a desapropriação de parte da área, há uma indefinição também sobre os limites entre o que se tornou público e o que permanece como área privada.

Por tudo isso, a despeito das pesquisas realizadas, não há uma compreensão final sobre a titularidade da terra entre os ocupantes do Jardim da Amizade<sup>69</sup>. Essa história revela que a realização da pesquisa prévia nem sempre pode garantir uma maior estabilidade à ocupação, já que o imbróglho da titularidade pode pender para um lado ou outro, a depender dos muitos acordos e desacordos, judiciais e extrajudiciais, que não são passíveis de controle ou previsão.

De uma forma ou de outra, uma vez selecionado o terreno, é preciso organizar as famílias. Afinal, não há ocupação se não houver gente mobilizada para ocupar. No Jardim da Amizade cada liderança ficou responsável por trazer um grupo de famílias. No geral, eram conhecidos que enfrentavam alguma situação precária de moradia, como os valores elevados de aluguel e a incapacidade de arcar com seu custo. De acordo com as lideranças, a “necessidade” configura, assim, o principal critério mobilizado para selecionar as famílias.

Contudo, trata-se de um elemento bastante subjetivo, que abre espaço para justificativas de toda ordem. Ademais, uma vez que se começa a organizar pessoas para a ocupação de uma área tem início o “boca a boca”, ou seja, o acionamento das redes sociais de cada um, por onde passa a circular a informação – e por onde chegam mais e mais pessoas interessadas em um pedaço de terra, vindas de condições variadas de moradia. Essas pessoas que chegam às ocupações são registradas pelas lideranças que, posteriormente, distribuem os lotes a partir de uma seleção entre aquelas que cumpriram os critérios pactuados em cada território.

Com o terreno selecionado e as famílias mobilizadas, aproxima-se a hora de ocupar. No entanto, nem sempre ou quase nunca a ocupação se concretiza como um evento de um único dia. Exigem-se algumas tentativas para que se consiga estabelecer na terra. De maneira geral, o dia escolhido é a sexta-feira à noite, pois se acredita que há maiores chances de se manter na terra, sem contestação, durante o final de semana. Caso isso ocorra, a eventual saída da área restaria, a partir de então, condicionada a uma decisão judicial<sup>70</sup>. Além disso, utiliza-se o final

---

<sup>69</sup> Como demonstra Ungaretti (2021), essa não é uma confusão que se restringe aos ocupantes, já que tampouco nos espaços das formalidades (cartórios e todos os seus artefatos, como escrituras, registros e toda sorte de documentos tidos como portadores da legitimidade da propriedade) há um entendimento definitivo quanto aos limites e à titularidade do terreno em contenda.

<sup>70</sup> O Código Civil de 2002, no capítulo sobre os Efeitos da Posse, assim estabelece no artigo 1.210, primeiro parágrafo: “§1º O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse.” (BRASIL, 2002, grifo nosso). Como se nota, ainda que não haja um prazo estabelecido na legislação brasileira acerca do tempo de permanência no imóvel que garanta que uma eventual remoção seja condicionada por uma decisão judicial, e não pela ação direta do proprietário (“contanto que o faça *logo*”), há um entendimento

de semana, ou seja, os dias de folga para boa parte das pessoas que trabalham, de modo a garantir a maior quantidade de presentes no terreno nesse período delicado. Depois, quando se entra na arena judicial, o tempo é outro. E é de tempo que se precisa para travar as negociações de toda ordem na tentativa de permanecer.

A entrada no terreno do Jardim da Amizade demandou algumas tentativas. Armando se recorda das muitas dificuldades enfrentadas neste período, quando entravam no terreno durante o final de semana, levantavam os barracos com muito trabalho e, logo na segunda-feira pela manhã, funcionários da subprefeitura colocavam tudo no chão. Estas ações estavam respaldadas pelas mudanças normativas municipais que haviam então há pouco sido realizadas, dando maior autonomia de ação às subprefeituras para fins de fiscalização e desfazimento de ocupações<sup>71</sup>. Para tentar negociar essas interdições, Armando e as demais lideranças chegaram a fazer uma reunião no gabinete do subprefeito, mas naquele momento foram recebidos de forma dura: o representante do Estado lhes garantiu que derrubaria as construções quantas vezes fosse necessário. Não houve brecha para a negociação.

Figura 8 - O início da ocupação Jardim da Amizade em 2015



Fonte: Google Earth (2015).

---

dos movimentos sociais de moradia e dos demais atores envolvidos na promoção de ocupações de terra que a permanência por ao menos 48 horas seja essa garantia.

<sup>71</sup> Isso foi visto no item que abre a Parte II.



Segundo o relato de moradores, esse processo teria se repetido ao menos três vezes. A disputa pela terra foi acirrada: algumas vezes, enquanto os funcionários da subprefeitura demoliam um barraco em um local, outras pessoas já começavam a levantar outro mais adiante, quase sempre utilizando o próprio material que restava das demolições anteriores. Desse modo, iam conquistando espaço, demarcando lotes e tentando manter de pé alguns barracos.

Em uma das tentativas, Armando investiu quase 5 mil reais em materiais para a construção do que seria a sede da associação de moradores e, junto a outras pessoas do grupo, passou todo o final de semana trabalhando. Na segunda-feira pela manhã, mais uma vez, foi tudo para o chão pelas mãos dos funcionários da subprefeitura. Naquele instante, muitas pessoas desistiram e começaram a vender seus lotes, recém (e mal) demarcados, por R\$ 500,00. O que estava à venda ali, todavia, não era um lote urbano, mas sua promessa, uma aposta. Na ocasião, Armando apostou alto e comprou três lotes, que se somaram aos dois a que ele tinha direito por estar na coordenação da ocupação. Esta é uma prática comum adotada em várias ocupações recentes da região, segundo a qual cada liderança recebe dois lotes como uma espécie de pagamento pelo trabalho dedicado à formação da ocupação.

Aqui cumpre fazer uma marcação importante, que ficará mais evidente no decorrer da tese: a ideia da promoção da ocupação como uma forma de trabalho - além de um modo de prover moradia para quem precisa, justificativa central para tal empreitada - é mobilizada por várias das lideranças com quem conversamos ao longo da pesquisa. Dessa forma, o acúmulo de lotes em diferentes ocupações, como tem sido cada vez mais comum entre aqueles à frente desses territórios, é justificado como um pagamento recebido pelo empenho demonstrado em cada um dos locais. Um fator que indica os múltiplos sentidos que cercam o processo de ocupação e transformação da terra: não apenas um meio de prover moradia para quem precisa, ou de pressionar o Estado na promoção de habitação social (como historicamente feito por muitos movimentos sociais), mas também como uma forma de trabalho a partir do qual é possível gerar uma renda por meio da renda da terra.

Entre lotes ganhos e comprados, Armando ficou com a posse de cinco lotes no Jardim da Amizade. Distribuiu três entre seus filhos e manteve dois para si, mas ressalta que nunca comercializou nenhum deles.

A história da ocupação se alterou quando uma visita do então prefeito Fernando Haddad (2012-2016) à região foi utilizada como uma oportunidade estratégica para fazer pressão política sobre o subprefeito. E esse não é um ponto banal. A gestão de Fernando Haddad, eleito pelo Partido dos Trabalhadores, representou uma mudança no campo de poder onde se processa a gestão dos ilegalismos urbanos. Como nos ensina Telles (2010), as variações nas conjunturas

políticas (macro e micro) afetam a gestão diferencial dos ilegalismos, pois se constituem em rearranjos do poder em torno desses jogos travados com a lei e o ordenamento do Estado. Fazem parte, assim, das dinâmicas políticas de produção dos espaços urbanos, na medida em que podem representar maior repressão e coerção ou maior tolerância e abertura de brechas para negociações e contornamentos de restrições.

Ao ficar sabendo da visita do prefeito, Armando e os demais à frente da ocupação produziram um folheto explicando a situação das famílias que, sem alternativas, tentavam construir suas casas em um terreno abandonado, mobilizando na construção de seu argumento todo o discurso dos movimentos populares de moradia. Espalharam oito mil folhetos pelos quatro cantos da subprefeitura, colaram-nos em postes, muros, na entrada de estabelecimentos, nos ônibus. Alguns dias depois, um pouco antes da visita de Haddad, o subprefeito os chamou novamente e, dessa vez, a conversa foi diferente. Apontando uma suposta brecha na normativa que dava à subprefeitura o poder de desfazer as construções, o subprefeito lhes garantiu que não iria mais derrubar as construções no terreno sem uma ordem judicial. Quer dizer: os ocupantes do Jardim da Amizade fizeram uma leitura certa da conjuntura política e souberam aproveitar a brecha que lhes foi oferecida.

Enfim, a ocupação Jardim da Amizade conseguiu se estabelecer na terra.

### ***2.3.2 Negociando fronteiras***

A demarcação das fronteiras da ocupação é uma dinâmica (demasiado conflituosa) ilustrativa da trama tecida entre o formal e informal, em que a definição dos espaços e de seus limites é sempre circunstancial, fruto das negociações e acordos travados entre os diferentes atores implicados e os recursos de poder mobilizados. No Jardim da Amizade a reconstituição dessas negociações nos apresenta a novos atores que agora entram em cena, revelando outros tantos fios envolvidos na produção do espaço.

Logo nos primeiros dias, a fronteira entre a ocupação e o canteiro de obras foi negociada diretamente com os engenheiros que trabalhavam no Rodoanel. Diante da movimentação de pessoas demarcando lotes e construindo barracos, um engenheiro da DERSA (empresa pública responsável pela obra) procurou os ocupantes para garantir que as casas não se expandissem para dentro dos limites da faixa de domínio da obra. Desse modo, o agente do Estado demarcou os limites que orientaram a ocupação da terra.

Podemos supor que o que estava sendo indicado ali eram os limites da área desapropriada pelo Estado, ainda que não houvesse clareza sobre essas fronteiras no âmbito dos

processos, como já visto. Assim, em uma prática bastante controversa, o agente público agiu definindo até onde iria a área pública e, portanto, para ele, o interesse público, situando a formação da ocupação à dimensão privada, entendida enquanto um conflito que se restringe à disputa pela propriedade, e não sobre a produção da cidade. O engenheiro não exigiu nada em troca dos ocupantes, a não ser o cumprimento do acordo estabelecido entre eles.

A demarcação de lotes e ruas seguiu, a priori, os limites estabelecidos informalmente pelo funcionário da DERSA. Se no início este limite foi apenas indicativo, rapidamente se materializou na construção de um muro levantado pela empresa pública, pavimentando em definitivo a fronteira entre o canteiro de obras e a ocupação. Durante a construção do muro, um conflito se instaurou em torno de seu traçado, visto que o mesmo começou a passar por cima de alguns dos lotes de tal forma que, em alguns pontos, as casas ficaram totalmente inacessíveis. Os funcionários do Rodoanel e Armando afirmaram que alguns moradores haviam desrespeitado o acordo e avançado sobre a área referente à faixa de domínio. Por outro lado, os moradores imputaram à troca do engenheiro responsável a causa do conflito: “esse novo é mais carrasco”, comentou uma das moradoras.

Figura 9 - Muro sendo construído pela DERSA separando em definitivo a faixa de domínio do Rodoanel da área ocupada



Fonte: Acervo pessoal de Martim Ferraz (mai. 2018).

De uma maneira ou de outra, o fato é que em negociações dessa ordem, travadas nas *zonas cinzentas* onde se localizam estas ocupações, os acordos são sempre inconstantes e variáveis, a depender dos atores e das condições em que são firmados. Neste jogo de relações de força, a corda rompe para o lado mais fraco: uma decisão judicial removeu 12 casas que teriam desrespeitado os limites traçados entre o canteiro de obras e a ocupação.

Outra negociação realizada para o estabelecimento das fronteiras da ocupação foi com o caseiro que vivia no local há mais de 20 anos. Segundo moradores, “um português”<sup>72</sup> seria o responsável por manter o funcionário no local, que vivia em uma casa simples, cercada por pequenas plantações, com criação de animais. A divisão da área foi negociada diretamente com o caseiro que, àquela altura, estava mais preocupado em garantir sua moradia do que em combater os supostos “invasores” da terra de seu patrão. Os ocupantes preservaram a pequena porção de terra na qual estava localizada sua casa, que se mantém ainda hoje separada da ocupação por uma cerca de arame farpado.

E conforme se negociava e riscava o traçado da ocupação no território, simultaneamente, outros arranjos eram construídos para garantir a sua permanência.

Uma das estratégias mobilizadas envolveu a destinação de um lote a um policial militar do Batalhão responsável pela área. O policial era um conhecido de Joana, graças às redes às quais tinha acesso por meio de seu antigo companheiro, o ex-policial. Segundo Armando, a doação do lote foi uma tentativa de criar um aliado dentro da polícia que pudesse conter as ações de derrubada das casas. Na prática, os termos do acordo previam que o policial “segurasse” as denúncias relativas à ocupação de modo a não dar prosseguimento a elas. Isto significava não enviar efetivo policial ao local e, por conseguinte, não registrar um Boletim de Ocorrência. Em troca, recebeu um lote. Há de se notar que, mais uma vez, o lote recém demarcado é mobilizado como moeda de troca e forma de pagamento pelos serviços prestados em torno da constituição da ocupação. Posteriormente, o policial doou seu lote a uma trabalhadora da limpeza da delegacia, que ainda hoje reside no local.

Com o apoio do policial, os ocupantes conseguiam mais tempo para trabalhar na terra sem serem surpreendidos por agentes policiais e de fiscalização. A aposta de fundo era conseguir estabelecer o assentamento o mais rápido possível, acreditando que o grau de sua consolidação interferia em sua maior ou menor chance de permanecer diante de uma eventual

---

<sup>72</sup> A leitura dos processos judiciais indicou que, de fato, um dos reclamantes pela titularidade da área era um homem de nacionalidade portuguesa, que acabou falecendo no meio do processo. Restou à sua família a disputa pelo espólio. A imagem do “português” circula na ocupação, dando corpo (um corpo gringo) à ameaça de um proprietário que poderia removê-los.

ameaça de remoção<sup>73</sup>. E, para evitá-la, uma das estratégias centrais mobilizadas no Jardim da Amizade e em outras ocupações da região é se manter na invisibilidade durante os cinco primeiros anos de estabelecimento, prazo mínimo necessário para pleitear a usucapião, condicionada à ausência de contestação e à ininterrupção da ocupação durante este período<sup>74</sup>.

Mas uma possível ação de reintegração de posse não era a única ameaça no horizonte da ocupação. Pela localização privilegiada do terreno ocupado para o transporte de cargas rodoviário, a disputa pela terra e pela demarcação de suas fronteiras também se dava com outros atores interessados em se estabelecer no local, orientados por interesses diversos. Um episódio sempre lembrado envolveu o mesmo delegado identificado como o responsável pelo apoio à ação da subprefeitura na derrubada dos barracos.

Em determinado dia, um caminhão chegou à ocupação para descarregar um container no local. O responsável afirmava ter uma autorização dos “herdeiros da terra” para fazê-lo. Desconfiando da ação, os moradores se reuniram em torno do caminhão e não deixaram que o container fosse descarregado. Joana foi uma das responsáveis por mediar o conflito e nos relatou que, diante do insucesso da ação (que acabou indo parar na delegacia, diante da insistência dos moradores com os policiais, que foram chamados ao local), o delegado ainda teria tentado negociar diretamente com ela a partilha da área: ele ficaria com a parte mais plana, próxima à rodovia, para a instalação de um galpão, e deixaria o restante da área para as casas. Em outra versão do evento, o responsável pelo container seria um “empresário” conhecido na região, do ramo da reciclagem.

Independentemente dos envolvidos, a disputa concentrava-se na expectativa quanto às vantagens da localização da área ocupada, situada em um ponto estratégico de circulação de mercadorias na metrópole. Essa história, quase uma anedota, é sempre rememorada pelos ocupantes e, a cada novo relato, um elemento aparece, se altera ou ganha novos contornos. A despeito de suas variações, revela um pouco das disputas que foram travadas para garantir a permanência da ocupação, colocando em cena a trama de atores implicada na produção destes territórios situados nas bordas da zona norte paulistana. Independente das precisões e imprecisões da história, o certo é que a ocupação ganhou mais essa batalha.

---

<sup>73</sup> E essa não é uma estratégia banal, ou infundada. De fato, em muitos processos judiciais de reintegração de posse que acompanhamos pelo Observatório de Remoções, uma decisão pela remoção pode ser adiada, ou até mesmo suspensa, diante da constatação do grau de ocupação da área e da consolidação das edificações.

<sup>74</sup> O uso do termo *usucapião* entre lideranças e moradores das ocupações nas quais circulamos não faz referência, necessariamente, ao instrumento de regularização fundiária previsto na Constituição Federal de 1988, posto que não há distinção em relação à ocupação situada em terra pública (caso para o qual o usucapião não se aplica) ou privada. Dessa forma, o *usucapião* diz respeito à busca pela regularização fundiária junto ao Estado, independentemente dos instrumentos mobilizados.

Mas nem todas as disputas em torno da terra e de sua apropriação se dão na escala do território. Os espaços jurídico-institucionais se configuram como um outro campo de processamento dos conflitos fundiários, que introduz novos atores, escalas e recursos de poder. Ainda que não seja o foco desta pesquisa, os conflitos travados nessa arena transbordam sobre o território, impactando as dinâmicas socioterritoriais e vice-versa<sup>75</sup>, pelo que vale a pena ao menos situá-los.

Algumas pessoas que estiveram envolvidas no momento de entrada na terra respondem individualmente a processos por denúncias relativas a infrações ambientais que envolvem penas que vão desde a aplicação de multas à possibilidade de condenação em prisão. Este é um processo que se repete nas demais ocupações do entorno e que sinaliza para uma atribuição individual de práticas de ocupação da terra que são essencialmente coletivas. Como se verá, essas penalizações precisam ser entendidas a partir dos jogos com a lei que constituem o processo de produção do espaço nessa porção da cidade, em que a dimensão ambiental desempenha papel fundamental. Mas até o momento em que escrevo essas linhas nenhum dos referidos processos tiveram um desfecho.

Além dessas medidas individuais, o Governo do Estado ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP), ainda em andamento, alegando que o Jardim da Amizade produziu danos ambientais. Um dos pedidos constantes da peça litigiosa é o do desfazimento das construções do local, o que representa um risco de remoção da ocupação. A ACP segue em andamento no judiciário.

Por fim, no início de 2020, pouco antes de a ocupação completar os cinco anos de presença dos moradores sem contestação – o que configuraria a possibilidade de pleitear a usucapião –, supostos proprietários entraram com uma ação de reintegração de posse contra o Jardim da Amizade. O processo ainda tem um longo caminho pela frente, mas a associação de moradores tem se organizado para enfrentar essa nova ameaça à permanência de todos - agora sem poder contar com as articulações e redes mobilizadas por Joana, assassinada no fim desse mesmo ano.

Em meio a ameaças, negociações e barganhas de toda ordem, o Jardim da Amizade conseguiu se estabelecer e, pouco a pouco, passou a investir na transformação da terra, com a demarcação de lotes, a abertura de ruas, entre outras intervenções que foram alterando a

---

<sup>75</sup> Em suas pesquisas, que cruzam teorias do direito aos estudos urbanos, Giovanna Milano (2017) argumenta que a atuação do Poder Judiciário nos conflitos fundiários urbanos compõe os mecanismos de reprodução da desigualdade socioespacial nas cidades brasileiras. Partindo da análise das decisões proferidas em torno dos conflitos fundiários urbanos coletivos proferidas em Tribunais de Justiça das cinco regiões brasileiras, a autora introduz a lei, o sistema judiciário e seus operadores no interior do campo de conflitos em torno da terra e da moradia, e não fora dele, iluminando os modos operatórios por meio dos quais o sistema judiciário toma parte e incide sobre os mesmos.

paisagem. Atualmente, é formado por ruas largas que dão os contornos às quadras e se conectam à única entrada e saída que faz a ligação com o bairro. A qualidade das construções varia bastante, ainda que a maior parte das casas já seja de alvenaria. No momento de nossa primeira visita, em 2018, quase não havia mais lotes ou barracos de alvenaria disponíveis. Entre as casas há alguns pequenos comércios de portas abertas, como bares, mercearias, salão, entre outros pequenos estabelecimentos que conformam o cotidiano da ocupação em vias de consolidação.

Figura 10 - O Jardim da Amizade em 2021



Fonte: Google Earth (mar. 2021).

#### **2.4 E os ocupantes? Entre estratégias de sobrevivência e o empreendedorismo popular**

Como dito no início desta tese, o foco sobre os atores que estão à frente dos processos de formação e consolidação das ocupações foi uma escolha teórico-metodológica desta pesquisa, que respondeu ao objetivo de perscrutar as relações constituídas em torno de cada um dos territórios. Todavia, as diferentes formas por meio das quais a ocupação passa a ser apropriada pelos heterogêneos perfis de ocupantes também constituem uma dimensão fundamental do processo. Isso porque as centenas de indivíduos e famílias que ingressam nesses territórios estão igualmente disputando a transformação da terra e os usos e sentidos dados a ela. Assim, ainda que este não seja o foco desta pesquisa, achamos importante trazer algumas marcações a partir dessa perspectiva. Afinal, para ter ocupação é preciso ter ocupantes.



Nestes mais de quatro anos de pesquisa conhecemos dezenas de indivíduos vivendo e circulando nas e entre as ocupações de terra, com trajetórias de vida e percursos habitacionais os mais diversos. Optamos por trazer algumas dessas histórias de modo a construir um mosaico (talvez um pouco confuso) dos ocupantes do Jardim da Amizade, colocando em perspectiva fragmentos de histórias de vida que também nos informam sobre esses territórios. Como ficará evidente até o fim dos capítulos que compõem esta Parte II, os atores e agenciamentos construídos em cada uma das ocupações se refletem nos meios de acesso e de permanência no território e, em consequência, nos perfis de indivíduos que têm acesso a cada uma das ocupações.

Em nossa primeira visita ao Jardim da Amizade, em maio de 2018, Joana fazia questão de enfatizar o caráter *popular* da ocupação e seu objetivo de atender famílias oriundas de arranjos habitacionais ainda mais precários<sup>76</sup>. Era esse objetivo, ademais, que justificaria sua presença à frente da ocupação. Afinal, a imagem pública de Joana era a da conselheira tutelar, um cargo que zela pelos direitos das crianças e adolescentes e, conseqüentemente, de suas famílias. Se formalmente ela não poderia se envolver na promoção de ocupações por seu cargo institucional, na prática esse envolvimento poderia ser justificado como um meio de garantir moradia para muitas dessas famílias, diante da ausência de políticas habitacionais efetivas. Contudo, como foi ficando evidente com o passar do tempo, essa não era a única função da ocupação, nem o único interesse de Joana.

Três anos após a formação do Jardim da Amizade, Joana acreditava que a ocupação era formada por 80% de pessoas “que realmente precisam” e outras 20% que já teriam adquirido o lote para “fazer renda”, apesar de a comercialização ser uma prática proibida pelo estatuto da associação de moradores, segundo nos informou naquele dia. Essa é uma tensão permanente entre os ocupantes em quase todas as ocupações que conhecemos, uma tensão que se estabelece entre os que efetivamente vivem no território e aqueles que fazem dele uma fonte de renda ou que apenas acumulam um ou mais lotes nas ocupações, sem dar uso à terra adquirida. Ainda que a *ocupação para morar* e a *ocupação para fazer renda* sejam distinções muito plásticas – o morador pode abrir um pequeno comércio junto a sua casa e tirar dali alguma renda, por exemplo –, elas orientam as práticas dos ocupantes, que se distinguem e se relacionam a partir dessas clivagens.

---

<sup>76</sup> A importância de reafirmar a ocupação como território *popular*, formado pela *necessidade* de moradia dos indivíduos e famílias que a compõem, atravessa todas as ocupações apresentadas aqui e está relacionada à estratégia construída, na interface com os diferentes operadores e órgãos do Estado, para a produção dos critérios de legibilidade e legitimidade da ocupação frente ao ordenamento social e urbano, em sua busca por reconhecimento e formalização. Falaremos sobre isso de forma mais detida no capítulo cinco da Parte III.



Seguindo a classificação elaborada por Joana, Josimar estaria no grupo de quem “realmente precisa”. Deixara Manaus há 19 anos para tentar a vida em São Paulo. Veio acompanhado pela esposa e só pode contar com o apoio de alguns familiares que já viviam aqui. Apesar das expectativas de uma vida melhor, desde que chegou à capital Josimar nunca conseguiu se fixar em um trabalho, passou de um serviço a outro como auxiliar de pedreiro em pequenas obras nas proximidades em que vivia, alternando os *bicos* com períodos de desemprego. Josimar e a esposa sempre moraram de aluguel, em um constante trânsito entre bairros da zona norte.

Quando da ocupação, Josimar vivia em um bairro da região. Por isso, rapidamente ficou sabendo da empreitada e foi em busca de um lugar para si - o Jardim da Amizade lhe pareceu como um meio de finalmente sair do aluguel e construir a casa própria. No dia em que o conhecemos, em maio de 2018, Josimar trabalhava na construção de sua futura moradia, que seguia o ritmo intermitente dos empregos que lhe permitiam investir na obra.

A moradia de aluguel também faz parte da trajetória de Dona Joana, uma senhora de 70 anos de idade que vive em um bairro nas proximidades do Jardim da Amizade, dividindo a casa e seus custos com um filho, a nora e dois netos. Acompanhada da nora, ela se juntou ao primeiro grupo organizado para entrar na terra, apoiou a ocupação da forma que pode ao longo dos primeiros meses, revezando-se com a nora para cumprir todas as exigências e, assim, recebeu um lote quando foram demarcados e distribuídos entre as famílias cadastradas.

Em 2018, quando a conhecemos, Dona Joana estava em busca de um comprador para o seu lote, pois, sem ter conseguido dinheiro para a construção, achou por bem vendê-lo. Com isso, tirava ao menos algum proveito das dificuldades enfrentadas para conquistar aquele pequeno pedaço de terra. Àquela altura, depois de três anos de ocupação, os lotes já estavam sendo comercializados por valores em torno de 20 mil reais, um dinheiro que seria importante para a família, ainda que isso significasse se manter na condição de aluguel.

Como Dona Joana, outras famílias e indivíduos venderam seus lotes nos primeiros anos da ocupação, pelos motivos mais variados. Em muitos casos, a venda foi motivada pela mesma causa presente no caso de Dona Joana: sem conseguirem mobilizar o recurso necessário para a construção da moradia, alguns indivíduos transformaram a pequena porção de terra recém demarcada como lote urbano em uma possibilidade de gerar uma renda por meio de sua comercialização. O recurso daí oriundo, de acesso imediato, poderia sanar algumas das urgências da vida. Nas relações de compra e venda orientadas por esse motivo o que observamos é uma substituição de indivíduos ainda mais vulnerabilizados por outros que

sustentam condições (e redes) um pouco mais estabelecidas – ainda que, de maneira geral, estejamos falando de indivíduos inseridos em redes precárias e instáveis de trabalho e moradia.

Tanto para Josimar, quanto para Dona Joana, a ocupação apareceu como uma dentre tantas outras estratégias de sobrevivência acionadas de modo a lidar com as imprevisibilidades da vida daqueles e daquelas inseridas em redes precárias de trabalho, sem qualquer garantia e proteção social, sem acesso às políticas públicas habitacionais e sem condições de compra nos mercados habitacionais estabelecidos. Ainda assim, como visto, há diferenças e gradações entre eles: Josimar foi capaz de mobilizar os recursos necessários para construir sua moradia e deixar de vez o aluguel; já Dona Joana, sem conseguir os meios para levantar a moradia, valeu-se do lote para obter valores que poderiam resolver as demandas da família, se não garantissem finalmente a casa própria.

Em uma posição distinta de ambos está Sandrinho. Natural do Rio Grande do Norte, Sandrinho tem 39 anos (em 2019) e vive em São Paulo há 10 anos. Desde que chegou à capital morou “de favor” na casa de parentes e passou por duas ocupações de terra, ambas removidas, antes de chegar ao Jardim da Amizade<sup>77</sup>. Açougueiro de profissão, como nos conta, não conseguiu manter um emprego em sua área de experiência. Assim, quando chegou à primeira ocupação, em 2015, além de construir a moradia, montou um pequeno comércio. Com a remoção, ocorrida em agosto de 2018, Sandrinho perdeu a casa e sua fonte de renda. Na segunda ocupação, onde ficou por poucos meses, não teve sequer tempo para montar um novo comércio, de modo que após a remoção se viu sem casa e sem trabalho.

Quando Sandrinho passou por esta segunda remoção o Jardim da Amizade já existia há três anos. Ele chegou ao local quando já havia ali um território em vias de consolidação, com todos os lotes distribuídos. A partir daquele momento a entrada na ocupação só era possível por meio da compra de um lote ou do aluguel de um imóvel. Sem dinheiro para adquirir um pedaço de terra para si, a solução foi o aluguel. Segundo relatos dos moradores da região, os valores dos aluguéis nas ocupações são mais baixos do que aqueles praticados nos bairros consolidados.

Sandrinho e a esposa alugaram uma casa e um ponto comercial na ocupação. Mais uma vez, ele montou um bar-mercearia. Com muita dificuldade, somando os ganhos oriundos de suas vendas e a remuneração do trabalho de limpeza da esposa, Sandrinho consegue pagar o aluguel de 700 reais da casa e os demais 700 reais do ponto comercial. Para garantir a locação, precisou depositar um cheque-caução no valor total de dois aluguéis, que foi viabilizado por

---

<sup>77</sup> A remoção da ocupação onde vivia Sandrinho, e onde o conhecemos, será tema do capítulo 7.

meio de um empréstimo realizado pelo casal<sup>78</sup>. Ao ser questionado sobre o que faria se o Jardim da Amizade fosse removido – já que a permanência da ocupação é ameaçada por uma ACP e uma ação de reintegração de posse –, Sandrinho foi categórico: “vou pra debaixo do viaduto”.

Sandrinho é mais uma pessoa para quem a ocupação aparece como um expediente de sobrevivência. Significa, ao mesmo tempo, solução habitacional e fonte de renda. Todavia, ele está inserido no território de forma ainda mais precária que Josimar, pois além da insegurança intrínseca à situação fundiária da ocupação, sem garantias de permanência e regularização, Sandrinho está submetido à insegurança de uma relação locatícia estabelecida de modo pouco formalizado, é dizer, com pouca ou nenhuma garantia e proteção de seu vínculo com a moradia e o território<sup>79</sup>.

Rei também é dono de um bar no Jardim da Amizade, mas sua história é bem diferente da de Sandrinho. Vivendo em São Paulo há 25 anos, deixou para trás a vida em Pernambuco e o labor pesado em uma usina de açúcar em busca de melhores oportunidades de trabalho, acompanhado pela esposa e quatro filhos pequenos. Apesar das muitas dificuldades enfrentadas ao longo dos anos na capital, Rei manteve o emprego em uma fábrica de peças automobilísticas por mais de uma década, trabalhando sem férias e cumprindo muitas horas extras, como faz questão de frisar. Foi graças à renda oriunda do trabalho fabril que ele conseguiu comprar o lote onde construiu a casa onde vive há mais de 10 anos, no bairro vizinho ao Jardim da Amizade, fruto de um loteamento irregular promovido em meados dos anos 1990. O imóvel já está no quarto pavimento, dividido entre casas independentes onde vivem familiares e inquilinos. A locação da casa lhe rende de 600 a 800 reais por mês.

Em 2010, cinco anos antes do início da ocupação, Rei deixou o trabalho na fábrica para abrir uma empresa, em sociedade com seu filho mais velho, de instalação de telas de proteção em janelas. No entanto, uma crise de diabetes o afastou do trabalho. E foi o seu afastamento do serviço, por conta da doença, que permitiu que Rei pudesse se juntar à ocupação. Com o tempo livre, dedicou-se às atividades coletivas e garantiu um lote para si no Jardim da Amizade. Enquanto a maioria das pessoas começava a levantar moradias, Rei erguia seu comércio. Sua

---

<sup>78</sup> O endividamento das famílias brasileiras tem alcançado patamares recordes, chegando a 78% em agosto de 2022 (NITAHARA, 2022).

<sup>79</sup> O aumento do aluguel como forma de acesso à moradia popular nos diferentes territórios e mercados habitacionais, conforma um fenômeno que se espalha pela América Latina e que contribui para um aprofundamento do quadro de insegurança habitacional a que está submetido um número crescente de indivíduos. Este é um tema de pesquisa e reflexão de importantes pesquisadores e pesquisadoras do urbano. Para uma discussão sobre ele, conferir, entre outros: GUERREIRO; ROLNIK; MARÍN-TORO, 2022; UNGARETTI *et al.*, no prelo.

intenção nunca foi morar na ocupação, mas fazer dela uma fonte de renda. Seu bar-mercearia foi um dos primeiros comércios a começar a funcionar no Jardim da Amizade.

Outros dois lotes pertencem à família de Rei: o de seu filho se tornou uma oficina de vidro; o de seu genro ainda não tinha destinação em meados de 2018. Nem seu filho, nem seu genro, todavia, tinham a intenção de morar no local. Quanto ao seu bar, desde que ficou pronto, Rei já recebeu algumas propostas para vendê-lo. Na primeira vez que conversamos, em julho de 2018, uma família de bolivianos acabara de fazer uma proposta de compra por 60 mil reais.

Figura 11 - Bar do Rei



Fonte: Acervo pessoal de Martim Ferraz (7 jul. 2018).

Com o avanço da consolidação do território, em meados de 2019, Rei começou a construir duas quitinetes para aluguel nos fundos do bar. Antes mesmo de serem finalizadas já havia manifestações de interessados. A busca por aluguel nas ocupações de terra é, ademais, um elemento que chama a atenção. No geral, são famílias e indivíduos que já vivem de aluguel nos bairros consolidados da região e que veem na ocupação a possibilidade de pagar um valor mais baixo; ou aquelas que, como Sandrinho, passaram por processos de remoção ou despejo.

Tanto Rei quanto Sandrinho fazem da ocupação um expediente de composição de renda, mas em circunstâncias demasiado distintas. Para Sandrinho, o Jardim da Amizade figura como mais uma estratégia de sobrevivência acionada em meio a uma trajetória de vida marcada por constantes deslocamentos. A ocupação representa em sua vida, portanto, mais um ponto de

parada-passage (TELLES, 2017) até a próxima urgência, na medida em que seu vínculo com o território se baseia na relação locatícia, um vínculo frágil e precário. Já para Rei, a ocupação foi mobilizada como mais uma estratégia de composição de renda, que se soma àquelas oriundas do pequeno empreendimento em sociedade com o filho ou da renda extra do aluguel. Rei nunca dependeu da ocupação para morar, pois em sua trajetória de vida percorreu caminhos muito distintos daqueles de Sandrinho. Entrou no mercado de trabalho formal e registrado, e conquistou a casa própria por meio de outro processo de produção do espaço, que deu origem a tantos bairros populares na metrópole paulista: o loteamento popular e a autoconstrução da moradia.

Rei pode ser enquadrado como o pequeno autônomo (ou ‘empreendedor’, na gramática política atual) que compõe os variados circuitos dos mercados populares, envolvido nos serviços que sustentam a reprodução da vida: das pequenas moradias de aluguel e da vendinha do bairro ao bar onde todos se reúnem para tomar uma cerveja e jogar bilhar ou tentar a sorte nas máquinas de azar. São atividades que se estruturam no embaralhamento das fronteiras do formal e informal, do legal, ilegal e ilícito, e que compõem e sustentam as economias populares (TELLES; CABANES, 2006). Não seria diferente nas ocupações de terra, portanto.

Por certo, são muito embaçadas as distinções entre estratégias de sobrevivência - essa contínua improvisação dos arranjos da vida na cidade que compõem a *viração* - e as vias do empreendedorismo popular<sup>80</sup>, em particular nos modos em que elas se conjugam nas ocupações de terra nas bordas da cidade. Ao longo desses anos acompanhando as ocupações, a grande parte dos indivíduos e famílias que conhecemos possuía trajetórias mais ou menos inconstantes no mundo do trabalho, vivendo sob configurações nas quais as condições materiais que garantem a reprodução social e material da vida podem desabar de um momento para o outro - ainda que, como buscamos destacar aqui, haja muitas diferenças e gradações entre as experiências de uns e outros.

Esse pequeno mosaico de ocupantes, composto por fragmentos de histórias de vida de indivíduos que construíram relações diversas com a ocupação, nos ajuda a sustentar o argumento de que é preciso complexificar e destrinchar a polarização construída entre a *ocupação para morar* e a *ocupação para fazer renda*, que tantas vezes atravessa as discussões

---

<sup>80</sup> Há um amplo e importante debate sobre as formas que o trabalho assume na conjuntura neoliberal contemporânea, que passam por uma tentativa de identificar o que há de permanência das velhas formas de *viração* característica dos modos de vida populares até as novas formas de organização e controle do trabalho, que vêm sendo caracterizadas e nomeadas de diferentes maneiras. Apesar da importância do tema em seus rebatimentos sobre as dinâmicas urbanas, incluídos aí os processos de produção e gestão dos territórios, não temos condição de fazer essa discussão no âmbito desta tese. Sobre o tema, conferir, entre outros, GAGO (2018) e ABÍLIO (2021).

em torno desses territórios situados nas fronteiras urbanas da cidade, para ver, no lugar das polarizações, suas gradações e conexões. Essa dicotomia entre a *necessidade* da moradia e a ocupação para *fazer renda* não permite considerar as várias dimensões existentes entre esses dois pólos.

Nesse sentido, cada história trazida aqui oferece um prisma de análise a partir do qual a ocupação poderia ser vista: como uma solução habitacional para Josimar, que sempre viveu de aluguel e se encontrou em vias de construir a casa própria graças ao lote ganho no Jardim da Amizade; como uma forma de gerar renda imediata para Dona Joana que, sem conseguir acessar os recursos necessários para construir a moradia, fez do lote um elemento de barganha, com cujo dinheiro poderia sanar algumas urgências da vida; como um meio de se restabelecer no território após uma remoção prévia para Sandrinho, quem, todavia, entra na ocupação a partir do aluguel, que constitui ao mesmo tempo uma forma de acesso à moradia e mais um mecanismo de despossessão; também como mais uma oportunidade para o pequeno negócio do autônomo, no caso de Rei.

Em perspectiva, essas histórias nos mostram que os vários usos que são dados à ocupação não são excludentes entre si, mas se compõem na realidade cotidiana desses territórios – em composições que não são feitas sem fricções. Ainda, é preciso situar essas variadas práticas e relações em torno da terra e de sua apropriação sob a conjuntura atual de empobrecimento, desemprego e desproteção social na qual elas se processam, em que são acionadas estratégias e expedientes de sobrevivência que, por vezes, cruzam e embaralham as fronteiras do formal/informal, do legal/ilegal, nas quais as ocupações aparecem como mais uma dentre outras possíveis.

Este é um tema complexo, cuja exploração demandaria maior investigação e reflexão, o que, infelizmente, não teremos condição de fazer no âmbito desta tese. Todavia, avaliamos ser importante trazer, ainda que de maneira superficial, a perspectiva dos ocupantes em suas multiplicidades, posto que também eles constituem os processos que dão os contornos particulares a cada um desses territórios sendo formados, e que também os diferenciam internamente.

\*\*\*

O Jardim da Amizade não representa apenas o início de um novo ciclo de ocupações de terras na região, como parece ter impulsionado a reorganização de toda uma rede de atores que, combinando-se de diferentes maneiras, passou a atuar em outras ocupações que se formaram a

partir de 2015, colocando em circulação práticas, saberes e recursos que conformam os jogos de poder que se desenvolvem no e em torno do território.

A partir do Jardim da Amizade começamos a vislumbrar esse movimento de expansão das fronteiras urbanas que se dá nas pequenas porções de terra remanescentes da obra pública, mas também nos vazios dos bairros do entorno e até sobre áreas verdes, locais que, até então, ficaram de fora dos interesses dos circuitos dos mercados habitacionais mais estabelecidos. Tal como se constitui, esse movimento de expansão das fronteiras urbanas por meio das ocupações funciona, também, como expansão das fronteiras de mercado.

Armando e Joana aparecem aqui como os personagens urbanos que, em seus deslocamentos e trajetórias, nos permitiram puxar os fios que compõem a trama de relações tecida em torno do Jardim da Amizade. Armando se formou enquanto liderança comunitária da região combinando os saberes adquiridos em meio à *viração* cotidiana que sustenta a reprodução da vida de trabalhadores sem garantias e proteção social, com aqueles que adquiriu a partir de sua experiência como presidente da associação de moradores de um bairro popular então em vias de consolidação. Em sua trajetória de vida, Armando viveu sempre nas *margens* produzidas pelo Estado (DAS; POOLE, 2004) e nelas aprendeu a barganhar as condições de reprodução da vida.

Desse lugar na associação de moradores que ocupou na passagem dos anos 1980 aos 1990, Armando teve acesso às redes políticas institucionais por onde circulam os recursos, programas e políticas, fragmentadas e descontínuas no tempo e no espaço, que viabilizam a urbanização desses territórios situados às *margens* dos ordenamentos urbanos. Neste mesmo período, também se viu obrigado a negociar com os então operadores dos circuitos ilegais e ilícitos que se expandiam nos anos 1990, elevando a violência a patamares nunca vistos nas periferias da cidade. Foi, ademais, a iminência da violência contra a posição de poder que ocupava no território que o levou a deixar a Vila Juarez e sua posição de liderança comunitária local, no início dos anos 2000 - uma posição que só voltou a assumir mais de uma década depois, quando o Jardim da Amizade apareceu como possibilidade, em 2015.

Joana, por sua vez, calçou sua influência por meio das chamadas ações sociais, tão amplamente difundidas nos territórios empobrecidos, ações nas quais a pobreza torna-se objeto de gestão e remediação, mas nunca de superação. Elas eram sustentadas por meio das redes legais, ilegais e extralegais acessadas e acionadas por seu marido, um ex-policia militar envolvido nos circuitos econômicos criminais. Joana transformou essa influência em capital político e, por meio dele, foi eleita conselheira tutelar, o que a introduziu nos espaços do Estado e de todo o seu aparato, mobilizado por ela de forma a consolidar e expandir sua influência

junto aos territórios, a ponto de ser eleita para três mandatos como conselheira tutelar. E foi a partir desse lugar que ela passou a agenciar ocupações de terra na região, até que uma ameaça à sua posição foi transformada por Joana em uma nova aliança, que ilustra a presença de indivíduos vinculados ao PCC nos agenciamentos em torno desses territórios. Uma presença que será analisada de modo mais contundente nos próximos capítulos.

Por fim, buscamos trazer, ao menos de relance, a perspectiva dos ocupantes a partir da construção de um mosaico de histórias que nos informam sobre os indivíduos e famílias que acessam as ocupações, bem como os distintos usos e formas de apropriação do espaço que são acionados por eles. Mais do que um “caleidoscópio de situações ‘interessantes’” (TELLES, 2015, p. 23), essas histórias nos oferecem prismas de análise para interrogar esses territórios em suas diferentes figurações a depender do ponto de vista adotado. Essas são questões importantes e apenas indicadas aqui, já que demandam muito mais pesquisas e reflexões.

A partir do Jardim da Amizade observamos um processo de produção do espaço urbano que é protagonizado por atores locais, com trajetórias e redes de escalas e variados recursos materiais e de poder, em relação com os demais atores que aparecem implicados nesse processo – policiais, supostos proprietários de terra, funcionários da subprefeitura, do Rodoanel, o caseiro, processos judiciais e até empresários locais com interesses na ocupação das terras no entorno do Rodoanel (como ilustra o episódio do container). É esse o jogo de atores que conforma a produção do espaço urbano nessa porção da cidade. Ou, ao menos, parte dele. Como veremos nos próximos dois capítulos, ao retomar o processo de formação das ocupações Jardim Milão e Duas Irmãs, outros personagens entram em cena na disputa pela terra.



## 3 Jardim Milão

### 3.1 Fábio, o empreendedor social

Fábio foi o nosso primeiro contato com as ocupações da zona norte de São Paulo, quando uma ameaça de remoção à ocupação Jardim Milão o fez acionar os canais de denúncia do Observatório de Remoções, sobre os quais teve conhecimento por meio dos contatos que mantinha, e mantém, com movimentos populares de moradia da região central da cidade - um dos vários atores que compõem sua extensa rede de relações.

Fábio é um homem jovem, autodeclarado negro, de 36 anos (em 2021), nascido no Ceará. Vive em São Paulo desde o primeiro ano de vida, tendo sido criado na zona norte. É cabeleireiro e trabalha em um salão que possui em sociedade com uma prima, localizado bem próximo a um grande shopping e a uma estação de metrô. É solteiro e pai de um menino.

Na juventude vivida entre os anos 1990 e 2000, em meio a um mundo urbano que então se reconfigurava, Fábio se viu sem a perspectiva do trabalho fixo e estável, e foi mais um jovem capturado pelo emaranhado de projetos sociais promovidos por ONGs e outras entidades sociais que então se pulverizavam pelas periferias da cidade. Em sua região, o centro de gravitação de projetos desta ordem era a quadra da escola de samba do bairro, um espaço que se constituía como ponto de referência da vida comunitária local. Além de sua importância como ambiente de cultura e lazer, passou a servir como lugar de ancoramento de muitos destes projetos. Foi lá que Fábio se formou na profissão de cabeleireiro e onde também viria a formar tantos outros.

De “público-alvo”<sup>81</sup> se tornou educador em cursos de cabeleireiro, além de oferecer cortes de cabelo gratuitos em ações promovidas em ocupações e favelas da região ou realizadas no espaço da escola. Um dos cursos no qual se envolveu foi financiado pela esposa do então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (2001-2006). Foi assim que, segundo o próprio Fábio, ele começou a se aproximar do que chama de “projetos sociais” e da rede de atores formada em torno deles.

Ao transitar pelos espaços das organizações da sociedade civil e seus muitos projetos (cursos profissionalizantes, atividades de lazer, de cultura, entre outros), que então se aglutinavam na escola de samba, Fábio foi introduzido a uma série de atores sociais, com os mais variados papéis e escalas de atuação no território: desde os jovens identificados como o “público-alvo” de muitos desses programas às famílias empobrecidas inscritas nas redes das

---

<sup>81</sup> Como nos mostra Ludmila Abílio (2005), o termo “público-alvo”, amplamente mobilizado nos programas e políticas públicas a partir dos anos 1990 para se referir ao segmento a ser atingido por determinada intervenção pública, tem origem no vocabulário do marketing e das pesquisas de mercado, indicando mais um indício da impregnação dessa tecnologia gestonária oriunda do setor privado sobre a política nas últimas décadas.

ações filantrópicas e de solidariedade, membros de associações de moradores, pequenos e grandes empresários locais, agentes públicos (conselheiros tutelares, agentes de saúde, funcionários da subprefeitura), figuras políticas e, também, agentes dos mercados informais, ilegais e ilícitos (contrabando de mercadorias, jogos de azar, roubo de carros, tráfico de drogas). Todos estes atores engajados no emaranhado de relações que se constitui em torno de ações que vão desde o oferecimento de cursos à distribuição de cestas básicas, de ovos de páscoa ou de brinquedos no Dia das Crianças e no Natal. São atividades que Fábio promove ainda hoje em ocupações e bairros da região.

Nada disso é banal, importante que se diga: nem por sua importância sobre os agenciamentos práticos da vida cotidiana nos quais se inscrevem, nem por seu mérito. Mas não são essas as questões que nos importam aqui. Como nos mostram Telles e Hirata (2007), um artefato<sup>82</sup>, a princípio, tão simples quanto uma cesta básica, pode nos revelar a imbricada rede de atores que se estrutura em torno de sua distribuição, deixando ver a trama urbana que constitui os territórios. No caso de Fábio não foi a entrega de cestas básicas, mas a oferta de corte de cabelo gratuito promovida pela escola de samba que se abriu para ele como um feixe de relações a partir do qual foi introduzido aos movimentos populares de moradia e todo o seu universo.

Foi assim que, em mais um dia de atividades na escola de samba, Fábio conheceu um integrante de um tradicional movimento de moradia do centro da cidade, que participava das atividades. A relação estabelecida ali o conectou aos militantes e famílias do movimento, às ONGs parceiras, aos partidos políticos do campo da esquerda<sup>83</sup> e à universidade e seus braços de extensão e militância no campo da moradia. A partir daí Fábio frequentou cursos sobre direito à cidade em conhecidas organizações sociais e conheceu os diferentes espaços da militância organizada no centro da cidade. Em particular, foi introduzido às ocupações de moradia e às suas práticas e repertório. Por meio dessa rede chegou ao Observatório de Remoções.

O repertório adquirido nos trânsitos e espaços da militância se compuseram aquele oriundo dos projetos sociais que frequentou em sua juventude e ao do “mundo do crime”, que também cruzam sua trajetória. Um atravessamento que é fruto da expansão dos circuitos

---

<sup>82</sup> Os autores mobilizam a noção de artefato segundo a definição proposta por Bruno Latour, que considera que relações sociais são tecidas por meio de conexões e redes sociais que são mobilizadas e agenciadas.

<sup>83</sup> Ainda que os termos “direita”, “esquerda” e “centro” não sejam os mais adequados para situar os partidos e parlamentares brasileiros em sua atuação, pois não dão conta da complexidade da conjuntura política contemporânea, os mobilizamos aqui apenas para situar, ainda que de forma ampla e esquemática, as figuras políticas às quais fazemos referência sem nomeá-las.

criminais nos territórios ao menos desde os anos 1980/90, envolvendo mais e mais jovens nas fileiras dos mercados ilegais e ilícitos, em um movimento no qual os mercados da droga se enredam nas tramas urbanas, nas práticas sociais e no circuito da sociabilidade popular (TELLES, 2014).

A proximidade de Fábio com agentes do “mundo crime” é de ordem afetiva: são amigos, familiares e vizinhos que entram e saem dos mercados criminais ao longo de suas trajetórias de vida, construídas no trânsito entre as fronteiras da legalidade. As histórias narradas por ele são sempre atravessadas por amigos que *correm* ou já *correram* com o Primeiro Comando da Capital<sup>84</sup> (PCC), por aqueles que estão presos, que já morreram ou que saíram do “mundo do crime”. Vez ou outra, faz questão de enfatizar que algumas de suas amizades ocupam posições importantes dentro do PCC, o que, aliás, é mobilizado por ele em momentos de negociação bastante importantes, como veremos a seguir.

Mas esse cruzamento entre um “nós” e o “outro” - no caso, entre “ele” e os “outros” - também pode ser compreendido de maneira menos esquemática, na medida em que os agenciamentos práticos da vida cotidiana em contexto de trabalho precário e desproteção social são também informados pelos atravessamentos constantes das fronteiras do legal e ilegal, do formal e informal nas variadas estratégias de reprodução da vida, e que refletem o embaralhamento das diferenças entre trabalho precário, expedientes de sobrevivência e as atividades ilegais (TELLES; HIRATA, 2010). As categorias “trabalhadores” e “bandidos”, como bem se sabe, não são estanques, nem tão opostas assim (FELTRAN, 2007).

Assim, por sua própria vivência, Fábio faz referência aos *irmãos* como pessoas que estão do lado daqueles que moram nas ocupações, favelas e periferias. O PCC seria para essa população o que os policiais militares são para os loteadores e grileiros de terra: uma espécie de “protetor”<sup>85</sup>, nas suas próprias palavras. Para ele, esse é um dos motivos que garante alguma possibilidade de disputa por terra e moradia nas periferias da cidade. E é isso também o que explica Zinho, uma liderança vinculada ao Comando na ocupação Jardim Milão.

Nas palavras de uma moradora do Jardim Milão, Zinho é ligado ao PCC, enquanto Fábio é “mais do social”. A dupla seria, assim, uma espécie de opostos complementares atuando em conjunto. Apesar de não comporem a associação de moradores do Jardim Milão, ambos são

---

<sup>84</sup> O PCC é, outrossim, por vezes referido como “Comando”.

<sup>85</sup> E isso ainda que, de maneira muito consciente, Fábio sempre faça questão de enfatizar a face violenta desse ator social. Nesse sentido, a imagem de “protetor” relaciona-se mais a uma distribuição estratégica do campo de força em torno das disputas pela terra, em que agentes das forças da ordem, no geral, se aliam a grileiros e loteadores, ao passo que os agentes do “mundo do crime” fariam o respaldo dos ocupantes. Todavia, como ficará evidente, esta não é uma relação tão esquemática assim. Há trânsitos e conformações distintas entre esses atores a cada configuração em um novo território.

sempre lembrados e localizados neste papel de lideranças na ocupação, pessoas a quem se deve consultar para determinadas decisões e a quem se deve recorrer em determinados conflitos.

### ***3.1.1 Tentativa e erro***

Todos esses cruzamentos atravessam a trajetória de Fábio e o constituem enquanto um importante operador de redes no território, alguém que transita entre as várias identidades e universos que compõem o mundo urbano: educador em programas sociais, militante dos movimentos de moradia e intermediário no “mundo do crime”. Com isso, mobiliza os códigos e normas oriundos de cada uma dessas esferas de maneira estratégica no trânsito constante entre as fronteiras do formal/informal, do legal/ilegal. Assim é que Fábio, enquanto personagem urbano, constitui-se como o “passador” de que fala Telles (2010):

o próprio dessa “arte do contornamento” é justamente saber transitar entre fronteiras sociais, lidar com os códigos, jogar com as identidades, passando de um lado (o mundo “oficial” dos programas sociais e mediações públicas) e do outro (o “mundo bandido”), e mais por entre todas as outras mediações sociais (a família, o trabalho, a igreja, as associações comunitárias...), um “saber circulatório” que se transforma em recurso para inventar possibilidades de vida e formas de vida. (TELLES, 2010, p. 170)

E é esse “saber circulatório” detido por Fábio que explica a sua centralidade nos processos que deram origem ao Jardim Milão. Um saber que se compõe à sua trajetória de vida, sempre circulando pelos bairros de sua região, formada a partir de “loteamentos” e “invasões”, em seus próprios termos, que ele viu serem transformadas nos bairros consolidados que hoje a constituem. Fábio presenciou a expansão dos loteamentos populares nos anos 1990, testemunhou os conflitos entre moradores e loteadores em torno da formação e consolidação desses bairros, bem como o surgimento das associações de moradores constituídas para dirigir suas demandas por regularização e infraestrutura para o Estado.

A história de urbanização local testemunhada ao longo de sua vida se somou aos aprendizados adquiridos em meio aos trânsitos entre projetos sociais, movimentos populares e o “mundão” - até que foram finalmente conjugados em sua primeira experiência junto a uma ocupação de terra.

O ano era 2014. O convite veio por meio de um conhecido dos movimentos populares de moradia que, naquele momento, organizava uma ocupação em um terreno abandonado da CDHU localizado nas imediações do bairro em que Fábio cresceu. Foi seu primeiro contato com a organização de uma ocupação de terra, ainda que não estivesse na linha de frente. Acompanhou as muitas reuniões preparatórias e os vários meandros que envolveram a

organização prévia à entrada na terra. Ao fim, não ficou por muito tempo naquele coletivo, mas ainda assim ganhou um lote pelo período de seu envolvimento, lote que cedeu à irmã, então recém casada.

Como ele nos conta, desde sua participação nesta primeira ocupação começou a procurar por um terreno para ocupar, em uma empreitada que, dessa vez, seria concebida e planejada por ele. E ela aconteceu em 2015. Em uma das poucas áreas vazias do bairro onde vive – fruto de um loteamento irregular promovido nos anos 1990 por João Alberto, conhecido loteador da região – Fábio nos conta que viu uma oportunidade e, junto a um amigo (quem, segundo ele, já tinha sido traficante, mas agora seria pastor de igreja), começou a organizar famílias para ocupá-lo. De acordo com Fábio, eram famílias que “precisavam” de moradia, sem entrar nos detalhes de como esse critério foi definido. No geral, foram convidadas pessoas que compunham o seu círculo pessoal.

Fábio não nos contou sobre o processo de tomada e estabelecimento no terreno e tampouco como e por que saiu dele. Na verdade, todo o relato dessa história foi bem confuso, sem muita abertura para estender o assunto. Mas em diferentes conversas sobre essa e outras ocupações nas quais já se envolveu, de forma mais ou menos direta, ele dá a entender que os conflitos em que esteve envolvido aconteceram quando “outras pessoas” começam a “crescer o olho” sobre a ocupação, adotando práticas com as quais ele não concorda (sem especificar quais seriam elas). De maneira geral, esses conflitos são narrados sempre de forma um tanto cifrada e parecem fazer referência à comercialização de lotes realizada por lideranças que passariam a inverter o propósito de todo o processo: de um meio para garantir o acesso à moradia, a ocupação torna-se uma forma de exploração mercantil da terra por aqueles que a promovem. Todavia, como temos buscado argumentar, essas coisas não são tão opostas assim.

De uma forma ou de outra, ainda que não saibamos ao certo o que levou Fábio a se retirar dessa ocupação, o que podemos inferir desse episódio é que ele não foi bem sucedido. Nesta primeira tentativa, a ocupação acabou ficando para o tal amigo pastor da igreja.

Mas Fábio não desistiu do plano de organizar e construir sua própria ocupação. Pouco mais de um ano depois desta primeira tentativa fracassada, em agosto de 2016, tem origem o Jardim Milão. Foi ele o responsável por indicar o terreno e organizar o grupo encarregado de entrar e se estabelecer na terra, um momento crucial do processo. Para essa nova empreitada, Fábio mobilizou um grupo amplo, composto por pessoas de seu círculo pessoal, lideranças comunitárias de bairros do entorno e outros atores com experiências e recursos materiais e de poder que pudessem ser aproveitados naquela situação. Como veremos adiante, um grupo bem diverso se formou em torno da ocupação.

### **3.2 Jardim Milão, a ocupação modelo**

Em uma madrugada de agosto de 2016, um grupo de homens escalou um terreno íngreme, às margens das obras inacabadas do Rodoanel Mário Covas, abrindo caminho em meio às árvores e ao mato alto para o estabelecimento de algumas centenas de famílias, naquela que viria a ser a ocupação Jardim Milão. Tratava-se da segunda tentativa de se estabelecer na terra.

A ocupação foi organizada por quatro lideranças oriundas de bairros do entorno. Fábio foi quem indicou o terreno e reuniu os demais à frente da empreitada. A esse grupo coube a responsabilidade de investigar a situação fundiária da área escolhida, organizar a entrada na terra e mobilizar as famílias da região. Naquele momento (agosto de 2016), a ocupação Jardim da Amizade já era a referência na qual as demais ocupações se espelhavam. Por conta dessa experiência, Armando e Joana foram convidados a participar da nova empreitada.

A primeira tentativa foi frustrada pela atuação violenta da polícia militar, que expulsou o grupo com bombas de gás, obrigando-os a recuar pelo barranco por onde subiram para acessar o cume da íngreme colina. Naquela noite, a polícia ainda agrediu um dos homens que compunha o grupo, conduzindo-o à delegacia. O homem foi liberado em seguida, sem acusação, mas levando consigo alguns hematomas.

No dia marcado para a segunda tentativa Fábio teve um problema pessoal e avisou que não poderia participar. No entanto, como o grupo responsável por entrar na terra já estava mobilizado, insistiu para que seguissem com o plano. Formado por entre 15 e 20 homens, o grupo foi selecionado entre pessoas de confiança das lideranças e que tivessem maiores chances de efetivar o trabalho desafiador de entrar em um terreno íngreme, de madrugada, para abrir caminho entre o mato alto e levantar um primeiro barracão coletivo, contando com pouca ou nenhuma luz e apenas algumas ferramentas manuais.

Uma vez superado esse momento inicial, chegam as demais pessoas mobilizadas para passar as 48 horas no local e, a partir dali, começar a se revezar na permanência diária no terreno e a contribuir nas tarefas coletivas. Nesse segundo momento, a presença de mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência é bastante requisitada, já que pode ser utilizada para sensibilizar e negociar a permanência diante de uma eventual ameaça de expulsão.

Figura 12 - Homens trabalham na terra recém ocupada (2016)



Fonte: Acervo do Jardim Milão.

Diante da notícia da ausência de Fábio naquela noite crucial, o principal articulador da empreitada, Joana, da ocupação Jardim da Amizade, informou que não entraria com seu grupo. Como ela não apareceu no dia combinado, os ocupantes decidiram que ela não teria direito a lote ou à participação na gestão da ocupação recém-formada. Por conta disso, Joana nunca chegou a possuir uma atuação na gestão do Jardim Milão, apesar de ser reconhecida como uma importante apoiadora local. Armando, por sua vez, integrou o grupo de lideranças desde o início e, hoje, é um dos membros da associação de moradores – ainda que não possua centralidade na gestão cotidiana local, como ficará mais claro no capítulo cinco.

Se na primeira tentativa de entrar na terra o grupo foi surpreendido pela polícia militar e se viu obrigado a recuar, na segunda vez, estava mais preparado. Quando a polícia chegou, um advogado indicado por Fábio para acompanhar o grupo na sua ausência já estava a postos para ajudar na negociação. Graças à negociação bem sucedida realizada pelo advogado, cujos termos desconhecemos, a permanência dos ocupantes foi garantida naquele momento.

A presença do advogado é um registro das redes mobilizadas por Fábio nesta nova empreitada, bem como dos atores sociais que passaram a entrar em cena neste intrincado processo que deu origem ao Jardim Milão. O advogado é sócio da empresa de ônibus permissionária da prefeitura que opera linhas na região. Ele e outros sócios da empresa compõem o grupo denominado pela coordenação da ocupação como *apoiadores*, pessoas que,

segundo eles, contribuíram para o estabelecimento da ocupação mobilizando diferentes recursos e estratégias. Pelos serviços prestados, a cada *apoiador* foram destinados dois lotes. Além deles, compunham o grupo um arquiteto, um policial militar e supostos membros do PCC. Foi este o arranjo que deu origem ao Jardim Milão.

Apesar de situados nesse mesmo bloco de *apoiadores*, os atores implicados nos agenciamentos em torno da ocupação colocam ordens de questões muito diferentes para a compreensão dessa teia de relações estruturada em torno da apropriação da terra, dado que operam a partir de variadas escalas e recursos de poder. Pois então, é preciso bem situar estes atores nos agenciamentos que deram origem à ocupação para além desse papel genérico de *apoiadores*.

### **3.2.1 A empresa de ônibus**

Nas palavras de uma das lideranças, o setor de transportes é constituído por “empresários, bandidos e policiais”, o que, segundo nosso interlocutor, lhe confere importante escala de atuação e poder de barganha em diferentes e nebulosas negociações em torno da operação da empresa, bem como nas demais atividades nas quais seus sócios estão envolvidos. Não à toa, os sócios da empresa de ônibus atuante na região foram convidados para compor o grupo à frente da ocupação. Como vimos, foi um advogado sócio da empresa o responsável por negociar com agentes das forças da ordem as condições de permanência da ocupação. Mas para bem compreender o seu papel na trama de relações que deu origem ao Jardim Milão, bem como o significado da presença desse ator nas disputas em torno da terra, é preciso recuperar alguns elementos de sua história recente na capital paulista.

A referida empresa de ônibus é permissionária do sistema da SPTrans e desde 2015 opera mais de 80 linhas em regiões da zona norte de São Paulo – o que significa dizer que a empresa opera um serviço público e recebe, por isso, subsídios públicos da prefeitura. A atual empresa teve origem nos anos 1990 como uma cooperativa de perueiros que operava no esquema “lotação”, que vigorou na capital até os anos 2000. E esse não é um histórico banal. Para compreendê-lo, precisamos voltar para meados dos anos 1980, quando esse importante personagem urbano da história paulistana emerge em meio às “dobras do mundo fordista e das realidades urbanas em mutação” (TELLES, 2006, n.p): os perueiros, legais ou clandestinos, que



começam a operar nos territórios da cidade onde as linhas do transporte público não chegavam<sup>86</sup>.

Segundo Telles (2006), nos anos 1990 o setor de transportes configurava um campo de forças envolvendo proprietários de linhas de ônibus, usuários, agentes públicos e os perueiros, também eles imersos em disputas pelos territórios. Os perueiros se articulavam territorialmente e iniciaram suas operações cobrindo pequenos trechos não atendidos pelas linhas oficiais. De início, um indivíduo ou grupo, posteriormente organizado em associações, tornava-se “dono” de um ponto. Um responsável assumia a cobertura da linha que se estabelecia ali, de modo que se outro motorista quisesse entrar no “negócio” era preciso firmar um acordo e pagar para circular. Aos poucos, os perueiros começaram a organizar sua atividade, suas formas de operação e sua proteção.

Aprofundando-se nessa história, Daniel Hirata (2010) se detém sobre as formas de organização do transporte coletivo em São Paulo. Puxando os fios a partir de uma cooperativa com atuação na zona sul da capital, recupera uma história nebulosa e violenta, construída entre tensões, negociações e acordos estabelecidos nas interfaces do formal/informal e do legal/ilegal, entre regulações estatais e extralegais que deu lugar à ascensão dos perueiros e do transporte clandestino nas periferias paulistas nos anos 1980 e 90 e, posteriormente, à sua incorporação no sistema de transporte formal da cidade. Uma incorporação realizada por meio de intervenções governamentais que incidiram diretamente sobre o campo de força e os jogos de poder instituídos em torno desse importante segmento de mercado.

Segundo o autor, o período de crescimento dos perueiros coincide com o da privatização da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) que, nos anos 1990, foi transformada em uma agência de regulação do transporte coletivo, a SPTrans, com a privatização de toda a operação da companhia, incluindo ônibus e garagens. As mudanças levaram a uma redução da oferta de ônibus, o que gerou uma crise no sistema de transportes na cidade (HIRATA, 2010). E foi nessa brecha produzida pela privatização do serviço que se constituiu todo um campo de práticas por onde os perueiros se expandiram em crescimento acelerado<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> O que não significa dizer que o transporte clandestino não existia até o momento. Como nos conta Raquel Rolnik (2022), data dos anos 1920 o surgimento dos primeiros ônibus clandestinos circulando em São Paulo, em resposta à já incipiente expansão periférica de famílias empobrecidas em busca de uma solução habitacional. Ali foi aberta a senda para a constituição do transporte clandestino como um elemento importante na equação do problema da habitação na metrópole então em formação, e que ajudaria a consolidar o padrão periférico de urbanização que vigorou e se expandiu dali em diante.

<sup>87</sup> Hirata (2010) constrói seu argumento de maneira minuciosa em sua tese de doutorado, investigando os meandros desse processo de privatização que gerou um incremento do transporte clandestino na capital paulista. Aqui

Na passagem dos anos 1990 para os 2000, as associações nas quais se organizavam começaram a se transformar em cooperativas diante da possibilidade aberta pela prefeitura para sua formalização por meio do estatuto de cooperativas. Todavia, a transformação do estatuto jurídico não garantia necessariamente a regularização. Como nos mostra Hirata, as permissões ofertadas se converteram em importante elemento de barganha que passou a compor os jogos políticos travados territorialmente, distribuídas a partir das negociações e acordos entre a base governista do período, os parlamentares e suas bases territoriais.

Dessa maneira, a manutenção de uma porcentagem significativa de perueiros na clandestinidade deu espaço para a conformação de dois mercados de extorsões aos quais estavam submetidos: o primeiro se estruturava na relação com fiscais da prefeitura e policiais para lidar com as constantes apreensões das peruas; o segundo envolveu a criação de um esquema de proteção, em função das disputas envolvendo os próprios perueiros, além de eventuais assaltos ou qualquer outra interferência na operação das linhas. No caso narrado pelo autor, esta proteção foi organizada junto aos agentes do tráfico local ligados a um parlamentar oriundo da região pesquisada por Hirata. Assim, as formas de organização do transporte clandestino favoreceram a constituição de esquemas de proteção e vigilância, que resultaram na formação desses dois mercados de extorsão em torno das cooperativas.

É por aí que as relações entre o transporte informal, a política e o chamado “mundo do crime” começam a ser apreendidas em suas engrenagens. Hirata (2010) lança luz sobre a constituição de diferentes mercados de proteção que passam por dentro e por fora dos poderes públicos, envolvendo também os operadores do tráfico de drogas. São poderes articulados territorialmente, mas cujos diferentes atores possuem redes de escalas e recursos bastante variados que conformam o campo de forças no qual esses mercados se constituem.

Em meados dos anos 2000, o transporte clandestino era um setor consolidado em São Paulo. Por concorrer com o sistema formal, os empresários de ônibus e a prefeitura começaram uma campanha feroz contra os perueiros, enquadrando-os na categoria de “crime organizado”. Esta leitura justificou a entrada da polícia no conflito e alimentou a construção da imagem da “máfia dos perueiros” (HIRATA, 2006, p. 211). A gestão municipal à época criou uma série de mecanismos que tornaram o transporte clandestino desfavorável aos usuários, o que incentivou uma busca por regularização que reestruturou os agenciamentos locais em torno das

---

buscamos recuperar alguns elementos dessa história tão somente na medida em que nos ajudam a compreender a presença desse ator urbano nas disputas travadas em torno da terra.

cooperativas. Para terem maiores chances de formalização, elas acabaram se aglutinando em grandes cooperativas vinculadas a importantes figuras parlamentares.

Em consequência, o esquema de proteção também precisou ser reorganizado e os pequenos traficantes das biqueiras locais deram lugar aos agentes vinculados ao PCC, o único grupo organizado capaz de oferecer proteção na escala metropolitana. Em resumo, a partir da regularização dos perueiros em grandes cooperativas, “o Partido ganha, a cooperativa ganha, o PCC ganha, mas perueiros apenas sobrevivem.” (HIRATA, 2006, p. 217). Dessa maneira, resta mais evidente o que sinalizamos antes: a passagem da informalidade para a formalidade fortaleceu as articulações entre atores vinculados ao setor dos transportes, à política e ao “mundo do crime”.

Ao recontar essa história, Hirata (2010) recupera os atores envolvidos e os nebulosos e violentos acordos e desacordos travados entre eles ao longo do tempo, em suas passagens, contornamentos e negociações em torno das fronteiras da legalidade. São histórias que descortinam a teia de relações na qual se encontravam implicados os agentes do transporte alternativo e os diferentes grupos em que se organizaram; agentes do “mundo do crime”; advogados já acostumados aos trânsitos e às manobras escusas realizadas na relação com a lei; políticos locais; e o enorme contingente de pessoas que dependiam do serviço.

Entre fatos e rumores, as cooperativas e os jogos de poder que regulavam o seu funcionamento são alvo de inúmeras histórias, que as conectam ao PCC e o seu papel na estruturação de um mercado de proteção-extorsão em torno do transporte clandestino, em esquemas de lavagem de dinheiro e acordos políticos dos mais nebulosos travados com figuras parlamentares em pleno exercício de suas funções. Ao reconstituir essa trama de relações e suas transformações ao longo do tempo, o autor nos apresenta as redes mobilizadas por esse personagem urbano (empresas de transporte coletivo oriundas das cooperativas de perueiros) já conhecido da história urbana recente, que agora se encontra implicado nos processos de produção e apropriação do espaço urbano e especialmente interessado no mercado de terras que se constitui em torno das ocupações nas bordas da cidade.

No entanto, desde que o autor escreveu sua tese de doutorado, em 2010, outras transformações se impuseram sobre o transporte coletivo da capital paulista. Os grupos com origem nos perueiros passaram de cooperativas a empresas de ônibus, dos quais os antigos cooperados se tornaram sócios operantes das linhas geridas pela SPTrans. A partir do edital municipal lançado em 2015, as cooperativas não foram mais aceitas no processo de concorrência. Pouco tempo antes, o próprio secretário municipal de transportes orientou a conversão jurídica das cooperativas para que seus participantes pudessem vir a concorrer na

nova licitação. Trata-se do mesmo secretário que encabeçou o processo de regularização das cooperativas no início dos anos 2000.

Não nos cabe aqui reconstituir as disputas que levaram a esse novo arranjo do setor de transportes e tampouco discorrer sobre os meandros e impactos dessa transformação da forma jurídica que reconstitui o campo de forças no qual estão inscritos<sup>88</sup>. Todavia, recuperar essa história, ainda que parcialmente, ajuda-nos a situar o papel exercido pelos sócios da atual empresa de ônibus na formação do Jardim Milão, por meio da identificação dos recursos e das redes de relações sustentadas pela empresa e mobilizadas por seus agentes nas negociações em torno da formação e da consolidação da ocupação. De fato, este é um personagem urbano com origem e atuação no setor de transportes coletivos da cidade que passa a aparecer mais e mais implicado no mercado ilegal de terras que se engendra nas fronteiras urbanas da zona norte de São Paulo.

Assim sendo, voltemos à zona norte. Até 2015, o braço da cooperativa que deu origem à atual empresa que opera as linhas na região era filiado a um consórcio mais amplo que atuava na zona norte e na zona leste da capital. Ecoando as histórias contadas por Hirata (2010), a então cooperativa esteve envolvida em inúmeras denúncias de formação de quadrilha e lavagem de dinheiro envolvendo membros do PCC, como relatam reportagens e os processos judiciais abertos no período<sup>89</sup>. Para se ter uma ideia, em 2004, uma operação policial surpreendeu uma reunião em curso em uma das sedes da empresa, na zona leste, em que estavam reunidas 42 pessoas; dentre elas, 13 foram identificadas como sendo membros do Comando, além de um ex-deputado estadual de um grande partido de esquerda, então cooperado da empresa.

Diante do novo formato de licitação exigido pela prefeitura de São Paulo, em 2015 a cooperativa se desfez e deu origem a duas empresas distintas, uma com atuação na zona leste da capital e outra (a que nos interessa aqui) cujas atividades se concentraram nos bairros da zona norte. Dois dos sócios da empresa figuram como os tais *apoiadores* do Jardim Milão. Como tais, receberam lotes e ocuparam um lugar na coordenação da ocupação – posição que, todavia, não mantiveram por muito tempo.

---

<sup>88</sup> Apesar da transformação no estatuto jurídico, alguns conflitos permaneceram os mesmos. Em junho de 2022 um vereador de São Paulo entrou com pedido para a instalação de uma nova CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar empresas de ônibus que atuam no transporte coletivo da capital. O pedido de abertura da CPI aconteceu depois da ocorrência de casos de homicídio contra sócios de empresas de ônibus atuantes na zona leste e denúncias que apontam a relação de algumas dessas empresas com agentes vinculados ao PCC (PETROCULO, 2022).

<sup>89</sup> Essas informações não serão apresentadas na presente pesquisa para garantir o anonimato de nossos interlocutores e interlocutoras.

Fábio é quem nos relata o episódio. Se o advogado foi fundamental para garantir a permanência da ocupação nos primeiros dias, negociando diretamente com os policiais que ameaçavam expulsar os ocupantes da terra (negociações sobre as quais não temos detalhes, mas cujo teor podemos imaginar a partir das histórias narradas por Hirata), passadas as primeiras semanas, o então advogado chegou com a notícia de que haveria uma ameaça de reintegração de posse para a área contra a qual não seria possível resistir. Seu conselho foi no sentido de que os ocupantes deixassem o local de maneira pacífica antes da chegada da polícia.

Diante deste alerta começaram a surgir rumores de que a empresa de ônibus, da qual aquele advogado era sócio, talvez não estivesse ali somente pelo interesse em meia dúzia de lotes. As histórias davam conta de que o mesmo *modus operandi* testemunhado ali já teria sido empregado em outro local: sócios da empresa apoiaram a formação de uma ocupação de terra e, uma vez estabelecida a posse sobre a área, simularam uma ameaça de remoção para convencerem as pessoas a saírem do terreno; em seguida, os sócios se apossaram do local. Esta prática indicava que as famílias eram, assim, mobilizadas como testas de ferro pela empresa de ônibus para que esta pudesse se apropriar de porções de terra na região por meio de esquemas fraudulentos e para fins privados.

Os boatos surtiram efeito e Fábio - o mesmo que havia mobilizado o advogado para apoiar a ocupação - decidiu acionar outros pontos da sua rede para confirmar se efetivamente havia uma ameaça de remoção e, em caso positivo, resistir a ela. Valendo-se de seus contatos com movimentos de moradia e organizações sociais atuantes na região central da cidade, constatou a inexistência do mencionado processo de reintegração de posse<sup>90</sup>. Uma vez confirmada a falsa alegação do sócio da empresa de ônibus, o advogado foi afastado da coordenação da ocupação, mas manteve seus dois lotes em reconhecimento ao papel exercido por ele nos momentos iniciais da empreitada.

Pouco tempo depois, no entanto, o advogado decidiu “recorrer” da decisão que o afastou da coordenação. Fábio se recorda de que foi em um domingo. Estava almoçando no barracão do Jardim Milão depois de uma manhã de trabalho na terra quando o advogado chegou em um “comboio com os *irmãos*”. Reverberando as conexões indicadas por Hirata entre o setor de transportes e os grupos criminais, o sócio da empresa de ônibus recorreu aos homens do PCC<sup>91</sup> para que mediasse o conflito, em uma tentativa de retomar seu lugar na coordenação local. O

---

<sup>90</sup> Foi em decorrência dessa suposta ameaça de remoção que o Jardim Milão chegou ao Observatório de Remoções, como dito anteriormente.

<sup>91</sup> Ainda que seja muito difícil rastrear a natureza e a dimensão desses supostos vínculos com o PCC, eles aparecem aqui tal como são indicados nas falas de nossas interlocutoras e interlocutores, pois indicam uma operacionalização dessa presença e desse repertório que tem efeitos práticos e de poder sobre os conflitos travados no território.

conflito foi tema de uma *troca de ideias* entre os sócios da empresa, os coordenadores da ocupação e os *irmãos* no próprio barracão da ocupação.

Apesar de não conhecermos os detalhes da discussão, sabemos que ela se encerrou com a confirmação da decisão tomada pelo grupo à frente do Jardim Milão: o sócio da empresa de ônibus mantinha seus lotes, mas estava fora da coordenação local. Fábio explica o resultado apontando suas próprias relações pessoais com membros do PCC, os quais teriam validado o seu argumento e, em consequência, a decisão tomada. Ele tinha amizade com uma pessoa importante do Comando, que era conhecida na região e fora assassinada no Paraguai havia um ano. Por conta da mobilização de sua memória e do laço nutrido com este *irmão* é que Fábio teria sustentado sua palavra. O evento foi superado e, apesar de não comporem mais o grupo de lideranças da ocupação, os sócios e outros funcionários da empresa de ônibus seguiram como importantes aliados do Jardim Milão<sup>92</sup>.

O episódio, narrado em um estratégico jogo de luz e sombras por nossos interlocutores, que revelam somente aquilo que querem que conheçamos, desvela um pouco sobre os jogos de poder que se constituem em torno da apropriação da terra nesta porção da cidade: o representante do setor de transporte local figura como um agenciador de esquemas fraudulentos de terra, que transforma porções do território em mercado de terras a partir da construção de relações com distintos atores - das famílias empobrecidas em busca de moradia, às lideranças comunitárias da região e agentes do “mundo do crime”. Sua atuação esclarece, ao menos em parte, as engrenagens envolvidas na expansão dos negócios de terra e moradia na região que, como temos buscado demonstrar, não tem nada de “espontâneo”.

A relação entre empresários do transporte e atores envolvidos na produção do espaço urbano nas periferias de São Paulo não é propriamente uma novidade. Um dos importantes propulsores do espraiamento da mancha urbana foi a mudança no padrão de transportes, dos modais sobre trilhos ao rodoviário, consolidada ao longo das décadas do século 20 e promovida por meio de uma série de decisões e investimentos políticos (BONDUKI, 2017; ROLNIK, 2022).

Ao longo da segunda metade do século 20, a relação entre o setor de transporte rodoviário e os loteadores se organizava em torno da ajuda mútua – a circulação de ônibus permitia a abertura de loteamentos que só poderiam ser acessados por meio das linhas

---

<sup>92</sup> O advogado morreu algum tempo depois do início da ocupação e outros sócios passaram a atuar como *apoiadores* do Jardim Milão. Desde 2020, negociações estão sendo travadas com a empresa (com a mediação de um conhecido vereador da capital) para a instalação de um ponto de ônibus na ocupação. Atualmente, um sócio da empresa faz o trabalho de contabilidade da associação de moradores. E, durante o período da pandemia, a empresa foi a principal responsável pela distribuição de cestas básicas na ocupação.

irregulares, enquanto a chegada de novas famílias a esses territórios longínquos alimentava a demanda por esse mesmo transporte (BONDUKI; ROLNIK, 1979). Hoje, contudo, esta relação parece ser de outra ordem. A presença de sócios da empresa de ônibus na formação do Jardim Milão, bem como todos os conflitos daí decorrentes, sinalizam uma mudança nas práticas desse personagem já conhecido da história urbana recente: é também a terra o objeto de seu interesse.

### **3.2.2 O policial**

A presença do policial militar no grupo de *apoiadores* introduz outra ordem de questões em torno dos agenciamentos que deram origem ao Jardim Milão. Reproduzindo a estratégia adotada no Jardim da Amizade, um policial militar (de outra delegacia) recebeu dois lotes em troca de apoio para garantir a permanência e consolidação da ocupação - apoio que se deu por meio da combinação de práticas legais e extralegis mobilizadas pelo operador do Estado.

De início, a participação do policial não foi prevista pela coordenação, mas foi uma decisão tomada em resposta às ameaças promovidas pelo mesmo, que usou de sua autoridade para coagir e ameaçar os ocupantes. Nas palavras de uma das lideranças, resumindo todo o processo de tensão e negociação com este agente, dois lotes lhe foram por fim destinados “para ele não encher mais o saco”. E é neste “encher o saco” que está cifrado o jogo incerto e nebuloso construído entre proteção, extorsão e apoio (interessado) instaurado pelo policial em torno do Jardim Milão.

Referido policial era morador do bairro que faz vizinhança com a área ocupada. Sua casa estava localizada na divisa entre os dois terrenos, um local privilegiado de vigilância e controle sobre os futuros vizinhos. Segundo moradores, sua primeira atitude quando se deu conta da ocupação foi de ameaça e repressão. Teriam vindo da direção de sua casa os disparos de arma de fogo ouvidos na ocupação nas primeiras noites de tomada do local.

Com o passar dos dias, diante da permanência dos ocupantes, o policial passou a adotar outra estratégia. De tempos em tempos, aparecia com a viatura da corporação acompanhado por outros policiais. De acordo com moradores, essas “visitas” também tinham o intuito de intimidar e ameaçar, mas, dessa vez, não visavam à desmobilização da ocupação, mas a uma negociação dos termos de sua permanência. Estava se armando ali o campo de forças na qual as negociações seriam instituídas entre o policial e a ocupação - e as redes e recursos que cada um pudesse mobilizar.

Para compreender como se estruturou este campo de forças, é preciso retomar alguns pontos. A ocupação foi agenciada por Fábio e por lideranças de bairros do entorno que mobilizaram toda uma trama de atores em torno da empreitada, como os sócios da empresa de

ônibus, *irmãos*, pequenos e médios empresários locais e até um arquiteto (voltaremos a isto neste capítulo). Cada um desses atores e das redes sustentadas por eles atua a partir de variadas escalas e recursos de poder. Em composição, equilibravam as forças da ocupação no momento de negociação com o policial e com todo o aparato legal e extralegal mobilizado por ele.

Assim foi instaurado o espaço de negociação que resultou na destinação de dois lotes ao agente das forças da ordem. Como nos foi relatado, o acordo foi selado na sede da empresa de ônibus e contou com a mediação de um famoso policial local, conhecido como “matador” na região, que então trabalhava como segurança particular de um dos sócios da empresa de ônibus. Ou seja, reverberando aquilo que nos foi narrado por uma das lideranças do Jardim Milão, a sustentação da atuação da empresa de ônibus por “empresários, bandidos e policiais” se mostrou, de fato, um recurso importante nos momentos de negociação em torno da permanência da ocupação. Neste caso, o policial aliado a empresa de ônibus foi mobilizado como interlocutor e mediador na negociação com o policial que tentava extorquir os ocupantes.

Com o acordo firmado, o policial passou a exercer um papel central no processo de formação da ocupação: além de “segurar” as denúncias que chegavam relativas à movimentação na terra, ele também coordenava os dias de trabalho mais intenso com os dias em que estivesse de plantão para que tudo caminhasse sem interrupções. Da mesma forma, também passava informações sobre os melhores períodos para realizar as intervenções na área. O carnaval, por exemplo, foi um momento muito proveitoso para o Jardim Milão, pois, como havia garantido o policial militar, grande parte do efetivo policial estaria mobilizada para os eventos de rua. Desse modo, a corporação não teria equipe para enviar à ocupação em caso de eventuais denúncias.

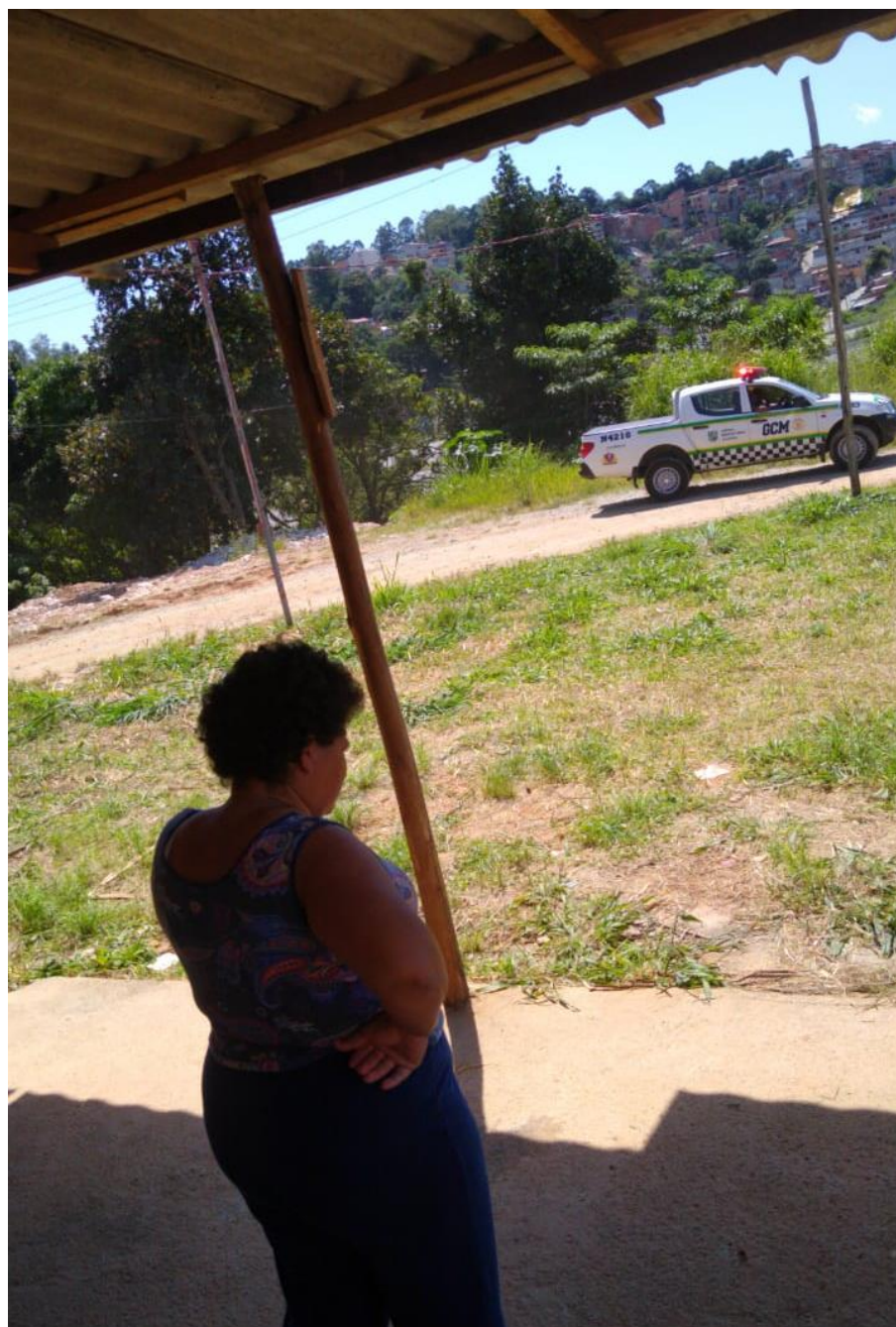
Mas o ponto mais interessante dessa negociação é que o acordo não envolveu apenas um pagamento ao policial em troca de “não encher mais o saco”, lembrando as palavras da liderança. Ao optar pelo pagamento em lote, o policial se tornou parte interessada no empreendimento coletivo que se constituía em torno da ocupação - interessado, portanto, em sua formação, permanência e consolidação. Fosse com o objetivo de construir no lote ou de vendê-lo, em qualquer hipótese, era necessário garantir a permanência do território para que, assim, o valor daquela pequena porção de terra pudesse se realizar. Quer dizer: o policial comprou a aposta de uma futura valorização dos lotes junto aos demais ocupantes - ainda que os interesses entre estes sejam diversos.

Contudo, apesar da importância de sua função ao longo das primeiras semanas, a presença do policial gerou tensões com agentes do “mundo do crime” que também compunham a trama de relações em torno da ocupação. Esta tensão foi solucionada por meio de mais uma



*troca de ideias*, em que a função do policial no processo, qual seja, a de mobilizar o aparato estatal em benefício da permanência da ocupação, foi ressaltada. Na ocasião, mais uma vez, a presença de Fábio como um mediador entre os atores e seus repertórios foi importante para que acordos e acomodações fossem feitos de modo a garantir a permanência do policial. Foi ele o responsável por argumentar em favor do agente público junto aos *irmãos*.

Figura 13 – Viatura da GCM Ambiental em suas rondas constantes no Jardim Milão



Fonte: Acervo do Jardim Milão.

Mas policiais militares não são os únicos agentes da força da ordem implicados neste processo. Também agentes das policiais ambientais<sup>93</sup> compõem a trama de relações que se arma em torno das ocupações de terra, por meio de constantes e instáveis acordos que negociam a aplicação das normas, ou seu contornamento. Agentes das polícias ambientais ora permitem o trabalho de terraplanagem da área, outrora o suspendem; por vezes fazem vista grossa para o aterramento do córrego, noutras o interditam; em certas ocasiões, ainda, apreendem o material de trabalho de um ocupante, mas em seguida o liberam sem registro do Boletim de Ocorrência. São acordos que oscilam entre a tolerância, o acordo negociado, a extorsão e a repressão. O que define um ou outro, em cada situação, são as circunstâncias e micro conjunturas que estruturam esse mercado paralelo - um mercado político, nos termos de Michel Misse (2010), que se acopla aos mercados informais e ilegais. Nesses constantes acertos e desacertos, portanto, agentes do Estado operam a partir da autoridade que lhes é conferida e por meio da mobilização do arcabouço institucional-legal em que ora a lei é aplicada, ora é desativada por meio de negociações inconstantes e extralegais.

A questão ambiental figura, assim, como uma das dimensões que constitui os ilegalismos em torno da produção do espaço nesta porção da cidade. A todo momento – e em determinados períodos, trata-se de um evento cotidiano – a desativação das leis e normas ambientais é negociada e acordada. Em outros, elas são aplicadas. É a gestão diferencial dos ilegalismos em ato, negociando e riscando os limites do que é tolerável e do que será removido ou criminalizado. Nas palavras de Hirata (2010, p. 134), agentes da ordem não aplicam a interdição prevista na lei, mas a negociam, criando uma série de brechas, passagens e oportunidades que dão forma ao “bazar metropolitano que são as cidades contemporâneas”. A formação e consolidação dos territórios se configura, portanto, como mais um elemento de barganha nesse balcão de negócios instaurado pelos operadores do Estado a partir dos jogos com a lei e com o ordenamento estatal.

---

<sup>93</sup> A partir das falas e relatos de nossos interlocutores e interlocutoras, é difícil saber com precisão a qual órgão ambiental pertencem os agentes aos quais fazem referência: Polícia Militar Ambiental, policiais civis de delegacia especializada, agentes da Guarda Civil Metropolitana Ambiental ou Polícia Florestal. Todavia, a partir de fotos compartilhadas no grupo de WhatsApp da ocupação ou em decorrência dos processos sobre os quais temos conhecimento, podemos atestar a presença de policiais militares ambientais e agentes da GCM Ambiental, ainda que não possamos afirmar com precisão os modos de atuação de cada um desses representantes estatais em suas relações com a ocupação. Por isso, optamos pelo uso do termo genérico “policiais ambientais” para nos referirmos a agentes das forças da ordem especializados em crimes ambientais.

Mais recentemente<sup>94</sup>, começamos a ouvir relatos que reforçam a implicação cada vez mais direta desses agentes nos negócios em torno das ocupações. Durante a pandemia do novo coronavírus, a formação de novas ocupações na região seguiu a todo vapor<sup>95</sup>. Em uma delas, realizada em um município da RMSP, um policial ambiental esteve à frente do empreendimento desde o momento de sua concepção, compondo o grupo da *coordenação*, ao lado de lideranças que estiveram à frente do Jardim da Amizade e do Jardim Milão.

Nesta ocasião o policial ambiental não foi apenas um *apoiador*, para reter aqui o termo mobilizado por nossos interlocutores, mas uma espécie de liderança da ocupação, atuando na linha de frente da empreitada. Por tal empenho, teve direito não a um ou dois lotes, mas a uma porcentagem do terreno, o que sinalizou uma mudança, também, na conformação do assentamento: no lugar da demarcação de lotes e sua distribuição entre *coordenação*, *apoiadores* e famílias, houve uma divisão prévia da terra ocupada, em que parte foi destinada ao policial, enquanto a parte restante ficou para as lideranças locais, que então fizeram a demarcação e distribuição dos lotes conforme critérios próprios.

Ao que tudo indica, este é um arranjo que não se restringiu a esse caso pontual. Como nos relatou um de nossos interlocutores, o policial ambiental passou a compor uma rede de operadores locais envolvidos na promoção de ocupações de terra na região, ficando a seu cargo a avaliação e a indicação de terrenos que pudessem ser ocupados com maiores chances de negociação, em termos de restrições ambientais. Este é mais um indício, portanto, do empresariamento em torno da promoção de ocupações de terra na região, que articula atores de dentro e fora do Estado na conformação dessas empreitadas que visam, dentre outros, extrair renda da terra.

Ainda que sinalize tendências muito recentes, esse evento ilustra uma possível mudança nas práticas de policiais, com uma presença cada vez mais ativa desses agentes nos agenciamentos que dão origem a tais territórios. Dessa forma, práticas de corrupção, acordos e extorsões próprias dos mercados políticos em que a ilegalidade é convertida em mercadoria política, passam a ser combinadas com um envolvimento direto de policiais na conformação de negócios nos quais, até então, atuavam pela regulação.

Resta saber se estamos diante do caso de um único agente que mobiliza individualmente o aparato estatal em benefício próprio, ou se o caso relatado aponta para uma mudança na

---

<sup>94</sup> No início de 2021, diante do arrefecimento da pandemia, retomamos as idas às ocupações de maneira mais pontual. Em algumas dessas ocasiões, tivemos a oportunidade de conhecer algumas das ocupações organizadas durante a pandemia, bem como os atores e agenciamentos que lhes deram origem.

<sup>95</sup> Identificamos ao menos 7 novos territórios em formação na região entre março de 2020 e setembro de 2021.

posição de policiais nos agenciamentos em torno das ocupações de terra na região – da regulação desse mercado de terra e moradia para a sua promoção ativa. Os contornos e consequências disso, em termos de lógica de produção do espaço, mas também de gestão territorial, ainda precisam ser melhor investigados<sup>96</sup>.

De todo modo, as diversas práticas mobilizadas por agentes das forças da ordem nos agenciamentos em torno do Jardim Milão e nas demais ocupações de terra nos informam sobre uma das modalidades de presença do Estado nestes processos, uma presença que se faz por meio de seus operadores e dos jogos com a lei que são estabelecidos por eles nos territórios, que oscilam entre a tolerância negociada e a repressão. Diante disso, não é possível falar em ocupações “fora” do Estado e de suas regulações, na medida em que são elas mesmas que definem o campo de práticas no qual as relações entre os diferentes atores de dentro e fora do Estado são estabelecidas, negociando e incidindo sobre as condições de consolidação destes territórios.

### **3.2.3 O arquiteto**

A figura do arquiteto e sua função no Jardim Milão nos informa sobre outras dimensões do processo de produção do espaço nas fronteiras da cidade. Sua presença ilumina uma estratégia que orienta o Jardim Milão desde sua formação e que gira em torno da mimetização do que se entende como territórios formais – ou seja, aqueles reconhecidos pelo ordenamento urbano e jurídico como tais. Esta a aposta: de que a mimetização da forma urbana dita formal aumentaria as chances de garantir a permanência e consolidação da ocupação.

Voltaremos a essa discussão de forma mais detida no capítulo seis. Por ora, é preciso situar a presença do arquiteto entre o grupo de *apoiaadores* sob este quadro: a ocupação e a transformação da terra foram orientadas de modo a construir as evidências e os critérios de aceitabilidade do Jardim Milão ao ordenamento urbano estatal.

O arquiteto é amigo de Fábio e foi convidado por ele para a empreitada. O acordo envolveu a promessa de dois lotes em troca de um projeto arquitetônico para a área. Um topógrafo também foi contratado para auxiliá-lo na tarefa. Assim, a ocupação do terreno seguiu a indicação dos profissionais: as ruas foram abertas com largura de 10 metros e os lotes, padronizados em 5x20, com 1 metro destinado à calçada. O projeto previa, ainda, a construção

---

<sup>96</sup> Por se tratar de eventos bastante recentes, com início na pandemia, ainda não tivemos a oportunidade de nos aprofundarmos nas ocupações oriundas dessa nova configuração entre lideranças locais e o policial ambiental, ainda que, como buscamos demonstrar, elas sinalizem tendências importantes.

de uma sede para a associação de moradores, um campo de futebol e uma praça na entrada da ocupação, que ficaram para um momento posterior.

Ao primeiro olhar, a forma urbana do Jardim Milão, tal como foi padronizada, assemelha-se à forma dos loteamentos do entorno. Não à toa, esse é sempre um ponto ressaltado entre os moradores, na fala bem literal de um deles: “nossa ocupação mais parece um loteamento”. E este é um ponto importante, pois a busca por mimetizar a forma do que se entende ser a forma urbana legal condensa a história de urbanização local, fortemente marcada pela expansão dos loteamentos populares, às trajetórias de vida daqueles que estão à frente destes processos de expansão urbana em curso desde 2015, que passaram por diferentes arranjos habitacionais e experiências junto ao poder público em torno de demandas por moradia e melhoramentos urbanos.

Pois, para muitos dos indivíduos que estão à frente da ocupação esta não foi a primeira experiência de organização de uma ocupação de terra. Ao contrário, como vimos, as narrativas sobre o processo de urbanização da região que emergem de suas trajetórias de vida rememoram toda uma história de ocupações e loteamentos (mais ou menos irregulares) que foram constituindo a malha urbana local. São assentamentos que foram paulatinamente regularizados (ou não) e pouco a pouco dotados de serviços e equipamentos públicos, como a regra que pautou a produção do espaço urbano local (HERLING, 2002; VICTORIANO, 2005; MOREIRA, 2019). Isso significa dizer que o conhecimento posto em prática nestas ocupações espelha a história da produção do espaço urbano local, por meio de um saber-fazer que é agora mobilizado em uma conjuntura política, social e urbana distinta daquela dos anos 1990 ou 2000.

Este o ponto a se reter aqui: é na convergência entre a memória urbana, materializada nos espaços da cidade, e a memória e os repertórios dos atores sociais envolvidos na produção do espaço que um saber-fazer em torno da produção da cidade é feito, refeito e transformado no curso da história urbana.

Um exemplo emblemático dos aprendizados adquiridos ao longo da história de urbanização da cidade está relacionado à padronização dos lotes como estratégia na busca pela regularização fundiária. A preocupação em criar um assentamento o mais próximo possível do que se entende serem as normas urbanas previstas na legislação não é exclusiva de moradores do Jardim Milão, ainda que este seja o caso exemplar. Apesar das dimensões variadas encontradas entre as ocupações, em muitas das vezes há uma padronização (ou uma tentativa de realizá-la) quanto ao tamanho dos lotes: “é no padrão da prefeitura”, afirmou um dos membros da associação de moradores do Jardim Milão.



Figura 14 - Jardim Milão em maio de 2022, sinalizado pelo pontilhado. Do lado esquerdo, um bairro com origem em um loteamento irregular dos anos 1990



Fonte: Acervo do Jardim Milão.

A legislação federal que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, Lei nº 6.766/1979, de 1979, estabeleceu como parâmetro uma área mínima de 125 m<sup>2</sup> e frente mínima de 5 metros para os lotes urbanos. No entanto, isso nunca representou a realidade da produção do solo urbano no Brasil (MARICATO, 1996). Nas últimas décadas, novas diretrizes foram aprovadas flexibilizando os parâmetros para a produção de parcelamentos definidos como de interesse social<sup>97</sup>, o que deu origem a uma série de normativas, políticas e programas em torno da regularização fundiária de territórios populares que, *a priori*, estariam em desacordo com a norma urbana.

Contudo, é importante notar que em nenhuma parte da legislação foram especificadas dimensões para os lotes considerados de interesse social. Ainda assim, é comum ouvir recomendações acerca do seu tamanho nas ocupações e também entre as lideranças de territórios já consolidados, como o Jardim Felicidade e o Jardim Filhos da Terra, que passam sua experiência adiante. Desse modo, o chamado “lote social” se disseminou pelos territórios,

<sup>97</sup> Exemplo disso é a Lei nº 11.977/2009, que instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida e dispôs sobre a regularização fundiária de interesse social.

sinalizando dimensões variadas e conflitivas que os ocupantes acreditam ser adequadas ao “padrão da prefeitura”, mesmo que isso não encontre respaldo na normativa vigente. Buscando um reconhecimento do Estado, as ocupações passam a mimetizar suas normas, em uma constante busca pela “assinatura do estado” (DAS, 2004)<sup>98</sup>. As várias suposições acerca do tamanho do almejado “lote social” é um dos exemplos dessa busca.

Essa aparente confusão revela o que a antropóloga Veena Das (2004) chama de “ilegibilidade da lei”, um elemento intrínseco ao Estado na medida em que, nos diferentes espaços e por meio das distintas formas e práticas que são acionadas por seus agentes, o Estado está constantemente sendo experimentado e desconstruído por meio da ilegibilidade de suas próprias práticas e ordenamentos, o que o abre para toda sorte de interpretações, negociações e disputas de sentido. Assim, seguindo o argumento construído algumas páginas acima, é também por meio das práticas cotidianas de agentes públicos que o ordenamento estatal, tal como as formas de governo, é feito e refeito entre as brechas da normativa que não sendo negociadas de modo a permitir a incorporação ao ordenamento urbano de territórios que, em teoria, encontravam-se em desacordo, ou melhor, às *margens* (politicamente produzidas) dos códigos e normas urbanas.

### **3.2.4 O PCC**

Por fim, entre o chamado grupo de *apoiadores* estão os *irmãos*, indivíduos que são reconhecidos localmente por sua vinculação à facção PCC e que receberam lotes por seu envolvimento nos agenciamentos que deram origem ao Jardim Milão.

Identificar e bem situar essa presença é o desafio que está posto, pois, ao mesmo tempo em que esses homens do PCC aparecem nos mais diferentes relatos, isto se dá por meio de um jogo de luz e sombra que nos permite ver apenas fragmentos dessa presença, quase sempre envolta em rumores e fabulações. Dessa forma, para não cairmos nas armadilhas de uma fantasmagoria em torno do PCC (TELLES, 2014), tomando-o como um elemento onipresente e autoexplicativo de processos que precisam ser ainda melhor compreendidos, tentamos identificar as circunstâncias em que sua presença é anunciada por nossos interlocutores e

---

<sup>98</sup> Para a autora, a lei se configura como uma presença do Estado paradoxal, distante ao mesmo tempo em que esmagadora, pois se trata de um poder que perpassa a estrutura da vida cotidiana por meio da representação e da performance das leis estatais, que podem se dar através dos rumores, das fofocas e mesmo de sua mimetização. É neste processo que a “assinatura do estado” (DAS, 2004) pode se deslocar de suas estruturas originais para serem aplicadas em outras estruturas e cadeias de significação, o que, no caso que aqui nos interessa, é algo que nos ajuda a compreender as muitas tentativas de reprodução de padrões urbanos identificados como oficiais e legítimos nas ocupações de moradia, ou seja, como uma estratégia de pleitear o reconhecimento diante do Estado ao tentar imitá-lo.

interlocutoras, bem como os efeitos práticos que seu anúncio, reificado pela performance de determinados indivíduos, possui sobre os conflitos e disputas nos quais aparecem. Para aí então, avançar na compreensão de como essas modalidades de presença incidem sobre a produção e gestão do território nas ocupações.

Antes, algumas marcações se fazem necessárias. A existência de grupos que mobilizam o uso potencial da força como recurso de poder nos processos em torno da produção e gestão dos territórios populares é um traço histórico da formação da cidade de São Paulo. São histórias de *jagunços*, *capangas*, *pés de pato*, *traficantes*, entre outros que, em diferentes conjunturas e momentos históricos, estiveram mais ou menos envolvidos nas disputas e conflitos em torno do espaço, ou que se desenvolviam nele. Eles fazem parte das “histórias bandidas” das quais nos fala Telles (2010, p. 48), são personagens urbanos que marcam as temporalidades da cidade e da criminalidade urbana e seus modos de operar. A centralidade de um ou outro, a cada tempo, faz a marcação dessas temporalidades, indicando inflexões e deslocamentos das dinâmicas urbanas - no caso, em especial, da chamada criminalidade urbana e suas expressões e formas de incidência sobre os territórios.

Nesse sentido, as reconfigurações nas formas da criminalidade nas últimas décadas, diante da expansão dos mercados ilegais e ilícitos, bem como dos grupos envolvidos nesses negócios e sua capilaridade nos territórios, indicam novos arranjos e presenças desses atores em torno das dinâmicas urbanas (cf. HIRATA, 2010; TELLES, 2014; FELTRAN, 2018; BIONDI, 2018). Diante disso, é preciso situar os modos pelos quais os circuitos da droga e suas formas de regulação se ancoram nas tramas urbanas, sobretudo a partir dos anos 1980 e 90, para bem compreender a presença desse ator nos agenciamentos em torno das ocupações de terra nas periferias da cidade hoje.

Telles (2014) recupera parte dessa história por meio de uma abordagem que focaliza as mudanças na intersecção entre os circuitos da droga, seus modos de regulação e a violência nas periferias paulistanas. Sua leitura parte do final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, período marcado por uma criminalidade mais difusa, articulada em “gângues locais” que ora se articulavam, ora disputavam entre si, em relação com uma violência policial crescente; e se estende até meados dos anos 2000, quando a inflexão na ascendência das mortes violentas aponta para uma nova configuração nessa intersecção. Rapidamente, segundo a autora, a “hipótese PCC” começa a circular como um dos fatores explicativos para a queda das taxas de homicídio nas periferias da cidade, lançando luz sobre os modos operatórios da facção que veio a ser conhecida como uma das mais importantes no país, dentro e fora das prisões.



Não é nosso objetivo recuperar toda essa história nos seus meandros, já documentada e analisada por importantes pesquisadoras e pesquisadores do tema. Tampouco pretendemos nos debruçar sobre os debates acerca dos fatores explicativos para a referida queda nas taxas de homicídio. Não obstante, a presença do PCC nas periferias de São Paulo, de seus homens e repertório, é fato incontestável. Pois então é preciso situar seu papel na gestão da violência e da ordem, por meio dos diferentes procedimentos, códigos e protocolos pelos quais regula e arbitra os conflitos internos aos mercados ilegais e ilícitos, mas também, os muitos e variados conflitos e desavenças de ordem da vida cotidiana nos territórios (TELLES, 2014). É nessa intersecção – entre conflitos cotidianos e negócios nebulosos – que se encontram os homens do PCC nas ocupações.

Trazendo para o caso do Jardim Milão, a presença dos homens do “mundo do crime” permeia os relatos sobre a ocupação desde seus primeiros dias, em situações das mais variadas.

A presença dos *irmãos* é anunciada na mediação de diferentes conflitos interpessoais envolvendo os ocupantes, desde uma briga entre vizinhos que quase culminou em um desfecho fatal - como nos explica uma das moradoras, “ninguém pode tirar sangue de ninguém na quebrada” - até os pequenos delitos locais, que vão de um roubo de televisão ao furto de galinhas. Ainda que de ordem muito distintas, relatos dão conta dos *irmãos* sendo chamados para fazer a arbitragem desses conflitos: dos mais rotineiros até aqueles que tratam de questões de vida e morte<sup>99</sup>.

Neste ponto, estamos diante do papel de mediação e regulação da violência e da ordem exercido pelos homens do PCC nas periferias paulistas, como já amplamente registrado pela bibliografia especializada, que aponta para a disseminação de um *proceder* que orienta as relações no “mundo do crime” e se espalha sobre dinâmicas urbanas e relações sociais que vão para muito além dele<sup>100</sup>, dando conta dos conflitos mais ordinários de uma vida urbana marcada pela precariedade e insegurança<sup>101</sup>.

---

<sup>99</sup> Este é, ademais, um dos elementos que sustenta a “hipótese PCC” como fator explicativo para a queda de homicídios em São Paulo: a decisão sobre a vida e a morte nas periferias, tal como nas prisões, passou a demandar o aval dos homens do PCC (TELLES, 2014; FELTRAN, 2018). Por meio de diferentes procedimentos, como os *debates*, eles fazem a arbitragem de conflitos (que vão de traições conjugais à delação para a polícia) que, antes, davam início a um ciclo de vingança que culminava na morte de dezenas de indivíduos, sobretudo homens jovens.

<sup>100</sup> Tal como apontado por Feltran (2014), é importante ressaltar que os códigos de honra e sentidos de justiça que foram instituídos pelo PCC como suas normas próprias não foram inventados por eles, mas refletem práticas de elaboração, mediação e resolução de conflitos há muito existentes nas periferias da cidade, que são então reorganizados e reelaborados como um *proceder* do crime que orienta as condutas dentro e fora dos circuitos criminais.

<sup>101</sup> Dentre as várias situações narradas por Karina Biondi (2018) em que *irmãos* são chamados a resolver conflitos na *quebrada* há uma que ilustra o quão cotidiano esses conflitos podem ser. A autora reproduz a fala de uma entrevistada que comenta o retorno de um *irmão* que há pouco havia deixado a prisão: “Eu não via a hora desse aqui chegar! Porque os outros irmãos até dão uma atenção, mas ele dá mais. *E eu tava com um problema no*

No Jardim Milão, esse papel de arbitragem é exercido não apenas nos casos que envolvem contendas entre ocupantes, mas também entre estes e a associação de moradores. Em muitos dos episódios que envolvem conflitos com membros da associação, são os próprios ocupantes que acionam os *irmãos* quando se sentem prejudicados por alguma das decisões tomadas por alguma liderança ou por todo o coletivo. Nessas ocasiões podem ser constituídos espaços de *debates* ou *troca de ideias*<sup>102</sup>, a depender da gravidade da suposta violação a ser apreciada, para que o caso seja discutido e avaliado tanto pelos *irmãos*, quanto pelos ocupantes, que também são chamados a comparecer e oferecer a sua visão sobre cada questão (ainda que, via de regra, a decisão final seja dos *irmãos*). O desfecho pode resultar na destituição da associação de moradores, no afastamento ou expulsão de um de seus membros e até na composição de uma nova associação, dentre outras possíveis “penas” que podem resultar em violência física.

Quando o conflito gira em torno de um indivíduo ou de uma família que foi “sacada” da ocupação pelas lideranças – ou seja, que foi expulsa e perdeu o direito ao lote – os *irmãos* podem decidir pelo seu retorno à ocupação, o que, em geral, significa um rearranjo na distribuição dos lotes, na medida em que o anterior já pode ter sido passado para outra pessoa. Não são poucos os relatos que dão conta de lideranças de ocupações que, por motivos considerados injustos, expulsam famílias e, em seguida, vendem o lote. Casos como esses podem levar ao acionamento dos *irmãos*. Isso quando não são essas mesmas lideranças lidas como *irmãos*, nesses casos, os homens do PCC aparecem de ambos os lados da contenda.

Esses são conflitos que incidem diretamente na configuração dos territórios, tanto espacialmente quanto em suas formas de gestão, na medida em que há uma possibilidade permanente de um agente, *a priori*, externo à ocupação (os *irmãos*) interferir na conformação da associação de moradores. Ao deter o poder de afastar e expulsar membros, os *irmãos* incidem

---

*encanamento na minha casa que não resolvia de jeito nenhum*. O dono da casa é um mão de vaca! Daí ele falou: ‘Você conhece o Rubens? Vamos falar com ele!’. Eu disse que não conhecia, que era pra ele chamar mesmo. Porque se eu digo que conheço, daí ele não vai querer chamar. Então eu disse: ‘Não conheço, não.’. Ele chamou o Rubens, ele foi lá e agora tá tudo certo” (Ibidem, p. 79, grifo nosso).

<sup>102</sup> Os procedimentos e protocolos elaborados pela facção na gestão da ordem e dos sentidos de justiça foram inicialmente estruturados e praticados nas prisões para, aos poucos, transbordarem para as ruas. Tanto o *debate* quanto a *troca de ideias* são formas de mediação de conflitos acionados quando há uma questão que coloca dois indivíduos (ou mais) em posições opostas frente a um fato. Esses procedimentos foram amplamente documentados e analisados no bojo da bibliografia especializada, que não nos cabe aqui retomar. Todavia, é preciso situar como aparecem em nosso campo. A partir dos relatos de nossos interlocutores e interlocutoras, *debate* e *troca de ideias* se diferenciam a partir da gravidade da questão a ser tratada. Pelo que pudemos apreender de forma genérica, no *debate* há mais *irmãos* envolvidos, e as provas e testemunhos são requisitados até a decisão final ser proferida; já na *troca de ideias*, ou somente *ideias*, são tratadas questões consideradas de menor gravidade em uma conversa na qual o irmão responsável – provavelmente, o *disciplina* local – tem autonomia para decidir sobre o caso. Por certo essas distinções são muito mais analíticas do que práticas, pois na realidade cotidiana o acionamento e a configuração de um ou outro podem variar em suas formas.

sobre a formação do coletivo responsável pela gestão do cotidiano local e pelas variadas e constantes negociações instituídas para garantir seu estabelecimento e consolidação<sup>103</sup>.

Em relação a essa função de árbitro que é exercida pelo PCC nos variados conflitos em torno da ocupação, sobretudo no que se refere a sua gestão local, Fábio nos ofereceu sua visão: para ele o PCC aparece nestes territórios como um mecanismo de justiça mais efetivo, ainda que violento, pela própria informalidade que os caracterizam, pois se o conflito gira em torno de um lote ou de uma moradia “informal”, a “justiça formal” não pode ser acionada por não oferecer os instrumentos necessários para a resolução do conflito, dada a própria situação informal/ilegal da propriedade que não é reconhecida pelo Estado. No entanto, isso não significa uma rejeição total da justiça estatal, que pode ser acionada em outros tipos de contenda, mas um acionamento estratégico das várias instâncias de produção de ordem que coexistem nos territórios: “trata-se da disputa entre gramáticas morais legítimas localmente, contrapostas a idiomas estatais concebidos, majoritariamente, como exógenos, elitistas ou mesmo equivocados moralmente” (FELTRAN, 2014, p. 506).

Esse papel de arbitragem também é exercido pelos homens do PCC nos conflitos que envolvem os *apoiadores*, quer dizer, pessoas com importante atuação nos agenciamentos que deram origem à ocupação, como no caso da validação da presença do policial militar entre o grupo, ou mesmo na disputa instaurada entre o sócio da empresa de ônibus e a coordenação do Jardim Milão, como visto páginas acima. Nestes casos, os *irmãos* aparecem fazendo a mediação não dos conflitos da vida cotidiana, mas daqueles que envolvem os arranjos e negócios em torno da terra. Aqui, sua atuação cumpre uma função de regular esse mercado, pois ao estabelecer as condições de sua operação e mediar suas disputas, os homens do PCC acabam por transpor para os negócios em torno da terra algumas das atribuições exercidas nos negócios ilícitos (FELTRAN, 2018). Ademais, como veremos adiante, esta regulação dos negócios da terra é exercida não apenas entre aqueles que a disputam a partir das ocupações, mas também incide sobre as práticas de atores urbanos há muito conhecidos na história urbana paulistana, como os loteadores.

Todavia, não é apenas como árbitro de negócios ilegais e ilícitos que os homens do PCC aparecem nesse mercado de terras. Eles compõem, ainda, a teia de relações que dá origem a alguns desses territórios, sendo mais um ator envolvido diretamente em sua promoção. Ou seja, se a presença dos homens do “mundo do crime” e/ou de seu repertório nos territórios populares da cidade – e também em espaços institucionais, como nos mostram Fábio Mallart e Taniele

---

<sup>103</sup> A associação de moradores e seu papel na gestão cotidiana do Jardim Milão será tema do capítulo cinco.

Rui (2017) – já é fato estabelecido, começamos a notar a presença de agentes oriundos dos circuitos criminais diretamente envolvidos na conformação de novos territórios, promovendo ocupações de terra como uma nova frente de mercado atrelada a seus negócios.

No Jardim Milão, há relatos que apontam a presença de *irmãos* na linha de frente da ocupação, envolvidos nas negociações e agenciamentos que lhe deram origem. É o que ocorre com Zinho, identificado pelos ocupantes como um *irmão* e, ao mesmo tempo, reconhecido como o “mandachuva” da ocupação, na expressão de um dos membros da associação de moradores. A figura de Zinho é cercada por rumores, mas também bastante protegida: apesar de sempre mencionarem seu nome, todas as vezes em que demonstramos interesse em conversar com ele a ideia foi rejeitada pelos ocupantes, que sequer concordaram em levar o convite. Ademais, embora haja muitas histórias envolvendo seu nome, só o vimos por uma vez no Jardim Milão, de relance. Na ocasião, ele discutia com um funcionário contratado pelo loteamento vizinho, que então construía um muro entre a ocupação e o tal empreendimento (voltaremos a esse episódio adiante).

Dessa forma, Zinho é alguém que parece exercer sua influência desde um lugar de menor exposição e visibilidade, pois se, de um lado, ele quase nunca é visto no território, por outro lado seu nome é sempre mencionado no lugar de importante liderança do Jardim Milão, alguém que esteve presente nas diversas negociações travadas nos momentos iniciais da ocupação. Além disso, é identificado como um aliado de Fábio nesta empreitada. Como já dito anteriormente, os dois são vistos como uma espécie de opostos complementares - enquanto Fábio assume a frente das questões relativas à ocupação, sendo uma liderança que se projeta “para fora”, nas articulações criadas com os diferentes atores implicados no processo, Zinho atua nos bastidores, fazendo as conexões e mediações entre a ocupação e os homens do PCC que atuam na região.

Ainda que não saibamos em detalhes no que consiste essa atuação nos bastidores, relatos de moradores do Jardim Milão e de outras ocupações do entorno indicam a presença de *irmãos* incidindo tanto nos conflitos internos às associações de moradores, que podem envolver disputas entre seus membros<sup>104</sup> ou questões mais relacionadas à gestão do cotidiano local, como visto acima, quanto nas questões relativas à própria conformação da ocupação, como a demarcação e distribuição dos lotes, uma atividade fundamental de constituição desses territórios.

---

<sup>104</sup> Como veremos no capítulo cinco, a primeira formação da associação de moradores do Jardim Milão foi dissolvida por uma decisão dos *irmãos* diante de denúncias contra alguns de seus membros por superfaturamento de serviços prestados à ocupação e outras práticas consideradas injustas contra alguns ocupantes.

Neste ponto, há relatos que indicam a presença de indivíduos lidos como vinculados ao PCC compondo o grupo à frente da formação do território, e mobilizando tal posição para incidir sobre a distribuição dos lotes. Nesses casos, há uma apropriação direta de lotes que é realizada por esses agentes por meio da ocupação dos cargos de liderança, uma posição que é sustentada pelo uso potencial da força que está aí implícita. Mas há ainda formas mais veladas de se apropriar dos lotes.

Relatos apontam que os *irmãos* podem indicar pessoas para compor a associação de moradores ou mesmo cooptar alguns de seus membros para atuarem a favor de seus interesses: são os chamados *lagartos*, espécies de “pau-mandados” dos *irmãos*, como foi caracterizado por um de nossos interlocutores. Há casos em que o presidente da associação de moradores sequer possui lotes no local e, ainda assim, mantém a sua posição, fazendo valer os interesses e decisões dos *irmãos* para aquele território, o que envolve a escolha dos melhores lotes para eles, bem como a distribuição dos mesmos segundo os seus interesses. Um de nossos interlocutores, membro da associação de moradores de uma ocupação da região, comentou quando se aventou a possibilidade de ele assumir a presidência: “eu é que não quero ser presidente, pra ficar sendo coagido pelo Comando pra fazer o que eles querem”.

Algumas vezes, ouvimos de diferentes lideranças que não é mais possível organizar uma ocupação sem a presença de *irmãos*, ao menos nesta região. Não obstante, ainda segundo essas mesmas lideranças, a medida de tal presença pode variar de um território para outro, de modo que os *irmãos* podem estar mais ou menos implicados na gestão cotidiana das ocupações. O que significa dizer que a presença dos homens do PCC não pode ser generalizada nos seus modos de incidência sobre os territórios e suas populações; ao contrário, é preciso compreender os contornos que assume em cada configuração.

A partir de nosso campo de pesquisa, é possível afirmar que os homens do PCC aparecem como mais um ator compondo a teia de relações que se estrutura em torno das ocupações, em que ora se aliam aos demais atores em disputa, outrora concorrem com eles. De toda forma, não é possível dizer que eles detenham o monopólio do processo de produção e gestão do espaço urbano. Há composições que variam em cada configuração socioterritorial.

Ainda, como nos explica Feltran (2018), na medida em que não há uma centralização da facção sobre os negócios de seus membros é possível afirmar, pelo que conhecemos das dinâmicas urbanas travadas na região, que a promoção de ocupações de terra não se configura (necessariamente) como uma nova frente de mercado atrelada ao PCC. Trata-se, antes, de empreendimentos individuais de alguns *irmãos* ou daqueles que *correm* com o Comando – mais um dentre outros tantos negócios. Ou seja, a vinculação à facção não parece impor um padrão

ou um modo de atuação específico desses agentes frente aos territórios, que atuam a partir das configurações e situações locais em que estão inseridos.

Por fim, resta situar uma dimensão da presença do PCC que se dá em outra escala, visto que extrapola os limites territoriais de uma ou outra ocupação: é aquela onde se estrutura o campo de forças no qual os conflitos pela terra se desenvolvem, colocando em relação ocupantes, grileiros, proprietários de terra, policiais, sócios da empresa de ônibus e toda sorte de atores que disputam e negociam esse mercado de terra e moradia nas bordas da cidade. Neste sentido, a fala de Fábio talvez seja das mais elucidativas. Para ele, o PCC é para os ocupantes aquilo que as polícias são para os grileiros e loteadores: uma espécie de “protetor”, um elemento que equaliza as forças e garante alguma possibilidade de disputa pela terra frente a esses atores – ainda que estas relações de proteção, de ambos os lados, sejam atravessadas por extorsões e coerções.

Essa ideia de “protetor” pode ser melhor compreendida em relação à posição exercida pelo homem do PCC de árbitro das negociações instituídas entre os distintos atores sociais na disputa pela terra, equacionando o campo de forças ao permitir que lideranças oriundas dos bairros populares passem a disputar a terra com grileiros e loteadores que, historicamente, exerceram seu poder por meio de suas conexões com policiais e demais agentes públicos. Neste sentido, por meio de seus operadores, o PCC transpõe o papel de regulador dos negócios do crime e dos litígios interpessoais para os mercados de terra e moradia - também eles informais e ilegais - que se estruturam nas fronteiras urbanas da cidade.

Diante disso, e de maneira muito preliminar e esquemática, podemos argumentar: se historicamente as disputas em torno da terra que se estabelecem nas (e que estabelecem as) *zonas cinzentas* favoreceram personagens urbanos como os grileiros e loteadores clandestinos, que por meio de suas conexões com agentes das forças da ordem e demais operadores do Estado viabilizavam a formação e permanência de seus empreendimentos imobiliários nebulosos, a emergência do PCC e de seu uso potencial (e efetivo) da violência rearticula esse campo de forças e permite maiores possibilidades de disputa e negociação para os grupos sociais que, historicamente, estiveram submetidos às piores localizações ou à aceitar as condições de acesso à terra estabelecidas pelos primeiros.

Importante dizer que essas são questões e leituras que emergem de nosso campo situado de pesquisa. Serão necessárias muito mais pesquisas etnográficas sendo realizadas nas diferentes regiões da cidade, para que sejamos capazes de construir um quadro descritivo mais robusto que nos permita avançar na identificação e compreensão acerca das modalidades dessa

presença do PCC nos territórios populares da metrópole, e suas reverberações sobre o cotidiano e as formas de vida.

Essa é uma questão especialmente importante diante de narrativas midiáticas que atestam a presença de organizações criminosas diretamente envolvidas na produção e gestão do espaço urbano em diferentes cidades pelo país: se as milícias do Rio de Janeiro configuram o exemplo mais paradigmático<sup>105</sup>, as denúncias em torno de supostos “grupos criminosos” envolvidos na promoção de loteamentos nas periferias de São Paulo, sobretudo na zona sul da capital paulista, vêm sendo amplamente difundidas na grande imprensa<sup>106</sup>. Diante deste quadro de problemas, torna-se ainda mais central compreender as medidas e modalidades da presença dos agentes do “mundo do crime” nos processos aqui investigados, de modo a não incorrer em afirmações precipitadas que podem levar à criminalização de territórios, populações e formas de vida que sempre estiveram às *margens*.

O episódio que envolveu a negociação das fronteiras entre o Jardim Milão e um dos loteamentos vizinhos talvez seja mais ilustrativo dessas várias presenças “do PCC” no território, na medida em que aponta uma situação em que o grupo está implicado em todos os lados do conflito: ocupa o papel de acusado, acusador e mediador da disputa que se instaurou em torno das fronteiras entre ocupação e loteamento.

### **3.3 A disputa pela terra no fio da navalha**

A área que deu origem ao Jardim Milão é mais uma porção de terra remanescente das desapropriações realizadas pelo Estado de São Paulo para a implantação do trecho norte do Rodoanel Mário Covas – ou, ao menos, parte da área. Também aqui a conformação fundiária nebulosa da região lança incertezas sobre os limites e a titularidade da terra ocupada.

O Jardim Milão está situado sobre três terrenos, dois deles são lotes urbanos e o outro é um lote rural para o qual não estão disponíveis informações públicas. Segundo Ungaretti (2021), os dois lotes urbanos pertenciam ao mesmo proprietário, que não teve a titularidade contestada durante todo o processo de desapropriação, o que não significou, todavia, maior clareza em relação à situação fundiária após a intervenção estatal. De acordo com a autora, um dos terrenos, onde localizava-se um motel (referência sempre lembrada pelos ocupantes), foi inteiramente desapropriado pelo DER, mas apenas parcialmente utilizado para as obras. O

---

<sup>105</sup> Sobre o tema, ver, entre outros, o relatório de pesquisa produzido pelo GENI (Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos) e pelo Observatório das Metrópoles (RJ): “A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados” (HIRATA *et al.*, 2021).

<sup>106</sup> Sobre esse tema, ver: PAGNAN; MOREIRA, 2020 e CRIME, 2019.

segundo, foi parcialmente desapropriado, mas, por meio da leitura dos processos, Ungaretti (2021) afirma que não é possível ter clareza quanto aos limites da área remanescente.

Disso resulta que a ocupação pode estar localizada em parte sobre área pública e em parte sobre área privada, o que gera uma série de consequências para as futuras demandas por regularização, já que trata-se de situações fundiárias distintas para as quais cabem diferentes meios e estratégias no pleito pela regularização. Independentemente da clareza que se tenha quanto à configuração fundiária atual, o relevante é que a própria situação nebulosa gerada a partir da intervenção estatal pode ter favorecido a ocupação da área pelas famílias. Ao menos, é o que está garantindo que elas permaneçam no local sem contestação<sup>107</sup>.

Quando da ocupação, em agosto de 2016, o terreno fazia divisa com áreas em configurações muito distintas: i) de um lado estavam as obras do Rodoanel; ii) de outro, um bairro com origem nos anos 1990, fruto de um loteamento irregular promovido por João Alberto<sup>108</sup>, conhecido loteador da região; iii) também uma grande área desocupada, localizada logo depois do córrego que cortava (e delimitava) a ocupação na parte baixa, onde pouco tempo depois, João Alberto deu início à abertura de um novo loteamento e, por fim; iv) algumas casas remanescentes das desapropriações realizadas pelo DER sobre outro loteamento, produzido pelo mesmo João Alberto, separada da ocupação por um vale (posteriormente aterrado para a construção de uma rua).

Em resumo, o Jardim Milão está cercado por todos os lados por assentamentos que tiveram origem na ação de um mesmo sujeito (quase sempre associado a terceiros), responsável por promover loteamentos irregulares na região desde meados dos anos 1990<sup>109</sup> e que agora, diante das intervenções do Estado na implantação do Rodoanel, volta a tomar parte nos conflitos fundiários locais a partir da abertura de novos loteamentos.

---

<sup>107</sup> Segundo informações do atual advogado do Jardim Milão, a área ocupada foi desapropriada pelo DER, mas não foi registrada em seu nome. Assim, a matrícula segue com o nome do antigo proprietário que, por sua vez, já recebeu a indenização pela área, não podendo mais exercer a posse sobre o terreno. Dessa forma, a área é de fato pública, mas nos seus registros cartoriais, ainda privada. Isto reproduz, portanto, o imbróglie fundiário que historicamente constituiu a configuração fundiária da região.

<sup>108</sup> Optamos por utilizar um nome fictício também no caso do responsável pela realização dos loteamentos, entendendo que sua exposição poderia levar a uma exposição de nossas interlocutoras e nossos interlocutores em uma eventual localização dos assentamentos que são objeto desta pesquisa.

<sup>109</sup> As informações relativas aos loteamentos promovidos por João Alberto decorrem da leitura e sistematização dos processos administrativos de regularização fundiária, dos processos de desapropriação realizados pelo DER, bem como das informações de campo. Boa parte deste trabalho vem sendo realizado por Débora Ungaretti no âmbito de sua pesquisa de doutorado na FAUUSP, com quem tenho o privilégio de partilhar inquietações e reflexões no LabCidade.



Figura 15 - Foto aérea da área onde se estabeleceu o Jardim Milão (2015)



Fonte: Google Earth (2021). Edição: Elaboração própria.

Assim, incrustado em meio a espaços sendo transformados e disputados, o Jardim Milão precisou lançar mão de inúmeras negociações e acordos para conseguir se estabelecer e demarcar suas fronteiras. E em cada uma dessas situações é possível apreender os jogos de poder que são travados em torno da formação e consolidação da ocupação, bem como o papel exercido em algumas dessas disputas pelos homens do PCC.

Tal como aconteceu no Jardim da Amizade, funcionários da DERSA estão diretamente implicados na demarcação das fronteiras da ocupação, na medida em que são os responsáveis por delimitar a divisão entre a faixa de domínio da obra (área pública) e a área remanescente (supostamente privada). Assim, segundo relatos de lideranças e moradores, já nos primeiros dias os limites da ocupação foram acordados com uma engenheira do Rodoanel, que indicou até onde as famílias poderiam ocupar sem avançar sobre a faixa de domínio da obra (Figura 14, linha 1). Também aqui rapidamente um muro foi construído pela DERSA, materializando em definitivo a fronteira entre a ocupação e o anel rodoviário<sup>110</sup>.

---

<sup>110</sup> Este não é, ademais, um evento que se resume às duas ocupações. Como tem sido possível observar, há um movimento de ocupação das margens da obra que se expande por diversos pontos de sua extensão. Um movimento que se dá por meio dos acordos travados diretamente com os agentes públicos, mas que também pode ter sido impulsionado pela paralisação das obras, em 2018. Não à toa, a cada anúncio de uma possível retomada das obras começam a circular rumores sobre as remoções desses assentamentos.

Se a negociação com os funcionários públicos foi realizada sem maiores problemas, o mesmo não pode ser dito em relação à vizinhança. Ao longo das primeiras semanas, foram vários os conflitos narrados com moradores do bairro vizinho (Figura 14, linha 2) que, insatisfeitos com a presença da ocupação, chegaram a atirar na direção da mesma – um episódio que, como visto páginas acima, está relacionado às negociações com o policial que vivia no local. Também foram muitas as denúncias realizadas pelos vizinhos, que notificavam (e ainda notificam) a polícia quando os ocupantes trabalhavam na terra (aterramento, terraplanagem, demarcação de lotes) ou quando estão às voltas com as ligações irregulares de água e luz. Como nos contam os moradores, foram muitas as vezes em que policiais chegaram ao local informando terem sido notificados de alguma irregularidade pela vizinhança. Em algumas ocasiões os moradores do bairro chegaram a acompanhar os policiais até o local (sem sair da viatura) ou ficaram acompanhando a ação das janelas e lajes que dão vista para o Jardim Milão<sup>111</sup>.

Por fim, em relação a área que, até então, encontrava-se desocupada (Figura 14, linha 3)<sup>112</sup>, localizada logo após o córrego que delimitava a fronteira da ocupação em sua parte mais baixa, a negociação seguiu por rumos nos quais o desfecho violento passou a ser uma possibilidade muito concreta – e é aqui o ponto que nos interessa. A sequência dos acontecimentos que envolveu lideranças da ocupação, a suposta proprietária da área, o loteador dos bairros vizinhos e os *irmãos* ilustra até onde podem chegar os acordos e desacordos realizados nestas *zonas cinzentas*.

O desenrolar do conflito teve início logo nos primeiros meses da ocupação. Após uma tarde de muito trabalho, os ocupantes se reuniram no barracão coletivo quando um veículo de alto padrão chegou ao local. Uma mulher saiu do carro alegando ser a proprietária de toda a área, intitulado-se juíza aposentada e fazendo uma série de ameaças à permanência dos ocupantes.

Àquela altura, Fábio e as demais lideranças acreditavam ocupar uma área pública, remanescente da desapropriação realizada pelo governo do Estado. Por isso, como ele nos relatou, logo desconfiaram e rebateram as acusações da mulher, reafirmando sua intenção de

---

<sup>111</sup> Aqui aparece, mais uma vez, a importância dos acordos estabelecidos com o policial (que era um dos vizinhos), pois, como visto páginas acima, era ele o responsável por não dar encaminhamento a denúncias como essas. Contudo, quando não era ele o plantonista do dia, era preciso recorrer a novas negociações ou arcar com as consequências da ação dos policiais, como provam os processos que recaem sobre alguns ocupantes, decorrentes das denúncias realizadas ao longo dos primeiros meses.

<sup>112</sup> Não há relatos de conflitos com o loteamento vizinho, situado na área 4. Ao contrário, de acordo com alguns ocupantes, moradores de lá começaram a abrir pequenos comércios (padarias, mercearias, bares) visando a alcançar os futuros moradores da ocupação.

permanecer no local. Ainda segundo o seu relato, diante da postura dos ocupantes que não se deixaram intimidar, a suposta juíza teria, então, aberto o diálogo. A mulher explicou que não era proprietária do local ocupado, mas da área vizinha (Figura 14, linha 3), e logo revelou sua preocupação: quando os ocupantes entraram na terra que faz vizinhança à sua ela estava em vias de vender a área para uma pessoa com a intenção de promover um loteamento no local. Para garantir o negócio, ela precisava se certificar de que a ocupação não iria “invadir” o seu terreno<sup>113</sup>.

Os dois terrenos em questão conformam um vale, que se divide pelo córrego que os atravessa na parte mais baixa e que era indicado como a fronteira entre as propriedades. Segundo relato de moradores, para garantir o acordo com os ocupantes, a proprietária ofereceu à ocupação cinco metros de faixa de terra margeando o córrego, que a princípio comporia sua propriedade. Dessa forma, uma pequena porção de terra foi acrescida à área ocupada, que passou a se estender até cinco metros após o córrego. Assim, por meio de acordos totalmente informais, a fronteira entre os territórios foi negociada e riscada pelos ocupantes e a suposta proprietária, em vias de fechar negócio com um loteador.

Mas eis aí um primeiro ponto nebuloso dessa história. O acordo que destinou uma faixa de cinco metros de terra à área ocupada foi firmado entre a proprietária e alguns representantes da ocupação reconhecidos como lideranças - Fábio, Zinho e outros dois membros da associação de moradores. Todavia, tal como parece ter sido estabelecido nessa negociação cujos termos e condições desconhecemos, essa “parte de baixo” acrescida à área do terreno ocupado não foi incorporada ao Jardim Milão, mas se tornou uma área “privada” deste grupo encabeçado pela dupla. Não sabemos bem como essa divisão se estabeleceu, mas foi assim que ela nos foi apresentada por uma moradora: “essa parte de baixo é coisa do Fábio e do Zinho”. Uma informação que foi confirmada por outros ocupantes que também não reconheciam aquela parte baixa como sendo parte do Jardim Milão.

Ao que tudo indica, portanto, esse grupo que estava à frente da ocupação usou de seu lugar de representante do coletivo de ocupantes para negociar com a proprietária as fronteiras entre os dois terrenos e, então, apropriaram-se de forma privada da porção de terra que lhes foi oferecida no acordo que selou tais fronteiras. Mas, novamente, é tudo um tanto confuso, pois nem tudo é, ou nos pode ser, revelado.

---

<sup>113</sup> A postura da suposta proprietária que, com receio de ter sua área “invadida”, foi negociar com os ocupantes, ao invés de acionar a justiça, nos leva a imaginar que este talvez seja mais um caso em que o imbróglio fundiário característico dessa região, era também um elemento conformador da propriedade da tal juíza.

Ainda que essa nova porção de terra não tenha sido incorporada ao Jardim Milão, o acordo foi selado entre a proprietária e os ocupantes. Ademais, uma recusa do acordo e a possibilidade de um eventual conflito com a suposta juíza poderia ser muito prejudicial à permanência do Jardim Milão, pois traria visibilidade à ocupação em um período no qual se manter nas sombras era tido como ação estratégica<sup>114</sup>. Assim, a negociação se encerrou com o comprometimento dos ocupantes de não expandir sua área, em troca de uma nova porção de terra em posse de Fábio e Zinho.

O tal loteador interessado na terra era João Alberto, conhecido dos ocupantes por sua histórica atuação na região, sempre controversa, desde o início dos anos 1990. Seguindo o que havia sido relatado pela proprietária, ele começou a instalar seu novo empreendimento no terreno assim que tomou posse da área. Dessa maneira, em meados de 2018, durante nossas visitas ao Jardim Milão, já era possível notar a abertura do empreendimento sendo realizada no outro lado do córrego a todo vapor. Segundo relatos de moradores, parte das atividades era feita na madrugada (como o corte de árvores, por exemplo), aproximando ocupantes e loteador nas práticas em torno da produção do espaço urbano.

Figura 16 - Abertura da primeira rua do loteamento, vista da ocupação



Fonte: Acervo pessoal de Martim Ferraz (mai. 2018).

---

<sup>114</sup> Por conta de a possibilidade de requerer o reconhecimento da posse da área ocupada por usucapião ser condicionada à ocupação do local por cinco anos ou mais sem contestação e de forma ininterrupta, é muito comum ouvir entre as ocupações que este é o período da invisibilidade, ou seja, quando se deve atrair a menor atenção possível. Desse modo, evita-se o questionamento de um possível titular da área. Após os cinco anos, o movimento é o oposto: de se projetar “para fora”, buscando todo tipo de apoio para levar adiante a regularização fundiária.



Figura 17 - Abertura da segunda rua, vista da ocupação



Fonte: Acervo pessoal de Martim Ferraz (dez. 2018).

Moradores relataram ainda que Fábio, Zinho e os outros dois membros da associação de moradores viram na abertura do loteamento uma oportunidade para expandir e consolidar a pequena porção de terra ganha por eles no acordo com a proprietária. Com a intenção de criar mais lotes, o grupo negociou com o sócio de João Alberto, um dono de imobiliária local, a canalização e o aterro do córrego que dividia os dois terrenos. Afinal, este seria o destino do esgoto coletado de maneira irregular por ambos os territórios – mais um ponto de aproximação entre a ocupação e o loteamento.

De início, o loteador aceitou o acordo e entrou com as manilhas de concreto, enquanto à ocupação coube a realização do serviço de instalação, bem como o aterramento da área. Assim, onde antes passava o córrego agora se tornava mais uma porção de solo em posse de um pequeno grupo. No entanto, uma vez “criado” o solo, começaram as disputas por ele, de modo que o que parecia ser acordo estabelecido logo se converteu em novo foco de conflitos.

Em um primeiro momento, o dono da imobiliária (sócio do loteador João Alberto) apresentou uma proposta de compra para parte da área recém aterrada que coube a Fábio e Zinho – ou à ocupação, mas que foi apropriada por eles, difícil saber ao certo. A dupla assumiu a frente da negociação e aceitou vender aquela parcela do solo<sup>115</sup>. No entanto, um *irmão*, que

---

<sup>115</sup> Segundo o relato de uma moradora, apesar de todos concordarem que a parte de baixo “era coisa do Fábio e do Zinho”, ela considerava injusto que eles ganhassem dinheiro com os lotes, dado que a ocupação enfrentava grandes limitações financeiras para investir em melhorias. Assim, a abertura de lotes na parte baixa se configurou como

também possuía lote no Jardim Milão, começou a trabalhar com o loteador (não sabemos em que tipo de trabalho) e teria lhe relatado o episódio da negociação informal feita com a proprietária meses antes que resultou na doação à dupla de uma porção de terra que inicialmente caberia a ele. Com essa informação em mãos, o loteador inverteu a situação: passou a acusar a ocupação de ter invadido uma área que fazia parte do loteamento para, então, tentar vendê-la para ele.

Neste ponto, cumpre adicionar mais um dado. O tal *irmão* que trabalhava com o loteador era companheiro de Joana, a liderança da ocupação Jardim da Amizade que, apesar de ter sido convidada para compor a organização do Jardim Milão, no dia da entrada na terra decidiu não comparecer. Por conta dessa ausência ela não foi incluída como uma liderança na nova empreitada. Para Fábio, seria este o motivo pelo qual o tal *irmão*, agindo em nome dos interesses de Joana, teria incitado o loteador a questionar a posse sobre a área da parte baixa dos terrenos exercida por Fábio, Zinho e os outros dois membros da associação. Tratava-se de uma espécie de vingança de Joana por ter ficado de fora do Jardim Milão - e, cumpre lembrar, da reprodução de um padrão de atuação por meio do qual ela passou a impor sua liderança em diferentes ocupações pela região, antes de ser assassinada em 2021.

Com o conflito deflagrado, a disputa em torno das fronteiras entre a ocupação e o loteamento acabou em um *debate* realizado pelos *irmãos*, que foram chamados pelo próprio loteador a intervir. Ainda que não tenha sido possível rastrear de forma mais precisa as conexões do loteador com o PCC, a presença de um *irmão* trabalhando com ele, e com interesses próprios em torno da disputa, oferece pistas para compreendermos como a disputa travada entre ocupação e loteamento se tornou objeto de um *debate*.

Fábio foi quem nos relatou o episódio. Ele se lembra de que se assustou quando chegou ao local do *debate*: estavam presentes 15 *irmãos* e muitos moradores da ocupação, que foram convocados a comparecer ao encontro<sup>116</sup>. De início o *debate* estabeleceu um momento de avaliação acerca da atuação da associação de moradores no qual os ocupantes foram questionados sobre ela: a postura adotada por lideranças da ocupação também estava sendo avaliada naquele momento, já que, além do conflito com o loteador, a posse privada exercida pelo grupo sobre o solo criado gerou descontentamento entre os ocupantes. Todavia, ninguém

---

um conflito também interno ao Jardim Milão, entre pessoas que acreditavam que os lotes deveriam ser distribuídos entre famílias em busca de moradia e entre aquelas favoráveis à destinação dos ganhos com a venda dos lotes ao coletivo. De uma forma ou de outra, a apropriação daquela porção de terra por alguns indivíduos vistos como lideranças na ocupação causou muito descontentamento.

<sup>116</sup> Uma moradora se recorda do dia em que chegou o comboio de carros convocando os moradores para uma reunião de emergência, um dia que ficou marcado na memória de muitos dos ocupantes.

expressou seu descontentamento naquele espaço, como nos relataram alguns participantes do evento.

Passaram, então, ao objeto principal da contenda: o conflito em torno da terra que divide a ocupação e o loteamento. Para Fábio, tudo estava sendo armado para que ele e Zinho fossem assassinados. A “sorte”, segundo ele, foi que Zinho possuía um segundo celular que funcionava como uma espécie de arquivo onde armazenava mensagens importantes. Ali estavam salvas as conversas com a antiga proprietária, que atestaria a doação feita pela mesma, e com o sócio do loteador, em que ficou demonstrado o interesse do mesmo na compra da área que, naquele momento, ele alegava ter sido invadida. Antes que as coisas pudessem ser esclarecidas, no entanto, um *irmão* passou mal e o *debate* foi adiado.

No dia seguinte, Fábio acionou os seus contatos entre os *irmãos* e fez chegar a sua versão dos fatos a um amigo que então encontrava-se preso - ao que tudo indica, um *irmão* com importante função na facção.

Algumas semanas depois o novo *debate* já estava marcado, e Fábio foi instruído a não comparecer no local: uma carta de seu amigo estava sendo levada para ser lida pelos *irmãos*. Fábio afirma que nunca chegou a ler o conteúdo da carta, mas disse que foi o que o salvou. Por não ter ido ao *debate*, ele não tem (ou não quis nos dar) os detalhes de como as discussões ocorreram. O importante é que ele, Zinho e os outros dois membros da associação envolvidos nas transações com o loteador tiveram suas vidas poupadas. Um deles, à época presidente da associação, foi afastado do cargo (tendo retornado ao posto alguns meses depois). Quanto aos lotes da parte baixa, foi ordenado que fossem incorporados ao Jardim Milão. A partir daquele momento, tornou-se tudo uma mesma ocupação. Quanto à fronteira entre os dois assentamentos, em pouco tempo foi erguido um muro, separando em definitivo a ocupação e o loteamento.

O episódio, marcante na trajetória da ocupação, é uma história sempre rememorada a vozes baixas. Como nem tudo é ou pode nos ser revelado, a reconstituição do evento aqui se baseou no cruzamento de relatos que nos foram dados por diferentes ocupantes ao longo do tempo, sempre de forma fragmentada e um tanto desconstruída. Ainda assim, insistimos em trazê-lo na medida em que nos informa sobre o desenrolar de conflitos e disputas em torno da terra, desde suas menores porções, que podem se tornar questão de vida e morte. Ademais, o episódio também ilustra o modo pelo qual atores históricos do processo de urbanização local, como o loteador, são colocados em relação a novos atores que aparecem agora implicados na produção do espaço, como os indivíduos cujo capital reside em sua vinculação ao PCC. Assim,

o papel de árbitro exercido pelos homens do PCC nesse mercado de terra e moradia que se estrutura nas franjas da zona norte paulistana se torna mais uma vez evidente.

A disputa pela terra nas *zonas cinzentas* da cidade é um processo permanente, permeado de tensões que a qualquer momento podem irromper em violência. Ali, nestes territórios situados, os jogos de poder em torno dos ilegalismos urbanos põem em relação uma constelação de atores e repertórios que estão, a todo instante, negociando as condições de sua própria existência.

### **3.4 Ocupação-mercado versus ocupação-refúgio: (co) existências constitutivas**

A tensão entre o que é nomeado como a *ocupação para morar* e a *ocupação para fazer renda* parece ser transversal, de forma mais ou menos intensa, a grande parte das ocupações formadas na região. No Jardim Milão, ela assume contornos bastante evidentes, que se expressam, entre outros, nos conflitos constantes entre *ocupantes* e *donos de lotes* (como ficará mais evidente na Parte III). Mas se nos discursos dos atores que protagonizam esses processos é possível traçar com clareza as distinções entre os territórios formados por *necessidade* e aqueles que servem à formas de compor ou extrair renda, na realidade cotidiana dos territórios, essas são dimensões que coexistem e se compõem dentro de uma mesma ocupação – não sem fricções e tensões constantes.

#### **3.4.1 O empresário e o traficante**

Desde as nossas primeiras visitas ao Jardim Milão, em meados de 2018, um imóvel em particular nos chamava a atenção, tanto pelas dimensões e qualidade da construção, quanto pelo ritmo acelerado da obra: trata-se de um grande imóvel construído sobre o remembramento de dois lotes, com um ponto comercial na frente e três quitinetes nos fundos, cada uma formada por quarto, sala, banheiro e cozinha americana – e todas elas construídas com a finalidade do aluguel. O (nem tão) pequeno empreendimento é de Éder, gerente regional de uma grande rede de supermercados do país que é conhecido como um dos *empresários*<sup>117</sup> da ocupação. Em “sociedade” com Dudu, então membro da associação de moradores, ele foi o responsável por financiar a construção daquele imóvel destoante dos demais.

---

<sup>117</sup> É comum ouvir menções aos *empresários da ocupação* sendo feitas por membros da associação de moradores e demais ocupantes. Em geral, fazem referência a indivíduos com negócios dos mais variados, desde o dono da vendinha ao gerente regional da rede de supermercados, que têm em comum o fato de fazerem doações à ocupação - de dinheiro e dos mais variados artefatos que são requisitados em datas celebrativas.



Conhecemos Éder por acaso. Era uma quarta-feira à tarde, em agosto de 2019. Estávamos caminhando pelas ruas do Jardim Milão quando nos chamou a atenção um carro de luxo descendo uma de suas ladeiras. O carro estacionou em frente ao empreendimento e, ao confirmarmos que se tratava do sempre citado “gerente do supermercado”, fomos nos apresentar a ele<sup>118</sup>.

Há mais de 20 anos Dudu realiza o trabalho de marcenaria nos imóveis de Éder. Foi a longa relação de trabalho que os aproximou. De pé no meio do salão comercial, onde naquele momento funcionava a marcenaria de seu sócio local, o *empresário* nos explicava, um pouco constrangido, como havia chegado à ocupação.

Seu envolvimento no Jardim Milão se deu pela insistência de Dudu, como faz questão de enfatizar. Afirmou que se soubesse que a ocupação era “tão informal” não teria aceito a empreitada. Também reforçou algumas vezes que aquele era seu único imóvel em “área irregular” e que seu interesse na ocupação era, acima de tudo, apoiar as famílias - vez ou outra Dudu chega com doações de alimentos vindos do supermercado à ocupação, desde iogurte a quilos de peixe fresco.

Para alguns moradores, é essa relação sustentada por Dudu que lhe permite acessar os recursos materiais que são mobilizados por ele em sua atuação na ocupação, e o que lhe garante o papel de liderança local e uma posição na associação de moradores do Jardim Milão. Como buscamos demonstrar, as redes mobilizadas pelas lideranças e os recursos que elas oferecem são um elemento importante para a sustentação de tal posição.

O imóvel construído pela dupla foi o primeiro de alvenaria entre os barracos de madeirite. Éder contratou uma equipe de obra e levantou toda a estrutura de uma vez. Depois de um tempo, decidiu diminuir o ritmo, disse que iria esperar ter mais garantias da permanência do território para investir: seu plano era subir mais dois andares e construir outras seis quitinetes. Em suas contas, calculava já ter investido cerca de 200 mil reais na construção. Além do empreendimento, Éder também adquiriu outros dois lotes no Jardim Milão, que até aquele momento ainda não tinham destinação.

Naquele meados de 2019, o imóvel em construção de Éder era o único que atraía especial atenção, ainda que fosse grande a variedade local no tamanho e qualidade das obras. E continuou assim por um tempo.

---

<sup>118</sup> Nesse dia estava acompanhada por Fernanda Accioly Moreira, então pesquisadora do LabCidade, a quem sou imensamente grata e devedora pelas reflexões partilhadas com tanta generosidade.

A aposta do empresário na ocupação enquanto uma fonte de extração de renda ilustra sua expectativa de valorização do informal, que tem por base a própria história de urbanização da região, constituída por assentamentos irregulares que foram paulatinamente consolidados e, em consequência, valorizados. Ele sabe que se os moradores conseguirem o reconhecimento da ocupação e a garantia de sua permanência pelo poder público, não se garante apenas a moradia de centenas de famílias que dependem daquele território para morar, como também se permite uma valorização econômica imediata dos lotes e imóveis construídos no local. Como ele nos explicou naquele dia, “o único investimento que não desvaloriza é a terra; ao contrário, ela só valoriza”.

Mas não é apenas a valorização da terra o que o *empresário* espera da ocupação. Por meio de sua relação com uma liderança local, ele apresenta o seu investimento no território quase como uma ação filantrópica, sua presença é justificada por ele por meio do apoio que oferece aos ocupantes, estes sim, supostamente ancorados na *necessidade* de moradia. Todavia, é dessa mesma *necessidade* que o *empresário* espera extrair renda, pois ao investir em habitações de aluguel na ocupação, ele tem em mira os indivíduos e famílias que se encontram em situação de insegurança habitacional, para quem o aluguel na ocupação aparece como um arranjo habitacional mais acessível, ainda que precário e inseguro<sup>119</sup>.

Se até meados de 2019, o empreendimento de Éder parecia ser o único destoante dos demais, tanto em suas dimensões quanto por seus objetivos, após um lapso temporal de quase dois anos sem ir à ocupação (em decorrência do isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus), o cenário já não era mais o mesmo. Ao final de 2021, quando finalmente retornamos ao Jardim Milão, eram outras as construções que saltavam aos olhos.

Após um longo período acompanhando as transformações no território apenas por mensagens, fotos e vídeos, várias mudanças chamaram a atenção: estávamos diante de um território que se consolidava, com quase nenhum barraco, poucos lotes vazios, ruas concretadas, além de um movimento maior de pessoas circulando pelas ruas, o que sinalizava para um maior número de pessoas vivendo no local<sup>120</sup>. Dentre os imóveis construídos, muitos já estavam no segundo ou terceiro pavimento. Alguns deles comportam as moradias de diferentes membros de uma mesma família, um andar para cada filho ou irmão, reproduzindo uma prática comum,

---

<sup>119</sup> Basta lembrar aqui da história de Sandrinho, narrada no capítulo dois, que aluga um imóvel na ocupação após passar por duas remoções.

<sup>120</sup> Nas contas “por cima” de um membro da associação de moradores, naquele momento deveria haver cerca de 100 imóveis efetivamente ocupados no Jardim Milão, dos pouco mais de 200 demarcados. Como veremos nos capítulos que compõem a Parte III, a baixa ocupação dos lotes é um ponto de tensão e fricção constante no Jardim Milão.

e histórica, de ceder a laje para um parente construir. Em outros imóveis a moradia foi combinada a um pequeno ponto comercial no térreo, onde funciona um mercadinho, pizzaria, salão ou bar. Àquela altura era muito maior a diversidade dos padrões construtivos dos imóveis, seus usos, bem como os ritmos das obras então em andamento. Ainda assim, eram os pequenos edifícios sendo levantados em diferentes ruas da ocupação o que mais saltou aos olhos.

Segundo nos foi relatado por um membro da associação, os pequenos edifícios (de 3 ou 4 pavimentos) são compostos por quitinetes ou apartamentos de um quarto construídos exclusivamente para aluguel. Os empreendimentos têm um mesmo dono: um *traficante*<sup>121</sup> conhecido de alguns membros da associação que estava comprando lotes como uma forma de investimento e, segundo nosso interlocutor, de “lavagem de dinheiro”. Contamos quatro edifícios em construção na ocupação formada por cerca de 200 lotes, todos indicados como sendo do tal *traficante*.

Em um de seus empreendimentos, ele pagou 100 mil reais para adquirir um lote que possuía uma construção inacabada. A obra foi vendida pelo antigo ocupante depois que a laje começou a ceder. Sem recursos técnicos e financeiros para reparar a estrutura, o antigo dono achou melhor inseri-la nesse mercado de lotes que se ergue em torno das ocupações a fim de recuperar o dinheiro investido. O *traficante* comprou a obra, contratou um engenheiro que indicou as intervenções necessárias para evitar o desabamento da edificação e deu sequência à construção. Naquele momento, sua equipe estava trabalhando na construção de dois apartamentos para aluguel, com planos futuros para subir mais um andar.

Suas obras seguem em ritmo acelerado. A equipe contratada pelo *traficante* se reveza entre os canteiros que se espalham pelo Jardim Milão em função da ordem de chegada do material de construção e, sobretudo, dos interesses do patrão. Em determinada ocasião, foi feita uma força tarefa para finalizar a obra em um dos apartamentos, pois o imóvel seria um presente do *traficante* para um de seus irmãos. Os demais, serão ofertados para aluguel. Contudo, até o momento em que escrevo essas linhas, os apartamentos ainda não foram finalizados e, portanto, ainda não é possível dizer como será feita a gestão desses imóveis e das relações locatícias que serão estabelecidas ali.

A despeito das diferenças entre eles, a presença do *empresário* e do *traficante* acrescenta mais uma dimensão à lógica de produção do espaço urbano investigada nesta tese. Por meio de

---

<sup>121</sup> Essa foi a primeira vez que escutamos o uso do termo *traficante*, em geral, as referências aos operadores dos negócios ilegais é sempre feita por meio do uso de *irmãos*, ou de *os cara*. Mas naquele dia, nossa interlocutora explicou que o homem não pertencia ao PCC e, por isso, não poderia ser chamado de *irmão*. O tal *traficante corria* com o Comando, mas não era um deles. Essa foi a primeira e única vez que vimos essa distinção sendo feita.

suas práticas, revelam alguns dos caminhos pelos quais os excedentes dos mercados legais e ilegais, formais e informais, também ilícitos – que circulam e são operados em escalas que transbordam os limites da ocupação – se inscrevem nesses territórios, materializando-se em seu espaço construído. São recursos econômicos que atuam no sentido de consolidação da ocupação, ao mesmo tempo em que expandem os negócios em torno da terra e da moradia nas fronteiras urbanas da cidade a partir das ocupações. E fazem isso, sobretudo, por meio do investimento voltado à construção de habitações de aluguel, seguindo a tendência já apontada por pesquisadores e pesquisadoras do urbano que indicam uma expansão do aluguel como forma de acesso à moradia, especialmente acionada entre os grupos sociais mais vulnerabilizados<sup>122</sup>.

Sem adentrar nas questões concernentes às condições físicas ofertadas nessas habitações, a locação como meio de acesso à moradia coloca questões relativas às formas de gestão dessas relações e seus rebatimentos sobre as condições do morar<sup>123</sup>. Nesse sentido, a presença de um agente que opera os negócios criminais, onde a violência ou a ameaça de seu uso compõem os modos de regulação das transações, pode representar a conformação de relações locatícias ainda mais precarizadas e inseguras.

Segundo Isadora Guerreiro (2020c), a expansão do acesso à moradia via aluguel contribui para o acirramento do quadro de insegurança habitacional a que estão submetidas milhares de famílias e indivíduos que vivem nas grandes cidades brasileiras. Um quadro que, podemos supor, pode ser ainda mais perverso quando mediado por operadores dos negócios ilícitos que têm na ameaça do uso da força o instrumento de mediação e regulação de seus negócios. Esta é uma questão importante para os estudos urbanos e da habitação, e que ainda precisará ser melhor compreendida em suas variadas manifestações nos diferentes territórios da metrópole paulista.

---

<sup>122</sup> Este é um debate que está na ordem do dia entre pesquisadores e pesquisadoras dedicados ao tema da habitação e do urbano, não apenas no Brasil, mas por toda a América Latina. De modo a avançar e contribuir com o debate, em 2020, o LabCidade organizou o seminário “Moradia de aluguel na América Latina: Estado, finanças e mercados populares”, com o apoio do Centro de Estudios de Conflicto y Cohesión Social (COES, Chile), do Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales UC (Chile) e da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP. Ao longo de quatro dias, o aluguel foi tematizado por pesquisadores e pesquisadoras do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela. Os anais completos do evento constam em Toro *et al.* (2020). Sobre o tema do aluguel nos chamados mercados populares informais, em particular, é possível conferir uma síntese dos debates no trabalho de Isadora Guerreiro (2020b).

<sup>123</sup> Em entrevistas realizadas com famílias e indivíduos que vivem de aluguel em territórios populares após uma remoção realizada pela prefeitura de São Paulo, Isadora Guerreiro (2020a) registrou alguns dos problemas enfrentados, tais como restrições a presenças de crianças e animais, exigências de fianças em formas variadas, dentre outras modalidades de inseguranças inerentes às formas com que esses contratos são estabelecidos (quando estabelecidos) e geridos, com pouca ou nenhuma garantia de vínculos dos locatários com a moradia.

O ponto a se reter aqui: por meio das práticas desses atores, que são operadores de mercados, observamos a instrumentalização da necessidade de moradia que atinge um enorme contingente de pessoas. A necessidade de morar passa a ser explorada como uma frente de expansão de mercado. Um mercado que é operado e disputado por atores diversos, com distintas escalas de atuação e recursos econômicos e de poder: o *empresário* e o *traficante* se somam aos sócios da empresa de ônibus, aos *irmãos*, também às lideranças locais que fazem da ocupação uma fonte de exploração de negócios variados. As ocupações de terra emergem como mais um filão de mercado em torno da terra e da moradia.

### 3.4.2 A família que “precisa”

A presença de atores que exploram economicamente a necessidade de moradia não anula a dimensão *refúgio*<sup>124</sup> da ocupação, vista sob a ótica da trajetória de indivíduos e famílias que chegam a ocupação vindas de arranjos habitacionais ainda mais inseguros e precários, e que não encontram alternativa nas políticas públicas e nos mercados habitacionais já estabelecidos. Sob essa perspectiva, as ocupações figuram compondo os “circuitos de sobrevivência” dos grupos sociais mais vulnerabilizados. É esse o caso da família de Cleonice, para quem a ocupação apareceu como o abrigo de que ela e a família necessitavam.

Conhecemos Cleonice durante o culto realizado em comemoração aos três anos da ocupação, em agosto de 2019, mas já tínhamos ouvido falar sobre ela. Mãe de 11 filhos - à época o mais velho contava 25 anos e o mais novo era uma criança de 2 anos e 7 meses -, Cleonice é apontada no Jardim Milão como sendo pertencente a uma das famílias que realmente *precisam* de moradia, e de todo o tipo de auxílio que puder acessar.

A casa de Cleonice é, como ela define, um *puxadinho*, pois, apesar de as paredes serem de tijolo, não possui fundação ou estrutura. A pequena moradia da família é uma construção feita sobre o chão de terra batida, no fundo do lote. O primeiro cômodo é a cozinha, composta por duas geladeiras, fogão, pia, armários e dois bancos improvisados sobre bujões de gás. Além disso, caixas de ovos e frutas se espalhavam pelos cantos, mercadoria comercializada de carro por seu marido nos bairros do entorno. Foi lá que nos acomodamos no dia combinado para a

---

<sup>124</sup> *Refúgio* é compreendido aqui tomando de empréstimo a noção mobilizada por Michel Agier (2015), que se refere aos espaços de abrigo criados por toda sorte de deslocados da ordem contemporânea e que, em suas práticas em torno do espaço, dão origem a processos de formação urbana. Por certo, o autor está pensando a partir de casos limite dessa experiência, como os campos de refugiados em países da África e os acampamentos de migrantes auto estabelecidos na Europa, por exemplo, ainda assim, a ideia de *refúgio* atrelada ao Jardim Milão, bem como a outras ocupações da região, nos ajuda a compreender a dimensão que este território assume quando visto a partir das trajetórias de alguns de seus ocupantes, que são os deslocados da/pela ordem urbana contemporânea, ou, colocando em outros termos, como os *refugiados urbanos* de nosso tempo (TELLES, 2017), como argumentaremos no próximo capítulo.

entrevista<sup>125</sup>. O próximo cômodo era uma sala, mobiliada com um armário onde ficava a televisão e um grande aparelho de som. Não pude ver o quarto ou o banheiro, mas sei que havia na casa, já que o filho caçula apareceu pelado e molhado, pedindo por uma toalha enquanto fazia graça para a convidada. Entre uma chamada de atenção nos filhos e outra, começamos a entrevista.

Cleonice tem 42 anos (em 2019), nasceu em São Paulo, mas foi para Pernambuco com apenas um ano de vida, quando sua mãe resolveu voltar para sua terra natal após a separação. Viveu lá até os 15 anos, trabalhando duro na roça da família, quando decidiu voltar a São Paulo em busca de uma “vida melhor”. Tinha planos de estudar e encontrar um bom trabalho. Quando de sua vinda, a mãe e os irmãos já estavam de volta à capital e Cleonice se juntou a eles na favela em que viviam na zona leste, localizada próximo à fábrica de produtos alimentícios onde a mãe possuía um emprego que garantia o sustento da família. Era o final dos anos 1970 e os empregos nas fábricas eram fartos e atendiam boa parte dos migrantes que rumavam a São Paulo em busca de trabalho.

Por intermédio de sua mãe, Cleonice veio para trabalhar como babá em casa de família, mas o trabalho durou apenas um ano, quando então se casou com o namorado que a acompanhou na viagem de Pernambuco a São Paulo. Ela tinha 16 anos. Com o casamento, Cleonice deixou o trabalho de babá para cuidar da casa e dos filhos que chegavam. Com o primeiro marido teve três filhos e o casamento durou cerca de 7 anos. Quando se separou, no início dos anos 2000, Cleonice voltou ao mercado de trabalho. Dessa vez, passou a atuar como revendedora de perfumes e cosméticos, um trabalho que é realizado na rua, batendo de casa em casa, e no qual o pagamento está atrelado ao montante de venda realizado por cada revendedora. Assim, para conseguir se manter no trabalho e tirar dele rendimentos suficientes para se manter e sustentar os filhos, ela voltou a morar com sua mãe, que a ajudava com as crianças.

Durante toda sua trajetória em São Paulo, Cleonice sempre viveu em casas de aluguel, seja com a mãe, seja durante seus relacionamentos. Em algum momento antes do segundo casamento, em uma passagem que não ficou muito clara, ela e toda família saíram da zona leste e se mudaram para a zona norte da cidade, em um bairro próximo ao atual Jardim Milão.

Foi no trabalho que ela conheceu seu segundo marido, com quem está casada até hoje. Com ele, teve mais oito filhos. Seu esposo é baiano e quase 20 anos mais velho que ela. À época

---

<sup>125</sup> Com Cleonice fizemos uma das poucas entrevistas gravadas da pesquisa. No geral, as conversas aconteceram durante uma caminhada, um evento, um almoço ou em qualquer outra atividade de que participamos nesse período. O cronograma da pesquisa previa a realização de entrevistas justamente para o período em que entramos em isolamento em decorrência da pandemia, o que nos tirou do território e diminuiu consideravelmente a possibilidade de sua realização.

em que se conheceram, Cleonice trabalhava há 4 anos como revendedora quando ele assumiu o cargo de supervisor. Em pouco tempo foram morar juntos, em mais uma casa de aluguel. Pagavam 380 reais ao mês, um valor que não pesava no orçamento familiar: Cleonice tinha uma renda de cerca de 1.100 reais ao mês, que completava a do marido, que ganhava ainda melhor em seu cargo de supervisor.

Por algum tempo, levaram uma boa vida - “tanto que eu parei de trabalhar para ficar só em casa” - e havia mais filhos chegando. Cleonice saiu, mais uma vez, do mercado de trabalho para se dedicar exclusivamente ao trabalho doméstico e de cuidado. Em algum momento entre as datas de nascimento dos filhos Cleonice e a família passaram a frequentar a Igreja Assembléia de Deus, convidados por uma vizinha. Até então, não eram frequentadores de nenhuma igreja.

Tudo ia bem até que em 2015 a vida da família virou de cabeça para baixo, com o início de uma série de problemas de saúde do marido que desestruturam por completo a vida familiar. Aos 61 anos de idade, seu marido teve um derrame e, em seguida, um infarto. O incidente ocorreu quando ele estava no Paraná a trabalho. Como seu trabalho de supervisor na empresa revendedora de cosméticos e perfumes não lhe garantia vínculo empregatício, assim que ficou impossibilitado de trabalhar foi dispensado. Na época dos incidentes de saúde do marido a família vivia em uma casa de aluguel no valor de mil reais ao mês e os custos da moradia, bem como todos os demais custos envolvidos na reprodução material da família composta por dez membros, eram sustentados exclusivamente pela renda do patriarca. Assim, de um dia para o outro se viram sem nada.

A proprietária do imóvel permitiu que a família permanecesse na residência por um ano sem pagar aluguel, apenas arcando com os custos das demais contas. O filho mais velho do casal conseguiu um trabalho como pequeno aprendiz, com um salário de 500 reais ao mês. Por algum tempo, esta foi a única renda da família. Cleonice nunca conseguiu receber o bolsa-família<sup>126</sup>, pois o marido possui uma empresa aberta em seu nome, resquícios de uma vida passada, quando era “bem sucedido vendendo os perfumes”, ela lamenta. Tal situação a exclui dos critérios exigidos para acessar o benefício federal.

Para viver, a família passou a contar com o apoio de familiares, vizinhos e das redes constituídas em torno da igreja. A situação já estava insustentável quando sua cunhada falou

---

<sup>126</sup> O Bolsa-Família foi um programa de transferência direta de renda com condicionalidades instituído pelo Governo Federal em 2003, na gestão do presidente Lula (2003-2010). O programa chegou a atender mais de 14 milhões de famílias simultaneamente, mas foi extinto em dezembro de 2021 pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

sobre a ocupação e a apresentou aos membros da associação de moradores. Àquela altura, o Jardim Milão contava com alguns poucos meses de existência, as famílias já haviam sido cadastradas e a maioria dos lotes, distribuídos. No entanto, diante da situação da família um lote acabou sendo destinado a ela. Era sua primeira experiência em uma ocupação de terra. Olhando para o filho, lembrava que vinha cumprir as horas diárias exigidas na ocupação grávida do caçula.

Em suas estimativas, quase todos os ocupantes que entraram no começo já venderam seus lotes. A maioria dos atuais proprietários seria composta pelos compradores das terras dos primeiros ocupantes. Abaixando o tom de voz, disse que acha errado “invadir” uma terra que não é sua, “ganhar” um lote e depois vendê-lo. Explicou que sua família estava ali porque não tinha opção. Antes do infarto de seu marido eles já haviam sido convidados para empreitadas desse tipo, mas sempre acharam “errado”. Ela me contava rindo que o que antes era visto como algo “errado” mostrava-se agora sinal da “provisão de Deus”. A todo momento, Cleonice oscilava entre a lamentação pela dificuldade da vida e a gratidão pelo que tinha: “mas não posso reclamar, né? Senão vou tá sendo egoísta”.

A história de Cleonice nos permitiria puxar inúmeros fios que nos informam sobre as mudanças no mundo do trabalho, a importância e os limites dos programas sociais, as questões de gênero, de religiosidade e de tantas outras dimensões da vida urbana que foram se alterando ao longo das décadas - discussões que não teremos condição de realizar aqui. Mas a trajetória de sua família, em meio aos caminhos tortuosos trilhados até a ocupação, permite-nos também observar os diferentes mecanismos por meio dos quais os frágeis arranjos que sustentam a vida podem ser rompidos a qualquer momento, seja pelas intempéries de relações de trabalho sempre frágeis e cambiantes ou pela existência de um vínculo incerto e instável com a moradia, até aos imprevistos de saúde diante da ausência de seguridade e proteção social.

É sob esta conjuntura de vidas que se constituem em meio a insegurança que as ocupações de terra emergem como *refúgio*, na medida em que funcionam como espaço de abrigo e como solução habitacional - ainda que, por vezes, precária e provisória - para uma população que é continuamente expulsa da ordem urbana. É isto o que o Jardim Milão representa para a família de Cleonice. Mas se deslocarmos o ponto de vista para as práticas de apropriação do espaço mobilizadas pelo *empresário* e o *traficante*, a mesma ocupação aparece como uma fronteira de expansão dos negócios da terra e da moradia, que exclui aqueles que não possuem os recursos necessários para adentrar nesse mercado. Um mercado que é operado nas fronteiras borradas do formal e informal, legal e ilegal, e que instrumentaliza a necessidade de moradia de um enorme contingente de pessoas como oportunidade de negócios.



Essas são dimensões que coexistem na ocupação por meio dos atores que a compõem, mas trata-se de uma coexistência que não é estanque ou pacífica, pois está a todo momento sendo tensionada. No mesmo passo que as relações mercantis se expandem sobre as formas de acesso à terra e à moradia na ocupação, se encolhe a possibilidade da mesma funcionar como um espaço de acolhimento para famílias que não possuem os recursos econômicos para adentrar ou se manter nos mercados habitacionais.

Ainda que essas configurações não sejam estanques, posto que imersas em disputas, apontam tendências que indicam a expansão predatória das fronteiras de mercado sobre práticas populares de reprodução da vida, mesmo sobre aquelas mobilizadas pelos grupos sociais mais vulnerabilizados. Nos arranjos construídos em torno de uma única ocupação estabelecida no extremo da cidade, é possível apreender alguns dos modos pelos quais a apropriação e circulação de riqueza se realiza sobre a precariedade expansiva, isto é, sobre a *precarização* (BUTLER, 2016) das condições de vida de uma quantidade crescente de indivíduos. Voltaremos a isso no último capítulo.

\*\*\*

O processo que deu origem ao Jardim Milão nos introduz a outras dimensões da lógica de produção do espaço urbano, tal como ela se realiza na periferia norte paulistana. Sua formação foi retomada aqui a partir da identificação dos atores, suas redes, repertórios e as muitas negociações estabelecidas em torno de sua constituição. A ocupação teve origem na atuação de uma trama de atores composta pelas lideranças da região que encabeçaram o processo, os empresários da empresa de ônibus permissionária da prefeitura, agentes das forças da ordem, o arquiteto, o advogado e os *irmãos*. Também os indivíduos e famílias que chegam ali em busca de *refúgio*, ou de uma oportunidade de negócios – dimensões que, como buscamos demonstrar, são coexistentes, ainda que conflitantes. Todos esses atores encontram-se em relação no território situado da ocupação, disputando e negociando os termos e condições de sua formação, permanência e consolidação.

Cada uma dessas presenças lança uma ordem de questões distinta que nos informa sobre as constantes e variadas negociações e tensões que se estabelecem em torno da apropriação e transformação da terra, em uma região na qual cada pequena porção do solo pode se tornar uma questão de vida e morte. A presença do advogado assinala a dimensão litigiosa da ocupação; a do arquiteto evoca a centralidade da busca pela “assinatura do estado” (DAS, 2004); a dos agentes das forças da ordem introduz o Estado nessa relação e aponta para os jogos com a lei e

com a normativa estatal instaurados por meio de suas práticas; a dos empresários do setor de transporte (e também a do *empresário* e do *traficante*, que chegam depois do período inicial da ocupação) nos dá a dimensão da disputa mercantil em torno da terra e de sua exploração, por onde é possível flagrar a expansão das fronteiras de mercado por meio da expansão das fronteiras urbanas; a dos homens do PCC indica os modos por meio dos quais os circuitos criminais e seus agentes se inscrevem nas tramas urbanas, de modo a incidir, também, sobre a produção e gestão do espaço urbano.

Para nos conduzir nos meandros dessa história, nos apoiamos em Fábio, um personagem urbano central nessa história e para quem a ocupação aparece tanto como um trabalho como uma ação social. Fábio foi formado junto aos projetos sociais que se pulverizaram pelas periferias a partir dos anos 1990 e de “público-alvo”, tornou-se agente ativo nesse circuito. Em sua trajetória de vida, cruzou e combinou o repertório oriundo daí àquele com origem na ação política dos movimentos populares de moradia e também ao do “mundo do crime”.

Por seu envolvimento mais ou menos direto em diferentes territórios (como liderança no Jardim Milão e *apoiador* em outras ocupações), já acumula alguns lotes em ocupações de terra na região, que são vistos por ele como um pagamento por sua dedicação e esforço: “eu batalhei, cortei árvore, fui ameaçado pela polícia, apanhei, fui pras *ideia*... já gastei muitas horas de trabalho com isso” (grifamos). A ocupação figura para ele como um trabalho para o qual se qualifica tanto por saber mobilizar um saber-fazer que tem origem na história de urbanização da região, que acompanha sua própria trajetória de vida, quanto pelas redes que mantém e que são acionadas por ele durante o processo de formação dos territórios nos quais está envolvido. Relações que lhe garantem os recursos materiais e de poder exigidos nas nebulosas negociações que estruturam a produção do espaço urbano nessa porção da cidade.

Nesse campo de forças onde se desenvolvem as disputas em torno da terra, personagens urbanos que historicamente produziram o tecido urbano nas periferias da cidade, como o loteador, são postos em relação com lideranças como Fábio, que mobilizam práticas distintas de produção do espaço. Fazendo a mediação entre eles emergem os homens do PCC e seu repertório, que transpõe para os negócios da terra a função de regulador e mediador das relações que exercem nos demais negócios ilegais e ilícitos. Os homens do PCC aparecem aqui a partir de várias modalidades de incidência: seja na mediação dos conflitos interpessoais ou daqueles que se desenvolvem em torno da terra, tanto internamente à ocupação quanto naqueles que a extrapolam. Mas os homens do PCC também aparecem na linha de frente de alguns desses territórios, atuando ativamente em sua formação.

A partir da trajetória de formação do Jardim Milão buscamos recuperar os jogos de poder que constituem o processo de produção do espaço e os variados atores neles envolvidos, suas práticas e os recursos materiais e de poder mobilizados nos momentos de disputas, que podem se tornar mais ou menos violentas. Essas conexões e fricções que estruturam o processo reverberam sobre o território, tanto em sua forma física quanto nos modos de gestão da ordem local. Voltaremos a isso na Parte III.

No entanto, nem todas as ocupações de terra formadas nas fronteiras urbanas de São Paulo são sustentadas por essa complexa e ampla teia de atores. Como veremos no próximo capítulo, as ocupações formadas por Jonathan iluminam outras dimensões da produção do espaço urbano na região, que se refere a sua dimensão ainda mais precarizada.

## 4 Duas Irmãs

### 4.1 Jonathan, a vida no limiar da precariedade

A atuação de Jonathan na promoção de ocupações de terra nas franjas da zona norte nos traz outros elementos e aponta para algumas dimensões do ciclo de *remoção-ocupação-remoção* que tem transformado as dinâmicas socioterritoriais locais (LACERDA *et al.*, 2019). Seu nome é recorrente nas conversas sobre o tema na região, presente nas mais diferentes histórias e com discrepantes avaliações sobre sua atuação. Jonathan aparece, assim, como mais um personagem urbano envolvido nos processos de produção do espaço urbano, cuja atuação produz ocupações com características distintas do Jardim da Amizade ou do Jardim Milão. E pensá-las em perspectiva pode nos ajudar a identificar as diferenças entre elas, bem como os processos que produzem essas diferenças.

Jonathan é uma figura controversa. Seus relatos transitam entre fatos conhecidos na região e histórias surrealistas. Por vezes fica difícil saber onde termina o relato e começa a fabulação. Com isso, não se quer afirmar que há uma espécie de “verdade” a ser perseguida nos relatos de nossos interlocutores e interlocutoras, mas caracterizar o contexto em que essas informações são produzidas. Afinal, a própria figura nebulosa de Jonathan diz muito sobre as ocupações agenciadas por ele.

Conhecemos Jonathan durante uma ação que removeu três ocupações em um bairro da região<sup>127</sup>. Era meio da tarde, dia 25 de julho de 2018. Boa parte dos barracos já havia sido demolida; a fumaça daqueles que foram incendiados ainda deixava tudo embaçado quando Jonathan se posicionou no meio daquela terra arrasada, anunciando em alto e bom som que conhecia ocupações para onde poderia levar as famílias que não tivessem para onde ir. Fez um longo discurso sobre a necessidade de moradia das pessoas e o descaso do Estado, afirmando que se o governo não fazia sua parte, ele faria. Enquanto proferia o discurso, as pessoas se amontoavam ao redor, algumas batendo palmas, outras parecendo debochar. O fato é que toda a cena chamava muito a atenção. Ao lado dele, sua esposa, Clara, recolhia os nomes dos interessados em ir para uma de suas ocupações.

Durante uma breve conversa em meio à remoção Jonathan nos convidou para conhecer as ocupações organizadas por ele. Combinamos de nos encontrar em um domingo de manhã. O

---

<sup>127</sup> Um relato sobre os dois dias de remoção foi publicado; ver: UNGARETTI; LACERDA; FURTADO, 2018.

ponto de encontro era uma estação de metrô. Jonathan chegou em um carro Gol modelo antigo junto à sua esposa e partimos em direção à ocupação Duas Irmãs<sup>128</sup>.

Jonathan é um homem magro, de fala alta e veloz, às vezes um pouco confuso e sempre muito agitado. Ele ressalta que não era assim há 16 anos, quando “era um desses zumbis”, usuário de crack, que transitava entre pontos da Rodovia Fernão Dias e a chamada “Cracolândia”, no centro. Afirmo ter sido salvo por Deus e por sua esposa, a quem conheceu quando tinha 27 anos e ela, apenas 12. Hoje, é pai de 14 filhos, oito deles com Clara. Na ocasião em que os conhecemos (2018), o mais velho tinha treze anos e a mais jovem onze meses.

Jonathan foi batizado na Igreja Mundial do Poder de Deus, uma igreja de denominação evangélica neopentecostal, mas atualmente não está vinculado a nenhuma igreja, apesar de se manter um homem religioso. Leva um grande crucifixo prateado pendurado no pescoço “para lembrar do sacrifício que Ele fez por nós”. Também não possui filiação partidária, apesar de se considerar “de esquerda”, e afirma organizar a população para que não precise da ajuda de nenhum político, objetivo para o qual afirma dedicar toda sua vida, sem cobrar nada em troca.

Por conta de sua dedicação integral às ocupações, não exerce nenhum trabalho remunerado e afirma sustentar sua família através da “providência”. Mora com a esposa e oito filhos em um barraco construído sobre uma área ocupada a poucos metros de uma estação do metrô. A casa da família está localizada sob uma pequena área pública, onde a família de Clara vive há 20 anos, em meio ao entulho acumulado do trabalho de seu pai, catador de material reciclável. O barraco onde vivem Jonathan e a família é de madeirite e chão batido, e possui três cômodos: uma cozinha, um quarto onde dorme o casal e outro quarto, mobiliado com três camas, onde se dividem os oito filhos. Não vimos banheiro. Do lado de fora, em um cercado de madeira, uma máquina de lavar e um tanque dividem espaço com dois sofás e vários tapetes espalhados pelo chão, lado a lado com sacos de lixo e outros entulhos, compondo a área onde brincam as muitas crianças da casa.

---

<sup>128</sup> Nesse dia estava acompanhada, além de Débora Ungaretti e Martim Ferraz, pela professora Raquel Rolnik (FAUUSP), quem conduziu boa parte do diálogo com Jonathan ao longo da manhã, contribuindo de maneira substancial para as informações aqui apresentadas. Na parte da tarde, continuamos as visitas eu, Débora e Martim.

Figura 18 - Quintal da casa de Jonathan



Fonte: Acervo pessoal de Martim Ferraz (2018).

As condições por demasiado precárias de sua moradia chamam atenção, especialmente tendo em vista os rumores e boatos que circulam em torno de sua figura. É muito comum ouvir relatos de que Jonathan vende terrenos nas ocupações que agencia – fato que já lhe teria levado a um *debate* e a uma *pena* de espancamento. A informação sobre ele ganhar dinheiro com a venda de lotes, no entanto, não condiz com as condições de vida sustentadas por ele, mas pode ser melhor compreendida quando balizada pelo outro tipo de rumor que circunda sua imagem. Relatos de pessoas mais próximas a Jonathan, como as lideranças comunitárias que já atuaram (e por vezes ainda atuam) com ele, dão conta da permanência de seu vício em drogas psicoativas, notadamente o crack. Isto o levaria a períodos de total dependência, em que tentaria vender tudo o que está a seu alcance para a compra da droga – os lotes e barracos nas ocupações seriam apenas mais um recurso. Nestes períodos, que podem variar em duração, Jonathan sai de cena e não é encontrado em nenhum local, muito menos nas ocupações que coordena.

Apesar da grande instabilidade em que vive, Jonathan é um sujeito formado junto aos movimentos de moradia politicamente organizados de São Paulo. Sua trajetória política teve início na área central da cidade, quando integrou um conhecido coletivo que reúne representantes de movimentos de moradia atuantes na ocupação de imóveis abandonados na região. Depois de alguns anos engajado neste coletivo, no entanto, afirma que começou a ter conflitos com lideranças por não concordar com algumas das práticas adotadas por elas. Citou,

dentre outras, a cobrança das famílias de valores que considerava exorbitantes, valores que em seu relato variavam de R\$ 400 a 600 ao mês<sup>129</sup>.

Por essa e outras discordâncias, Jonathan afirma ter saído do movimento há dez anos. Depois, retornou à zona norte, onde passou boa parte de sua vida desde que chegou a São Paulo, vindo do interior do estado ainda criança. Ao lembrar suas atividades nesse período afirma ser o responsável pela formação de nada menos que cinquenta e nove ocupações de terra realizadas em diferentes cidades da Região Metropolitana de São Paulo, como Guarulhos, Arujá, Poá e Itaquaquecetuba, além daquelas na zona norte da capital. Dentre estas, segundo ele, trinta teriam conseguido se estabelecer (a metade). Ao longo deste percurso, acredita que tenha sido responsável por assentar mais de duas mil famílias. “Eu falei na cara do Haddad [prefeito de São Paulo entre 2013 e 2017]: ‘eu assentei mais famílias que você’”. Ao narrar suas histórias transita entre os termos *invasão* e *ocupação*, que não parecem ter distinção para ele<sup>130</sup>.

Como consequência de sua extensa atuação, Jonathan nos conta que responde a mais de quinze processos, criminais e cíveis, que já foi preso por duas vezes e deve milhões de reais em multas ambientais. Isso sem contar os conflitos com os *irmãos*, narrados por moradores da região, sobre os quais ele não gosta de comentar: “você sabe como é na quebrada”. Eis seu jeito de escapar das interrogações sobre o assunto.

Suas histórias também passam por se apresentar como o responsável pela exoneração de determinado subprefeito, por ter reduzido os valores dos aluguéis na região, graças às ocupações promovidas por ele, dentre outras grandes façanhas. É por meio dessa combinação de relatos, excessos e fabulações que Jonathan busca construir e reafirmar sua imagem enquanto liderança na luta por moradia na região. Em suas palavras: “eu sou um ativista, essa é a minha causa”.

Nesse sentido, importa-nos menos confirmar a veracidade das informações e mais atentar para a construção imagética que Jonathan faz de si próprio, criada por meio de números

---

<sup>129</sup> A cobrança de taxas em ocupações organizadas por movimentos populares é uma prática histórica e tem como objetivo garantir a manutenção dos imóveis ocupados, em geral, com problemas graves de infraestrutura devido ao abandono, bem como garantir algumas atividades internas dos movimentos. A partir da queda do Edifício Wilton Paes de Almeida, em maio de 2018, no entanto, essas taxas começaram a ser mobilizadas pelo Estado, pelo Judiciário e pela grande imprensa como um dos elementos de criminalização dos movimentos de moradia. Uma discussão sobre esse tema, e suas controvérsias, pode ser lida em: SANTOS; GUERREIRO, 2020.

<sup>130</sup> A contraposição operada pelos movimentos populares de moradia, ainda em meados dos anos 1980, entre *invasão* e *ocupação*, busca rejeitar a centralidade do estatuto jurídico da propriedade para ressaltar os *usos* dos meios de produção e reprodução da vida que, quando abandonados, perdem sua função social. Portanto, quando os movimentos de moradia dão destino a esses imóveis diz-se que estão ocupando-o, dotando-o novamente de função social (SANTOS, GUERREIRO, 2020, p. 303). Há, assim, um deslocamento do enquadramento da prática de ocupar, de uma prática supostamente criminosa para uma prática política.

grandiosos que conformam a figura de alguém que está ocupando terras para prover moradia a milhares de famílias em situação de insegurança habitacional. Jonathan diz ver nas ocupações uma solução diante da incapacidade das políticas habitacionais existentes de atender às diversas demandas da população. Como ele diz, os financiamentos bancários e suas muitas exigências e burocracias, que envolvem inclusive uma avaliação da vida pregressa do requerente, nunca são aprovados para as famílias mais pobres. O único financiamento a que pobre tem acesso é o de carro, afirma ele de forma enfática.

Sua fala é sustentada por um tom de pregação e traz inúmeras referências religiosas que relacionam sua luta por moradia a uma missão divina, em que o sacrifício configura elemento fundamental. É um sacrifício que, ademais, é feito por ele em nome de todos. Esta capacidade de oferecer recursos simbólicos e comunitários para lidar com a precariedade e vulnerabilidade em que vive grande parcela da população é justamente uma das causas pelas quais o pentecostalismo cresceu no Brasil, como nos explica Ricardo Mariano (2008). Não sem propósito, Jonathan combina o repertório religioso aos aprendizados adquiridos junto aos movimentos de moradia, em uma equação na qual o resultado só pode ser compreendido em sua própria trajetória, atravessada pela instabilidade e precariedade, em que a busca pela igreja ou pelas ocupações de movimentos de moradia compõem os expedientes de sobrevivência mobilizados por ele - e por tantos outros indivíduos e famílias.

De fato, as redes construídas em torno das igrejas evangélicas são a principal fonte de recurso de Jonathan, pois, ao contrário de Armando, Joana e Fábio, ele não sustenta uma extensa e variada rede de relações que possa ser mobilizada e acionada nos agenciamentos em torno das ocupações que promove. É por meio das igrejas por onde circula que ele acessa cestas básicas para si e para as demais famílias das ocupações que agencia e, vez ou outra, um advogado para apoiá-lo tanto nos processos a que responde quanto nas ações de remoção que recaem sobre algumas das ocupações.

Apesar das inconstâncias de sua vida e dos recursos escassos, ao longo de seu percurso na zona norte e arredores Jonathan tenta constituir um dos poucos coletivos atuantes na região que possuem a moradia como pauta central, que se apresenta publicamente como um movimento popular de moradia. Assim, independentemente de quão controversa seja sua atuação e a do autointitulado movimento encabeçado por ele, a mobilização e reprodução do repertório dos movimentos populares feita por meio de suas práticas ilustra e reproduz a disseminação deste repertório pela cidade, em configurações por demasiado distantes daquelas que lhes deram origem. Sob esta perspectiva, podemos observar uma autonomização do



repertório dos movimentos populares de moradia, que circulam sem o embasamento político que os dota de sentido, combinando-se a outras práticas e repertórios, e transformando-se.

Jonathan é respeitado por alguns por sua atuação, visto como alguém que se coloca à frente nos momentos de conflito violento. É também por isso que, apesar de toda a instabilidade de sua vida pessoal, ele continua sendo convidado por outras lideranças da região para participar de ocupações, como alguém que “dá a cara a tapa”, como ele mesmo faz questão de enfatizar. Por outros é visto como alguém irresponsável, que não investiga a situação dos terrenos que ocupa e expõe as famílias a processos violentos de reintegração de posse. É justamente nessa forma de atuação contraditória que podemos compreender suas práticas: Jonathan é um personagem urbano que faz da precariedade a que ele próprio está submetido um elemento de gestão de populações por meio das ocupações de terra.

Em seu horizonte não está a permanência e consolidação dos territórios, mas a sua multiplicação, para que sempre tenha para onde levar as famílias em caso de remoção, fazendo a gestão de uma população que vive em situação de transitoriedade permanente (ROLNIK, 2015). Dessa maneira, sua posição de liderança está atrelada a uma população e não necessariamente a um território em particular. Trata-se de uma posição que é sustentada, sobretudo, pelos recursos simbólicos que a religião oferece e que são mobilizados por ele para dar sentido a suas práticas e a sua posição diante dessa população. Estes recursos são combinados a um saber-fazer em torno da formação da ocupação que foi constituído por meio de sua experiência junto ao movimento social do centro da cidade, e adaptado a sua própria trajetória de vida.

Apesar da figura por demasiado contraditória — muitas pessoas o conhecem como “o maluco da norte”, como ele mesmo nos conta —, cujos relatos transitam entre histórias surrealistas e menções a fatos históricos tornados suas próprias façanhas, Jonathan está produzindo cidade, uma cidade que é constituída por meio de um ciclo permanente de *remoção-ocupação-remoção* que atravessa trajetórias de vida e territórios, na qual a vida é reproduzida em meio a profundas precariedades urbanas, econômicas e sociais, das quais sua própria prática e posição dependem, e nas quais, também ele, está submetido.

#### **4.2 Duas Irmãs, a gestão da emergência**

No início de 2018, vizinha ao Jardim Milão, mas do outro lado do Rodoanel, nascia a ocupação Duas Irmãs. Duas pequenas áreas remanescentes das desapropriações realizadas para as obras, separadas por uma rua, foram ocupadas por famílias organizadas por Jonathan, essa conhecida e controversa liderança local. Na primeira vez em que estivemos no local, em agosto

de 2018, ela contava poucos meses de existência, abrigando cerca de 50 famílias em barracos construídos de forma desordenada, divididos sobre as duas porções de terra.

As ocupações localizam-se sobre áreas remanescentes das obras do Rodoanel, fruto dos deslocamentos impostos à centenas de famílias que viviam em um bairro com origem em um loteamento promovido por João Alberto, em meados dos anos 1990. Por se tratar de um loteamento irregular, as pessoas não possuíam os documentos necessários para a comprovação da titularidade sobre a área. Sendo assim, foram inseridas no Programa de Compensação Social e Reassentamento Involuntário, criado pelo governo do Estado no âmbito da implantação do anel rodoviário. Este programa oferecia duas alternativas às famílias: receber uma indenização relativa às benfeitorias do imóvel sem considerar o valor do terreno ou obter uma unidade habitacional em empreendimentos da CDHU, totalmente quitada (UNGARETTI, 2021). De uma forma ou de outra, as famílias foram removidas do local para a intervenção pública.

Figura 19 - Entrada da ocupação improvisada no muro construído pelo Rodoanel



Fonte: Acervo pessoal de Martim Ferraz (ago. 2018).

Com a paralisação das obras, em 2018, as pequenas porções de terra que não foram utilizadas pela DERSA foram ocupadas, dando origem a Duas Irmãs. Com as obras interrompidas, a ocupação conseguiu se estabelecer sem a necessidade de maiores acordos com funcionários do Rodoanel, tal como ocorreu nos casos anteriores. No início, seguranças da obra circulavam pelo local (antes de o contrato com a empresa contratada pela DERSA também ser

rompido, no final de 2018), mas nunca chegaram a fazer ameaças ou cobranças aos ocupantes. A própria estrutura implantada pelo Estado foi mobilizada pela ocupação, que utilizou blocos de concreto, canaletas, entre outros elementos para sustentar algumas das construções da própria ocupação.

Ao contrário das ocupações anteriores, a Duas Irmãs é fruto das práticas e conexões (precárias e instáveis) mobilizadas por Jonathan, que realiza ocupações de terra de forma mais espontânea, distante dos protocolos e das formas de fazer acionadas por Armando, Joana e Fábio. Nesse sentido, não fica claro como ele identifica e seleciona os terrenos, por exemplo, ainda que afirme não ocupar áreas de proteção ambiental e denuncie a presença de “coronéis” que se apossaram de grandes porções de terra pela região, o que, segundo ele, configuraria mais um impeditivo à realização de ocupações destinadas a famílias empobrecidas<sup>131</sup>.

Mas se suas práticas não correspondem com aquelas mobilizadas pelos demais personagens urbanos apresentados aqui, isso não significa que não haja procedimentos e protocolos seguidos pela ação de Jonathan – ou, ao menos, uma tentativa de fazê-lo. A estratégia central mobilizada por ele, como visto, consiste em realizar e manter várias ocupações ao mesmo tempo, de modo que as famílias sempre tenham para onde ir em caso de remoção: “Se a gente perde uma área, quem não tem para onde ir a gente traz para outra ocupação”, nos explicou. Mas ele reforça que não entra em áreas de proteção ambiental, não permite a derrubada de árvores e só ocupa terrenos ociosos. Em suas palavras, “o direito à moradia termina onde começa outro direito”.

De acordo com Jonathan, a entrada na terra é feita na madrugada de sexta-feira e os ocupantes devem permanecer no local até domingo. No início, pode-se construir os barracos com lona, com exceção da sede, que é levantada com madeirite: “em 20 minutos quero tomar café”. Afirmo que na segunda-feira pela manhã ele próprio liga para os órgãos públicos para informar sobre a ocupação e reafirma inúmeras vezes que é o primeiro a dar “a cara a tapa” quando a polícia chega. Nos primeiros seis meses não é permitido usar roupas curtas, consumir bebidas alcoólicas ou usar drogas. Depois desse período inicial as roupas são liberadas, bebidas são autorizadas, mas somente dentro das casas, e o uso de drogas continua a ser proibido nas ocupações que organiza.

---

<sup>131</sup> Escutamos diversas vezes relatos de que muitos terrenos na região são “tomados” por agentes das polícias ou das forças armadas. Nessa porção da zona norte há uma histórica presença de equipamentos institucionais das forças do Estado que culminaram em uma maior presença desses agentes morando na região. Dessa forma, há um entendimento entre aqueles envolvidos no agenciamento de ocupações de que é preciso garantir que a terra a ser ocupada não seja de posse ou propriedade destes funcionários do Estado dado que, segundo relatos, eles se valem de toda sorte de violência para mantê-la.

Também não é permitida a comercialização de lotes e barracos, e um *livro de pontos* controla a participação dos ocupantes nas reuniões e atividades realizadas – a perda de uma quantidade significativa de pontos (que não sabemos precisar) pode levar à expulsão do indivíduo da ocupação. Jonathan nos relatou um caso em que, diante da ausência de um ocupante por um período de tempo que considerava inaceitável, ele mesmo estourou o cadeado do barraco e destinou-o a outra família.

Apesar de narrar todo um protocolo de ação que orientaria a ocupação, notadamente inspirado nos modos de ação dos movimentos populares politicamente organizados, seu discurso é contraposto por um forte personalismo nas decisões tomadas, como no caso da expulsão do morador, dentre outras tantas ações que são narradas por ele e pelos demais moradores. Ele decide quem tem acesso ao lote e quem perde o direito sobre ele, também é sua a decisão sobre a terra a ser ocupada, quando, dentre outras deliberações relativas à ocupação.

Tudo isso faz com que o cotidiano dos assentamentos promovidos por Jonathan seja atravessado por muitas instabilidades, o que faz com que esse protocolo nem sempre (ou quase nunca) seja seguido. Por sua própria inconstância, que o leva a passar períodos totalmente afastado dos territórios, as ocupações passam a se organizar de forma mais autônoma, com os moradores decidindo entre si, situacionalmente, tudo aquilo a que se refere a ocupação em sua dimensão coletiva. Com isso, há uma fragmentação da organização local, que se expressa, também, em uma fragmentação do território, na medida em que estratégias individualizadas, ou de pequenos grupos, vão dando os contornos ao território diante da ausência de um espaço coletivo de decisão.

Mas se há muitos elementos que diferenciam a Duas Irmãs do Jardim da Amizade e do Jardim Milão, há uma dimensão fundamental que é compartilhada por todas elas: a incontornável negociação das condições de sua existência, sobretudo, de seus limites e fronteiras. É a terra que está em disputa, nos mais variados arranjos e acordos – ainda que, de maneira geral, as porções de terra na qual instale suas ocupações sejam aquelas menos “visadas” pelos demais atores disputando o espaço na região: pequenas e recortadas sobras de terra de uma obra pública (como no caso da Duas Irmãs) ou de conjuntos habitacionais públicos (como no caso de ocupações realizadas por ele durante a pandemia), em barrancos, com risco de desmoronamento, enfim, tudo aquilo que torna mais difícil, custosa e também arriscada a ocupação, e que, portanto, acaba deixando essas pequenas porções de terra distante dos interesses dos demais atores envolvidos nos mercados de terra e moradia na região, dos mais aos menos formalizados. É nessa brecha que Jonathan se instala.

Na madrugada em que as famílias organizadas por Jonathan entravam na terra que deu origem a Duas Irmãs, moradores do bairro notaram a movimentação e imediatamente foram reivindicar uma parte dos lotes para ser distribuída entre os locais. Pedro foi um deles, o conhecemos em uma ocasião em que estivemos na ocupação sem a presença de Jonathan. Ele recorda que estava bebendo com amigos em um bar local quando notou a movimentação e se juntou aos demais moradores que foram reivindicar a divisão da área. No geral, este grupo era constituído por jovens morando na casa da família, ou vivendo no aluguel. Ou seja, eram pessoas que, àquela altura, viviam em arranjos habitacionais provisórios ou instáveis, e para quem a ocupação apareceu como uma alternativa habitacional, ainda que incerta. Sem poder fazer frente ao grupo, Jonathan cedeu e, naquela mesma madrugada, os moradores se juntaram à ocupação.

Dessa forma, além da divisão física da ocupação, separada em duas porções por uma rua, ela também se divide internamente. Ao grupo oriundo do bairro, os acordos e pactuações da parte daqueles organizados por Jonathan nunca foram impostos, contudo, conforme sua presença foi se tornando menos frequente, também essa separação foi sendo, pouco a pouco, superada por formas de auto organização mais situacionais, em que pertencer ou não ao movimento não faz muita diferença.

De início, a Duas Irmãs (ou parte dela) seguiu o protocolo de atuação de Jonathan. As famílias selecionadas eram oriundas dos contatos mantidos por ele em suas muitas andanças pela cidade, desde os casos de remoção que acompanha, quando oferece suas ocupações às pessoas sendo despejadas – como fazia no dia em que o conhecemos – às visitas realizadas por ele nas regiões centrais da cidade, quando, de tempos em tempos, sai de carro oferecendo um local para morar à famílias vivendo nas ruas, nestes casos, afirma dar prioridade aquelas com crianças. Quando o número de pessoas interessadas extrapola os limites de suas ocupações, elas entram em uma lista de espera, mantida e gerida por Clara, sua esposa.

A entrada no terreno foi feita na madrugada de sexta-feira. Na segunda-feira pela manhã, tendo vencido o primeiro “prazo” em que a remoção fica condicionada a uma decisão judicial, Jonathan indicou algumas pessoas de suas redes pessoais para comporem a coordenação local. Em teoria, elas passariam a responder por ele no trabalho de gestão cotidiana do território. De maneira geral, os coordenadores do movimento fundado por Jonathan são pessoas que já passaram por mais de uma ocupação com ele, o que significa dizer que já passaram também por processos de remoção. Tal como as famílias que buscam um lugar nas ocupações, os coordenadores vivem em situação de transitoriedade permanente. Este perfil difere muito do dos coordenadores ou membros das associações de moradores das demais

ocupações que, via de regra, são pessoas “com alguma condição”, como caracterizou um interlocutor, isto é, pessoas que já possuem uma casa própria e, portanto, não dependem da ocupação para morar.

Como nas demais ocupações, os primeiros dias são destinados à limpeza do terreno e à demarcação de lotes. Todavia, no caso de Duas Irmãs não há uma demarcação clara de lotes e ruas, ainda que Jonathan seja enfático ao afirmar que em suas ocupações se abrem lotes em “tamanho social”, visando à regularização fundiária. Além disso, embora tenha afirmado que a sede local seja a primeira das construções de cada ocupação, ela não existe, ou não existe mais, na Duas Irmãs.

Se os ocupantes trabalharam juntos na limpeza e demarcação dos lotes, uma vez concluída sua distribuição, cada pessoa ou núcleo familiar passou a trabalhar em sua própria construção. As reuniões se tornaram cada vez mais raras, assim como o pagamento de uma taxa mensal acordada entre os ocupantes no valor de 70 reais que, a princípio, custearia os investimentos na terra. Segundo Jonathan e alguns moradores, esta contribuição nunca chegou a ser paga.

A fragmentação do coletivo formado no ato de ocupação se reflete na instalação das redes de infraestrutura. Os arranjos e acordos construídos para viabilizar as ligações irregulares de água e luz foram feitos de forma fragmentada. Enquanto algumas pessoas se agruparam na busca por soluções ou por melhores condições de barganha na contratação do serviço, outras lançaram mão de estratégias individuais. De uma forma ou de outra, o caminho foi mais ou menos o mesmo: ou a negociação com funcionários das empresas públicas ou de terceirizadas contratadas que oferecem o serviço “fora do expediente” ou pelo acionamento de redes comunitárias que podem garantir o serviço de forma mais acessível<sup>132</sup>.

Em resumo, se a entrada na terra foi realizada de forma coletiva, sua transformação em um espaço de moradia se deu de maneira fragmentada e individualizada. Isto reverbera em sua forma urbana, marcada por múltiplas e profundas precariedades, e em sua gestão cotidiana mais descentralizada. Assim, os arranjos que deram origem a Duas Irmãs ecoam na conformação de um assentamento formado por um amontoado de barracos, dispostos de forma desordenada sobre o terreno, com ligações precárias e fragmentadas de energia elétrica e água.

A maior precariedade e instabilidade da Duas Irmãs é, ademais, um dos elementos que a diferencia das demais ocupações da região, formadas a partir de outros atores e conexões. Na

---

<sup>132</sup> No capítulo seis fazemos uma discussão mais detida acerca dos expedientes que constituem o mercado paralelo em torno da autoprovisão de infraestrutura urbana nas ocupações.

Duas Irmãs não é possível notar um projeto coletivo sendo perseguido, mas uma busca por soluções habitacionais de escopo privado e emergencial: não há um horizonte partilhado de expectativas sequer em relação à permanência da ocupação. Ao mesmo tempo, precisamente por não contar com um projeto coletivo de ocupação da área, o que *a priori* demandaria maiores recursos financeiros e investimentos de tempo e de trabalho, a ocupação se torna mais acessível para pessoas que não conseguem acessar ou se manter em ocupações como o Jardim da Amizade ou o Jardim Milão, com seus altos custos e frequentes demandas aos ocupantes.

Dessa forma, é a precariedade extrema das ocupações formadas por Jonathan o que permite que sejam mais acessíveis àqueles e àquelas que se vêem em constante deslocamento forçado – pelos preços da moradia nos mercados formais e informais, pelas políticas e programas habitacionais proibitivos, pelas remoções e despejos sistemáticos. São os refugiados urbanos que encontram abrigo nas ocupações de Jonathan (TELLES, 2017).

#### **4.3 Refugiados urbanos, sobre “vidas aprisionadas no presente imediato”<sup>133</sup>**

David é um dos moradores da Duas Irmãs. É um jovem de 22 anos (em 2019), nascido em São Paulo, autodeclarado negro, que vive na ocupação “de favor”, na casa de uma das coordenadoras locais. A mulher divide a moradia com a família e David. No total são 8 pessoas que compartilham os dois pequenos barracos construídos sobre o lote, em que um funciona como uma espécie de quarto compartilhado, onde todos dormem, e o outro como sala e cozinha. O banheiro fica do lado de fora.

A trajetória de David é marcada por uma série de situações que lhe impuseram o deslocamento forçado, em episódios que irromperam o seu cotidiano e desestruturaram as redes e arranjos que sustentavam sua vida. No dia em que compartilhou um pouco de sua história conosco, ele se deu conta de que tinha vivido por toda a sua jovem vida em “invasões”. As instabilidades começaram com a morte de sua mãe quando ele tinha apenas cinco anos. Sem nunca saber do pai, acabou indo viver com um tio materno em um conjunto habitacional em um bairro da zona norte. Pouco se lembra do período. Após alguns anos, o tio decidiu vender o apartamento para comprar um lote em uma ocupação que então se formava na região, localizada em um bairro próximo daquele onde viviam. Mas o novo arranjo não durou muito tempo.

Não sabemos por quanto tempo eles viveram na ocupação, mas David conta que uma remoção por obra pública os expulsou do local quando ele ainda era adolescente. No processo,

---

<sup>133</sup> TELLES, 2017, p. 152.

o tio foi cadastrado pela prefeitura e teve direito ao auxílio-aluguel<sup>134</sup>. Com o dinheiro do auxílio, comprou materiais de construção e tentou novamente a sorte em uma outra ocupação, onde vive ainda hoje. Esta ocupação, contudo, também está sob ameaça de uma ação de reintegração de posse<sup>135</sup>. Todavia, morar com o tio não era um plano permanente de David que, até aquele momento, já tinha entendido que a ocupação de terra podia ser uma alternativa habitacional para aqueles e aquelas que não encontram outras soluções por meio das políticas públicas ou dos mercados habitacionais. Em pouco tempo, ele se engajaria em uma ocupação por conta própria.

David começou a trabalhar logo cedo. Deixou a escola assim que concluiu o ensino fundamental para ajudar o tio no trabalho de coleta de material reciclável. Para tanto, circulava quase todos os dias pelas ruas de vários bairros da cidade em busca de material que pudesse ser vendido. Graças a seus trânsitos constantes por conta do trabalho, David ficou sabendo de uma nova ocupação que se iniciava em meados de 2015 e rapidamente se juntou ao grupo. Era uma das empreitadas de Jonathan - uma ocupação realizada em um terreno público de propriedade da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Assim que garantiu um lote para si na nova ocupação, David deixou a casa do tio e passou a investir na futura moradia o pouco dinheiro que conseguia com a reciclagem. Deise era sua vizinha de lote. Foi nessa ocupação onde ele conheceu a coordenadora da Duas Irmãs com quem vive atualmente.

Dois anos após o início da ocupação, a CDHU obteve uma liminar na Justiça para a remoção das famílias, com a justificativa de que a área já estaria destinada à produção de habitação pública de interesse social. Uma destinação que até hoje não se concretizou, mas que funcionou como a justificativa mobilizada para retirar as famílias vivendo no local. Mais uma vez, em sua curta trajetória de vida, David foi obrigado a se deslocar para encontrar outra solução habitacional.

---

<sup>134</sup> O auxílio-aluguel é um recurso pago pela prefeitura de São Paulo, no valor de 400 reais mensais, para indivíduos e famílias que são removidos em caso de obras públicas, urbanização de favelas, ocupação em área de risco e para atendimento emergencial em caso de desastres. A justificativa da remoção impacta no formato do atendimento, se provisório (por até um ano, renovável por mais um, nos casos de área de risco, por exemplo) ou até o atendimento definitivo (nos casos de obras públicas). Para mais informações sobre o auxílio, ver: GUERREIRO, 2019.

<sup>135</sup> De acordo com Guerreiro (2020b), o poder público não possui qualquer controle sobre a habitação final que é acessada pelos beneficiários do programa. Com o valor de 400 reais mensais pago pela prefeitura, muito abaixo dos valores de aluguel cobrados mesmo nas periferias mais distantes da cidade, grande parte dos beneficiários acabam em moradias tão ou mais precárias do que aquelas das quais foram removidos, alugando barracos em ocupações, áreas de risco e submetendo-se a relações locatícias coercitivas, para citar apenas algumas situações indicadas pela autora. Dessa maneira, Guerreiro (Ibid.) argumenta que a política pública na qual se insere o auxílio-aluguel cria um quadro de insegurança habitacional que reproduz a situação de transitoriedade permanente à qual estão submetidos tantos territórios e populações.



Como visto anteriormente, Jonathan sempre manteve um grande número de ocupações para que sempre tivesse para onde levar as famílias em casos como este. Assim, quando desta remoção, a Duas Irmãs já existia há poucos meses e, por ser coordenadora do movimento de Jonathan, Deise teve direito a um lote no local. Quando David chegou, no entanto, os lotes já não estavam mais disponíveis e a coordenadora decidiu acolhê-lo em sua moradia até que uma nova ocupação fosse realizada e David pudesse ter acesso a um novo lote. A Duas Irmãs apareceu, assim, como mais uma parada na tortuosa trajetória de David em busca de moradia, um dos “pontos de passagem de vidas instáveis”, de que nos fala Telles (2017, p. 148).

São experiências de vida como a de David, em condições marcadas pela insegurança, instabilidade e transitoriedade dos arranjos que se alteram a cada circunstância, que podem ser compreendidas a partir da noção de “refugiados urbanos” trabalhada por Telles (2017)<sup>136</sup>. Os refugiados urbanos são a expressão dos modos de operar de um neoliberalismo predatório, que se apoia em processos variados e generalizados de despossessão, os quais resultam na produção de uma população sem lugar, sem trabalho, descartável, aprisionável e, no limite, matável.

Os refugiados urbanos são corpos racializados e generificados. Jovens e mulheres negras, migrantes transnacionais negros e latinos, egressos do sistema prisional e encarcerados, população em situação de rua, trabalhadores e trabalhadoras que ocupam os postos mais precários de trabalho, desempregados. Não estamos falando aqui de identidades que se estabilizam, mas de posições que se alternam, combinam-se conforme se alteram as circunstâncias de uma vida pautada no presente imediato. Segundo a autora (2017), é por essa perspectiva que vemos migrantes transnacionais que são também ambulantes; egressos do sistema prisional que são ocupantes; ocupantes que são encarcerados; um desempregado que consegue um trabalho precário; ou mais um trabalhador ou trabalhadora precarizada que se torna desempregada. São configurações distintas, sempre transitórias, que têm em comum a vida “aprisionada no presente imediato” (TELLES, 2017, p. 152).

Mas esses sem-lugar na ordem urbana não pairam no vazio. Eles criam seu próprio lugar e constroem as possibilidades de vida presente. Sem horizontes futuros, é preciso garantir o hoje. São as urgências da vida que ditam o ritmo cotidiano. Em suas práticas de sobrevivência, estão produzindo cidade, seja nas ocupações descritas aqui, seja em moradias improvisadas nas

---

<sup>136</sup> A noção trabalhada pela autora foi formulada no âmbito da experiência da ocupação Alcântara Machado, um espaço localizado na zona leste da capital paulista e organizado pela população em situação de rua, com o apoio do CATSO – Coletivo Autônomo de Transgressões Sociais. Segundo Telles (2017), é assim que se autodenomina a população que vive e circula por esse espaço, de modo a aproximar as experiências urbanas das populações em situação de rua com os demais deslocados e refugiados nas cidades contemporâneas. São os “refugiados urbanos” de nosso tempo: a “força do termo está justamente no seu formidável poder de interpelação, algo como uma condensação dessas várias figuras de deslocados que passam e se instalam nas cidades.” (TELLES, 2017, p. 193).

ruas, debaixo de viadutos, na beira do córrego ou do barranco. Produzem materialidade urbana, ainda que esta seja suscetível de ser destruída a qualquer momento, quando então vão reconstruí-la novamente, ali ou em outro lugar.

É sob esse prisma que a vida de David pode ser compreendida, mas também a de Dona Ana. Ela chegou à ocupação Duas Irmãs quando os lotes já haviam sido distribuídos e, por isso, precisou passar dois meses na lista de espera. Trabalhando como diarista, contou que estava cada vez mais difícil conseguir serviços com alguma regularidade, o que significava que não conseguia mais pagar o aluguel. Assim que surgiu uma vaga, Dona Ana deixou a casa em que vivia e construiu um barraco na ocupação, onde vive sozinha. Já Dona Helena chegou à ocupação acompanhada por duas netas. Ela foi despejada de sua antiga moradia depois que a filha foi presa por envolvimento com o tráfico de drogas. Sem o apoio financeiro da filha e sem ter com quem deixar as netas para ir em busca de trabalho, Dona Helena e as netas acabaram na rua, antes de chegar à Duas Irmãs.

Quando a conhecemos, Paula estava na lista de espera há um mês. Ela e seu marido estavam desempregados, morando “de favor” na garagem de sua sogra, sem acesso ao banheiro ou à cozinha. Ela nos contou que ficou sabendo da “invasão” por vizinhos e foi em busca de uma casa para ela, o marido e suas três filhas. Continuava em busca de um emprego na área de vendas, enquanto seu marido tentava sustentar a família com os bicos que apareciam na construção civil.

David, Dona Ana, Dona Helena, Paula. Em suas trajetórias de vida e percursos pela cidade estão contidos os modos operatórios de processos extensivos de despossessão, nas distintas configurações que assumem: está na ausência do emprego, no desmantelamento das redes de assistência e seguridade social, de políticas e programas públicos, também nos efeitos capilarizados do encarceramento em massa - isso para citar apenas alguns. Mas também estão cifradas aí as estratégias de sobrevivência produzidas por esses indivíduos, nas alianças construídas, nas redes sociais criadas e mantidas que sustentam, ainda que de maneira instável e precária, as condições de reprodução material e social da vida. Compõem, assim, a população de refugiados urbanos que precisa negociar e reinventar, todos os dias, as condições de sua existência e que têm na ocupação de terra um dos pontos de parada-passagem (TELLES, 2017) até a próxima turbulência.

Por certo, não são apenas nas ocupações de Jonathan que os “refugiados urbanos” encontram um ponto de ancoramento. Eles também compõem as fileiras de ocupantes do Jardim da Amizade, do Jardim Milão e das demais ocupações em processo de estabelecimento nas franjas da cidade. No entanto, como buscamos demonstrar, ainda que todos esses territórios

sejam atravessados pela insegurança e por condições urbanas e de moradia precárias, há distinções significativas entre elas, em particular nas condições de acesso e permanência, que podem fazer a diferença para aqueles e aquelas que vivem no limiar da precariedade.

#### **4.4 Retomando fios: a produção do urbano a partir das ocupações de terra**

Jardim da Amizade, Jardim Milão e Duas Irmãs. As três ocupações apresentadas aqui guardam importantes diferenças entre si: dos agenciamentos que lhes deram origem e os atores sociais nelas implicados à forma urbana resultante e seus modos de gestão da ordem local. Contudo, em perspectiva, revelam a transmissão de um saber-fazer em torno da produção do espaço que ecoa a história da produção dos territórios destinados às classes trabalhadoras e demais grupos sociais vulnerabilizados. São territórios autoconstruídos, resultados de negociações constantes e variadas, por vezes violentas, travadas nas áreas de expansão urbana, territórios fronteiros, onde a permanência ou a expulsão são constantemente negociadas e disputadas. Trata-se de um conhecimento difuso, um saber passado de geração em geração que se materializa no território e dá sentido à ele.

No entanto, no momento em que é reproduzido, esse saber-fazer - constituído por práticas, saberes, procedimentos e protocolos - se transforma frente às mudanças nas conjunturas sociais, econômicas e políticas e também às microconfigurações locais que marcam com contornos particulares os diferentes territórios da cidade. Quer dizer, esse saber-fazer em torno da produção do espaço envolve, necessariamente, um saber se movimentar e se adaptar aos variados atores que disputam o espaço, suas redes de relações e recursos de poder, que variam em cada contexto. Decorre daí que não é possível caracterizar ou enquadrar os elementos que o constituem de forma precisa e estanque, mas, ao contrário, é preciso apreender a trama de atores e relações que se estruturam em torno da apropriação e da transformação da terra a cada nova configuração, e que nos informam sobre os jogos de poder que se desenvolvem nessas fronteiras de expansão urbana.

Nesse sentido, nas práticas mobilizadas por vezes é possível vislumbrar e reconhecer elementos que se assemelham aos oriundos dos movimentos populares de moradia ou até dos loteamentos populares, tal como foram descritos e consolidados na bibliografia sobre o tema. Afinal, são lógicas de produção do espaço que deram, e dão, origem a muitos dos territórios autoconstruídos que conformam o tecido urbano paulistano, e, portanto, ressoam e conformam esse saber-fazer mobilizado e reproduzido nas bordas da zona norte paulistana hoje.

É toda uma lógica de produção do espaço que foi sendo construída ao longo das décadas e materializada nos territórios, fruto da acumulação histórica, social e política em torno dos

processos de produção do espaço urbano destinado aos grupos sociais vulnerabilizados. Isso significa dizer que não há rompimentos e rupturas, mas processos cumulativos que reagem e se transformam frente às mudanças nas dinâmicas sociais e políticas mais amplas que se seguem. É isso o que pudemos apreender nos processos descritos aqui em perspectiva com aqueles que deram origem a territórios como o Filhos da Terra, o Jardim Felicidade e o Vila Nova, descritos no primeiro capítulo. Há elementos de continuidade, práticas e procedimentos que circulam conforme o trânsito das pessoas pela cidade. Mas no momento em que são mobilizados em meio a outros jogos de poder e campos de força, transformam-se.

Nesse sentido, práticas e discursos oriundos dos movimentos populares de moradia podem ser acionados de forma estratégica pelos atores à frente das ocupações descritas, pois se trata de uma dimensão do processo de produção do espaço que está relacionada à construção de legitimidade desses territórios diante do poder público e da sociedade civil de forma ampla<sup>137</sup>. É dizer: a busca por reivindicar a legitimidade da ocupação como prática política (SANTOS; GUERREIRO, 2020) faz com que o repertório dos movimentos de moradia seja mobilizado e instrumentalizado nesses territórios de forma situacional e estratégica, a depender do interlocutor.

Nessa estratégia há uma reafirmação da legitimidade das ocupações de moradia promovidas por movimentos populares, ao mesmo tempo em que há um deslocamento dessa legitimidade para práticas que não correspondem às formas de ação destes movimentos. Isso se dá na medida em que os territórios que são produzidos nas franjas da zona norte revelam outros tempos urbanos e práticas de produção do espaço urbano que nada (ou pouco) se assemelham com aquelas dos movimentos. E a diferença fundamental entre essas duas lógicas reside em sua dimensão política, pois no caso dos movimentos de moradia ela está centrada na luta por direitos, de modo que há um compartilhamento de um projeto político entre os atores envolvidos que dá sentido a suas ações (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012). Nas ocupações apresentadas aqui, são outros os jogos de interesse que as conformam.

Nas microcenas narradas nestes capítulos importava observar as constantes disputas e negociações que conformam a entrada e permanência na terra, um processo que é protagonizado por atores sociais com interesses diversos e, por vezes, divergentes que nos indicam que os jogos de poder que conformam a produção do espaço não correspondem à formação de territórios que é orientada por um projeto político em torno da luta por moradia. Ali é possível

---

<sup>137</sup> Como veremos de forma mais detida nos capítulos que compõem a Parte III, trata-se de uma dimensão que ganha ainda mais importância no momento de consolidação do território.

apreender os jogos de poder e interesses que se instauram no campo incerto e conflituoso entre o formal e o informal, entre o legal, o ilegal, e o extralegal, e em que estão implicados os variados atores presentes nestes processos, que fazem da expansão das fronteiras urbanas um meio de expansão também das fronteiras de mercado em torno da terra e da moradia.

A questão fundiária é uma dimensão importante. Como visto, trata-se de uma região de urbanização recente, que data dos anos 1990, quando as áreas de chácara e casas de veraneio passaram a ser pressionadas pela ação de loteadores que deram origem aos atuais bairros populares consolidados da região. Bairros que agora têm suas fronteiras sendo pressionadas por um renovado processo de expansão urbana, desta vez impulsionado pelas intervenções socioterritoriais realizadas no âmbito da implantação do Rodoanel Mário Covas.

A configuração fundiária local daria uma discussão à parte que, todavia, não tivemos fôlego para avançar nesta tese<sup>138</sup>. Ainda assim, foi preciso ao menos situá-la na medida em que compõe os processos aqui investigados, afinal, a configuração fundiária nebulosa da região, cujos limites e titularidades das propriedades são pouco precisos, contribui para as disputas em torno de sua apropriação que são realizadas entre os diferentes atores implicados no movimento de expansão urbana na região - de loteadores a lideranças das ocupações.

Na tentativa de nos aproximarmos dos diferentes repertórios de ação e recursos materiais e de poder mobilizados nesses processos, apoiamo-nos na construção de personagens urbanos que condensam histórias e trajetórias de indivíduos que desempenharam um papel central em torno dos agenciamentos que deram origem aos territórios investigados.

Armando, Joana, Fábio e Jonathan. Personagens urbanos formados e atravessados por repertórios produzidos em meio a tempos políticos e urbanos que se transformaram ao longo das décadas e que alteraram o campo de poder em torno da produção do espaço e das formas de dar sentido a ele. Em suas práticas, eles iluminam dimensões desse saber-fazer em torno da produção do espaço que é construído nessa fronteira urbana, e também se combinam aos demais atores em disputa no território: supostos proprietários de terra e loteadores, diferentes agentes das forças da ordem, empresários do setor de transporte, funcionários da subprefeitura, engenheiros da DERSA, os homens do PCC, o advogado, o arquiteto e as centenas de indivíduos que chegam às ocupações em busca de uma solução habitacional, uma alternativa

---

<sup>138</sup> Em sua tese de doutorado, em desenvolvimento na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Débora Ungaretti recupera parte da história de constituição da configuração fundiária da região a partir dos processos de desapropriação instaurados pelo Governo do Estado, por meio dos quais é possível ver as disputas e os imbróglis em torno das titularidades das propriedades em questão.

de composição de renda ou mesmo uma fonte de extração de renda. Todos eles se encontram em relação e em disputa pela apropriação e transformação da terra.

Armando é o mais velho entre eles. Construiu sua trajetória de vida às *margens* da cidade e de seu ordenamento urbano, na *viração* constante daqueles que nunca tiveram emprego e moradia formais e seguras. Testemunhou as movimentações políticas dos anos 1980 que deram origem ao PT, partido ao qual é filiado, e protagonizou a consolidação de um território popular em sua experiência à frente da associação de moradores do bairro em que viveu por 15 anos, então em construção na gestão de Luiza Erundina (1989-1993). Esta experiência o introduziu nas redes e programas públicos por meio das quais a política institucional se faz nos territórios. Armando também testemunhou a ascensão de uma miríade de grupos envolvidos nos circuitos legais e ilegais que se expandiram nos anos 1990 e a incidência que eles tiveram sobre os espaços do associativismo popular. Viu, ainda, a reconfiguração da criminalidade com a ascensão do PCC e seus impactos sobre os territórios.

Nada disso é banal ou mero contexto, posto que foi por meio desses processos que Armando se formou enquanto liderança comunitária da região, alguém reconhecido localmente por seu saber em torno da promoção e consolidação de territórios, por onde provê moradia para quem precisa, ao mesmo tempo em que faz das ocupações um meio de garantir sua “aposentadoria”. Assim, Armando acumula lotes em ocupações, mas também faz uso deles para dar a pessoas que considera que foram injustiçadas ao longo desses processos demasiado conflituosos em torno da constituição desses espaços.

Mais de uma vez já “arrumou confusão” em ocupações que organizou por dar um de seus lotes a pessoas que haviam sido expulsas pela coordenação por motivos que ele não considerou justo: uma senhora idosa que não conseguiu participar ativamente das atividades, uma jovem que entrou em um curso de enfermagem e, por isso, não conseguiu cumprir os horários de permanência na terra, entre outras circunstâncias do tipo. Armando faz das ocupações de terra um expediente de sobrevivência, portanto, para ele e para os demais.

Sua atuação é bem diferente da de Joana, que passou a promover ocupações para fazer delas fonte de ganhos financeiros e de poder. Joana foi conselheira tutelar durante três mandatos, o que lhe garantiu trânsitos internos ao Estado - seus espaços, burocracias e recursos. Era também alguém envolvida nas redes em torno de negócios criminais - em um primeiro momento, naquelas operadas por policiais e ex-policiais em torno da distribuição e exploração de máquinas de caça níqueis; depois, nas do chamado “mundo do crime”. Em suas práticas em torno da ocupação, Joana nos permite ver os modos de conexão entre o Estado, sua burocracia

e recursos com as teias de relações estruturadas em torno dos negócios criminais, seus recursos financeiros e de poder, que se territorializam e dão forma a esse movimento de expansão urbana.

Entre moradores e lideranças das ocupações, Joana foi acusada de fazer cobranças indevidas, configuradas como extorsões de moradores, por meio de taxas que não eram investidas em melhorias nos territórios. Além disso, circularam sobre ela acusações acerca de negócios imobiliários nebulosos que operava por meio da comercialização de lotes. Joana fazia das ocupações uma fonte de extração de renda, nas quais impunha sua presença e posição por meio dos recursos de poder que sustentam os mercados criminais e suas operações.

É por aí que se constroem os boatos em torno das motivações de seu assassinato: desavenças entre os grupos criminais entre os quais circulava, e por onde sustentava seu poder nos territórios. Como é possível entrever a partir dos agenciamentos em torno da promoção das ocupações, esta passou a ser uma atividade disputada pelos vários atores que viram nas ocupações um meio de expandir seus negócios e suas áreas de influência. Isso envolveu dos sócios da empresa de ônibus que operam na região a policiais, *empresários* locais e *irmãos*. Trata-se de disputas que, como visto, podem se transformar em questão de vida e morte.

Fábio, por sua vez, é um personagem urbano que ora se aproxima de Armando, ora de Joana. Suas relações abarcam os movimentos populares de moradia herdeiros das lutas dos anos 1980, os *irmãos* do crime, os empresários da empresa de ônibus e até policiais. Fábio possui, portanto, uma extensa teia de relações, com escalas e recursos de poder distintos, que são mobilizados por ele de forma estratégica nos variados momentos de negociação e disputa travadas em torno da terra. Em relação às ocupações, sua posição é ambígua. De um lado, é visto por muitos como uma liderança importante, que garantiu moradia para muitas famílias, alguém que corre atrás de melhorias para os territórios e se preocupa com sua consolidação. Por outro lado, circulam boatos relativos à venda de lotes e outras transações nebulosas (como as histórias com o loteador), que lhe garantiriam um certo enriquecimento, o que não é visto de forma positiva por uma grande parte dos ocupantes.

A despeito das importantes diferenças entre esses três personagens, as ocupações formadas a partir de suas práticas guardam semelhanças em termos de forma urbana: são territórios cuja transformação foi orientada por uma estratégia que busca mimetizar o que é tido como a forma urbana legal em busca de seu reconhecimento junto ao ordenamento estatal. Compartilham, pois, uma preocupação em constituir territórios que consigam se estabelecer e se consolidar. As práticas mobilizadas por esses personagens deixam ver um saber-fazer em torno da promoção das ocupações de terra que, distante do campo da luta por moradia, são apropriadas de maneiras distintas pelos atores nelas implicados, figurando como estratégia de

sobrevivência, expediente de composição de rendimentos e mesmo fonte de extração de renda – ainda que as diferenças entre essas práticas sejam por demasiado embaçadas e plásticas.

Jonathan, por sua vez, esclarece outras práticas e arranjos em torno da produção do espaço, que dá conta de sua dimensão ainda mais precarizada. Cruzando os modos de fazer adquiridos junto aos movimentos populares, com quem conviveu por cinco anos, ao repertório das igrejas evangélicas, construído sobre as noções de *sacrifício* e *providência divina* que são constantemente mobilizadas por ele em seus discursos (proferidos em tom de pregação), o resultado é uma síntese que só pode ser compreendida em perspectiva com a sua trajetória de vida. Uma trajetória marcada pela instabilidade oriunda da pobreza extrema e pelo uso abusivo de drogas psicoativas que o colocam em uma situação de grande vulnerabilidade, o que reverbera sobre os territórios com origem em seus agenciamentos. Por meio das ocupações, Jonathan faz a gestão de uma população posta em constante deslocamento, que não encontra lugar na ordem urbana – são os “refugiados urbanos” de nosso tempo (TELLES, 2017).

Dessa maneira, diferente dos três personagens anteriores, Jonathan lança outra ordem de questões em torno da produção do espaço, que diz respeito à formação de ocupações que fazem e se fazem em meio à gestão da miséria. Seu objetivo está relacionado à formação do maior número de ocupações possíveis – todas muito precárias – para que *quando* (e não *se*) uma delas seja removida ele sempre tenha para onde levar as famílias. Jonathan opera, portanto, a partir da condição de transitoriedade permanente que marca populações e territórios (ROLNIK, 2015). É por meio dos constantes e variados processos de despossessão, que impõem deslocamentos forçados a um número crescente de indivíduos e famílias, que Jonathan cativa sua demanda e passa a operar e gerir esses deslocamentos e reposicionamentos no território. Jonathan e as ocupações produzidas por ele nos informam sobre a reprodução da desigualdade urbana em sua face mais perversa, relativa à profunda miséria à qual estão submetidas uma quantidade crescente de indivíduos e famílias – incluído, aí, o próprio Jonathan e sua família.

Quando as três ocupações são postas em perspectiva, é possível observar que os recursos materiais e de poder mobilizados em cada empreitada se refletem na forma urbana resultante, em decorrência da maior ou menor capacidade em investir ou barganhar melhorias urbanas, bem como no perfil de pessoas e famílias que vão acessar cada um destes territórios. Como resultado, vão sendo criadas e reproduzidas formas de acesso à moradia que excluem os grupos sociais mais vulneráveis, ao mesmo passo em que se produz uma hierarquização e diferenciação entre as ocupações. Aquelas mais infraestruturadas são, ao mesmo tempo, as mais custosas para se manter e onde o mercado imobiliário é mais pujante, enquanto as mais precárias - que, por



vezes, são também as mais suscetíveis à remoção - passam a ser habitadas por pessoas em situação de maior vulnerabilidade, como famílias compostas por mães solo e migrantes transnacionais, por exemplo, em que o investimento em melhorias urbanas é pouco ou quase nenhum, reproduzindo uma situação de precariedade, por vezes, semelhante ou pior do que aquelas que levou essas pessoas às ocupações.

Quer dizer: é nesses arranjos variados que conformam cada um dos territórios onde encontram-se cifrados os modos por meio dos quais a expansiva mercantilização dos territórios e das formas de vida configuram os processos de produção do espaço, reproduzindo clivagens, desigualdades e exclusões em que a situação de insegurança habitacional é reiterada, sobretudo, para determinados grupos sociais.

Para bem compreender esses arranjos diversos, foi preciso perscrutar as redes mobilizadas por cada um desses personagens urbanos, de modo a identificar os agenciamentos e recursos materiais e de poder acionados nas muitas negociações estabelecidas em torno de cada um desses territórios. Entram em cena, então, os empresários do setor de transporte coletivo, policiais, funcionários públicos, advogados, o arquiteto, os *irmãos*. Como visto, cada um deles insere ordens de questões distintas que, em relação, nos informam sobre a lógica de produção dos territórios nessa porção da cidade.

Dentre as questões levantadas, gostaríamos de recuperar aqui, ainda que brevemente, aquelas que são colocadas pelas presenças do Estado a partir de seus operadores e dos jogos estabelecidos em torno de seu ordenamento e de seu aparato burocrático, institucional e normativo. Também nos parece importante retomar as questões postas pela presença dos homens e do repertório do “mundo do crime”. Pois essas são presenças que atravessam os processos de formação das ocupações e que nas distintas modalidades em que aparecem apontam não apenas a lógica de produção do espaço urbano em operação nessa porção da cidade, como também o mundo social e urbano que está sendo tecido nas relações estabelecidas nestes territórios e em torno deles.

Neste processo conflituoso e negociado em torno da terra a presença do Estado, de seus operadores e de seu aparato normativo-institucional constitui uma dimensão fundamental, na medida em que as relações com a lei e com os representantes do Estado - engenheiros da DERSA, funcionários da subprefeitura, agentes policiais, a conselheira tutelar - possuem papel central na conformação das dinâmicas que estruturam os jogos de poder travados em torno da produção do espaço. Em suas práticas e presenças no território, indicam a produção das *margens* do Estado (DAS; POOLE, 2004), essas zonas que são, por definição, zonas de indeterminação.

Assim, ao negociar a permanência da ocupação pela mobilização da autoridade decorrente de sua própria função, embora acionada de forma extralegal, os operadores do Estado desativam a noção dicotômica do legal-ilegal e produzem, ali mesmo, um outro espaço, um “entre”, no qual a contínua redefinição da lei se dá através das relações entre violência e autoridade. Neste sentido, não há de se falar em territórios “fora” dos espaços de regulação estatal, territórios informais ou ilegais. Afinal, eles são constitutivos do Estado e de seu ordenamento, a partir do jogo que é estabelecido com as leis e a autoridade estatal: é a história da produção do ordenamento estatal que pode ser apreendida nas dinâmicas de formação destes territórios e nas variadas negociações travadas em busca de reconhecimento, ou seja, de sua incorporação à ordem urbana formal. Nesse sentido, os modos pelos quais as “assinaturas do estado” (DAS, 2004) circulam e compõem as tramas de relações e negociações também emergem como uma dimensão fundamental do processo, posto que orientam a própria transformação da terra.

Estamos aqui no cerne dos ilegalismos populares urbanos e de sua gestão diferencial, por meio da qual são delimitadas práticas e espaços reconhecidos como pertencentes ao ordenamento estatal e de tudo aquilo que é classificado por ele como “formal”. Enquanto, no negativo, vislumbram-se aqueles excluídos por ele, taxados como informais ou ilegais, os quais se veem posicionados nesse “entre”, neste espaço de transitoriedade permanente (ROLNIK, 2015) a partir do qual são geridos, em que a promessa de integração à ordem urbana formal é contraposta à sempre presente ameaça de sua destruição. É a produção política da insegurança e a gestão de corpos e territórios que é feita a partir dela, que podemos observar a partir das variadas modalidades por meio das quais o Estado se faz presente e aparece implicado nestes processos.

As práticas mobilizadas pelos agentes das forças da ordem em torno das ocupações podem ser melhor situadas a partir da figura de autoridade local, da qual falam Veena Das e Deborah Poole (2004). São figuras cuja legitimidade de atuação para representar o Estado reside tanto em sua capacidade de acionar a lei, quanto no reconhecimento de sua imunidade jurídica para transitar entre a aplicação da lei e as práticas extrajudiciais. Esses “homens do estado”, como nos dizem as autoras (DAS; POOLE, 2004), representam formas de poder privado altamente personalizadas, ao mesmo tempo em que sustentam uma suposta autoridade estatal neutra e impessoal. Nesse sentido, os policiais que aparecem implicados no processo de formação das ocupações podem ser vistos tanto como uma extensão das forças de fiscalização e do ordenamento estatal, quanto como parte interessada nestes empreendimentos privados de apropriação da terra.

Nessa transitividade permanente entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, na qual estão implicando os vários agentes públicos que fazem a regulação dessas transições (que não ocorrem sem tensões e fricções), emerge a figura de um Estado e de seu ordenamento urbano em constante refazimento, imerso nos jogos de poder que se desenrolam no território. Nesse sentido, é possível afirmar que o Estado está coproduzindo ativamente esses territórios, negociando as condições de sua consolidação e permanência, e fazendo da tolerância e de uma sempre possível e prometida formalização (que quase nunca se concretiza) um elemento de barganha nos jogos políticos que são travados nos territórios.

Em outros termos, podemos afirmar que essa condição de permanente transitoriedade que atravessa determinados territórios e populações (ROLNIK, 2015) é continuamente produzida pelo Estado como forma de governo, ancorada na gestão da precariedade e da insegurança. E o que buscamos fazer ao longo desta tese é justamente descrever essa construção cotidiana e permanente das práticas de governo sobre os territórios e as populações.

Também os agentes do chamado “mundo do crime” compõem as disputas em torno da gestão da ordem local. A presença de agentes vinculados ao “mundo do crime” é anunciada nos mais variados relatos em torno das ocupações e indica tanto os indivíduos que compõem os agenciamentos em torno de sua formação e que mobilizam o vínculo à facção como recurso político para estabelecer sua importância e papel nos arranjos formados, quanto os dispositivos, procedimentos e protocolos oriundos do PCC, acionados como instrumento de mediação e regulação de conflitos em torno da terra.

Sobre o anúncio dessas presenças do PCC, não tínhamos como objetivo confirmar o vínculo à facção daqueles que eram apresentados como seus homens, nem compreender os modos internos de sua organização<sup>139</sup>. O que buscamos foi apreender os efeitos de poder que sua presença, ou o mero anúncio dela, produz; isto é, como o anúncio desta presença influencia as disputas e negociações travadas no estabelecimento do assentamento. Assim é que a validação de um *apoiador* pode prescindir do aval “do PCC”, como no caso do policial militar no Jardim Milão; o postulado “ninguém tira sangue de ninguém na quebrada” estabelece o limite aos conflitos entre vizinhos; e o *debate* e a *troca de ideias* podem ser acionados para a mediação de uma disputa que extrapola os limites da ocupação. Há todo um repertório de práticas, procedimentos e protocolos oriundos dos circuitos criminais que orienta comportamentos, faz a gestão da ordem e constitui os sentidos de justiça nos conflitos instaurados em torno da produção do espaço, e para além dele.

---

<sup>139</sup> Sobre o tema, ver, entre outros: FELTRAN, 2018 e BIONDI, 2010 e 2018.

Diante disso, podemos argumentar que as presenças dos homens e/ou do repertório do “mundo do crime” nas ocupações produz e regula esse mercado de terra e moradia que se estrutura a partir delas, alterando os jogos de poder por onde a cidade é produzida, especialmente em suas *margens*. Pois se as lógicas de produção do espaço destinado aos grupos sociais vulnerabilizados historicamente foi conflitiva e negociada, a presença dos homens e do repertório do PCC altera o campo de forças onde se estabelecem esses conflitos e negociações. Vale dizer, a presença de agentes do “mundo do crime” que mobilizam o uso da força como meio de regulação de disputas e conformação de negócios influencia os modos de operar de atores historicamente presentes no urbano - como o loteador, que agora precisa disputar a terra com outros atores sociais, como as lideranças dos bairros populares consolidados.

Retomando as palavras de Fábio, a presença dos *irmãos* é o que permitiria alguma disputa pela terra em uma região conformada, majoritariamente, pelas práticas de proprietários, grileiros e loteadores que sempre puderam contar com o apoio de policiais e ex-policiais, jagunços, capangas e outros personagens urbanos que se sucederam ao longo da história urbana de São Paulo para fazer valer seus interesses sobre a terra. É como indicou Gabriel Feltran<sup>140</sup>: a propriedade fundiária nas periferias sempre foi construída à força - foi e ainda é. Assim, a presença dos homens e do repertório do PCC na disputa e na mediação dos conflitos em torno da produção do espaço altera o campo de forças por meio do qual os territórios e suas fronteiras são constituídos. Resta conhecer de forma mais aprofundada os efeitos dessas mudanças sobre as formas de acesso à moradia e sobre as condições de vida estabelecidas nesses territórios em formação, e em disputa.

É a própria história urbana da cidade que está contida nesse saber-fazer posto em prática em torno da formação dos territórios. Os elementos históricos que pautaram a produção dos espaços autoconstruídos da cidade podem ser reconhecidos ali, mas se configuram hoje sob outra conjuntura. Os territórios que são constituídos a partir das práticas de ocupação de terra, tal como se constituem nessas fronteiras urbanas da cidade, são oriundos de uma conjuntura que se constitui em torno das urgências da vida, em meio à erosão ou à ausência de perspectivas de direitos, de estabilidade ou de incorporação à ordem urbana. É a gestão da precariedade e das urgências de vida o que se deixa ver na formação e consolidação das ocupações nas bordas da zona norte paulistana hoje.

---

<sup>140</sup> Fala proferida no Debate “Subjetivação Política e Novos Agentes da Produção do Espaço Periférico”, realizado na FAU USP e organizado pelo grupo de pesquisa Transborda, da Universidade Federal de São Paulo - Instituto das Cidades, no dia 9 de outubro de 2019, e que contou com Cibele Rizek e Gabriel Feltran como debatedores.

### PARTE III: CONSOLIDAÇÃO

Era uma manhã fria de julho de 2019. Naquele dia combinamos<sup>141</sup> um encontro logo cedo com Patrícia, moradora da ocupação Jardim Milão e membra da associação de moradores. Por volta das 8 horas da manhã trocamos mensagem confirmando o encontro. Avisamos que dali umas duas horas estaríamos por lá - ao sair do centro de São Paulo é preciso pegar a linha azul do metrô até a última estação, cruzar o shopping que liga o metrô ao terminal e, então, esperar pacientemente por uma das poucas linhas de ônibus que cobrem o trecho até o final da avenida que atravessa os bairros rumo às bordas da cidade.

Quando descemos no ponto que dá acesso ao Jardim Milão chamou a nossa atenção o amontoado de barracos que se espalhava por uma pequena porção de terra do outro lado da rua, cercada pelo muro que delimita o canteiro de obras (há anos paralisadas) do Rodoanel. Quer dizer: a ocupação parecia se formar dentro dos limites da obra pública. Aquilo era uma novidade - e fazia apenas um mês que não visitávamos a região. O terreno tinha sido recém ocupado e era agora adensado pelas famílias removidas, há então pouco tempo, de uma área próxima dali. Àquela altura a imagem do assentamento em formação confirmava nossa hipótese relativa ao aumento de ocupações de terra na região estabelecidas a partir de 2015, como visto na Parte II.

Chegamos à casa de Patrícia por volta das 10 horas e a mesa estava posta para nos receber, com pães, queijo, margarina, café e suco de uva. Ela fez questão de reforçar que tinha ido até a padaria (“fui lá fora!”) para comprar as coisas. Chegando aos três anos de existência, ainda eram poucos os comércios e serviços locais com capacidade de atender as demandas cotidianas das famílias, apesar das mudanças que já eram observáveis na ocupação.

Entre uma conversa e outra, Patrícia saiu para levar um copo de água para o homem que capinava a rua que há poucos dias tinha recebido um caminhão de britas a fim de torná-la um pouco mais acessível. Pela própria situação de informalidade e instabilidade da ocupação, o asfaltamento ainda é um objetivo distante. Enquanto ele não chega, os moradores tapam buracos (literalmente) assentando as pequenas pedras ao longo das ruas, uma solução provisória e custosa que precisava ser refeita de tempos em tempos.

Ainda assim, Patrícia comentava orgulhosa sobre o *progresso*<sup>142</sup> da ocupação, essa palavra tão utilizada por moradoras e moradores do Jardim Milão para ressaltar suas conquistas

---

<sup>141</sup> Neste dia fui ao Jardim Milão acompanhada de Kaique Xavier, estudante de arquitetura e urbanismo da FAUUSP, à época bolsista do LabCidade. Era sua primeira ida à ocupação. Agradeço ao Kaique pela parceria nesta e em outras tantas trocas que vieram.

<sup>142</sup> Araújo e Cortado (2020) identificam a importância da categoria *progresso* na sociabilidade urbana e na organização da vida cotidiana de moradores de diferentes bairros da zona oeste do Rio de Janeiro, bem como os

e apontar para tudo o que ainda estava por vir no projeto de construção do *bairro*. Mas, como veremos, o progresso aqui não caminha em linha reta; ao contrário, é cheio de idas e vindas e de refazimentos constantes pelos quais cobra um alto custo: de tempo, de trabalho, de dinheiro e de qualidade de vida.

Terminado o café, saímos para dar uma volta pela ocupação. Instigada por nossas perguntas, Patrícia levou papel e caneta com o objetivo de contabilizar o número de moradores que viviam no local à época. Ela acreditava que entre os cerca de 200 lotes demarcados ainda não deveria haver 50 efetivamente ocupados. Este é um ponto de tensão no cotidiano dos moradores: os lotes vazios fragilizam a narrativa da *ocupação* enquanto território popular, entendido como um assentamento formado de forma coletiva e organizada a partir da *necessidade* imediata de morar das famílias. Em consequência, estes vazios fragilizam a estratégia construída pela associação de moradores na interface com o Estado, em sua busca por reconhecimento e legitimação. Estratégia que ficará mais evidente ao longo dos capítulos que compõem esta Parte III.

Durante boa parte do caminho, Patrícia parava para anotar o nome das pessoas que viviam em cada casa. Em determinado momento, parou para conversar com dois homens que trabalhavam em um lote, e repreendeu a dupla pela ausência no *mutirão* realizado no final de semana anterior, que espalhou as britas por duas ruas da ocupação. Entre uma justificativa e outra ela reforçava a importância de os *moradores* se dedicarem à ocupação, já que os *donos de lote* (quer dizer, aqueles que não vivem no local) não sentem na pele as dificuldades de viver em meio à precária infraestrutura urbana. Como ficará evidente, as distinções entre *moradores* e *donos de lote* constituem uma clivagem importante entre os ocupantes e uma fonte de inúmeros conflitos e fricções cotidianas.

Mas pelos rumos da conversa de Patrícia com os homens foi possível perceber que esta não é a única clivagem presente no território. Entre os *donos de lotes* se encontram alguns *irmãos* e quando eles não cumprem os acordos coletivos (participação nos *mutirões*, nas reuniões ou no pagamento das taxas) não são cobrados da mesma maneira que os demais, o que figura como outro ponto de fricção entre os ocupantes do Jardim Milão. Como ouvimos de Patrícia naquele dia: “você vai bater de frente com os *irmãos*?”<sup>143</sup>.

---

múltiplos sentidos que assume, os quais variam a depender das temporalidades e espacialidades nas quais é mobilizada. De forma geral, o *progresso* diz respeito à perspectiva de melhoria de vida por parte dos moradores, o que envolve necessariamente melhorias na habitação e no território no qual vivem. Encerra, pois, uma perspectiva para o futuro.

<sup>143</sup> Dando sequência às discussões realizadas nos capítulos anteriores, em que buscamos identificar e compreender a presença do PCC nos processos de formação da ocupação (seja pela presença concreta dos *irmãos*, seja pelo

Seguimos a caminhada. Vez ou outra Patrícia parou para tirar fotos dos lotes com mato alto ou com entulhos na beira da rua e as encaminhou ao grupo de Whatsapp da ocupação, pedindo uma providência. Entre uma conversa e outra, respondia a uma mensagem de alguém reclamando da falta de água ou da instabilidade da luz. A todo momento, Patrícia tem suas atividades interrompidas por demandas diversas vinculadas à ocupação. Em meio a um grupo de lideranças masculinas, é ela a pessoa central na gestão do cotidiano local. E ela tem muita consciência dos desafios dessa posição. Afinal, como diz, suas ideias não são acatadas em razão do “ego masculino” dos demais integrantes da associação de moradores.

Com tantas demandas pelo caminho perdemos as contas do número de lotes que estavam ocupados.

\*\*\*

Iniciamos esta terceira parte com uma breve descrição de um dia no qual uma simples caminhada pelas ruas do Jardim Milão nos permitiu entrever pontos de tensão, fricção e de conflito que emergem de um cotidiano vivido em meio a profundas precariedades urbanas. Precariedades essas que tentam ser remediadas por meio de altos investimentos (de trabalho, de um saber-fazer e de recursos materiais) e de variadas negociações na constante busca por tornar as condições de reprodução da vida mais amenas. Mas que nunca são o suficiente e pesam, de maneira diferenciada, sobre os orçamentos dos variados arranjos familiares de quem vive no local.

São as microcenças da vida cotidiana a partir das quais é possível puxar alguns dos fios que tecem a trama de relações que estrutura a gestão da vida e de suas urgências. Os agenciamentos em torno da consolidação do Jardim Milão nos permitem observar como as histórias da ocupação vão se compondo com os tempos urbanos e políticos da cidade e seus atores por meio dos vários fios que a atravessam e fazem as conexões entre esse longínquo território, estabelecido nas bordas da mancha urbana, e os diferentes órgãos e empresas públicas, a Câmara de Vereadores e as redes do clientelismo político acionadas no processo. São histórias singulares que entram em ressonância com o tempo político da cidade e nos informam sobre ela (HIRATA; MAGALHÃES JR.; TELLES, 2010, p. 217).

---

acionamento do repertório oriundo da facção), agora interessa apreender essas presenças em torno da consolidação e a gestão cotidiana do Jardim Milão.

Nos dois capítulos que compõem essa parte nosso foco recai sobre o processo de consolidação da ocupação Jardim Milão, apoiado em uma dupla abordagem: (i) o da gestão do cotidiano local, atravessado por tensões, disputas e fricções, também pelos imperativos da necessidade, dos interesses e desejos de indivíduos vivendo em um território em formação, marcado por profundas precariedades e instabilidades; e (ii) o dos acordos, acertos e desacertos que estruturam o processo de provisão de infraestrutura urbana local em torno do qual se constitui uma rede de atores e relações que fazem da precariedade urbana uma oportunidade de negócios e de trocas políticas.

Neste processo de consolidação a trama de atores constituída em torno da ocupação se expande, ao colocar em relação vários daqueles que estiveram envolvidos em sua formação, ao mesmo tempo em que introduz outros mais. A associação de moradores, o advogado, funcionários da subprefeitura, policiais militares e ambientais e os *irmãos* se mantêm como atores importantes agora postos em relação com funcionários de empresas públicas ou terceirizadas que prestam serviços urbanos e demais operadores do mercado que se estrutura em torno da transformação da terra. Entra em cena, ainda, um vereador da capital e toda a sua rede que se faz presente no território através de um movimento-ONG<sup>144</sup> responsável pela mediação entre o político e a ocupação.

A presença de cada um desses atores e das redes mobilizadas por eles nos informam sobre os meandros do processo de consolidação do território estabelecido nessas *zonas cinzentas*, em que as normas e códigos que constituem o ordenamento urbano estão a todo momento sendo renegociadas. Disso decorrem três ordens de questões, sobre as quais iremos nos deter ao longo dos capítulos.

No capítulo cinco é a gestão do cotidiano e das urgências da vida o que nos interessa perspectivar. Para tanto, nosso foco recai sobre os arranjos, procedimentos e artefatos mobilizados pela associação de moradores em sua tarefa de gerir o território e sua população cotidianamente, em suas tensões e fricções internas e externas, em meio a profundas precariedades, instabilidades e improvisações. Como será possível notar, a despeito de todos os protocolos e negociações mobilizadas, os acordos que sustentam a reprodução da vida e a consolidação do território nessas zonas nebulosas são muito suscetíveis às variações nos jogos de poder travados entre os vários atores implicados neste processo de produção e gestão territorial. São marcados, portanto, pela instabilidade e insegurança que irrompem em conflitos que, no limite, podem acabar na destruição dos territórios e de vidas.

---

<sup>144</sup> Essa dupla representação da entidade ficará mais evidente no capítulo seis.



No capítulo seis uma segunda ordem de questões emerge, relacionada aos ilegalismos que estruturam o mercado em torno das ocupações de terra. Em particular, interessam-nos os agenciamentos em torno da provisão de serviços e infraestruturas urbanas, um mercado que é operado por atores variados, de agentes do Estado a empreendedores locais, e que coloca em circulação uma grande quantidade de recursos financeiros apropriados por alguns poucos indivíduos, e que se materializam no espaço, transformando-o. É por aí que se viabilizam (ou melhor, se contratam) os serviços de terraplanagem, canalização e aterramento do córrego, melhoramento das ruas, instalação da rede elétrica e do sistema de coleta de esgoto. Trata-se, pois, de um mercado que se constitui em torno da gestão da precariedade urbana, reproduzindo-a.

Por fim, e esta conforma a terceira ordem de questões, é preciso interrogar os modos pelos quais todo esse processo se faz na interface com o Estado, reproduzindo e atualizando a lógica do clientelismo político, traço tão fundamental da história política e urbana de nossas cidades. Nesse sentido, a presença de um importante e histórico vereador da capital, com vários mandatos cumpridos ao longo dos anos, e que passa a ganhar mais e mais importância na região, constrói as mediações entre a ocupação e o poder público, por meio das conhecidas redes do clientelismo político que, no caso, articulam a ocupação, os assessores parlamentares do vereador, uma ONG que figura como *movimento* (nos seus próprios termos), a subprefeitura e os demais órgãos públicos vinculados à consolidação do território. São conexões e mediações que ilustram as relações atuais entre a política e os territórios pautadas em constantes barganhas políticas por onde se constituem os meios pelos quais também os ordenamentos urbanos se fazem nas *margens* do Estado (DAS; POOLE, 2004).

Sendo afetados e atravessados por tudo isso estão os indivíduos e as famílias que vivem no Jardim Milão. Os conflitos e fricções internas à ocupação revelam as clivagens entre os diferentes grupos sociais que a integram, com interesses diversos na transformação e apropriação da terra, como visto nos capítulos anteriores.

De modo a elucidar os meandros dessa gestão cotidiana da vida e do território, e para nos guiar nos dois próximos capítulos, apoiamo-nos na construção de dois personagens urbanos: um casal de ocupantes que possui papel importante nesta etapa de consolidação e gestão do Jardim Milão, fazendo as conexões entre os vários atores sociais implicados neste processo. A opção por recuperar a trajetória do casal aqui, entre os momentos de formação e consolidação, permite apreender mais um dos percursos trilhados por indivíduos e famílias que chegam às ocupações de terra para morar e/ou compor renda, bem como os arranjos e estratégias acionados em torno da autoconstrução da moradia. Ainda, em seus trânsitos, o casal ilumina

alguns dos caminhos pelos quais o repertório do “mundo do crime” circula entre a prisão e os territórios, passando a se fazer mais e mais presente nos momentos de mediação de conflitos e disputas que têm lugar nesses espaços, tanto nos agenciamentos em torno de sua formação, quanto no de sua consolidação.

Patrícia e João fazem a conexão desses dois momentos, ao mesmo tempo em que dão corpo às dinâmicas urbanas narradas aqui.

### **“Eu já fui da *vida loka*, eu sei como é”**

Patrícia e João são um jovem casal reunido por meio dos múltiplos canais que conectam e articulam as prisões às ruas. Ele é *cria* da zona norte; ela, da zona sul. Não fosse a prisão ter cruzado a vida de ambos, talvez nunca tivessem se encontrado.

João, 41 anos (em 2022), filho de migrantes do Ceará, é o mais velho entre quatro irmãos. Pelas dificuldades financeiras enfrentadas em casa, deixou a escola durante o ensino fundamental para poder trabalhar. Dos vários *bicos* que exerceu ao longo da vida acabou se firmando como *empreiteiro*. É assim que ele orgulhosamente se apresenta hoje em dia.

Patrícia tem 38 anos (em 2022) e é a caçula entre cinco irmãs. Perdeu a mãe ainda jovem e o pai nunca esteve presente em sua vida. Sua criação foi compartilhada entre avó, tias e as próprias irmãs. Apesar de ter concluído o ensino médio, cursar o ensino superior nunca esteve em seu horizonte de possibilidades, pois, segundo ela nos conta, desde jovem começou a pular de um trabalho para outro para sustentar a si e as irmãs: foi empregada doméstica, cuidadora de idosos, babá, vendedora de bolos e roupas. Trabalhos que ela continua exercendo ainda hoje.

Por circunstâncias distintas, a juventude de ambos foi um período de muitos conflitos com a família, de um sentimento de injustiça em relação à vida e de “revolta”, como define Patrícia. É assim que ela justifica um período de sua vida em que teria feito “muita coisa errada”, ainda que não explicita o que seriam elas. João, por sua vez, envolveu-se em pequenos delitos. Junto a amigos, fazia pequenos furtos, algumas “arruaças”, “coisas de juventude”, segundo ela nos conta. Até que um dia, ainda de acordo com o relato de Patrícia, as inimizades conquistadas na rua cobraram um alto preço do então jovem de 20 anos. Uma tentativa de assalto a um estabelecimento no bairro em que vivia terminou com um homem morto e os meninos presos pelo homicídio (todos menores de idade) apontaram João como o responsável. Segundo Patrícia, ele sequer estava no local. A própria viúva da vítima, testemunha do crime, teria atestado sua inocência. Mas nada disso parece ter sido suficiente para confirmar sua inocência diante do tribunal do júri, que acabou com a condenação de João a 13 anos de prisão, em regime fechado. Foi assim que ele passou 11 longos anos no cárcere.

No mesmo período em que a condenação por assassinato mudava a vida de João, o marido de uma das irmãs de Patrícia foi preso. Ao que tudo indica, era um *irmão* do PCC. Foi assim que a casa de sua família passou a funcionar como uma espécie de central telefônica entre os presídios e o mundo exterior, conectando os internos de diferentes unidades entre si e com quem estava do lado de fora. Nada banal, portanto, na medida em que se constitui como uma atividade importante na rotina do PCC em sua incidência dentro e fora do sistema carcerário (BIONDI, 2018). E foi em uma dessas ligações que Patrícia e João se conheceram.

O fato de João ter acesso a esse recurso (as ligações) também o insere nas redes da facção, ainda que não saibamos ao certo as formas e a medida dessa inserção. À época em que se conheceram ele estava no início do cumprimento da pena, encarcerado há pouco mais de um ano. As ligações telefônicas se transformaram em uma relação amorosa e Patrícia passou a visitá-lo no cárcere. A relação permaneceu mediada pela prisão por uma década.

Aqui cumpre fazer uma marcação importante: as ligações clandestinas que conectam a prisão ao mundo exterior compõem os chamados “vasos comunicantes”<sup>145</sup>, constituídos por uma miríade de dispositivos por onde transitam importantes fluxos de pessoas, coisas e informações que viabilizam o próprio funcionamento da prisão, ao mesmo tempo em que inscrevem o sistema penitenciário no tecido social urbano (GODOI, 2015). Segundo Rafael Godoi, a maior parte dos vasos comunicantes que articulam a prisão e o fora se formam pelas vias institucionais (como as visitas, os encontros com os advogados, a televisão e as encomendas que circulam pelos correios), mas há também os vasos comunicantes informais e ilegais - como os celulares que permitiram que João e Patrícia se conhecessem e dessem início a um relacionamento amoroso mesmo diante da prisão. Como afirma o autor, existe uma trama urbano-prisional que se estrutura em torno das prisões e o seu fora, sendo um constitutivo do outro.

Ademais, é por meio desse trânsito de indivíduos, de coisas e de informações por onde circula, dentre outros, tudo aquilo que compõem o que aqui viemos chamando de repertório do “mundo do crime”: discursos, práticas, procedimentos, códigos e protocolos que, a cada dia mais, aparece nas ocasiões de mediação e resolução de conflitos de toda ordem nos territórios, como é possível notar nos vários relatos trazidos ao longo desta tese. É por essa circulação intensa entre a prisão e as ruas que torna-se possível afirmar que “o PCC” se faz presente em territórios mesmo quando não há uma presença efetiva de *irmãos*, uma vez que o que também

---

<sup>145</sup> “Pode ser considerado um vaso comunicante toda forma, meio ou ocasião de contato entre o dentro e o fora da prisão. Trata-se de uma articulação particular que, ao mesmo tempo, une duas dimensões da existência social e define uma separação fundamental entre elas.” (GODOI, 2015, p. 136).

está em circulação não são apenas pessoas, mas toda uma “maneira singular de ver o mundo” (BIONDI, 2018, p. 45). E isso é uma informação importante de se reter aqui, na medida em que não é nosso objetivo atestar se *irmãos* do PCC estão ou não presentes no Jardim Milão, mas como as práticas, os discursos e esse modo “singular de ver o mundo” incidem sobre as dinâmicas constituídas nesses territórios e em torno deles.

Voltemos à trajetória do casal. Depois de mais de uma década encarcerado, João finalmente deixou a prisão e estava decidido a se tornar “alguém” na vida, como faz questão de enfatizar. Nos primeiros anos, o casal viveu na casa de Patrícia, na zona sul da capital. Mas a vida não era fácil para ele. Como um sobrevivente do sistema prisional, as barreiras para adentrar no mercado de trabalho se mostraram ainda maiores<sup>146</sup> e, diante disso, as redes familiares e comunitárias surgem como uma das formas de contorná-las, ainda que parcialmente. Foi assim que João virou *empreiteiro*. Ele começou acompanhando o irmão, que já trabalhava com obras, “pegou gosto pelo trabalho” e, ao longo dos anos, fez diversos cursos buscando se especializar, até que começou a trabalhar por conta própria, por meio da indicação de familiares e amigos. Isso significava dizer que, quase sempre, as oportunidades de trabalho que apareciam para João eram localizadas em bairros da zona norte, onde suas redes sociais estão territorializadas.

Assim, durante os quatro anos em que viveu na zona sul, João seguiu trabalhando em bairros da zona norte, o que lhe impôs a realização de longos e custosos deslocamentos diários. Some-se a isso o seu desejo de conquistar a casa própria por meio de seu esforço pessoal. Repondo o papel do homem provedor, João sentia-se incomodado por viver na casa da esposa, de modo que nunca encarou aquela configuração como uma solução permanente. Era preciso trilhar o seu próprio caminho na conquista da casa própria.

### ***Da prisão à ocupação***

Na busca por realizar o sonho da casa própria, a ocupação aparecia como a solução mais acessível para o homem com estudos incompletos, sem trabalho registrado e com antecedentes criminais<sup>147</sup>. Patrícia lembra que, desde que saiu da prisão, João vivia falando em “pular em

---

<sup>146</sup> Como assinalam Mallart e Godoi (2017), a *passagem* pelo sistema carcerário impõe mais do que barreiras para adentrar o mercado de trabalho, na medida em que se constitui mesmo como um elemento decisivo na gestão da vida e da morte que persegue os sobreviventes do cárcere para além dos muros da prisão, em mais uma forma de articulação entre a prisão e as ruas.

<sup>147</sup> A presença significativa de sobreviventes do sistema prisional nas ocupações é objeto de investigação da pesquisa de mestrado (em desenvolvimento) de Ananda Endo, no Departamento de Sociologia da USP. Ela propõe uma etnografia das dimensões societárias do encarceramento em massa no contexto das ocupações de moradia no centro de São Paulo (ENDO, 2023 [no prelo]). As inúmeras restrições e violações de direitos às quais este grupo

uma terra”. E foram necessárias duas tentativas antes de conseguir se estabelecer no Jardim Milão.

No início de 2015, João foi convidado por amigos do bairro em que cresceu para ocupar uma terra nas proximidades – mais uma vez, eram suas redes comunitárias atuando. Reuniram 35 homens e entraram no terreno durante a madrugada. Logo nos primeiros dias, no entanto, passaram a ser ameaçados por policiais militares que, mesmo sem uma ordem de reintegração de posse, tentavam tirá-los de lá por meio de todo tipo de ameaça. O grupo resistiu e, ao que tudo indica, o objetivo dos policiais não era mesmo o de expulsá-los, mas de negociar as condições de sua permanência. Como o grupo decidiu negociar com os policiais, João resolveu se retirar da ocupação, pois, segundo nos explicou, ele não “confia” em policiais. Naquele momento, a dura experiência do cárcere, em especial por conta das relações travadas com os diferentes agentes das forças da ordem, ainda estava muito viva em sua memória. Ele precisaria de mais algum tempo, e de outras tentativas fracassadas de se estabelecer na terra, para que aceitasse a presença de policiais nos agenciamentos em torno desses territórios, como foi o caso, também, do Jardim Milão.

Alguns meses depois daquele episódio, mais uma oportunidade cruzou o caminho de João. Outro grupo de moradores, oriundos de diferentes bairros da sua região, começou a se organizar para ocupar uma área nas proximidades das obras do Rodoanel. Uma vez mais, João foi convidado por seus antigos vizinhos para se juntar à empreitada. Como nos conta, chegou a participar de algumas reuniões preparatórias da entrada na terra. No entanto, dessa vez, a desconfiança recaiu sobre as lideranças, que tinham jeito de “trambiqueiras”, segundo ele, e João acabou se retirando do grupo. Mais tarde, este mesmo grupo daria origem à ocupação Jardim da Amizade - aquela que se consolidou como referência para as que vieram depois. João nos conta que chegou a conhecer a ocupação tempos depois e se arrependeu de não ter permanecido na empreitada. Assim, quando uma nova oportunidade apareceu ele estava disposto a dar o melhor de si para fazer dar certo. Convidado por Fábio, a quem conhecia da juventude, ele compôs o grupo que entrou durante a madrugada na terra que viria a ser o Jardim Milão, e de lá nunca mais saiu.

Patrícia, por sua vez, não tinha a ocupação como um objetivo ou mesmo uma necessidade. Afinal, já possuía sua moradia na zona sul, onde no terreno de uma de suas irmãs construiu uma pequena habitação para si. Sua chegada ao Jardim Milão se deu através do

---

está submetido é uma das razões que poderia explicar a emergência das ocupações como alternativa habitacional para os egressos, que encontram barreiras para reconstituir a vida após a prisão.

companheiro. Ela se recorda do dia em que João saiu de casa dizendo que iria “pular em uma terra” e passou um mês sem dar notícias. Patrícia foi atrás do marido e nunca mais saiu da ocupação, passando a assumir diferentes funções ao longo dos meses que se seguiram. Assim, se sua chegada aconteceu seguindo os passos do companheiro, hoje ela é membra da associação de moradores e uma pessoa central na gestão do cotidiano local. João, em contrapartida, apesar de ter composto o grupo responsável pela entrada na terra, não se posicionou como uma liderança do Jardim Milão. Assim que a ocupação foi estabelecida, deu sequência aos planos trilhados para si próprio desde que deixou o cárcere: se firmar e se especializar como *empreiteiro*, bem como construir a sua tão sonhada casa própria.

Para compreender como Patrícia passou a ocupar uma importante posição na ocupação é preciso retornar a alguns elementos de sua trajetória de vida, construída no trânsito entre universos distintos, ainda que conectados, que compõem o mundo social. De um lado, em sua fala assertiva, ela nos explica: “eu já fui da *vida loka*, eu sei como é”. Patrícia faz referência a um passado de pertencimento ao chamado “mundo do crime”, quando circulava por dentro dos espaços da facção, operando um dos arranjos que sustentam a comunicação entre seus membros e os que estão nas ruas. Somam-se, ainda, os 10 anos ao longo dos quais Patrícia visitou periodicamente aquele que veio a ser seu marido na prisão. Como já registrado pela bibliografia (BIONDI, 2009; GODOI, 2015), os dias de visita compõem de maneira fundamental o cotidiano das prisões e de seus membros. Assim, podem ser eventos bastante mediados pela facção, que além de ditar o *ritmo* da prisão e todo o seu cotidiano, apoia os presos vinculados a ela e seus familiares e amigos, inclusive viabilizando as visitas para aqueles de que necessitam.

Essa experiência fez de Patrícia uma pessoa que conhece os atores, códigos, procedimentos e modos de conduta exigidos e mobilizados neste universo, que extrapolam os circuitos criminais e dão conta dos conflitos mais ordinários de uma vida cotidiana atravessada por incertezas e inseguranças. Segundo Hirata (2010), a *vida loka* é o que exige e ativa um certo proceder nas periferias paulistanas, modos de conduta e sentidos de justiça que orientam comportamentos em um mundo social compartilhado, no qual as incertezas da vida compõem o cotidiano. Na *vida loka* o proceder aparece como um meio pelo qual se consegue dar alguma forma diante das imprevisibilidades da vida (HIRATA, 2010).

Por outro lado, segundo Patrícia, essa é uma vida passada - “vida errada”, como é agora caracterizada por ela. Atualmente, Patrícia é fiel de uma igreja evangélica de denominação pentecostal, a única com sede no Jardim Milão. Ela frequenta todos os cultos e atividades realizadas, mobiliza a gramática religiosa em seu cotidiano e é reconhecida por seu engajamento e comprometimento com a igreja. Assim, ao se converter à igreja evangélica (antes

se considerava católica não praticante), Patrícia passou a compor e acionar suas redes, o que lhe permite realizar uma série de eventos e atividades na ocupação, como as festas comemorativas, a doação de cestas básicas e até a exibição de filmes infantis. Isto contribui para o fortalecimento de sua posição enquanto membra da associação de moradores, ao mesmo tempo em que essa atuação a posiciona, com o respaldo da associação, como uma pessoa importante dentro da igreja. Como faz questão de enfatizar, foi graças às suas articulações que a igreja que frequenta constituiu um ponto de oração no Jardim Milão ainda em meados de 2019 e uma sede em 2021.

A expressão de sua influência crescente tanto na igreja quanto na associação pode ser notada na celebração dos três anos do Jardim Milão. Todos os anos os membros da associação de moradores organizam uma comemoração na data que marca o início da ocupação. Nos dois primeiros anos a celebração foi feita com churrasco, música ao vivo e muitas bebidas. Já no terceiro ano, quando Patrícia ocupava uma posição central no cotidiano local, houve um evento bem diferente: a data foi festejada por meio de um culto de ação de graças realizado na sede da associação pela pastora à frente da igreja frequentada por Patrícia. Naquele dia estavam presentes, além de Patrícia, apenas um membro da associação de moradores e onze ocupantes do Jardim Milão. Os demais presentes eram membros da igreja, quase todos moradores de ocupações e bairros do entorno. Patrícia marcava ali sua posição e influência na gestão local, ainda que não tenha encontrado muito engajamento dos demais ocupantes e membros da associação, deixando ver as disputas internas ao grupo que está a frente do território.

A vida junto à igreja evangélica introduziu Patrícia em um universo de importância crescente na vida dos territórios populares, que faz uso de códigos, protocolos e modos de condutas próprios, que se distinguem daqueles mobilizados no “mundo do crime”. Mas se no campo moral, trata-se de universos distintos, na prática cotidiana eles são atravessados por cruzamentos e pontos de contato, realizados, sobretudo, pelo trânsito dos indivíduos que circulam entre um e outro (MARQUES, 2013), como Patrícia. Assim, se, de um lado, houve um afastamento de fato de Patrícia e João dos circuitos criminais, de outro, este afastamento e a conversão de ambos à religião evangélica não representou uma negação de suas redes de relações anteriores, mas uma acomodação de redes e repertórios distintos, que passaram a ser acionados de forma estratégica.

Ao investigar a conversão de um “irmão” do PCC a “irmão” da igreja, Vagner Marques (2013) ilustra esse trânsito entre o que ele vai chamar de duas redes de engajamento, a princípio, antagônicas, mas que coexistem a partir do trânsito dos indivíduos. Para o autor, a conversão ao pentecostalismo, tal como vem se configurando nas últimas décadas, não pode mais ser

pensada necessariamente como ruptura, mudança radical de comportamento e rejeição dos valores até então vividos, mas deve ser vista em sua permeabilidade, imposta pela realidade cotidiana na qual estão inseridos os indivíduos, na qual é preciso lidar com as disputas diárias que conformam o mundo social, uma vez que não é possível apenas negá-las<sup>148</sup>.

E é por saber transitar e mobilizar essas duas redes e repertórios que Patrícia passa a figurar como uma pessoa central na gestão do Jardim Milão. Capaz de mediar os mais distintos conflitos e tensões, ela sabe reconhecer aqueles que precisam “subir a hierarquia” - como ela se refere aos conflitos que precisam ser comunicados aos *irmãos* -, ao mesmo tempo em que ela tem sua legitimidade ancorada em seu pertencimento à igreja. Com o passar do tempo, também a participação na associação de moradores, a primeira experiência associativa do tipo em sua vida, introduziu Patrícia a outros espaços, atores e redes com importante atuação no território, como aquelas do clientelismo político, por onde circulam informações e benfeitorias. É por aí que o mundo público emerge como mais um universo no qual Patrícia passa a transitar.

Dessa forma, nas práticas cotidianas de Patrícia é possível ver o entrelaçamento dessas redes e repertórios em torno da organização prática da vida cotidiana, dos conflitos e fricções, dos acertos e desacertos que são estabelecidos em torno da consolidação do território e dos inúmeros desafios daí decorrentes. Isso faz de Patrícia uma conhecedora da arte de “sobreviver na adversidade”, nos termos colocados por Hirata (2010), expressão que se refere a esse saber se movimentar entre as fronteiras dos universos que compõem o mundo urbano, agenciando os códigos e repertórios de todos os lados. E é essa capacidade de circulação, de mobilização e tradução de repertórios, construída ao longo de sua trajetória de vida, que faz com que Patrícia seja uma pessoa de referência na associação de moradores, desde os menores conflitos entre vizinhos à disputas que precisam envolver outros atores ou, como ela diz, quando é preciso “subir a hierarquia”.

---

<sup>148</sup> Ao explorar a trajetória de conversão de seu interlocutor, o autor transcreve uma fala particularmente elucidativa desse trânsito entre as redes: “Quando tem alguma fita aqui na quebrada eu sou chamado para resolver, eu não vejo problemas nisso, mesmo sendo da igreja eu não posso deixar a favela bagunçar. Sempre que tem alguma necessidade, algum roubo, algo que compromete a ordem da favela os próprios moradores nos chama. Esses dias mesmo teve um nória que roubou a tiazinha aqui e deu um apavoro na tiazinha e na sua família. Isso não podia ficar assim, não é verdade? Os irmãos do partido se reuniram, o *disciplina* da quebrada, eu e mais dois irmão acionamos o debate para resolver essa situação. Achamos o maluco e resolvemos a situação. Ele teve que abandonar a quebrada e devolveu o que roubou. A *própria filha da tiazinha, que também é evangélica, acionou o partido para a situação*, peguei um porrete de madeira e levei o cara para o debate, por mim eu o matava na madeira, mas tem a igreja e o partido também. Não pode sair matando, é por isso que tem os debates. Em uma situação dessa você não vai orar, mas sim agir, a gente não pode deixar um monte de Zé bagunçar a favela e não só porque eu estou correndo na igreja que a coisa vai bagunçar. Tem que ter disciplina.” (MARQUES, 2013, p. 75, grifos nossos).



### *A construção da moradia*

Graças ao engajamento do casal na ocupação desde os primeiros dias, cada um teve direito a um lote. Ainda nos primeiros meses, João adquiriu mais um, no valor de 4 mil reais. O casal faz parte do pequeno grupo que efetivamente vive na ocupação desde o início: assim que os lotes foram distribuídos, levantaram um barraco, onde passaram a viver, enquanto construía a futura casa de alvenaria no outro terreno.

João se orgulha ao contar que está construindo a casa com as próprias mãos, aos poucos, trabalhando no tempo que lhe sobra - à noite, quando volta de um serviço, aos finais de semana e nos intervalos entre uma empreitada e outra. Algumas vezes, conta com a ajuda de um familiar ou de amigos, mas nunca chegou a pagar pela mão de obra.

No início de 2019, cerca de dois anos após o início da ocupação, estava trabalhando no acabamento da casa de três cômodos (sala, cozinha e banheiro) e a laje para o segundo andar, onde ficarão os quartos, já estava pronta. Àquela altura, o casal havia investido mais de 60 mil reais no imóvel apenas em material de construção, segundo um cálculo feito “por cima” por Patrícia. No início de 2022 o quarto do casal, no segundo andar, já estava pronto, e um segundo dormitório se encontrava em construção. Também a escada para a laje, onde ficaria a lavanderia, estava finalizada. Ou seja, em pouco mais de cinco anos o casal finalizou a casa de três pavimentos, com acabamentos e escada de granito - o sonho de João, o qual Patrícia mostrava com orgulho, indicando que só ali haviam investido 10 mil reais.

O alto investimento na moradia em um período de tempo relativamente curto foi possível graças às variadas estratégias e expedientes de composição de renda mobilizados pelo casal. Eles combinam os ganhos provenientes das empreitadas de João e dos vários empregos e *bicos* de Patrícia ao uso de cartões de crédito próprios e também de seus familiares. Neste ponto, o cartão de crédito, este artefato disseminado na vida urbana de maneira ampla, emerge como ator fundamental no processo de produção da casa própria e do espaço em geral, pois permite a aquisição do material de construção em maiores volumes e em um período de tempo mais curto (SCIRÉ, 2009). Somada à difusão do crédito entre as classes populares, a expansão das grandes lojas varejistas (como Telhanorte, Leroy Merlin, C&C, entre outras), com a oferta de produtos a preços mais baixos, em maior escala e com condições de pagamento facilitadas (como o parcelamento em cartão de crédito ou no cartão próprio da loja), também compõe os arranjos em torno da produção da moradia, substituindo, em alguma medida, os pequenos depósitos de materiais de construção locais.

Mas além dos artefatos que introduzem Patrícia, João e outros tantos moradores e moradoras das periferias nos espaços e redes de consumo e crédito, o casal conta ainda com

uma fonte de renda extra. Quando deixou a zona sul de São Paulo para se juntar ao marido do outro lado da cidade, Patrícia passou a alugar a casa em que vivia. A renda inconstante do aluguel (entre chegadas e partidas de locatários) figura como mais uma renda importante na viabilização da nova casa.

Isso não significa dizer, todavia, que não haja a permanência de inúmeros desafios e dificuldades enquanto elementos estruturadores do processo de autoconstrução da habitação. As piruetas realizadas na gestão do orçamento familiar, reconfigurado pelas mudanças no mercado de trabalho e somado à ampliação do acesso ao crédito (SCIRÉ, 2009), são um elemento estruturador da vida do casal. Um caso ilustrativo deste processo aconteceu no início de 2019, quando João foi contratado para trabalhar em uma grande obra por um período de 6 meses. Antecipando a quantia que iria receber até o fim do trabalho, o casal parcelou no cartão de crédito os materiais para avançar na construção do segundo andar. No primeiro mês, João recebeu o salário integral; no segundo, recebeu a metade; depois disso, ficou dois meses sem receber e, então, parou de trabalhar. Apesar do abatimento do marido, Patrícia se conformava dizendo que isso era bom para eles aprenderem, pois João é *autônomo* e, portanto, não poderiam fazer dívidas com base em uma renda que era inconstante.

A trajetória de Patrícia e João é, assim, elucidativa das estratégias variadas que são acionadas para viabilizar a construção da moradia, as quais combinam os ganhos inconstantes do trabalho, o uso de cartões de crédito e o aluguel de uma moradia que foi herdada (expressão da consolidação dos territórios periféricos e das mudanças geracionais, um tema importante, mas que não teremos condição de trazer aqui), passando pelos recursos provenientes dos mercados informais e ilegais que também compõem as economias populares.

Ilustrativo deste ponto é o fato de que João, ainda que afastado dos circuitos criminais, tenha como um de seus “patrões” o *traficante* que investe na construção de pequenos edifícios com quitinetes para aluguel no Jardim Milão. Dessa forma, o excedente dos mercados da droga pagam o salário de João, que é responsável pela construção de habitações de aluguel em uma ocupação de terra nas franjas da cidade (como visto no capítulo três), ao mesmo tempo em que viabiliza a construção da própria moradia de João. Isso significa dizer que é um dinheiro oriundo dos mercados criminais que circula e alimenta as grandes lojas de materiais de construção e bandeiras de cartão de crédito, transitando entre as fronteiras da legalidade e se materializando no espaço. São circuitos da economia que se cruzam e se alimentam mutuamente: dos valores que são transacionados nos mercados populares entre *bicos* e pequenos empreendimentos populares àqueles que passam por dentro dos circuitos financeiros globais, legais e ilegais, e que aterrissam nos territórios, transformando-os. Como nos lembra

Feltran (2014), o dinheiro se move indiferenciadamente por mercados legais, ilegais ou ilícitos, conectando sujeitos e economias, e também territórios<sup>149</sup>.

Mas se há uma expansão das conexões que ligam os mercados financeiros globais às ruas de terra do Jardim Milão há também muitos interditos e inserções desiguais nesses circuitos econômicos. A desigualdade na maior ou menor capacidade de acessar redes e recursos financeiros impacta, nestes casos, as formas de acesso e as condições de moradia: como visto nos capítulos que compõem a Parte II, há uma hierarquização entre as ocupações a partir do montante de investimentos materializado em sua produção e consolidação, o que reverbera nas condições mais ou menos precárias de moradia, bem como em suas maiores ou menores chances de permanecer. Por consequência, essa dinâmica reverbera sobre o perfil de famílias e indivíduos que acessam e conseguem se manter em cada um desses territórios.

Essas são questões que emergem da realidade cotidiana vivida por Patrícia e João, e por tantos outros moradores e moradoras das periferias de São Paulo, mas que extrapolam a micro conjuntura na qual se processam e nos informam sobre os vetores que estruturam a ordem urbana nos dias atuais - em particular, sobre as formas de circulação de riqueza e as estratégias atualizadas de *viração* em um mundo urbano que combina pobreza e riqueza, gerando novas sínteses em termos de desigualdade urbana. E são elas que precisam ainda ser melhor compreendidas em suas engrenagens.

Nos próximos dois capítulos vamos nos aproximar dessas questões a partir do processo de consolidação e gestão cotidiana do Jardim Milão - em suas disputas, negociações, acertos e desacertos que vão dando os contornos particulares a esse território estabelecido nas franjas da cidade, mas com conexões e articulações que extrapolam, em muito, seus limites físicos.

---

<sup>149</sup> Toda uma outra pesquisa poderia ser feita perseguindo os circuitos econômicos por onde circula o dinheiro que está se materializando nas moradias e territórios em formação nas periferias da cidade. Com certeza uma pesquisa como essa seria capaz de elucidar outras dimensões do processo de produção do espaço urbano, iluminando as articulações entre economias globalizadas legais, ilegais e ilícitas em sua aterrissagem nos territórios, por meio dos diferentes atores implicados nestes processos, com escala de atuação distintas. Infelizmente, não teremos fôlego para abrir mais essa importante frente de investigação.

## **5 A gestão do cotidiano em meio a precariedades e insegurança**

Constituída em meio à *zona cinzenta* onde se embaçam as fronteiras do formal e informal, legal, ilegal e extra-legal, o Jardim Milão precisa lançar mão de uma série de arranjos e acordos que sustentam a sua permanência de maneira muito precária e instável, e criam as condições de reprodução da vida de quem ali vive. Essa zona nebulosa, como já dito anteriormente, não é assim configurada por uma suposta dimensão caótica, anárquica ou indiscernível nas relações que a constituem, mas é assim nomeada na medida em que os códigos, regras e normas que a sustentam precisam ser renegociadas e reafirmadas a todo momento. Dessa maneira, muito distante de uma imagem de confusão ou ausência de regras, a gestão do Jardim Milão nos introduz a uma série de práticas adotadas pela associação de moradores na construção de um cotidiano que é sustentado por protocolos, procedimentos e artefatos que tentam lidar com a imprevisibilidade e suscetibilidade dos acordos estabelecidos, o que nem sempre é possível.

É neste fazer cotidiano que se encontram, uma vez mais, os diferentes atores implicados na trama urbana que se estrutura em torno da ocupação, como a associação de moradores, os sócios da empresa de ônibus, o advogado, o contador, os operadores do Estado e das forças da ordem, os homens do crime, o vereador e suas redes políticas e a ONG-movimento. Como se vê, uma multiplicidade de atores, que mobilizam redes de escalas e recursos variados, situados em diferentes e hierárquicas posições de poder, compõem os jogos tramados em torno da consolidação do território. A associação de moradores é o ponto nodal dessa rede, na medida em que é o ator incumbido da gestão do cotidiano da ocupação, responsável por estabelecer os acordos que garantem a permanência no território, bem como sua consolidação. Portanto, identificar e compreender as práticas mobilizadas na gestão do cotidiano e seus impactos sobre a conformação do território é o objetivo deste capítulo.

### **5.1 Associação de moradores: negociando presente e futuro**

A associação de moradores exerce um papel central na gestão do cotidiano do Jardim Milão, sobretudo no que se refere à organização prática da vida cotidiana. E esta não é uma tarefa fácil ou simples. É preciso gerir as demandas coletivas, os interesses, vontades, acertos e desacertos diários entre uma multiplicidade de indivíduos que enfrentam as dificuldades de manter a vida em uma situação de grande instabilidade. Quer dizer, a associação responde aos imperativos organizacionais que são próprios da vida urbana, na medida em que a lógica

associativa faz parte da tessitura do mundo, assumindo contornos particulares a depender das (micro e macro) conjunturas nas quais se constitui. E são esses contornos que nos interessa aqui identificar.

No caso do Jardim Milão, a associação precisa dar conta dos dilemas que estão postos no presente, isto é, de tudo aquilo que se refere ao cotidiano coletivo do território. E também do futuro, por se tratar do ator imbuído da missão de pavimentar o caminho (em certa medida, literalmente) da transformação da *ocupação* em *bairro*. O projeto de construção do futuro *bairro* é compartilhado por todos os ocupantes, uma imagem sempre mobilizada para lembrar e apontar para o objetivo que estão perseguindo de forma coletiva e orientada.

E o que está contido neste projeto é a necessidade de superar as precariedades relacionadas à *ocupação* para conseguir torná-la um *bairro*. Precariedades que são físicas (da ordem da infraestrutura urbana) e legais (situação fundiária). Ou seja, é a busca pelo *progresso* o que orienta o trabalho da associação de moradores, uma busca que se dá por meio de diferentes conexões e relações que se fazem e se desfazem em meio ao embaralhamento das fronteiras do formal/informal, do legal/ilegal e extralegal.

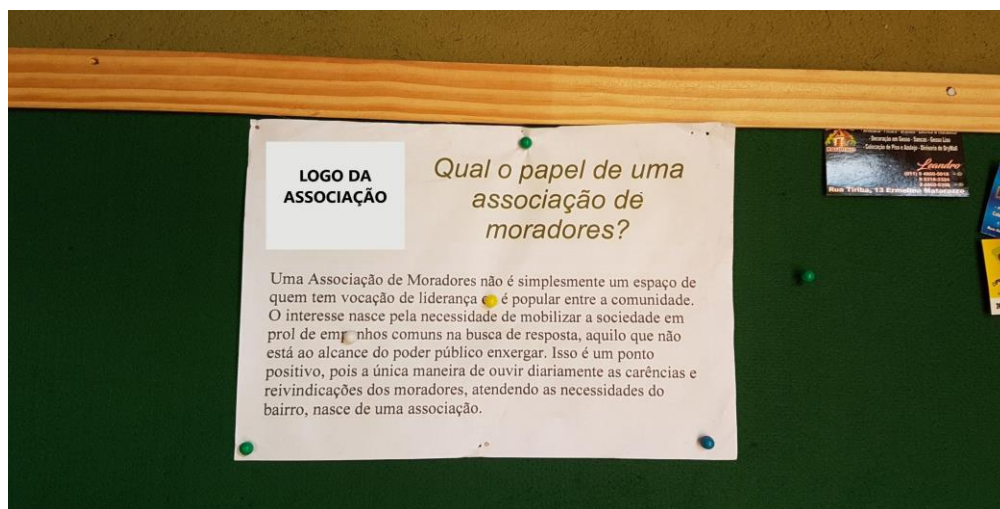
Desde os primeiros meses de existência do Jardim Milão, o modo de organização deste coletivo baseia-se em um modelo de estatuto de associação de moradores. Ele contém regras e competências que foram pactuadas pelos coordenadores e que orientaram a atuação da associação a partir daquele momento, mesmo quando a entidade ainda não estava formalizada<sup>150</sup>.

A primeira formação da associação espelhou o grupo que esteve à frente de sua formação, as chamadas “lideranças” que organizaram a empreitada. O modelo que lhes serviu como inspiração foi o estatuto da ocupação Jardim da Amizade - que, como visto anteriormente, foi a referência para as demais ocupações que se estabeleceram a partir dela. Dentre as regras pactuadas estava a proibição de comercializar lotes durante o primeiro ano, a exigência da permanência diária por três horas no local, bem como a participação nas atividades coletivas em torno da transformação da terra, dentre outras regras que orientavam as condutas dos ocupantes e estabeleciam o escopo e os modos de atuação da associação de moradores.

---

<sup>150</sup> O Código Civil brasileiro de 2002 não determina regras específicas para a constituição e funcionamento das associações da sociedade civil. Já para seu registro em cartório e inscrição como pessoa jurídica diversos protocolos precisam ser adotados. A formalização da associação de moradores do Jardim Milão aconteceu apenas em 2018 e contou com o apoio de uma advogada para auxiliá-los no processo, como visto no capítulo anterior.

Figura 20 – Folheto explicativo sobre o papel da associação pregado na sede



Fonte: Acervo pessoal de Martim Ferraz (dez. 2018).

A sede da associação é uma construção simples, com paredes de madeirite e chão de cimento batido, dividida em sala, cozinha e dois banheiros, masculino e feminino, além de uma área externa coberta, onde são realizadas as reuniões e confraternizações. Os móveis foram todos recebidos em doação e compõem o ambiente com sofás, uma televisão antiga, geladeira, filtro de água, algumas mesas e armários. Ao longo dos primeiros anos, além de se configurar como um ponto de apoio para os ocupantes em um momento no qual quase não havia moradias no Jardim Milão, a sede era o local onde era preciso passar diariamente para assinar o *caderno de presença*, o artefato que permitia comprovar o cumprimento da permanência diária de três horas no local exigido pelo estatuto.

Figura 21 – Sede da associação de moradores da ocupação Jardim Milão



Fonte: Acervo pessoal de Martim Ferraz (2018).

O registro dos ocupantes é um ponto importante do trabalho realizado pela associação. A *ficha cadastral* é um documento no qual são coletados os dados pessoais do responsável pelo lote e de toda sua família, acompanhados por fotos 3x4 de todos. Isso vale para todo mundo, menos para os *irmãos*: “não dá pra ter as informações deles todas aí, né?”, nos lembrou um membro da associação. Nestes casos o registro é feito em nome da esposa ou de outro familiar. Este é um cuidado importante, uma vez que as fichas, preenchidas em papel, ficam armazenadas em um arquivo, na sede da associação, que poderia ser facilmente arrombado, expondo as informações pessoais ali armazenadas.

Figura 22 – Ficha cadastral utilizada pela associação de moradores

FICHA CADASTRAL				Nº Registro	
NOME					
Endereço (Logradouro, Número, Andar, Apartamento)					
Bairro (Distrito)				Município / UF	
				SÃO PAULO/SP	
				CEP	
Natural		DATA DE NASC.	IDADE	GRAU DE ESCOLARIDADE	PROFISSÃO
Nacionalidade		Estado Civil	R.G / (RNF)	Data emissão	Órgão
CPF		Título de Eleitor	Zona / Seção	Telefone Residencial	Telefone Cel
INFORMAÇÕES DO CONJUGÊ					
NOME		IDADE	DATA DE NASC.	GRAU DE ESCOLARIDADE	PROFISSÃO
			R.G / (RNF)		
INFORMAÇÕES DOS FILHOS				NÚMEROS DE FILHOS	
				0	
NOME		IDADE	DATA DE NASC.	GRAU DE ESCOLARIDADE	FILHO ESPECIAL / QUAL ?
PROGRAMA SOCIAIS?:					
São Paulo					
ASSINATURA : _____					
0					

Fonte: Acervo do Jardim Milão.

A realização do cadastro é uma atividade constante, na medida em que, a cada transação envolvendo a compra e venda de lotes, é preciso atualizar os dados relativos aos novos ocupantes. Além disso, deve-se pagar um valor pela transferência de lote, que é cobrado pela

associação de moradores (não nos foi informado o valor cobrado por tal taxa). O que constitui uma das várias formas por meio das quais a associação financia suas atividades, ou melhor, o *progresso* da ocupação.

No cotidiano do Jardim Milão a ideia de *progresso* é acionada de forma bastante concreta: é a melhoria feita na rede elétrica ou nas ligações de água, é a concretagem das ruas ou o aumento do número de moradores vivendo no local, seja em moradias próprias ou de aluguel.

[...] nosso bairro está cada dia mais se tornando um exemplo de ocupação onde quase todos entenderam o modelo de prefeitura e estamos a frente na infraestrutura e na organização deste bairro que um dia era só barracos e poucos sonhos, hj já estamos no nível de 70% de casas já construídas e em andamentos, temos já no bairro 15 casas alugadas e mais 15 casa em andamento para futuros aluguéis, isso nos trás mais moradores para o bairro e isso é muito bom” (Mensagem de Patrícia no grupo de WhatsApp, 11/02/2022).

São vários os indícios mobilizados para indicar o *progresso* da ocupação, uma conquista que, como é sempre lembrado e ressaltado, não é feita sem recursos financeiros.

[...] querer *progresso* é fácil, dizer que não tá sendo feito nada é fácil, o difícil é ir atrás do *progresso* sem verba. Se vc não tá pagando, como quer exigir de nós ou falar que não tem *progresso*? Poucos lembram que no estatuto tem a cláusula do valor da carteirinha pra manutenção do bairro, então se vc não paga, não tem direito. Então, se há interesse de usufruir das melhorias é preciso acertar os débitos, ok? E saiba que quando vc não comparece, não paga, não cuida do que está ainda conquistando, pode ficar sem seu sonho. (Mensagem de um membro da associação no grupo de WhatsApp, 31/08/2020, grifos nossos).

O levantamento de recursos financeiros aparece, assim, como uma importante função da associação, seja por meio da criação de taxas que são cobradas dos ocupantes, seja pela construção de *parcerias*, quando buscam doações (de dinheiro ou de materiais de construção, por exemplo), ainda que isto ocorra com menos frequência. Nesse sentido, a cobrança da *carteirinha* é uma das formas pelas quais se financia o *progresso* do Jardim Milão. Trata-se de um valor mensal de 30 reais que cobre os custos considerados básicos, que vão dos serviços de pessoas contratadas, como advogado, contador, secretariado e serviços gerais, às pequenas obras de reparo e manutenção das redes de infraestrutura existentes, como a compra de fiação, canos, escada e toda sorte de instrumentos e materiais necessários para a realização do trabalho de manutenção.

Patrícia é uma das pessoas que já foi contratada pela associação de moradores. Durante alguns meses do ano de 2018 recebeu um salário mínimo para se dedicar integralmente ao



trabalho de secretariado, realizando o cadastro dos ocupantes, a cobrança da *carteirinha*, entre outros serviços e mediações entre a associação e os ocupantes. Após alguns meses atuando de forma remunerada, no entanto, seu pagamento foi suspenso - uma decisão tomada pelos demais membros da associação com a justificativa de que o valor do seu salário sobrecarregaria as contas da associação. Apesar de não receber mais pelo serviço, ela segue como a responsável por realizá-lo, mas desde então precisa dividir seu tempo entre o trabalho não remunerado dedicado à ocupação e os *bicos* e serviços que voltou a realizar.

Um segundo membro da associação também recebe salário. No seu caso, para realizar o trabalho de manutenção das redes de água e energia elétrica que constantemente demandam reparos. Por tal serviço recebe 600 reais ao mês. Mauro é uma espécie de “faz tudo” da ocupação, como ficará evidente no próximo capítulo.

Se o valor arrecadado mensalmente é central na gestão do dia a dia, ele não é suficiente para os investimentos de maior porte necessários para a consolidação do território em termos de infraestrutura urbana, tal como planejado pela associação de moradores. Nas ocasiões em que é acordada a realização de algum grande investimento – como a instalação de uma rede de coleta de esgoto, por exemplo – há a cobrança de uma *taxa extra*, referente ao valor total do serviço dividido pelo número de lotes. E essas taxas não são tão excepcionais como poderia parecer. Em primeiro lugar, pela própria estratégia adotada pela associação de moradores - conforme visto no capítulo três, há uma aposta em mimetizar o que é tido como bairro formal na busca por reproduzir os critérios de legitimidade do Estado e, assim, garantir melhores chances no pleito pela permanência e regularização do território. Em segundo lugar, por conta da precariedade intrínseca aos processos de provisão de infraestrutura urbana, tal como se estabelecem nesses territórios, em que a todo momento é preciso refazer ou reparar o trabalho, executado de maneira precária, fragmentada e irregular.

Aos que possuem dificuldades em arcar com todos os custos exigidos é dada a possibilidade de quitar suas dívidas por meio do trabalho. Desta maneira, no lugar do pagamento em dinheiro da *carteirinha* e das *taxas extras* é possível dedicar tempo de trabalho à ocupação, seja capinando as ruas, ajudando no assentamento de britas ou espalhando o concreto pelas ruas, entre outros serviços manuais e pontuais, ainda que constantes. Além disso, é possível parcelar os débitos junto à associação, débitos cujas parcelas passam a ser acrescidas ao valor da *carteirinha*, ou ainda utilizar o cartão de crédito por meio de uma operação na qual o morador em débito assume a compra de algum material necessário à ocupação em lojas que permitam o parcelamento.

Todas essas transações financeiras realizadas pela associação de moradores são organizadas por Patrícia, atual tesoureira da associação. Ela conta com o apoio de um contador que recebe 150 reais ao mês para dar suporte ao trabalho diário realizado por ela. A dupla se reúne uma vez ao mês para fechar o balanço mensal dos custos e gastos realizados pela associação.

Neste ponto, um aspecto merece destaque: o contador é mais um sócio da empresa de ônibus que atua na região. Sua presença indica que mesmo após os conflitos que acabaram na *troca de ideias* e que resultaram no afastamento do outro sócio (advogado) da coordenação da ocupação (como visto no capítulo três), a empresa segue com atuação importante na gestão do território, na medida em que o contador tem acesso a todos os dados de recursos gastos: quanto, onde, como e com quem. Ademais, a permanência desse ator (a empresa de ônibus) em posições relativas à gestão cotidiana do território nos oferece mais um indício dos seus interesses sobre o território e em sua consolidação, envolvendo-o mais e mais neste mercado de terra e moradia que se constitui nas bordas da cidade, como argumentamos anteriormente.

Os custos e gastos realizados pela associação de moradores costumam ser objeto de prestação de contas por parte de seus membros, ainda que esta não seja uma atividade realizada de forma sistemática e periódica. De tempos em tempos, os membros da associação convidam os ocupantes a irem até a sede para conferir toda a documentação armazenada relativa aos gastos realizados – entre orçamentos, comprovantes de compras e notas fiscais. Em outras vezes, alguns desses documentos são publicados no grupo de WhatsApp, uma ação que é realizada, sobretudo, nas ocasiões de maior tensão com os ocupantes, tanto com aqueles que questionam os valores gastos, quanto com os que não cumprem com os pagamentos acordados. Nessas situações, a prestação de contas é utilizada como uma maneira de pressionar esses ocupantes a arcarem com os pagamentos atrasados (embora os nomes daqueles que estão inadimplentes nunca sejam publicados no grupo).

Por fim, além de todos os artefatos mobilizados no trabalho de gestão, a associação também é responsável por organizar *reuniões* com os ocupantes, as quais acontecem com alguma frequência, apesar de não serem periódicas. Elas ocorrem, em especial, quando decisões de maior impacto sobre o território e/ou sobre sua população precisam ser tomadas, como aquelas que envolvem um investimento de maior porte, por exemplo. Mas, a despeito da insistência na convocação, esses espaços costumam ser bastante esvaziados, contando com a presença de alguns poucos ocupantes, em sua maioria *moradores*.

Bom dia. É muita falta de responsabilidade e respeito ser marcada uma reunião e não comparecer os maiores interessados, com isso quem perde são vcs que não tem conhecimento do que está acontecendo no próprio bairro. Estamos numa fase que precisamos estar unidos e pra acontecer as coisas, vcs tem que estar somando com a gente. (Mensagem de um membro da associação no grupo de WhatsApp, 31/08/2020).

A depender da decisão a ser tomada, como nas ocasiões em que é preciso priorizar algum investimento, podem ser organizadas reuniões diferentes - uma com os *moradores*, que detêm o poder de decisão, e outra com os *donos de lote*, na qual a decisão tomada pelo primeiro grupo é apenas informada.

Uma das primeiras reuniões que acompanhamos no Jardim Milão, em junho de 2018, foi com os *donos de lote*. Na ocasião, o debate girava em torno da reavaliação da decisão anterior que deliberou pela instalação de uma rede de coleta de esgoto. Naquele momento, por conta dos processos ambientais que recaíam sobre lideranças da ocupação Jardim da Amizade pelo mesmo motivo, a associação avaliou que a conjuntura política local não estava favorável às ocupações e às negociações (extralegais) travadas com os agentes públicos. Como nos foi explicado, alguns dias antes, uma reunião com a mesma pauta havia sido realizada com as pouco mais de 30 famílias que, à época, moravam na ocupação, na qual teria sido decidido trocar a instalação do esgoto pela realização de melhorias nas ruas, o que foi definido pelas famílias como investimento prioritário.

Dessa forma, a decisão seria apenas comunicada aos *donos de lote*, não sendo possível a sua revisão, uma vez que o critério, naquele momento, pautava-se pelas necessidades dos *moradores*. Afinal, são eles que experimentam, no cotidiano, as dificuldades de viver no local. Com o tempo, diante do aumento progressivo de *moradores*, essas reuniões fragmentadas deixaram de ser realizadas, o que não significou, todavia, o fim das tensões entre os grupos. Há interesses conflitantes entre aqueles que vivem no local e enfrentam todos os desafios oriundos de sua precariedade urbana, e aqueles que apenas seguram o lote, sem dar nenhuma destinação à terra - pelos mais diferentes motivos, que vão da incapacidade de mobilizar os recursos necessários para a construção até a decisão de esperar por maior segurança para investir na terra, como visto ao longo dos capítulos da Parte II.

Boa noite, só um recado, nós não estamos aqui pra tomar conta de lote de ninguém, principalmente de quem não tá nem aí com a responsabilidade da ocupação. Então só um alerta: os lotes que estão aí vazios, sem nada, só com o mato e sem proprietário presente, não nos responsabilizamos por estes lotes, então não vem cobrar nada da associação, a obrigação de zelar pelo seu lote é sua, não nossa, não cabe a nós descobrir nada, se sumiu foi porque talvez vc não cuidou e se por

algum acaso alguém se apropriar, também não vamos ir lá tirar, blz? *Se vc é dono de lote e sumiu, há meses sem comparecer, talvez não esteja precisando né?* (Mensagem de um membro da associação de moradores no grupo de WhatsApp, 05/11/2020, grifos nossos).

A presença de moradores e a efetiva ocupação de todos os lotes são pontos de fricção constante no Jardim Milão, pois relacionam-se à estratégia construída pela associação de moradores para se firmar como uma ocupação *popular*, formada por e para quem *precisa*, como ficará ainda mais evidente até o final desta Parte III.

Para tentar contornar as dificuldades de mobilização e organização dos ocupantes, em outubro de 2020 o Jardim Milão passou a contar também com uma organização baseada nos *líderes de rua*. São duas ou três pessoas que passaram a atuar como representantes de cada rua e a organizar as demandas e decisões relativas àquela pequena porção do território. A esses grupos menores foi dada autonomia para decidir e investir em melhorias, desde que isso não signifique a interrupção do pagamento da *carteirinha*, relativa a todo o território da ocupação.

Ainda que isso represente uma maior fragmentação da gestão territorial local, há a manutenção de outros dispositivos que buscam manter a coesão na totalidade do Jardim Milão. A realização dos *mutirões* é um deles. De tempos em tempos, os ocupantes são convocados para os *mutirões*, que via de regra são organizados para os dias de intervenção nas ruas (para assentar britas ou espalhar o concreto) ou para o auxílio de Mauro na realização de pequenos reparos na rede elétrica ou de água.

No geral, os *mutirões* são realizados aos finais de semana, feriados ou durante à noite, e constituem outro ponto de tensão constante em decorrência do baixo comparecimento dos ocupantes, o que gera uma série de cobranças, acusações e toda sorte de conflitos. Ainda assim, são parte importante do contínuo trabalho em busca do *progresso*, que, como é possível notar até aqui, é perseguido por meio da combinação de diferentes estratégias e formas de engajamento dos ocupantes. Formas que vão dos custos financeiros que precisam ser arcados por todos à realização de *mutirões*, nos quais se espera a dedicação de tempo e de trabalho despendidos por *moradores* e *donos de lote* na transformação da terra, sem remuneração e sem qualquer outra contrapartida que não o comprometimento com o *progresso*.

Figura 23 – Mutirão de trabalho nas ruas



Fonte: Acervo do Jardim Milão (2020).

Vistos daí, em sua forma e desconectados das demais práticas acionadas em torno da produção do espaço, os *mutirões* realizados aqui lembram outros mutirões (MARICATO, 1982) que compuseram os modos de fazer de uma lógica comunitária que deu origem a tantos territórios na metrópole paulista até meados dos anos 1980, evocada, inclusive, pelo próprio uso do termo feito entre os ocupantes de hoje<sup>151</sup>. No entanto, como esperamos que já esteja claro até aqui, ainda que seja possível apreender modos de fazer em torno da transformação da

---

<sup>151</sup> Segundo Maricato (1982), os mutirões constituem prática secular de sociabilidade popular e autoajuda, com origens no mundo rural, indicando processos de trabalho fundados na cooperação entre as pessoas, na troca de favores e nos compromissos familiares e de vizinhança. A lógica dos mutirões alcançou as cidades acompanhando os movimentos daqueles que migraram e se transformou, passando a compor os arranjos práticos da vida cotidiana daqueles que vivem nos territórios autoconstruídos, combinando-se a outras relações de trabalho, como é o caso do Jardim Milão. Nada ou pouco tem a ver, portanto, com os mutirões dos movimentos populares de moradia pautados na autogestão, que se inserem em outra lógica de produção e construção da moradia e do espaço urbano. Há uma longa linhagem de trabalhos e debates sobre a produção autogestionária da habitação e o papel do mutirão neste processo. Sobre o assunto, ver, entre outros: USINA-CTAH, 2015.

terra que reverberam a história de urbanização de São Paulo, o processo de formação destas novas ocupações se dá em meio a outros jogos de referências e de composição entre atores, repertórios e interesses frente aqueles que deram sentido à lógica comunitária responsável por dar origem a largas porções do tecido urbano paulistano.

Toda essa série de procedimentos, protocolos e artefatos construídos e mobilizados na gestão do cotidiano local respondem às necessidades organizativas da vida coletiva. Uma tarefa que se torna ainda mais imperativa diante das incertezas que pautam o cotidiano daqueles e daquelas que vivem nas ocupações de terra, decorrentes da ausência de infraestrutura urbana e serviços públicos, em que sequer a permanência no território está garantida, deixando-os suscetíveis às variações e instabilidades dos acordos estabelecidos em meio aos jogos de poder nos quais estão implicados.

Dessa forma, esse cotidiano sustentado de forma precária pode ser, e muitas vezes é, irrompido por conflitos variados que reorganizam as relações estabelecidas. São os conflitos constantes com os operadores do Estado que atuam nas fronteiras do legal, ilegal e do extralegal, oscilando entre a repressão e a tolerância. Também conflitos internos entre atores diretamente implicados na produção e gestão do território, com distintos interesses no processo que, por vezes, entram em colisão, impondo novas rodadas de negociação e rearticulação dos atores envolvidos.

Em meio a esse cotidiano de incertezas e negociações constantes, o advogado emerge como uma figura importante por ser ele o ator imbuído em lidar com esses, e tantos outros conflitos que tensionam a permanência da ocupação, além de ser a figura central na construção das estratégias pelo reconhecimento do território junto aos Poderes Públicos.

## **5.2 A construção pública e jurídica da ocupação popular**

Garantir a permanência da ocupação e o seu reconhecimento junto ao poder público sempre esteve no horizonte das lideranças articuladas em torno do Jardim Milão. Dessa forma, todo o processo de transformação da terra e de consolidação do território foi construído visando a este objetivo.

Dentre as estratégias mobilizadas ao longo dos anos, a presença de um advogado particular atravessa toda a trajetória do Jardim Milão, com importante papel nas mediações e arranjos construídos em torno da ocupação em suas diferentes fases. Isso se deu no período de formação, quando o advogado que era sócio da empresa de ônibus exerceu um papel relevante para a garantir sua permanência, como visto no capítulo três; nos conflitos que giram em torno da transformação da terra, sobretudo naqueles que acabam sendo judicializados (como no caso

dos processos por infrações ambientais que recaem contra alguns ocupantes); e na construção da argumentação jurídico-legal no pleito pela regularização fundiária. Assim, em suas atividades, o advogado é posto em relação com distintos atores e espaços de mediação e negociação, transitando, também ele, nas fronteiras e interfaces do legal/ilegal, formal/informal.

Ainda no primeiro ano de ocupação, após a destituição do advogado sócio da empresa de ônibus, uma advogada passou a exercer a função. Durante quase quatro anos, foi ela a responsável por monitorar a possível abertura de processos judiciais contra o Jardim Milão e fazer a defesa daqueles que respondem individualmente a processos criminais relativos a denúncias por movimentações de terra. Foi ela, ainda, a responsável por auxiliá-los no momento de formalização da associação de moradores. O valor pago à advogada era de 1.700 reais ao mês, e sua chegada à ocupação se deu por meio da indicação do então presidente da associação de moradores.

Em determinados momentos, o pagamento mensal à advogada foi questionado e chegou a ser tema de discussão entre a associação e os ocupantes. No entanto, diante de cada nova remoção que acontecia nas redondezas, a importância da advogada era reafirmada como uma estratégia importante para contornar a ameaça constante que paira sobre a permanência desses territórios e populações situados nas *zonas cinzentas*.

No início de 2021, quando se aproximava a data em que a ocupação faria cinco anos de existência e, portanto, em que se completaria o prazo necessário para reivindicar o usucapião da terra previsto pela Constituição Federal, um novo advogado foi contratado. O advogado chegou ao Jardim Milão por meio de Fábio, de quem é amigo pessoal e a quem auxiliou em outras situações de conflito com a Justiça. Com um histórico de atuação nas áreas civil e ambiental, há anos tem como clientes empresas de aluguel de caçambas que fazem coleta de entulho por todo o Estado de São Paulo. Segundo o advogado, a atividade dos clientes gera diversas denúncias ambientais, o que o motivou a se especializar na área - um conhecimento particularmente importante nesta região, caracterizada pelas fragilidades ambientais e pelos conflitos fundiários decorrentes delas.

O objetivo da nova contratação era dar início ao processo de regularização fundiária da área, que poderia ter início dali a alguns meses, graças a um boletim de ocorrência registrado contra alguns ocupantes em agosto de 2016 (relativo a práticas enquadradas como infrações ambientais), que agora funcionaria como comprovação do período de existência do território. Além disso, o advogado também precisaria enfrentar as novas ameaças que então surgiam contra a permanência da ocupação.

No final de 2019, funcionários da subprefeitura estiveram na ocupação após receberem um ofício do Ministério Público (MP) acerca da existência de denúncias contra um suposto “loteamento clandestino” realizado na área do Jardim Milão. Segundo o relato desses agentes, o MP solicitou à subprefeitura que instaurasse uma investigação sobre as atividades no local, bem como a suspensão das obras e o desfazimento das construções já existentes.

Importante lembrar que naquele momento a subprefeitura da região já estava sob a gestão de um subprefeito indicado pelo vereador que tem crescido sua influência na zona norte por meio do apoio, dentre outros, às ocupações de terra. Um elemento que talvez explique a postura adotada pelos agentes públicos naquele dia: após informarem a associação da solicitação do MP, os dois funcionários passaram a tarde em um dos pequenos estabelecimentos da ocupação, conversando e tirando dúvidas dos ocupantes<sup>152</sup>. Logo de saída, deixaram claro que a subprefeitura não tinha a intenção de removê-los, mas que não poderiam ficar inertes ao ofício do MP. Era preciso, assim, elaborar uma estratégia conjunta que construísse o Jardim Milão como uma ocupação *popular*, o que significava dizer naquela situação, uma ocupação sem relações mercantis com a terra - em oposição ao *loteamento*, portanto.

De maneira geral, a estratégia construída consistiu em criar os critérios de legibilidade e legitimidade da ocupação enquanto território formado pela *necessidade de morar* das famílias - em contraponto ao *loteamento clandestino*, objeto de investigação e repressão da Promotoria. Uma estratégia que já era adotada pela associação desde as primeiras semanas, presente nos discursos de seus membros e expressa, entre outras ações, na cobrança persistente para que todos os *donos de lote* construíssem e ocupassem sua terra. Havia um entendimento compartilhado entre os membros da associação de que não era possível reivindicar o critério de *necessidade* mantendo lotes vazios no local.

Os funcionários da subprefeitura forneceram diversas orientações sobre os órgãos públicos que deveriam procurar na busca por formalização e como se apresentar publicamente nestes espaços, além de informações relativas aos meandros da institucionalidade para o caso em questão. Os funcionários ainda se comprometeram a responder ao ofício do Ministério Público informando que teriam feito a diligência no local e constatado não haver indícios de parcelamento irregular do solo e comercialização de lotes, mas de uma ocupação organizada por *famílias pobres*, com a presença de associação de moradores - mais um elemento que,

---

<sup>152</sup> A conversa com os funcionários públicos foi gravada e instantaneamente compartilhada no grupo de WhatsApp da ocupação, uma prática cada vez mais comum entre os membros da associação de moradores. Foi por meio dos áudios, e de conversas posteriores realizadas com alguns integrantes da associação sobre o tema, que constituímos este episódio da ameaça do MP aqui.



segundo os funcionários, atestaria o caráter *popular* do território. Dessa maneira, sentados na pequena mercearia instalada na ocupação, agentes do Estado e ocupantes construíam estratégias conjuntas para evitar a denúncia do Ministério Público e, ao mesmo tempo, obter o reconhecimento e a formalização do território junto ao ordenamento urbano estatal.

A denúncia do MP coincide com o período de contratação do novo advogado, que ficou então responsável por contestar a denúncia e, ao mesmo tempo, construir o argumento jurídico-legal para pleitear a regularização fundiária de interesse social. Sua estratégia jurídica seguiu aquela adotada pela associação, com o apoio da subprefeitura: a de positivar o Jardim Milão como ocupação *popular*, com *função social*, nos termos agora acrescidos pelo advogado. Uma estratégia que, ademais, reverbera as conquistas oriundas da ação política do hoje chamado campo democrático popular, que legitimou, junto ao poder público e à sociedade civil, esses processos de ocupação da terra para fins de moradia como constituidores de direito social (SANTOS, GUERREIRO, 2020). Direito que é agora evocado em meio a processos profundamente diversos daqueles que lhe deram origem.

As primeiras orientações do advogado apontaram no mesmo sentido daquelas dos agentes públicos: garantir a ocupação efetiva de todos os lotes; proibir a existência de mais de um lote cadastrado por pessoa (nestes casos, foi aconselhado que registrassem no nome de outro familiar)<sup>153</sup>; e, por fim, construir um dossiê contendo fotos de todos os *eventos sociais* realizados ao longo dos anos, mais uma marca que atestaria a ocupação com fim *social*<sup>154</sup>.

Em paralelo, o advogado deu início à preparação dos documentos necessários para dar entrada no processo de regularização fundiária de interesse social, um processo moroso e que envolve uma série de etapas e burocracias. A começar pela investigação da titularidade da área, o que, como visto, não é tarefa fácil dada a própria configuração fundiária nebulosa característica da região. Em todo caso, trata-se de etapa importante do processo, na medida em que existem instrumentos e argumentos distintos para o caso de a área ser pública ou privada.

Todavia, como nos explicou o advogado, mais do que garantir a regularização fundiária (que envolve tanto a titulação da propriedade quanto a urbanização da área), nesse primeiro

---

<sup>153</sup> A Lei Federal nº 13.465 de 2017, sobre Regularização Fundiária Urbana (REURB), é a responsável por estabelecer os critérios, medidas e instrumentos destinados à incorporação dos “núcleos urbanos informais” ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes. Os critérios de enquadramento dos beneficiários definem que eles não sejam concessionários, foreiros ou proprietários de qualquer outro imóvel urbano ou rural, e tampouco tenham sido contemplados com outra legitimação fundiária ou legitimação de posse de imóvel urbana com a mesma finalidade (BRASIL, 2017).

<sup>154</sup> O inquérito do Ministério Público ficou parado durante toda a pandemia. Ao longo desse período, o advogado tentou marcar uma audiência com a promotora responsável pelo caso em diversas ocasiões, mas não teve sucesso. Até o momento em que escrevo esta tese, o inquérito não teve andamento e, portanto, não se materializou em uma ameaça mais concreta à ocupação.

momento sua preocupação era assegurar a permanência da ocupação - e, para tanto, era necessário “produzir documentos”. Sua estratégia centrou-se na produção do maior número de “provas” possíveis relativas ao tempo de ocupação da terra, à legitimidade das famílias ocupantes e à organização local. Por meio dessa produção de documentos, o advogado esperava jogar com a burocracia estatal, estendendo o tempo da disputa que começava a ser travada nos espaços da institucionalidade: no âmbito do processo judicial, as “provas” construídas seriam mobilizadas de modo a disputar a posse sobre a área; no âmbito administrativo, esperava-se dar entrada ao processo de regularização fundiária de interesse social nos órgãos competentes para então mobilizar a existência de referido processo como uma forma de proteger a ocupação de eventuais ameaças de remoção.

Por meio desse jogo com as normas legais e a burocracia estatal, o advogado apostava na própria morosidade do processo como um meio de garantir a permanência da ocupação: ao estender o tempo da disputa judicial, maiores seriam as chances de garantir a permanência da ocupação, e quanto mais tempo de existência da ocupação, maiores seriam as chances em pleitear o seu reconhecimento junto ao poder público. Era essa a estratégia do advogado, uma estratégia que se apoia na própria história de urbanização da cidade, e desta região em particular<sup>155</sup>.

Para arcar com os custos do serviço do advogado, cada lote deve pagar 30 reais ao mês, que se somam aos 30 reais do valor da *carteirinha*. Nem é preciso dizer que isso gera uma série de tensões entre os ocupantes e a associação de moradores. Afinal, nem todos podem ou querem arcar com esse valor. Diante disso, no momento em que escrevo estas linhas, o advogado, em acordo com a associação, optou por alterar sua estratégia inicial - do pedido de usucapião coletivo na justiça e de regularização fundiária de interesse social na prefeitura - para entrar com pedidos individualizados de usucapião, que são feitos por lote<sup>156</sup>.

---

<sup>155</sup> Basta lembrar, aqui, da transformação dos processos administrativos de desfazimento de loteamentos irregulares e clandestinos abertos na década de 1990 e transformados em processos de regularização fundiária nos anos 2000, viabilizados por meio de mudanças na legislação municipal que reconhecia a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, de desfazer territórios adensados e em estágios avançados de consolidação. É essa a história de boa parte dos bairros vizinhos do Jardim Milão, como no caso da Vila Nova, por exemplo, que vimos no primeiro capítulo.

<sup>156</sup> A usucapião individual para fins de moradia está prevista na Constituição de 1988, no artigo 183: “Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”. O instituto também consta do Estatuto das Cidades, nos artigos 9 a 14. Há uma longa e importante discussão acerca dos avanços e limites dos diferentes instrumentos de titulação e de regularização fundiária existentes hoje na legislação brasileira, mas não nos cabe retomar esse importante debate no âmbito desta investigação. Sobre o tema, ver, entre outros: ROLNIK *et al.*, 2007.

De um lado, como ele nos explicou, esta pode ser uma estratégia positiva, dado que a fiação dos processos lhe garante maiores chances de conseguir algumas sentenças favoráveis, a depender do juiz responsável por cada caso, as quais podem ser utilizadas como argumento para recorrer nos casos negativos; por outro lado, este é um meio de não beneficiar a todos os ocupantes em um mesmo processo, mas apenas aqueles que estão em dia com o pagamento de seus serviços.

Ainda, a opção pela usucapião individual também desconecta a titulação da propriedade da discussão urbanística, posto que o pleito no âmbito judicial não trata da questão da infraestrutura urbana, que é de responsabilidade da municipalidade. Dessa forma, a demanda inicial por regularização fundiária de interesse social - que contemplaria medidas e ações jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais - deixa de ser o centro da estratégia do advogado. Em seu lugar, volta-se para a titulação do lote, uma ação jurídica pleiteada de maneira fragmentada e individualizada.

Assim, mais do que a segurança coletiva na posse da terra e sua urbanização, o que está em jogo é a busca pela garantia da propriedade sobre o lote individual, em que só entra no jogo quem puder pagar por ele. Em alguma medida, esta escolha pela via individual entra em contradição com o próprio argumento jurídico construído em torno do Jardim Milão como uma ocupação formada pela *necessidade* da moradia, vale notar, para quem *precisa* da ocupação para viver justamente por não conseguir arcar com os custos da habitação nos mercados imobiliários estabelecidos. Aqui, são os custos do advogado o que exclui indivíduos e famílias do pleito pela regularização fundiária ou, ao menos, da titulação do lote que pode garantir maior segurança para a moradia.

A partir desta estratégia jurídica particularizada a dimensão urbanística da regularização fundiária, em torno da provisão e acesso à infraestrutura urbana, equipamentos e serviços fica postergada para um outro momento, posto que desvinculada da estratégia em torno da titulação dos ocupantes. Como veremos no próximo capítulo, este cenário alimenta e reproduz as relações clientelistas estabelecidas entre a ocupação e figuras políticas, uma vez que a formalização e o acesso à infraestrutura urbana pública passa a ser mediada de forma fragmentada e pontual por políticos que fazem dessa mediação um objeto de troca política.

Mas mesmo para garantir a titulação individual é preciso acionar uma estratégia que é coletiva, já que se refere à produção dos critérios de legibilidade e legitimidade da ocupação com *função social, popular, para quem precisa*, entre outros termos mobilizados pelos atores implicados neste processo. Para tanto, foi preciso, de um lado, silenciar sobre as dinâmicas de comercialização de lotes (o advogado orientou os ocupantes para que parassem de falar em

compra e venda de lotes, mesmo no grupo de WhatsApp da ocupação). Ao mesmo tempo em que, de outro lado, foram ressaltados os eventos e atividades lidos como próprios daqueles realizados em territórios *populares*, como a distribuição de presentes no Natal, a realização de festa no Dia das Crianças, a distribuição de cestas básicas e toda sorte de doações que chegaram à ocupação.

Esses elementos foram reunidos de forma a dar sentido ao argumento do *ocupar para morar*, construindo o que seria a forma legítima de ocupação *popular* que, até aqui, pode ser resumida pelos seguintes componentes: a presença de famílias empobrecidas, comprovada pelas ações e atividades filantrópicas realizadas; a presença de uma associação de moradores; a inexistência de comercialização de lotes, que caminha ao lado da interdição de acúmulo de lotes/imóveis; e, por fim, a ausência de lotes vazios na ocupação, afinal, todos que estão ali, *necessitam* de moradia. Dessa forma, é possível ver os sentidos de *ocupação* sendo (re)elaborados, negociados, reificados, a depender dos atores e das circunstâncias que se alternam.

A estratégia construída em torno da legibilidade da ocupação enquanto território formado pela *necessidade de morar* das famílias se relaciona com o repertório de direitos oriundo da ação dos movimentos sociais populares, como dito acima. Mas também, em diálogo com Adriana Fernandes (2015), com o padrão histórico de atuação do Judiciário e do poder público diante dos grupos sociais vulnerabilizados, de seus territórios e modos de vida. Um padrão construído desde meados do século 20, calcado em uma lógica paternalista que, no lugar da construção política em torno da universalização de direitos sociais e da cidadania, apoia-se em práticas políticas assistencialistas, nas quais a construção do *pobre*, do *necessitado* ou do *faltoso* é fundamental para a formulação e a implantação de políticas e programas públicos (Ibidem). Nesse sentido, do ponto de vista da ocupação, ao mesmo tempo em que evoca-se um direito conquistado pela luta dos movimentos sociais, faz-se isso por meio da mobilização do argumento do *necessitado* no lugar do cidadão portador de direitos.

A autora elabora o argumento a partir de suas pesquisas desenvolvidas em torno de ocupações de moradia estabelecidas na área portuária do Rio de Janeiro na primeira década dos anos 2000. Fernandes (2015) denomina de *agenciamento necessitados* a estratégia construída pelo heterogêneo grupo que compôs uma das ocupações pesquisadas para garantir a permanência na terra e o seu reconhecimento junto ao poder público. Segundo a autora, que apoia-se na noção de *agenciamento* desenvolvida por Deleuze e Guattari (1997 apud FERNANDES, 2015), esse *agenciamento necessitados* constitui-se na mobilização de um repertório discursivo que combina imagens e metáforas em torno de termos como *necessidade*,

*necessitados e sem moradia* tanto como estratégia jurídica quanto política, no lugar de positivar a ocupação como ação contra a propriedade privada ou mesmo de luta pelo direito à moradia. Como buscamos demonstrar aqui, essa é uma estratégia que, guardadas suas importantes diferenças<sup>157</sup>, repete-se nas ocupações de terra em estabelecimento na zona norte paulistana, na medida em que esta apresenta maiores chances de garantir legitimidade e reconhecimento da ocupação junto ao poder público.

No caso do Jardim Milão, a própria presença do advogado chegou a ser questionada ao longo deste processo. Alguns membros da associação começaram a se questionar se a presença de um advogado particular não iria justamente na contramão dessa estratégia. Afinal, a presença da Defensoria Pública e o atendimento gratuito que ela oferece seriam elementos que comporiam a ocupação organizada para fins de moradia.

Contudo, durante os quase seis anos de existência do Jardim Milão, a Defensoria Pública nunca foi um ator presente no território. Este figura um elemento que, ademais, se repete nas demais ocupações da região. Sempre que questionamos a ausência da Defensoria Pública nos conflitos relativos às ocupações ouvimos respostas semelhantes por parte de membros das associações de moradores e dos ocupantes, de maneira geral. Via de regra, há uma descrença e um receio referente à eficiência e à dedicação do trabalho de defensores e defensoras públicas. Entretanto, não fica claro se essa desconfiança está relacionada a experiências anteriores com a instituição, na esfera individual ou coletiva, a um ideário difundido pelos territórios acerca do trabalho da Defensoria Pública ou mesmo uma combinação dos dois elementos.

O fato é que a opção pelo advogado particular impera em todas as ocupações recentes que conhecemos na região, ainda que isso represente custos altos que, em vários casos, pesam sobre o orçamento de muitos dos indivíduos e famílias que ingressam nesses territórios. No caso do Jardim Milão e da teia de atores que se constituiu em torno dele, podemos aferir que a opção pelo advogado particular se vincula, ainda, à necessidade de transitar entre fronteiras muito porosas do formal e do informal, do legal e do ilegal, por onde as diferentes estratégias e negociações para garantir a consolidação na terra são estabelecidas.

Assim, a presença do advogado faz parte das estratégias acionadas para enfrentar ou, ao menos, contornar, as inseguranças que são próprias a esses territórios sempre permeados pela possibilidade da remoção. Ao mesmo tempo, sua presença responde também ao objetivo de buscar o reconhecimento do território junto ao Judiciário e ao poder público, estabelecendo as

---

<sup>157</sup> A ocupação pesquisada pela autora possui uma importante diferença em relação às ocupações apresentadas aqui: a presença de membros de movimentos sociais de inspiração anarquista e/ou socialista no grupo que compôs a ocupação, cujo projeto político envolvia a organização autogestionária do espaço.

conexões necessárias com os espaços e os operadores estatais que podem oferecer esse reconhecimento. Neste processo, a construção da justificativa da *necessidade* é central na formação da *ocupação popular* que irá alimentar as estratégias jurídicas na busca por reconhecimento.

É sob essa constante tensão entre a justificativa da *necessidade* - que, em teoria, pressupõe a inexistência de relações mercantis com a terra - e o dinâmico mercado imobiliário que tem lugar na ocupação, que o processo de consolidação do Jardim Milão deve ser posto em perspectiva. Em seus discursos e ações, a associação está constantemente tentando dissociar essas duas práticas (do *ocupar para morar* e do *ocupar para fazer renda*) que coexistem na realidade cotidiana deste território.

Por tudo isso, o advogado se constitui em um personagem urbano fundamental em torno dos processos de consolidação da ocupação, negociando e construindo os caminhos, as estratégias e os argumentos por meio dos quais a ocupação se apresenta ao Judiciário e ao poder público para barganhar seu reconhecimento junto ao ordenamento urbano estatal.

### **5.3 Dos conflitos que irrompem o cotidiano**

#### ***5.3.1 Quando o conflito vem de dentro: tensões em torno da associação***

#### ***5.3.2 Quando os acordos caem por terra***

Apesar de todos os arranjos e protocolos mobilizados pela associação de moradores para lidar com o cotidiano do Jardim Milão e garantir o seu futuro, há conflitos incontornáveis que tensionam todos os acertos e impõem novas rodadas de negociações e barganhas, nem sempre bem sucedidas. Foi assim que uma quarta-feira até então rotineira, em maio de 2020, se transformou em uma cena de conflito aberto com agentes do Estado. E nós pudemos acompanhar parte do desenrolar da história por meio das mensagens que circulavam instantaneamente pelo grupo de WhatsApp.

Os primeiros meses da pandemia não haviam alterado de maneira profunda o cotidiano da ocupação, que seguia no ritmo das obras nos lotes e da rotina das famílias que vivem no local. Naquela tarde, como faziam (e fazem) constantemente, agentes da polícia militar ambiental circulavam pelas ruas da ocupação em uma viatura. Contudo, diferentemente do que acontece na maior parte das vezes, os policiais surpreenderam um homem trabalhando no lote e anunciaram um flagrante. O homem estava retirando o excesso de terra com um carrinho de mão. Ele e sua ferramenta foram colocados na viatura.

A cena do conflito estava armada.

Rapidamente, mensagens começaram a circular pelo grupo dando conta do ocorrido. Em pouco tempo, a informação era de que os policiais estavam em frente à sede da associação de moradores buscando por seus membros. Quando Patrícia e Mauro chegaram ao local – os únicos dois membros da associação que vivem no Jardim Milão – os policiais começaram a fazer uma série de acusações contra a ocupação, que extrapolavam a situação particular do homem apreendido.

Pelos áudios gravados da conversa com os policiais, que eram instantaneamente publicados no grupo, era possível perceber a tensão da situação e o tom de intimidação presente na fala dos agentes públicos. Os policiais estavam particularmente incomodados com a presença de câmeras de segurança instaladas em alguns postes e muros de casas. Segundo eles, as câmeras seriam indícios da presença do “crime organizado” na ocupação, o que, além de deixá-los “inseguros”, seriam utilizadas como um dispositivo de vigilância de sua atuação. Este mecanismo foi apontado como o responsável por impedir que os policiais dessem flagrantes na ocupação, deixando implícito que os policiais estavam há algum tempo circundando e vigiando o local por supostas infrações e irregularidades.

Em um primeiro momento, Patrícia tentou argumentar que a associação não havia autorizado a instalação das câmeras e que estas seriam de iniciativa de alguns moradores, instaladas depois da ocorrência de casos de roubos em casas da ocupação. Nas palavras de um morador que participava da discussão, as câmeras eram uma forma de se proteger de “vagabundo que vem roubar trabalhador”. Naquele momento, Patrícia e Mauro deixaram de fora a informação de que também a associação mantém uma ação de vigilância das ruas do Jardim Milão por meio de câmeras de segurança espalhadas pela ocupação, as quais são monitoradas por Mauro.

Os policiais passaram, então, a acusar o Jardim Milão de ser um *loteamento clandestino*, indicando o parcelamento irregular do solo e a existência de comercialização de lotes. Mais uma vez, Patrícia e os demais rebateram, contrapondo-se à acusação de modo a reafirmar se tratar de uma ocupação de moradia de famílias que *precisam*. Os policiais citaram, ainda, os postes de eucalipto que então se encontravam empilhados ao lado da sede da associação, ao que os moradores alegaram desconhecer o responsável. Ainda assim, foram pressionados a dar nomes e a indicar os responsáveis por todas as infrações constatadas - pelas câmeras, pelos postes de eucalipto, pelo suposto *loteamento*. Os policiais estavam relutantes em sair do local sem um “culpado”.

As acusações e intimidações foram acompanhadas por ameaças relacionadas ao poder dos agentes em mobilizar o aparato estatal contra a ocupação e seus moradores. Ameaçaram

registrar um boletim de ocorrência (BO) com todas as acusações, acionar o Ministério Público e até um tal vereador que estaria investigando “loteamentos clandestinos” em áreas verdes. Era uma referência às duas edições do dossiê “A devastação da Mata Atlântica no Município de São Paulo”, apresentado pelo vereador Gilberto Natalini, em 2019 e 2020<sup>159</sup>. Em sua fala, portanto, os agentes públicos mobilizavam a autoridade e os recursos de poder que lhes era dado em decorrência de sua própria função, de maneira coercitiva. Afinal, o que estava implícito ali era que, uma vez registrado o BO (ou o encaminhamento ao MP, ou ao Legislativo), seriam outras as arenas de disputa e escalas de poder envolvidas, nas quais as correlações de força poderiam ser muito prejudiciais à ocupação.

Os moradores, por sua vez, precisaram mais uma vez se reafirmar enquanto ocupação para quem *precisa*, em oposição ao *loteamento clandestino*; como local de moradia de *trabalhadores*, em oposição aos *vagabundos*. Em sua fala, tentavam construir os critérios de legitimidade do território frente aos agentes policiais e suas ameaças, uma construção que passava por se constituir em oposição àquilo de que eram acusados de ser.

Aqui, novamente, a *ocupação* vai ganhando sentidos conforme a situação e os interlocutores. Assim, se a reafirmação da ocupação *popular*, destinada às famílias que *precisam*, era importante para rebater as acusações do Ministério Públicos, a elas se somou, no embate com os policiais, a necessidade de se reafirmar enquanto moradia de *trabalhador*, em oposição à de *vagabundo*, acionando a já antiga clivagem social que, ainda que plástica e variável a depender dos contextos em que é formulada, operacionaliza uma distinção moral entre o *trabalhador* e o seu oposto, formado por tudo aquilo que lhe é desviante, a própria encarnação do inimigo social para quem toda violência do Estado pode ser direcionada de forma legítima (FELTRAN, 2007).

São categorias que, ademais, só existem nesse jogo de interações entre elas. E era a esse jogo que os ocupantes do Jardim Milão recorriam naquele dia, posicionando-se enquanto *trabalhadores* que *precisavam* de moradia e, por isso, ocupavam terras. Dessa maneira, buscavam justificar as transgressões da lei que eram apontadas pelos agentes públicos, acionando esse constante jogo que é travado em torno dela no território. Mas, como se sabe, às vezes essas transgressões são toleradas; noutras, são reprimidas.

---

<sup>159</sup> Na segunda edição do dossiê, publicada apenas um mês antes da abordagem dos policiais na ocupação, entre os 160 casos listados se encontra o do Jardim Milão, demarcado junto ao loteamento vizinho promovido por João Alberto, com início posterior à ocupação, como se conformassem um único e mesmo território. Seria mais um caso de *loteamento clandestino* promovido em áreas verdes por *organizações criminosas*. Não é possível afirmar que os policiais tivessem conhecimento desta informação, mas a publicação do dossiê movimentou as discussões públicas no período e pode ter impulsionado ações como esta, de reação e resposta às denúncias do vereador. Conferir a segunda edição, publicada em abril de 2020: GABINETE, 2020..



Toda a discussão se estendeu por mais de uma hora. Em determinado momento, as mensagens simplesmente cessaram no grupo de WhatsApp. As últimas informações davam conta de que o morador apreendido tinha sido conduzido à delegacia e que responderia por “crime de descarte de terra em área ambiental”. Quanto à ocupação, os policiais afirmaram que teriam que “responder no inquérito”, indicando que iriam registrar o boletim de ocorrência relativo às infrações ambientais constatadas.

As pequenas atividades de movimentação de terra, tal como a que fazia o morador naquele dia, são cotidianas no âmbito desta e de todas as ocupações do entorno, e não costumam ser objeto de repressão dos agentes policiais e de fiscalização. No jogo dos ilegalismos que se estabelece em torno da produção do espaço pelos grupos sociais vulnerabilizados, compõem o conjunto de transgressões que são toleradas, portanto. Via de regra, são as grandes intervenções que suscitam a atuação destes agentes, especialmente quando há máquinas e tratores trabalhando, seja na repressão, seja no sentido de negociar os termos de sua realização. Por isso, chama a atenção que tenha sido essa pequena atividade o motivo da atuação dos policiais.

E podem ser vários os motivos para tal acontecimento: mudança dos agentes atuantes na área, rompimento de um acordo anterior, pressão do debate público (em ocasião da publicação do mencionado dossiê) ou mesmo uma forma de aumentar o valor da mercadoria política em jogo (MISSE, 2006). Não sabemos qual destes fatores levou ao conflito naquele dia, mas os acertos estabelecidos nessas zonas nebulosas entre o legal, o ilegal e o extralegal são sempre suscetíveis a rompimentos e rearranjos, que não acontecem sem fricções e, até mesmo, violência.

De uma forma ou de outra, naquela ocasião, não houve espaço para barganha. Um dos resultados deste evento chegou meses depois. Em meados de 2021, o Jardim Milão foi notificado da decisão de embargo sobre a área, possivelmente resultante das investigações instauradas a partir da lavratura do BO feito pelos policiais naquele dia. Na prática, isso significava que a partir daquele momento não era mais permitido realizar nenhuma intervenção na área, sob o risco de demolição das construções. Junto ao embargo, uma multa de 1,5 milhão de reais foi aplicada.

A notificação chegou por (outros) policiais ambientais e, como de costume, a conversa foi gravada e colocada no grupo de WhatsApp. Muito diferente da conduta dos policiais do dia do flagrante, naquele momento os agentes deram explicações sobre o que representava a decisão e de como ela poderia ser questionada, oferecendo o passo a passo institucional a ser percorrido. O agente ainda orientou os presentes sobre a construção do argumento, que ia no mesmo sentido daquele já mobilizado pelos ocupantes: reforçar o caráter de ocupação *justa*,

composta por pessoas “lutando por moradia” e dispostas a se responsabilizar por uma compensação ambiental. Mais uma vez, era preciso construir os critérios de legitimidade da ocupação frente ao ordenamento social<sup>160</sup>.

O episódio do conflito com os agentes públicos deixa ver uma outra dimensão desse estar em meio a insegurança e imprevisibilidades, que é a deflagração do conflito aberto que instaura novas rodadas de negociações e barganhas nas quais nem sempre o resultado é favorável. Em seus meandros, deixa ver essa insegurança que é politicamente produzida por meio de flagrantes construídos e ameaças do uso do aparato punitivo estatal contra os indivíduos, nesse sempre atualizado jogo entre a repressão e a tolerância<sup>161</sup>.

Tal como se configuram, essas cenas conflitivas sustentam e reproduzem as negociações cotidianas nas quais as condições de existência dos territórios e de suas populações são pautadas, constituindo-se em meio a incertezas e imprevisibilidades que podem, a qualquer momento, irromper o cotidiano e acabar na destruição das condições que sustentam a reprodução da vida para muitos.

\*\*\*

O processo de produção do espaço urbano não envolve apenas as muitas negociações, acertos e desacertos postos em torno da apropriação da terra, da demarcação de lotes e de sua distribuição. É preciso também garantir a permanência no território e, ao mesmo tempo, viabilizar sua consolidação, em meio aos mais variados conflitos, desejos e fricções entre os atores que estão à frente destes processo, como também entre os ocupantes que passam a integrá-lo e disputá-lo. São tensões e fricções que ocorrem em um terreno marcado por profundas precariedades urbanas e instabilidades decorrentes de seu status ambíguo frente ao ordenamento urbano estatal: nem dentro, nem fora, *entre* (YIFTACHEL, 2009).

Como visto ao longo dessas páginas, a gestão cotidiana do Jardim Milão envolve, de um lado, lidar com as tensões oriundas da vida que é construída em meio à precariedade urbana, as dificuldades e os desafios impostos pelo território em formação, das pequenas e grandes decisões que precisam ser tomadas e que impactam o território e a vida da população que ali

---

<sup>160</sup> O atual advogado está fazendo a defesa da ocupação em mais este caso, para o qual ainda não há uma decisão até o momento em que escrevo estas linhas.

<sup>161</sup> “a penalidade seria então uma maneira de gerir os ilegalismos, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não ‘reprimiria’ pura e simplesmente os ilegalismos; ela os ‘diferenciaria’, faria a sua ‘economia’ geral. [...] Os castigos legais devem ser colocados numa estratégia global dos ilegalismos.” (FOUCAULT, 1999, p. 226-227).

vive. Em sua tarefa de gerir o cotidiano, a associação de moradores emerge como um ator fundamental em todo esse processo, responsável por construir as mediações e conexões entre a ocupação e os demais atores implicados na permanência e consolidação do território: do advogado aos funcionários da subprefeitura, passando por policiais que atuam no constante e sempre renovado jogo entre a tolerância e a repressão. Em meio a um cotidiano cercado por imprevisibilidade, é a associação a responsável por criar e implementar os procedimentos e protocolos necessários para sustentar o dia a dia do território, no qual o presente é constantemente tensionado, e seu futuro, ameaçado.

Mas se as demandas do presente conformam boa parte do trabalho de gestão encabeçado pela associação, é preciso construir o futuro do território, com vistas a garantir sua permanência, consolidação e, em especial, o seu reconhecimento junto ao poder público. É o *progresso* o que está no horizonte, um *progresso* que é medido muito concretamente a cada melhoria realizada, ou a cada novo morador que ocupa seu lote no Jardim Milão. Mas, como veremos no próximo capítulo, o *progresso* custa caro e não oferece garantias.

Ademais, todos os arranjos e procedimentos que sustentam o cotidiano do Jardim Milão não o deixam imune às inconstâncias dos acordos travados nas *margens* nas quais se localizam. Assim, o cotidiano pode ser interrompido por conflitos que reorganizam as relações e os acordos, por vezes em situações em que é a própria existência do território o que está em risco. Nesses momentos é possível flagrar a insegurança sendo produzida politicamente por meio da atuação de operadores do Estado e os jogos com a lei, em que ora ela é aplicada, ora desativada. Esta produção da insegurança serve para a manutenção de territórios e populações na condição de permanente transitoriedade (ROLNIK, 2015) da qual depende a reprodução de relações políticas baseadas na sempre atualizada lógica do clientelismo político.

De modo a lidar com essa insegurança que é produzida politicamente e, ao mesmo tempo, pleitear seu reconhecimento junto ao ordenamento urbano estatal, o Jardim Milão construiu uma estratégia pública e jurídica de se positivar como território *popular*, constituído pela *necessidade* de moradia das famílias que o compõem. Tal estratégia, como visto, é devedora da luta histórica dos movimentos sociais populares que garantiram o reconhecimento da ocupação da terra como processo instaurador de direito social (SANTOS; GUERREIRO, 2020). Mas também, se vincula com o padrão histórico de atuação do poder público frente aos grupos sociais vulnerabilizados, em que a lógica do *necessitado* é o fundamento de práticas e políticas assistencialistas que se sucederam ao longo das décadas (FERNANDES, 2015). Trata-se, a priori, de dimensões contraditórias, mas que são articuladas nas relações cotidianas estabelecidas pela ocupação com os diferentes operadores do Estado presentes no território, que

mobilizam e negociam situacionalmente o arcabouço normativo estatal que pode servir a esse reconhecimento do território ou a sua eliminação.

A construção pública e jurídica da *ocupação popular* se constitui em um processo contínuo que mobiliza toda a trama de atores presentes no território. A cada situação, e a depender do interlocutor, dotam o território de sentidos: *ocupação popular, por necessidade, com fim social, justa, moradia de trabalhadores*. Uma construção que envolve o silenciamento de determinadas práticas, como a comercialização de lotes, e a exaltação de outras, como as atividades e eventos filantrópicos, em um constante jogo de luz e sombras que fundamenta as estratégias construídas na constante busca por reconhecimento travada pelo Jardim Milão.

Mas a necessidade de se positivar como *ocupação popular*, na qual a inexistência de relações mercantis é pressuposta, insere novas camadas de tensões entre *moradores e donos de lotes*:

Essas pessoas que nem sequer limpam o seu lote, era preciso rever qual é a intenção dele de estar num lugar chamado de ocupação com um lote totalmente desocupado, para nós que já investimos tudo o que tinha e estamos morando aqui, ficamos bem chateados e preocupados com isso, podemos ter alguns problemas enquanto que esses tais não tem nada a perder e isso já há quase 4 anos, é triste ver isso. (Mensagem de uma moradora no grupo de WhatsApp, 22/06/2020)

Estão de verdade encarando isso aqui como loteamento onde muitos aparecem só de passeio e outros só pra trazer comprador. Interesse na terra tem, mas a participação é bem pouca. (Mensagem de uma moradora no grupo de WhatsApp, 15/12/2020)

Dessa forma, a *ocupação para morar* e a *ocupação para fazer renda*, ainda que sejam dimensões constitutivas do território, são causa de inúmeras tensões, que reverberam tanto internamente entre os ocupantes, quanto externamente, na medida em que impactam as estratégias da ocupação em sua projeção e conexão para “fora”, nas relações com atores e espaços do Estado que possam garantir sua permanência e regularização.

Como vimos argumentando, em uma conjuntura de empobrecimento, desemprego, trabalho precário, desproteção social e insegurança habitacional, essas são dimensões cujas diferenças se esfumaçam, na medida em que a terra e a moradia compõem mais um dentre outros expedientes de sobrevivência de uma quantidade crescente de indivíduos e famílias. Por outro lado, a formação das ocupações extrapola as necessidades e desejos imediatos daqueles que ali chegam para viver, posto que também reverberam as intenções e projetos de quem busca ali uma fonte de poder e de extração de renda.

A gestão cotidiana do Jardim Milão envolve uma série de atividades, que vão das mais burocráticas, como o cadastramento dos ocupantes, à mediação de toda ordem de conflitos -

daqueles que opõem ocupantes aos que envolvem atores que estiveram na linha de frente do processo de formação do território. Nesse cotidiano conflituoso, os arranjos e acertos que sustentam a ocupação são constantemente postos à prova, tensionados e disputados, impondo novas rodadas de negociações e acordos em novas tentativas de acomodar os vários interesses em disputa em torno do território.

## 6 Urbanização em ato: ilegalismos, mercados e precariedades

Por um lado, todos somos dependentes das relações sociais e de uma infraestrutura permanente para manter uma vida vivível, de forma que não é factível se livrar dessa dependência. Por outro lado, essa dependência, embora não seja o mesmo que uma condição de subjugação, pode facilmente se tornar isso. A dependência de criaturas humanas, de manter e sustentar uma vida com infraestrutura, mostra que a organização da infraestrutura está intimamente ligada a um senso profundo de manutenção da vida individual: como a vida é mantida, como a vida é viável, com que grau de sofrimento e esperança. (BUTLER, 2018, p. 27).

A precariedade urbana ganha contornos muito concretos no cotidiano de cada ocupante do Jardim Milão: é a dificuldade de transitar pelas ruas esburacadas, vivida de forma ainda mais intensa pelas mulheres responsáveis por crianças pequenas ou em carrinhos, por idosos e indivíduos com dificuldades de locomoção; é a inconstância no fornecimento de energia elétrica, que queima eletrodomésticos comprados a duras penas e que torna as ruas escuras e inseguras; é a inconstância do abastecimento de água, que impacta sobremaneira a rotina e a qualidade de vida. Por tudo isso, o investimento em *melhorias* urbanas aparece como uma necessidade primordial, que busca sanar ou ao menos amenizar as condições de vida nestes territórios em formação. No entanto, como viemos argumentando ao longo destas páginas, este é um investimento que responde também ao objetivo de barganhar o reconhecimento da ocupação junto ao ordenamento social e urbano. Para ser integrada à chamada “cidade legal” a ocupação passa a mimetizar aquilo que os moradores entendem ser a sua forma legal.

A partir daqui seguimos perseguindo os processos em torno da consolidação do Jardim Milão, mas agora a partir de outra trilha, relacionada à noção de *progresso* que orienta o trabalho da associação de moradores e alimenta e incentiva todos os ocupantes em sua aposta na permanência da ocupação, independentemente dos interesses específicos envolvidos. De maneira bem concreta, isso significa observar os agenciamentos em torno da provisão de infraestrutura urbana local, para a qual uma grande quantidade de trabalho, conhecimento e dinheiro é exigida - e que tampouco ocorre sem conflitos e negociações diversas e inconstantes.

A provisão de infraestrutura urbana - relacionada às ligações de água e luz, ao esgoto e aos viários - é sempre referida por nossos interlocutores e interlocutoras como *melhorias* realizadas na ocupação. E é assim que vamos também nos referir a elas, pois, de fato, são *melhorias*, mas não soluções para a ausência de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos públicos e de qualidade.

Quando postas em perspectiva, a realização das *melhorias* dão forma ao processo local de urbanização, tal como se constitui no Jardim Milão: de forma fragmentada, precária,

contínua e altamente custosa, realizada por meio de agenciamentos locais que mobilizam uma trama de atores e de recursos (financeiros e de saber) que extrapolam a localidade da ocupação. Aparecem aqui funcionários das empresas públicas ou de terceirizadas responsáveis pela implantação de infraestrutura urbana e pelos serviços públicos; operadores locais do mercado em torno da transformação da terra, que oferecem serviços como terraplanagem, canalização e aterramento, dispostos a operar nessas zonas nebulosas na quais se inscrevem as ocupações; policiais militares e ambientais, que atuam fazendo a regulação desse mercado; e a associação de moradores, representante da ocupação que figura como o comprador de todos esses serviços..

Nos meandros dessa urbanização observamos a formação de um mercado que se constitui na intersecção entre a necessidade e a precariedade, fazendo delas uma oportunidade de negócios por meio dos quais quantidades significativas de recursos financeiros são transacionadas e apropriadas por alguns poucos indivíduos. E para acessar os bens transacionados nesse mercado, uma série de negociações, arranjos, acertos e desacertos precisam ser feitos tanto com os operadores do mercado, quanto com policiais que negociam as condições de sua operação, ditando seu ritmo e custos. Trata-se, pois, de um processo que aciona uma trama de atores implicada no mercado que se estrutura em torno da (e que estrutura a) provisão de infraestrutura e serviços urbanos que é operado nessas *zonas cinzentas*, onde o formal/informal e o legal/ilegal se embaçam e se conectam, dando materialidade aos territórios em formação nas franjas da cidade. Nesse sentido, as *melhorias* constituem o elemento que articula os negócios e a política no território, uma articulação que se dá por meio das transações em torno das mercadorias da urbanização e das mercadorias políticas que parasitam esse mercado, no qual encontram-se em relação atores de dentro e de fora do Estado.

Dessa forma, ainda que não se trate de um processo de urbanização protagonizado pelo Estado por meio de políticas e programas públicos que, em teoria, seguem e respondem às diretrizes e normativas previstas no planejamento urbano estatal, o Estado está inteiramente nele envolvido por meio de seus agentes e dos usos privatizados que são feitos de sua tecnologia e infraestrutura. Ou seja, a urbanização aqui só é possível graças aos ilegalismos urbanos que se conformam em torno da provisão de infraestrutura urbana, historicamente tolerada como parte das práticas populares de constituição do morar<sup>162</sup>.

---

<sup>162</sup> Como Ananda Endo (no prelo) vai mostrar no âmbito de sua pesquisa em torno da mobilização das táticas penais e do aparelho punitivo estatal na gestão dos territórios populares de moradia no centro de São Paulo, há, porém, uma crescente criminalização dos mais que conhecidos e tolerados “gatos” nos serviços públicos, que sustentam a vida de boa parte da população da cidade, com casos de ocupantes sendo detidos por tais delitos em uma nova fase de criminalização dos movimentos populares de moradia e, de forma ampla, das formas de morar populares.

A maior parte dos custos em torno da realização de *melhorias* são interiorizados pelas famílias. Isto envolve o pagamento de taxas mensais que são destinadas para custear o cotidiano da ocupação, rateios para cobrir os valores de intervenções mais onerosas (como a abertura de ruas) e o salário do advogado que precisa ser acionado quando os acordos extralegais são interrompidos, como visto em detalhe no capítulo anterior. São custos que, como ilustram as estratégias acionadas pelo casal Patrícia e João, podem ser cobertos por meio da combinação dos rendimentos oriundos do trabalho, o uso do cartão de crédito e os diferentes expedientes e arranjos feitos no trânsito entre circuitos econômicos formais e informais, legais e ilegais, lícitos e ilícitos.

No entanto, esses circuitos econômicos não são acessados por todos da mesma forma, o que se reflete na incapacidade de alguns indivíduos e famílias de se manterem no território por não conseguirem arcar com os custos de sua consolidação. Dessa forma, apesar de a ocupação ser entendida como uma forma de acesso mais acessível à moradia, por não apresentar o custo da terra (componente central da equação habitacional, importante frisar), todo o investimento exigido na transformação do espaço recai sobre os ocupantes. E os custos desse investimento variam de acordo com as condições urbanas que se almejam, e no tempo em que se pretende alcançá-las. Daí decorrem as profundas diferenças na forma urbana encontradas entre as ocupações formadas a partir de 2015 no extremo norte de São Paulo.

No Jardim Milão, além dos imperativos de necessidade, uma vez que o acesso à água e à luz são condições básicas do morar, a urbanização por meio da realização de sucessivas *melhorias* é tanto um projeto quanto uma estratégia relacionada a construção dos critérios de aceitabilidade da ocupação ao ordenamento urbano estatal. Dessa forma, desde o início da ocupação da terra, grandes investimentos foram planejados e realizados pela associação de moradores, apostando que quanto mais dinheiro e trabalho fossem materializados na infraestrutura do território, mais chances teriam de garantir a regularização fundiária: “estamos investindo, construindo casa boa, padrão prefeitura, né?”, foi a fala de uma moradora em conversa com funcionários da SABESP<sup>163</sup>. Ou seja, é preciso criar os critérios de legitimidade do território diante dos códigos e normativas urbanas oficiais para, então, negociar os termos de sua formalização.

---

<sup>163</sup> Como acontece com frequência, as conversas com agentes públicos são gravadas e instantaneamente colocadas no grupo de WhatsApp. Foi em um desses diálogos (maio/2020) que pude ouvir a moradora explicando aos funcionários da SABESP sobre a ocupação, ao que o funcionário respondeu: “é difícil tirar agora né, do jeito que tá, o próprio [nome de um bairro próximo] foi assim”, reafirmando, portanto, o processo de “ocupação *ex post*, em que a cidade chegou muito depois dos moradores e suas casas”, como caracteriza Rolnik (2022, p. 87) ao falar sobre essa história urbana que é a história da maior parte dos territórios da metrópole paulista.



Muitos me perguntam se é loteamento, eu falo não é!! Falo que é uma ocupação, aí eles falam, mas como assim, *não tem barraco, não tem vielas!!!* Aí eu falo: foi tudo um projeto! Um projeto de Deus. (Mensagem de um membro da associação de moradores no grupo de WhatsApp, 15/01/2021, grifos nossos).

Figura 24 – Jardim Milão em janeiro de 2019. Ao fundo, a Serra da Cantareira.



Fonte: Acervo do Jardim Milão.

### 6.1 A urbanização por *melhorias*: custos, tensões e negociações

Todo o processo de realização das *melhorias* é centralizado pela associação de moradores, responsável por construir, junto aos ocupantes, a ordem de prioridades dos serviços, sua extensão e formas de provisão. Uma vez estabelecida a *melhoria* a ser realizada a cada tempo, é preciso viabilizar a sua execução. Assim, a cada decisão tomada em torno dos investimentos a serem realizados, são feitos os cálculos dos riscos e dos custos – custos do serviço e do pagamento da mercadoria política necessária para que ele possa ser realizado (MISSE, 2006). Dessa maneira, para a instalação de um sistema de esgoto ou a realização de alguma intervenção nas ruas, por exemplo, é preciso avaliar as relações travadas naquele momento com os agentes das polícias ambientais, a vizinhança e os prestadores de serviço a fim de se optar por aquele que tenha maiores chances de ser realizado. Isso significa dizer que as decisões em torno da urbanização são sempre situacionais, pois respondem às conjunturas do momento e às condições de negociação com os atores inscritos neste processo.

Isso faz com que a forma de tomada de decisões acerca dos serviços a serem realizados não siga um padrão. Ainda que tenha havido um projeto para a ocupação da área elaborado pelo arquiteto, a conjuntura local balizou a contratação e a execução dos serviços. Ademais, a decisão em torno das *melhorias* responde, também, às necessidades e urgências impostas pela vida que é constituída em meio à precariedade urbana, de modo que demandas podem ser, e de fato são, apresentadas a todo momento por aqueles que vivem na ocupação. Diante disso, mesmo que não haja reuniões ou assembleias periódicas sobre as *melhorias* a serem realizadas, as discussões e debates são constantes no grupo de WhatsApp. Mas a palavra final cabe sempre à associação de moradores, uma vez que é a encarregada de gerir os recursos financeiros da ocupação e estabelecer as conexões e acordos com os vários atores implicados no mercado em torno da provisão de infraestrutura urbana.

Ainda que seja difícil identificar o montante de recursos financeiros investido ao longo dos anos, é possível ter uma ideia da ordem de grandeza que movimenta uma única ocupação por meio de relatos e informações que circulam no grupo de WhatsApp. Como será possível notar, a precariedade não significa necessariamente ausência de recursos. Ao contrário, como observamos a partir do Jardim Milão, a precariedade urbana põe em circulação uma significativa quantidade de dinheiro, que é apropriada por alguns poucos indivíduos que, em nome de combater esta precariedade, fazem da sua reprodução uma oportunidade de negócios.

### **6.1.1 Ruas**

A área que deu origem ao Jardim Milão é um terreno íngreme, separada do bairro vizinho por um vale onde atravessa o córrego. Quando da ocupação, não havia nenhuma forma de acessar a área. Assim, para viabilizá-la foi necessário construir, de imediato, uma pequena ponte de madeira cruzando o curso d'água por onde passariam a transitar os ocupantes e os materiais exigidos para o estabelecimento na terra logo nas primeiras semanas. O que tornava a chegada e saída da área bastante árdua. Os ocupantes dessa época se recordam das dificuldades enfrentadas para subir e descer a colina com o material de construção. Por isso, um dos primeiros grandes investimentos realizados foi o aterramento de parte do córrego e do vale para a construção de uma rua de terra que pavimentou o acesso ao Jardim Milão e o conectou aos bairros do entorno.

Patrícia nos conta como se deu a operação montada para viabilizar o aterro. Um empresário da região que trabalha com descarte de entulhos foi chamado e, por meio de um acordo com as lideranças, passou a destinar para a ocupação os caminhões que buscavam uma

área (irregular) de descarte, criando, assim, um aterro temporário no local. Desse modo, ao mesmo tempo em que os caminhões tinham acesso a um local para realizar o descarte, a ocupação garantia os entulhos necessários para a realização do aterro – o que significa dizer que todo tipo de resíduos pode ter sido utilizado para tanto. Patrícia lembra que foram necessários muitos caminhões de entulho despejados para aterrar a área, de modo que fosse possível torná-la uma rua de acesso. O arranjo também foi bastante lucrativo ao responsável por organizar o bota-fora: o valor do descarte cobrado por caminhão era de 140 reais, e foram muitos caminhões<sup>164</sup>.

Em seguida ao aterro, as obras de terraplanagem, no valor de 60 mil reais, viabilizaram a abertura das ruas internas e a demarcação dos lotes. Contudo, sem a pavimentação dos leitos viários, sua manutenção se tornou um evento constante, além de altamente custoso. Ao longo dos primeiros anos, máquinas eram periodicamente contratadas para diminuir os buracos e declives nas ruas, que iam se desgastando com a passagem de carros e as águas das chuvas. No início de 2019, a associação passou a investir na compra de britas, assentadas pelos moradores em dias de *mutirões*, de modo a não precisar contratar o serviço de máquinas e, assim, evitar conflitos com as polícias ambientais. Apesar da melhora imediata nas condições de circulação, esta também não durava muito tempo, pois os carros e as chuvas iam, pouco a pouco, desfazendo o trabalho.

Em meados de 2021, os moradores começaram a investir na concretagem das ruas, de maneira fragmentada, já seguindo a nova organização por *líderes de ruas*. Para se ter uma ideia dos custos, na concretagem de apenas uma rua foram gastos 4.480,00 reais com concreto e mais 1.000,00 reais em britas. Tal como acontece com as demais intervenções realizadas para suprir a ausência da infraestrutura pública, este é um serviço que também precisa ser feito de tempos em tempos, na medida em que vão se abrindo grandes buracos em meio ao concreto assentado manualmente pelos moradores.

---

<sup>164</sup> A realização do aterro clandestino no local é mais um objeto de investigação por crime ambiental que recai sobre algumas lideranças da ocupação.

Figura 25 – Despejo de britas nas ruas



Fonte: Acervo do Jardim Milão.

Além dos altos custos investidos na melhoria das ruas, sua realização precisa estar alinhada com agentes das polícias ambientais, ainda que nem sempre isso signifique uma garantia. Foi assim em janeiro de 2019. Era um sábado de manhã e um trator trabalhava na movimentação de terra quando policiais ambientais chegaram ao local e interditaram a máquina. Como já é habitual, rapidamente fotos e mensagens começaram a circular pelo grupo



de Whatsapp dando conta do ocorrido. Pouco tempo depois, no entanto, as mensagens eram de comemoração, indicando que o trator havia voltado a trabalhar. O que aconteceu no intervalo entre essas mensagens foi o que buscamos entender na nossa visita seguinte.

Figura 26 – Viatura interdita o trator durante o trabalho na rua



Fonte: Acervo do Jardim Milão.

De acordo com o relato de moradores, quando a associação contratou o serviço o responsável pela máquina garantiu que o arranjo com agentes locais da polícia ambiental já estaria “incluso no pacote”. No entanto, o que os policiais alegaram naquele dia, segundo os moradores, foi que até o momento da realização do serviço o responsável ainda não havia feito o pagamento combinado aos agentes. Por isso, estes foram até a ocupação cobrar “a mamadeira”<sup>165</sup> para liberar a realização do trabalho. E foi aí que teve início a disputa para

<sup>165</sup> Termo utilizado por Patrícia para indicar o pagamento do suborno aos policiais para a liberação do funcionamento da máquina na ocupação.

decidir quem pagaria o valor aos policiais, se o funcionário encarregado pelo serviço ou a associação de moradores. Como nos foi relatado, pessoas “acima deles” (em referência aos *irmãos*) intercederam e concluíram que não seria justo cobrar dos ocupantes, uma vez que o responsável pela máquina já havia contabilizado esse pagamento no momento da contratação do serviço. Em pouco tempo, o tal responsável chegou à ocupação e pagou o combinado aos agentes e a máquina voltou a funcionar.

Ainda que não saibamos todas as circunstâncias do episódio - em que momento e como essas pessoas que estão “acima” intercederam e qual foi a postura adotada pelos agentes policiais -, naquilo que nos foi dado a conhecer, o evento ilustra os acertos e desacertos constantes que precisam ser feitos para viabilizar a realização de intervenções na terra, nos quais o pagamento aos agentes policiais aparece como um elemento central, impondo as condições e os custos para que o trabalho seja realizado.

Caraca, meu, tá difícil hein? Hoje eles queriam era meter o BO em nós, mas como estes eram corruptos, levou foi grana... e tá perguntando ainda. Pior, mijaram na associação! Acredita, meu? Que loucura. (Mensagem de uma moradora no grupo do WhatsApp, 21 mar. 2021)

Ademais, no percurso da tese até aqui, esse evento já quase soa familiar. Policiais que chegam e negociam as condições de permanência e consolidação da ocupação. A disputa que é mediada pelos *irmãos*. Pois bem, se estes não configuram eventos esporádicos, é preciso compreender o seu lugar no processo de produção e gestão dos territórios. Eventos como estes – nada banais, ainda que frequentes – compõem as fricções e tensões inerentes ao processo de produção e gestão do espaço urbano que se constitui nessa zona de embaçamento entre as fronteiras da legalidade, entre o dentro e o fora da normativa estatal e do ordenamento urbano, em um constante jogo com a lei, em que ela é ora aplicada, outrora, desativada. Nessa perspectiva, o Estado, por meio de seus operadores, de seu arcabouço normativo e também de suas materialidades, aparece implicado nos variados processos em torno da consolidação da ocupação.

São eventos que se sucedem e, em sua repetição, ilustram a violência imposta sobre esses territórios e sua população que se encontra suscetível à insegurança que é continuamente produzida e sustentada pelo próprio Estado. Precisamente por meio de seus agentes, que fazem um uso coercitivo e privatizado da autoridade que lhes é dada, negociando as formas de morar e as condições de vida da população que habita os territórios localizados nas suas *margens*.

### 6.1.2 Água

O abastecimento de água do Jardim Milão foi viabilizado a partir da ligação (irregular) realizada na rede de dois bairros vizinhos. Cada uma das ligações abastece uma porção da ocupação. O serviço de instalação foi realizado por funcionários da Sabesp, “fora do expediente”.

Também aqui, a precariedade do acesso à rede gera constantes instabilidades e interrupções no abastecimento<sup>166</sup>, demandando reparos e refazimentos constantes. Via de regra, o responsável pela manutenção é Mauro, o “faz tudo” do Jardim Milão, mas quando o problema está fora de suas competências, os próprios funcionários da Sabesp são consultados ou contratados para solucioná-lo. Por vezes, estes funcionários atendem ao chamado no horário de expediente da empresa pública e chegam à ocupação com o caminhão e todo o equipamento da companhia, que passa a ser utilizado de maneira privada. Para isso, os funcionários abrem as “fichas de atendimento”, uma operação rotineira da empresa pública, mas nelas registram outras ocorrências, como “vazamento”, por exemplo. Assim, são liberados para trabalhar no que, na verdade, se tornará um ponto de ligação irregular na rede pública de abastecimento.

Em uma das muitas ocasiões de interrupção do abastecimento de água, os funcionários propuseram a ligação de um terceiro ponto para tentar sanar os constantes problemas. O custo do serviço seria de 2 mil reais e foi oferecido prazo de garantia. Mauro estava à frente da negociação e ressaltou os termos do acordo: caso não recebessem o valor integral do serviço, os funcionários iriam desfazer a ligação. Diante da ameaça e da insustentabilidade das condições do acesso à água, o valor foi rapidamente recolhido entre os ocupantes e o serviço foi realizado.

Contudo, além dos reparos constantes, é preciso ainda (re)firmar os acordos. Vez ou outra, funcionários da Sabesp fecham um ponto de ligação irregular, uma atividade que acontece com alguma frequência na medida em que compõe a própria rotina de gestão dos sistemas de controle de perda de água no sistema público (FERRARA, 2013). Quando isso

---

<sup>166</sup> É importante que se diga que a instabilidade do abastecimento não decorre somente da precariedade das ligações irregulares, mas também de debilidades da rede pública que abastece a região, sujeita a constantes interrupções para a realização de reparos. Isto se relaciona aos próprios modos de extensão da rede que foram sendo realizados ao longo dos anos, de forma fragmentada e descontinuada, seguindo o traçado das ocupações irregulares que são a origem de boa parte dos territórios da região. Somem-se a estes dados as estratégias de gestão do sistema utilizadas pela empresa, que envolvem a redução do abastecimento de água de algumas regiões em determinados períodos e horários do dia. Os modos de operação e gestão da companhia, que acabam por penalizar os bairros populares e periféricos, são descritos por Ferrara (2013) em sua tese de doutorado. Durante a pandemia, o relatório “Cartografias do acesso à água na pandemia da Covid-19” (2021), realizado pela UFABC, buscou mapear e compreender as diferentes histórias de dificuldade no acesso à água em diferentes regiões da RMSP, a partir de diferentes formas de moradia precária.

acontece, é preciso acionar os funcionários da mesma empresa para fazer uma nova ligação, o que envolve novos pagamentos.

Outras vezes, um ponto pode ser fechado como uma estratégia privada de funcionários para poder fazer novas cobranças. Em uma dessas ocasiões, os moradores que estavam no Jardim Milão naquele momento – uma maioria de mulheres e idosos – se reuniram e decidiram ir conversar com os representantes da empresa pública, na tentativa de sensibilizá-los para que desistissem da cobrança. Depois de muita conversa, no lugar de cobrar o valor do que seria um novo serviço (podemos supor, algo por volta de 2 mil reais, considerando o que foi cobrado em outra ocasião) foi pedido “apenas” uma “caixinha” no valor de 10 reais por lote, a ser cobrado nas duas ruas que eram atendidas pelo ponto de água então fechado, cuja ligação seria refeita. E ainda explicaram como haviam encontrado o *gato*: bastou seguir a mangueira colada ao muro. Nada muito rebuscado, portanto. Apenas aproveitaram a oportunidade de extrair uma renda da situação informal das pessoas que viviam na ocupação.

O jogo começou a mudar de tom em março de 2021, diante do anúncio de que o Jardim Milão (e também o Jardim da Amizade, entre outras ocupações na região) foi selecionado para um programa de regularização do abastecimento de água, realizado pela Sabesp. Era o Programa Água Legal<sup>167</sup>, que prevê a instalação gratuita dos relógios e a cobrança de tarifa social. Foi uma importante conquista que se deveu, de um lado, aos esforços e estratégias da associação de moradores que, logo no primeiro ano da ocupação, protocolou três pedidos de regularização da rede na companhia, contando com o auxílio de um advogado popular que compõe as redes de Fábio. De outro lado, e este é o lado mais valorizado pelos ocupantes, o processo só teria começado a andar dentro da companhia depois que o vereador passou a atuar em favor da ocupação. A ele é creditada a inclusão do Jardim Milão no programa.

Desde que o acordo foi firmado, funcionários da Sabesp passaram a realizar visitas periódicas na ocupação para explicar os termos do programa, ao mesmo tempo em que começaram a realizar os estudos para a execução do serviço. Todavia, há uma exigência da companhia que tem gerado tensão local: a execução das obras foi condicionada à reabertura do córrego canalizado e aterrado que passa pela parte baixa da ocupação. Segundo o que foi informado aos ocupantes, isto se dá por conta do processo ambiental que corre contra a ocupação pelas intervenções realizadas no curso d'água. Na prática, a exigência da companhia

---

<sup>167</sup> “O Programa Água Legal é uma iniciativa da Sabesp para a regularização do abastecimento de água em regiões de alta vulnerabilidade social, onde normalmente o abastecimento é precário, efetuado de forma irregular e por tubulações improvisadas e sujeitas à contaminação. O propósito é levar saúde e qualidade de vida para a população, preservar os recursos hídricos e promover a sustentabilidade urbana.” (SABESP, s.d.).



representa uma ameaça às moradias que ali se estabeleceram, além do fato de que, e é aí o ponto de maior tensão, boa parte dos lotes dessa área que ainda não possuem edificações são de *irmãos* que, deste modo, ficariam impedidos de construir no local.

A canalização e o aterramento do córrego já haviam se mostrado um problema no início de 2021, quando funcionários da subprefeitura informaram à associação sobre uma investigação em curso realizada pela Polícia Civil Ambiental relativa às intervenções no córrego. Ainda que a gestão atual da subprefeitura seja uma aliada da ocupação (por meio do citado vereador), foi informado que não seria possível pleitear a regularização fundiária enquanto o córrego não fosse reaberto.

Figura 27 – Obras do Programa Água Legal da Sabesp no Jardim Milão em maio de 2022



Fonte: Acervo do Jardim Milão.

Em abril de 2022, as obras finalmente tiveram início no Jardim Milão<sup>168</sup>. No entanto, a questão da reabertura do córrego seguiu em suspenso, o que, de acordo com Patrícia, acabou penalizando a ocupação, pois, segundo lhe foi informado, enquanto isto não fosse resolvido a Sabesp não faria a regularização do esgoto, mas apenas do abastecimento de água. Por ora, como ela nos conta, a associação de moradores ainda não chegou a uma resolução para os lotes da parte baixa. Em relação às casas já erguidas há uma tentativa de negociação com a Sabesp e com a subprefeitura de um modo de desaterrar o córrego mantendo as construções, mas ainda não há uma decisão quanto aos lotes dos *irmãos*, que agora estão proibidos de construir no local.

Em agosto de 2022 as primeiras contas de água chegaram às casas do Jardim Milão, em mais um importante passo no sentido de garantir a consolidação do território. E, assim, o processo de urbanização por meio da realização de *melhorias*, agenciadas e providas localmente, passou a ser combinado com os investimentos públicos realizados no território, ainda que de forma pontual e, no caso, restrito ao acesso à rede pública de abastecimento de água. É por meio dessa combinação entre a provisão (precária) de infraestrutura urbana ofertada e executada por agentes que atuam no mercado paralelo de urbanização e a política pública que chega depois destes processos já estarem em andamento que o Jardim Milão vai se consolidando na paisagem urbana paulistana.

### **6.1.3 Esgoto**

A canalização e o aterramento do córrego foram realizados de forma irregular pelos ocupantes e agora aparecem como um objeto de conflito e entrave à regularização do esgoto. No entanto, foram o primeiro passo para a instalação de uma rede de coleta de esgoto realizada pela associação de moradores, que fez a ligação das casas ao curso d'água então soterrado, onde estão sendo despejadas as águas contaminadas coletadas das casas. É importante lembrar aqui, tal como visto no capítulo três, que as manilhas para a canalização do córrego foram dadas pelo loteador do terreno vizinho (que também faz o despejo das águas contaminadas do loteamento no mesmo córrego), enquanto à ocupação coube sua instalação e o aterramento da área<sup>169</sup>.

---

<sup>168</sup> Como parte do programa, a Sabesp recrutou moradores de todas as ocupações beneficiadas para trabalhar na obra, com vagas para ajudante de pedreiro, com salário de 1.688,89 reais, bem como para pedreiro e encanador, com salário de 2.039,19 reais, além de vale-alimentação no valor de 250 reais e vale-refeição por dia trabalhado de 20 reais.

<sup>169</sup> Mas, como visto no capítulo três, além de servir a coleta de esgoto, a canalização e aterramento do córrego também respondeu ao interesse de criar mais lotes a partir da área aterrada, tanto por parte da ocupação quanto do loteamento, o que levou a um conflito entre integrantes dos dois territórios que acabaram no *debate*.

Uma vez que o córrego foi posto para baixo da terra, teve início a abertura das ruas para a instalação do encanamento que iria completar o percurso. Em fevereiro de 2019, fazendo algumas contas por alto, Patrícia acreditava que a associação já havia gasto algo em torno de 80 mil reais com o serviço.

Figura 28 – Homens trabalham nas ligações das casas à rede de esgoto em novembro de 2018



Fonte: Acervo do Jardim Milão.



O trabalho de instalação da rede de coleta nas ruas foi realizado pelos ocupantes durante as madrugadas, de modo a evitar as rondas quase diárias da polícia ambiental, como nos explicou Patrícia. Já as ligações das casas, por se tratar de um trabalho menor e mais rápido, foram realizadas de forma mais fragmentada e difusa ao longo dos dias e noites. Se a montagem da rede geral de coleta de esgoto foi realizada de forma centralizada pela associação de moradores e pelos responsáveis pelo serviço contratados por ela, a ligação de cada lote à rede geral aconteceu de forma mais descentralizada. Alguns ocupantes fizeram sua própria ligação, enquanto outros contrataram Armando (membro da associação de moradores), que ofereceu a execução do serviço por um valor de 80 reais.

#### **6.1.4 Luz**

A rede elétrica é mais um ponto sensível da vida cotidiana na ocupação. Provida por ligações irregulares que partem dos bairros do entorno e sustentada por postes de madeira, a rede elétrica é instável e representa um risco permanente pela possibilidade de incêndio. Além disso, os postes de madeira possuem vida útil e precisam ser trocados periodicamente, o que, além dos custos materiais, envolve um risco à vida de quem os manuseia. Os problemas se tornam mais frequentes à medida que aumenta o número de lotes ocupados e, conseqüentemente, do volume do consumo de energia. Vez ou outra, caminhões que transitam pela ocupação acabam arrastando consigo fios e postes, quando estes não são derrubados pelas fortes chuvas, que deixam a fiação exposta.

Por tudo isso, os reparos são constantes. No geral, costumam ser feitos por Mauro, o responsável pelos serviços de manutenção no Jardim Milão, que por vezes pode contar com o auxílio de alguns moradores. Afinal, quando acaba a luz há uma rápida mobilização daqueles que vivem no local para tentar solucionar o problema, pois, ainda que este seja mais um serviço operado e transacionado nesse mercado paralelo que se constitui em torno de sua provisão, trata-se de uma dimensão fundamental da vida daqueles que ali vivem.

Em algumas ocasiões, quando há denúncias ou a necessidade de realização de reparos feitos pela operadora do serviço de energia da rede formal, os pontos irregulares que abastecem a ocupação são cortados por funcionários da empresa. Para se fazer uma nova ligação os valores cobrados podem chegar a dois mil reais por ponto, entre os materiais e a mão de obra, já que, nestes casos, é preciso contratar uma terceira pessoa para realizar o serviço, que não é realizado por Mauro.

Figura 29 – Homem faz reparo na rede elétrica do Jardim Milão em março de 2019



Fonte: Acervo do Jardim Milão.

Em 2020, com o aumento do número de lotes ocupados e a sobrecarga na rede, parte da fiação precisou ser trocada e alguns dos postes de madeira foram substituídos pelos de concreto. Dessa vez, foi preciso desembolsar uma quantidade de dinheiro maior e contratar uma empresa para realizar o trabalho. Somente em relação à fiação, a compra dos materiais e a contratação do serviço geraram um custo de 25 mil reais aos ocupantes. Contudo, assim como acontece na maioria dos casos que envolvem o pagamento de taxas extras à associação, o conflito em torno dos inadimplentes perdurou durante todo o ano, a despeito das constantes cobranças realizadas pela associação. Isto atrasou a realização do serviço, uma vez que o acordo com a empresa responsável estipulava que o início do trabalho estava condicionado ao pagamento integral dos custos da intervenção. Por isso, a substituição dos postes de madeira por postes de concreto

começou a ser realizada apenas em março de 2021, gradativamente, seguindo o tempo dos pagamentos.

A instabilidade no fornecimento da energia gera uma série de impactos sobre a qualidade de vida dos ocupantes, que vão das perdas materiais – por exemplo, com eletrodomésticos que acabam queimados – a questões relacionadas à segurança. Este é um fator particularmente importante para as mulheres: são constantes as reclamações a respeito da má iluminação das ruas, principalmente por parte de quem sai para trabalhar de madrugada ou volta tarde da noite. A pouca iluminação se soma às condições inadequadas das ruas e dos caminhos improvisados que chegam ao Jardim Milão beirando o muro do Rodoanel ou cruzando o seu viaduto por baixo. De uma forma ou de outra, todas as opções para sair da ocupação envolvem a passagem por lugares ermos, que ficam ainda mais perigosos diante da falta de iluminação. Quer dizer, as precariedades urbanas da ocupação recaem de forma diferenciada sobre os grupos sociais que a compõem, incidindo, de maneira particular, sobre a vida das mulheres.

\*\*\*

Apesar de todas as estratégias e investimentos realizados, a precariedade urbana segue como um traço estruturante do território e do cotidiano daqueles e daquelas que ali vivem. No caso do Jardim Milão, a urbanização por meio da realização de sucessivas *melhorias* vem sendo empreendida por meio de elevados e variados pagamentos aos operadores do mercado que atuam em torno da provisão de infraestrutura urbana e aos operadores do mercado político que o parasita (MISSE, 2006). O que se combina, ainda, com a realização dos *mutirões* e do trabalho individualizado de alguns poucos ocupantes, ou seja, com o uso da força de trabalho dos próprios moradores. O Estado se faz presente nestes processos, seja através de seus agentes, que transacionam a infraestrutura e os serviços públicos de forma privatizada, seja pela política pública que é intermediada pelo vereador e que chega depois de estes processos já estarem em andamento.

Este processo onera os indivíduos e famílias tanto financeiramente, quanto pelo tempo de trabalho despendido ali. Apesar de todo empenho, não há garantias de permanência, uma vez que se trata de infraestruturas implantadas de forma irregular, sobre as quais sempre recaem os riscos da destruição. Além disso, os altos investimentos não significam qualidade, na medida em que a precariedade é um traço constitutivo dos serviços operados nesse mercado, que sobrevive da reprodução de gambiarras de todo tipo e dimensão, com impactos profundos sobre as condições de vida daqueles e daquelas que ali vivem.

Postos em perspectiva, os atores, as negociações, os acertos e desacertos estabelecidos em torno da transformação da terra revelam a constituição de um mercado que opera na intersecção entre a necessidade e a precariedade, por vezes fazendo delas um objeto de coerção e chantagem no oferecimento de serviços que, supostamente, podem amenizar as condições de vida nestes territórios dito informais. Trata-se de um mercado que se forma no varejo, de modo fragmentado, em que cada serviço é transacionado por atores distintos, de dentro e de fora do Estado. A contratação desses serviços é centralizada pela associação de moradores, e realizada aos poucos, conforme as demandas, os desejos e, também, as circunstâncias mais ou menos favoráveis para a sua execução.

Apesar dos altos custos, da falta de garantia e de qualidade dos serviços e da infraestrutura ofertada, os investimentos na urbanização local figuram como estratégia na busca pelo reconhecimento do território junto ao ordenamento social e urbano. Somente em agosto de 2021 o Jardim Milão chegou aos cinco anos de ocupação da terra, quando então seus moradores puderam colocar em prática as estratégias construídas para pleitear o reconhecimento do território junto às instituições públicas e jurídicas, como visto no capítulo anterior. Isso significa dizer que a ocupação passou da estratégia de se manter na invisibilidade, na tentativa de passar ilesa à ações que resultam em ameaças e remoção, para o seu sentido oposto, ou seja, o de se apresentar para o mundo – no caso, para as diferentes instâncias estatais –, enquanto um território já em vias de consolidação, com significativa quantidade de trabalho materializada em seu espaço.

Muito bom, a praça será uma área de lazer a todos e isso vai dá outra visão ao nosso bairro para os órgãos públicos, eles olham muito isso porque vê que nós da associação, junto com a ocupação, temos realmente a intenção de fazer deste bairro a nossa moradia e assim vamos dando vida ao nosso bairro. (Mensagem no grupo do WhatsApp, 12/08/2020).

*Esta nova fase, após completarmos cinco anos, é muito importante a sua presença pra nos ajudar como seguir daqui pra frente, hj já não cabe mais anonimato e sim exposição” (Idem, 04/08/2021, grifos nossos).*

## **6.2 Nas interfaces com o Estado**

São inúmeras as implicações políticas – e práticas – deste estado de transitoriedade permanente decretado pelo planejamento: é este estado que permite, por exemplo, uma inserção discricionária subalternizada na distribuição de benefícios e investimentos urbanos, condenando bairros inteiros a viver sem água encanada e esgoto por décadas; é este estado que faz com que estes mesmos bens e serviços, disponíveis de maneira automática para os proprietários, sejam obtidos apenas através de processos lentos e altamente mediados pelo sistema político-eleitoral no caso dos territórios populares. (ROLNIK, 2019, p. 29)

A interface com o Estado é uma dimensão fundamental do processo de consolidação do território, pois é por meio de seu aparato normativo e administrativo que são classificados e geridos os territórios da cidade, garantindo a permanência de alguns e removendo outros, provendo com infraestrutura e status de legalidade uns, relegando ao limbo da informalidade outros, sempre permeados pela possibilidade da remoção. É, pois, a gestão dos ilegalismos em ato o que podemos prospectar a partir das dinâmicas em torno da consolidação das ocupações de terra, tendo em conta aquelas que conseguem permanecer, e em que condições, e aquelas que serão destruídas.

Como foi possível notar até aqui, a presença do Estado no processo de formação e consolidação da ocupação se dá por meio de distintas modalidades, agentes e dispositivos, em um trânsito permanente entre a repressão, a negociação e os acordos mais ou menos formais que permitem o estabelecimento desses assentamentos e ditam as condições de sua consolidação. Aqui queremos focar em uma das modalidades dessa presença, que diz respeito à lógica do clientelismo político e às formas por meio das quais ela se reproduz e se atualiza por meio de relações estabelecidas nos e com os territórios, em suas conexões, interesses eleitorais e envolvimento com negócios locais. Diz respeito, portanto, às formas de governo que são exercidas nesses territórios pelo Estado.

Para tanto, foi preciso identificar os agentes do Estado que constroem as pontes e fazem as conexões entre a ocupação e os espaços da formalidade, quer dizer, os espaços e agentes responsáveis por acionar (ou não) os instrumentos legais e administrativos por meio dos quais se torna possível integrar o território à chamada “cidade legal”. Aparecem aqui, mais uma vez, funcionários da subprefeitura relacionados com um importante vereador da capital, com histórica atuação na zona sul e cuja presença em bairros da zona norte tem sido crescente. A chegada deste vereador, juntamente com a de um deputado estadual e de um deputado federal próximos a ele, conectou a ocupação à subprefeitura, à Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) - órgão da prefeitura responsável pelos processos de regularização fundiária -, à Sabesp e à Enel. Com isso, deu-se início a toda uma movimentação em torno da formalização da ocupação e de seu acesso à infraestrutura urbana pública. E, aqui, um ponto a se reter: a mediação entre a ocupação e os políticos foi construída por meio da figura de um coletivo que transita entre a forma dos movimentos sociais e a das ONGs. Foi este coletivo o responsável por sustentar a conexão entre a ocupação e o vereador e, então, este o fez com os demais operadores e espaços do Estado. É essa a rede de atores por meio da qual as históricas relações



clientelistas que articulam os territórios populares à política e ao Estado se constituem no caso particular do Jardim Milão.

Mas para compreender como a lógica do clientelismo político se reproduz no cotidiano do território precisamos antes identificar como se deu a chegada do citado vereador ao Jardim Milão. E, mais uma vez, é Patrícia quem nos conta essa história.

As coisas tiveram início nas eleições municipais de 2020. O presidente da associação de moradores levou à ocupação outro vereador de centro-direita, figura histórica da região que então concorria ao cargo de deputado estadual. Apesar de já ter tido alguns contatos pontuais com o Jardim Milão, sempre intermediados pelo presidente da associação que recorria ao político na tentativa de barganhar alguma *melhoria*, o mesmo não foi recebido com entusiasmo. Segundo Patrícia, os ocupantes estavam descontentes com sua atuação, porque ele nunca havia garantido nenhum *benefício* à ocupação<sup>170</sup>.

Sem fechar o apoio a tal candidato, esta posição – a de uma espécie de “político da ocupação” – estava em aberto. E é aí que entram João e Patrícia.

O trabalho do vereador da zona sul era conhecido pelo casal por sua atuação no bairro em que vive a família de João, reflexo do movimento de aproximação de bairros da zona norte da capital que vem sendo realizado nos últimos anos pelo político. Entre as muitas *melhorias* no bairro atribuídas à sua atuação Patrícia citou a reforma de um campo de futebol, a pavimentação de ruas, entre outras intervenções pontuais. Em sua maioria, são ações de zeladoria urbana que, embora sejam intervenções mais simples, possuem impactos muito concretos no dia a dia daqueles e daquelas que vivem nas imediações beneficiadas pelas ações. Por isso, o casal sugeriu apresentar o vereador à ocupação Jardim Milão. A mediação foi realizada por João, da ocupação, e por Neto, um ex-assessor do deputado estadual do grupo político articulado pelo vereador, então locado na subprefeitura da região.

Se no início houve alguma dúvida em relação ao apoio ao citado vereador, ele rapidamente ganhou a adesão dos demais membros da associação de moradores quando os sócios da empresa de ônibus local também passaram a endossá-lo. Naquele momento, tornou-se nítida a aliança estratégica que poderia ser formada entre a ocupação, o vereador e toda a sua rede (que envolvia a subprefeitura, com agentes e espaços do Estado), e a empresa de ônibus, que apresentava importante capital político e econômico, além de atuação no território.

Bom dia a todos!! Como todos já sabem que estamos em época de eleição! E nós da ocupação [Jardim Milão] juntamente com Associação, estamos com um projeto de

---

<sup>170</sup> Termo bastante utilizado pelos ocupantes em referência às expectativas de ganhos endereçadas a parlamentares na sua relação com a ocupação.

trazer um ponto final pra dentro da ocupação!!! E todos sabem que tem um processo jurídico onde a gente depende de ação do governo, ou até mesmo de uma participação de um órgão público, e nós juntamente com a [empresa de ônibus] e alguns amigos, a gente já conseguiu dar entrada no processo onde a gente já está com resultado positivo, e eu queria deixar aqui frisado que nós temos um vereador [**nome do vereador**] que está apoiando a gente, tem ajudado bastante, deixando bem lembrado que o voto é individual, mas quem puder estar ajudando, a [X] tem todo material (Mensagem de Fábio no grupo de WhatsApp, 05/10/2020).

O acordo que selou a parceria entre a ocupação e o vereador envolveu compromissos de ambos os lados, que iluminam alguns dos mecanismos por onde se constituem e se reproduzem as redes do clientelismo político.

Por parte da associação, alguns moradores passaram a atuar como cabo eleitoral do político, participando de atividades por toda a região e acompanhando suas reuniões de campanha. A associação colou as propagandas políticas dele em sua sede e distribuiu o material de campanha pelo Jardim Milão. Todas essas ações eram seguidas por fotos compartilhadas com a coordenação da campanha. Perto do dia da eleição foi solicitado aos ocupantes que encaminhassem à associação o número do título de eleitor e a zona eleitoral respectiva de cada um, para que pudessem acompanhar a quantidade de votos do vereador na região.

Então essa é a hora gente, mais uma vez peço para vocês aí, quem puder, tá mandando para mim no privado o número do título e a zona eleitoral onde vota, para eu tá fazendo uma planilha bem bonitinha e tá encaminhando aí para o responsável né, que nós temos contato direto com assessoria do [vereador] para ele está vendo que a comunidade [Jardim Milão] está afim né, de colocar alguém que faça alguma coisa por nós.” (Mensagem de um membro da associação no grupo do WhatsApp, 13/10/20)

Em contrapartida, e para demonstrar boa vontade, antes mesmo da eleição, a equipe do vereador deu início a uma negociação junto à empresa de ônibus (aquela mesma) para a instalação de uma linha de ônibus que atendesse a ocupação. Caso tivesse votos expressivos na região, seu compromisso era de, na escala municipal, abrir o diálogo com a SEHAB visando a regularização fundiária de interesse social e, na escala regional, colocar a subprefeitura como um ator institucional aliado dos ocupantes. Ou seja, de sua parte, o vereador construiria as mediações e conexões entre o Jardim Milão e os órgãos públicos com a autoridade para garantir a permanência da ocupação.

O vereador foi eleito e assumiu o cargo, dando início a mais um mandato. Foram muitas mensagens celebrando sua vitória, mas também houve outras tantas reafirmando que, agora, o vereador tinha um *compromisso*, ou uma *dívida*, com a ocupação. As porcentagens de votos na região foram comemoradas. Afinal, garantiu-se a parceria do político que havia condicionado seu apoio a uma porcentagem específica de votos que esperava ter na região.

Para alguns, essa vitória foi ainda mais celebrada, pois representou a garantia de um trabalho na subprefeitura. Foi o caso de uma moradora do Jardim Milão que se tornou zeladora de praça pública, uma praça que ela sequer conhece. A única exigência do trabalho é assinar, uma vez ao mês, a folha de ponto para garantir o salário ao final do mês (no valor de um salário mínimo). Trata-se de prática já consolidada dos modos de operar do clientelismo político, mas que ganha ainda mais importância em uma conjuntura de desemprego e trabalho precário extensivo, que impacta as condições de vida da maior parte dos ocupantes do Jardim Milão.

Esse modo de relação entre os territórios populares e o Estado não é novidade na história urbana e política de São Paulo. Muito pelo contrário, como nos mostra Rolnik (2022), trata-se de um padrão que já conta com mais de um século de histórias, resistindo às diversas transformações sofridas pela cidade ao longo das décadas. Assim, ao menos desde os anos 1930, quando o modelo de expansão urbana periférica ainda era incipiente na cidade, um dispositivo inserido no Código de Obras abriu os caminhos para a construção de formas de relações que embasaram o que a autora vai chamar de *cidadania consentida* (ROLNIK, 2022, p. 50).

O dispositivo permitia à administração pública reconhecer em seu ordenamento formal casas e loteamentos irregulares. Contudo, as condições para tal reconhecimento não estavam contidas na lei, pois foram postas a cargo da avaliação dos técnicos municipais da Diretoria de Obras que estabeleceriam os critérios para tal, caso a caso. Assim, segundo a autora,

[...] estabelece-se uma ordem jurídico-política, na qual a irregularidade na construção do território ganha o estatuto de uma extralegalidade, dependente da intermediação discricionária do Estado – no caso, da prefeitura – para ser reconhecida e, assim, ganhar o estatuto legal e poder se inserir no campo das obrigações e responsabilidades públicas na provisão de infraestrutura, equipamentos e serviços. (ROLNIK, 2022, p. 49)

De acordo com a autora, esse dispositivo introduzido na norma urbana paulistana nos longínquos anos 1930 teve consequências importantes para a formatação de um “estilo de gestão e uma cultura política local que persistem com força até nossos dias.” (ROLNIK, 2022). A legalidade urbana tornava-se, assim, o instrumento de integração das classes populares às políticas públicas, um instrumento mobilizado de forma discricionária pelo Estado, que poderia concedê-la ou não, a depender “do filtro da escolha e do arbítrio do governante da vez” (ROLNIK, 2022) – daí a noção de *cidadania consentida*.

Hoje, quase cem anos após a introdução do referido dispositivo urbano, que contribuiu para a formação e consolidação do padrão de relações clientelistas da política paulista junto aos territórios autoconstruídos, a legalidade urbana permanece um instrumento mobilizado de forma discricionária pelo Estado. Mas agora ela não é apenas consentida por meio de “uma

relação de doação do Estado ao povo”, que entra na cena política urbana como se devesse um favor, tal como caracterizado por Rolnik (2022, p. 50), mas como uma mercadoria que é negociada e transacionada entre os moradores destes territórios e os agentes do Estado. Pois a forma de seu consentimento passa a se dar pelas negociações e trocas que são estabelecidas no território, nas quais são barganhados recursos financeiros e apoios políticos em troca de uma sempre prometida legalidade urbana, que não se conforma mais a uma relação baseada na doação, de um lado, e na retribuição<sup>171</sup>, de outro, mas em relações de troca. Nessa perspectiva, a cidadania não é apenas consentida, mas mercantilizada.

Dessa maneira, a chegada do vereador à ocupação reverbera o funcionamento ainda bastante ativo, e efetivo, das já muito conhecidas redes do clientelismo político, por meio das quais trocam-se favores e benfeitorias por votos. Mas, de outro lado, é possível também ver nessa relação, do ponto de vista dos ocupantes, a tomada de mais uma decisão estratégica, que busca garantir a permanência e a consolidação do território, bem como as próprias condições de reprodução da vida daqueles que ali vivem, a partir das possibilidades que estão dadas no campo político institucional. “Político é tudo igual, mas se puder ajudar a gente hoje, beleza, se amanhã for embora, abraço!” - foi a fala de um ocupante na ocasião das eleições de 2018.

Por essa perspectiva, observamos uma conduta pragmática e estratégica de sujeitos ativamente implicados nas negociações por onde se transaciona apoio político por *benefícios*, mesmo que estes sujeitos estejam inseridos em uma posição desigual de poder no campo de forças onde se desenvolvem tais trocas. O voto definido pela troca de *benefícios* imediatos, sem fidelidade a partidos políticos ou mesmo a um espectro político ideológico<sup>172</sup>, aparece como sintoma de um padrão de relação que foi historicamente construído. E, em sua reprodução, produziu e produz territórios que dependem dessas relações, como demonstrado por Rolnik, e que, portanto, também jogam com elas. Nesse sentido, o processo eleitoral emerge como um momento privilegiado de barganhas para todos os lados envolvidos nessas transações.

---

<sup>171</sup> “Finalmente, o verbo que fecha e dá sentido à relação é ‘retribuir’. Quem recebe um presente cria um vínculo, que leva naturalmente à retribuição. Assim, a força da coisa dada está em produzir, em quem recebe, a consciência de uma obrigação de retribuir, como um dever político de natureza ética. [...] Trata-se, sim, do reconhecimento de uma obrigação que extrapola a dimensão utilitária. O vínculo que se estabelece pressupõe, portanto, a ascendência do doador sobre o receptor e sua condição de devedor” (ROLNIK, 2022, p. 50-51).

<sup>172</sup> Em uma conversa com Fábio sobre o tema ele justificava a decisão de apoio ao vereador afirmando que havia informado à equipe do mesmo que ele “era de esquerda” e que continuava “sendo de esquerda”, mas, segundo ele, as figuras dos partidos de esquerda nunca haviam feito nada pela ocupação, ao contrário do tal vereador. Apesar de ter começado a atuar havia pouco tempo na região, este já os havia apoiado em diversas frentes, desde a doação de cestas básicas durante a pandemia à intermediação junto à Sabesp e à Enel pela regularização dos serviços básicos na ocupação.

Como afirma Ludmila Abílio (2005), parte das relações políticas construídas em uma conjuntura de empobrecimento e desproteção social se constitui na concretude dos benefícios que se materializam no território. Benefícios que podem ser quantificados e fazem diferença imediata na vida de famílias e indivíduos que vivem em meio aos constantes expedientes de sobrevivência, que transitam entre ajudas e assistências que chegam das mais variadas formas, sendo a negociação com o Estado por meio de seus programas, projetos e políticos mais uma dentre elas.

Seguindo esse raciocínio bastante pragmático dos ocupantes do Jardim Milão (e não só deles, como nos mostra a crescente influência do vereador por bairros da região), o resultado dessa aliança tem sido muito benéfico para a ocupação. O subprefeito da região compõe a base de aliados do vereador e, desde as eleições de 2020, a subprefeitura passou a atuar como uma parceira do Jardim Milão, com diálogo aberto e constante com a associação de moradores. Assim, como nos conta Patrícia, tudo o que chega à subprefeitura, em termos de denúncias ou de processos administrativos abertos contra o Jardim Milão, é informado aos moradores. Em dezembro de 2021, o subprefeito foi pessoalmente à ocupação, acompanhado por representantes do movimento-ONG responsável pelas mediações entre a ocupação e a rede do político, reafirmando seu compromisso com a ocupação.

Com o advogado trabalhando na argumentação jurídica, de um lado, e as redes do vereador atuando nas costuras políticas, de outro, o processo de regularização fundiária vem ganhando forma. Nesse processo, a associação se mantém como um importante ator em seu papel de mediador político entre o Estado e o território. Por meio dos contatos da subprefeitura, a associação conseguiu viabilizar a realização da topografia do terreno sem nenhum custo - o orçamento que tinham girava em torno de 12 mil reais para a execução do serviço -, o que foi lido como mais um *benefício* ofertado graças à relação com o vereador. Neto foi o responsável por garantir que a empresa que possui contrato com a subprefeitura para a realização deste serviço trabalhasse na ocupação a título de “trabalho social”. Os membros da ocupação não puderam expor o nome da empresa, pois, ao que tudo indica, esse “trabalho social” não está previsto no escopo da parceria entre os prestadores de serviço e o órgão público. Trata-se de uma relação informal que beira a ilegalidade, o que permite ver que o padrão de relações estabelecido pelo vereador com as empresas prestadoras de serviços também parece se constituir no embaralhamento das fronteiras do formal/informal, do legal/ilegal.

Todas as ações do grupo político articulado pelo vereador na ocupação e nos demais bairros da região são feitas por meio da mediação do movimento-ONG do qual Neto é uma das lideranças. Estas iniciativas são caracterizadas como *parcerias*. A relação estreita entre os dois

atores sociais, que quase se confundem em suas práticas nos territórios, começou a nos chamar a atenção na medida em que parece impactar os modos de funcionamento das redes do clientelismo político que são operadas pelo vereador.

O movimento-ONG foi fundado no ano 2000 por meio da articulação de um grupo de 15 pessoas com formações e históricos dos mais diversos, desde “líderes comunitários, empresários do ramo de show business, informática e alimentos, médicos, advogados, psicólogos, pedagogos, donas de casa, atendentes de telemarketing, vendedores, universitários, professores e artistas.”<sup>173</sup>. Em sua página na internet, a entidade se define como um movimento “sem fins lucrativos” com atuação em áreas diversas - como esporte, saúde, educação, lazer, cultura, dentre outros - a partir do “trabalho voluntariado” dos indivíduos que integram o coletivo.

Já na página do grupo no Facebook é possível ver os registros das várias atividades que são promovidas, sempre anunciadas como *parcerias* entre o movimento, o vereador e os deputados. Constam, inclusive, fotos de faixas em agradecimento aos parlamentares e ao movimento-ONG, que foram penduradas nos bairros beneficiados por eles.

De maneira geral, as ações promovidas pelo grupo político podem ser divididas em três grandes categorias: i. uma primeira, relativa à organização de eventos sociais (como festas em datas celebrativas, Dia das Crianças e Páscoa), à promoção de dias de atividades de esporte e lazer, e à entrega de cestas básicas<sup>174</sup>; ii. a segunda está associada a intervenções públicas mais pontuais que, no geral, podem ser realizadas por meio de emendas parlamentares<sup>175</sup>, como serviços de zeladoria, a revitalização de guias e sarjetas, obras de requalificação de quadras poliesportivas e a revitalização de praças, para nomear algumas; e, por fim, iii. as que envolvem investimentos de maior porte, como a implantação de novas unidades de saúde e de educação, que são viabilizados por meio de outros pontos da máquina pública e outras rubricas de orçamento, que dependem da aprovação do Legislativo e do Executivo.

Em todas essas ações, amplamente veiculadas pelos canais do movimento-ONG, ele se apresenta ao lado do vereador e de seu grupo político enquanto um mediador entre os territórios que são objeto das intervenções (por meio das associações de moradores locais) e o poder

---

<sup>173</sup> Retirado do site do movimento-ONG na internet.

<sup>174</sup> O movimento-ONG foi um importante ator na entrega de cestas durante toda a pandemia no Jardim Milão e em outros territórios da região, uma ação significativa em um momento de empobrecimento da população, que contribuiu para fortalecer a legitimidade da entidade junto à população dos territórios.

<sup>175</sup> Para se ter uma ideia, somente no ano de 2021 o vereador liberou cerca de 3,5 milhões de reais em emendas parlamentares distribuídos em diversas subprefeituras da cidade. Para a subprefeitura onde se localiza o Jardim Milão foram pelo menos 400 mil reais investidos em obras de zeladoria e melhorias de bairro, sem contar os recursos que são rubricados para as secretarias de governo cuja distribuição territorial não pode ser rastreada (PREFEITURA, 2021)).

público. Em 2022, mais um ano eleitoral, o citado grupo político intensificou os eventos de inauguração de obras. Em determinados dias chegaram a marcar mais de cinco inaugurações, amplamente veiculadas pelas redes sociais dos parlamentares do grupo e do movimento-ONG. Tratava-se de intervenções mais simples, como a pavimentação de uma rua ou a instalação de um corrimão em um escadão, até aquelas mais custosas, como reformas de equipamentos públicos. Nas ocasiões de entregas maiores, que podiam contar com a presença do prefeito da capital, o movimento-ONG passava nos territórios que compunham sua base territorial com um ônibus (adesivado com a logo do movimento-ONG) para buscar as pessoas e levá-las ao local de inauguração das obras.

No Jardim Milão há uma faixa pendurada na associação de moradores com uma mensagem de agradecimento ao grupo político e ao movimento-ONG. Em 2022, o logo da ocupação foi alterado e, no novo design, a entidade passou a compor a imagem como “apoio”. Ademais, uma prática importante dos integrantes do movimento-ONG é o reforço e respaldo dos integrantes da associação de moradores do Jardim Milão. Em suas falas nos eventos realizados na ocupação, eles sempre dão ênfase à importância da associação e das conquistas que ela tem garantido, de modo a fortalecer as lideranças que os introduziram no território e que são sua conexão com a população daquela localidade.

Em seus materiais de divulgação, como na fala de seus integrantes, o lema do movimento-ONG é sempre reafirmado: *Não tem segredo, tem trabalho!* Quer dizer, a gramática política mobilizada pelo coletivo não se baseia no repertório dos movimentos populares cujas ações políticas são orientadas pela *luta* por direitos – ainda que, por vezes, ele seja apresentado dessa forma. Ao contrário, distante das práticas de confronto público, que buscam disputar os sentidos do ordenamento social (SANTOS; GUERREIRO, 2020), o que orienta as ações do movimento/ONG é o *trabalho* que pode garantir as melhorias desejadas, *trabalho* este que se faz por meio da composição com os agentes públicos que podem garantir tais melhorias, portanto, e não no tensionamento com eles.

Dessa forma, a partir das relações estabelecidas em torno da ocupação, é possível apreender os modos pelos quais operam as redes de clientelismo político, tal como se configuram nessa porção da cidade. Uma forma de relação que reproduz padrões históricos, dotando-os de novos contornos, que reverberam as mudanças na conjuntura política e social a cada tempo. Assim é que, ainda que não seja o objeto de nossa pesquisa nos aprofundarmos nas relações entre os territórios autoconstruídos e o mundo da política, buscamos situar a emergência do movimento-ONG atrelado à imagem do vereador em perspectiva com processos políticos em curso nos últimos anos.

De um lado, há um aprofundamento da desconfiança da população em relação às instituições democráticas, incluídos aí os partidos políticos e seus representantes (MOISÉS; MENEGUELLO, 2013), junto a uma crise política institucional que se alastra nos últimos anos<sup>176</sup>, com impactos sobre todas as esferas de governo. De outro lado, há uma emergência e ganho de visibilidade de movimentos sociais que se articulam em torno de pautas como juventude, cultura, gênero, sexualidade, racialidade, inclusive, encapando legislaturas<sup>177</sup>. O que pode representar uma concorrência, ainda que de maneira incipiente, com figuras políticas históricas, que têm seu capital político ancorado nas redes do clientelismo político, como é o caso do citado vereador.

É em face dessa conjuntura política, na qual a imagem da institucionalidade política se encontra desgastada, que o movimento-ONG parece assumir uma posição importante na relação entre o vereador e os territórios da zona norte nos quais transitam, pois, ao se constituir enquanto articulação comunitária de base territorial, e supostamente autônoma em sua busca por melhorias para os bairros e sua população, a entidade ganha legitimidade junto aos moradores dos territórios onde atua. Isso é especialmente importante na zona norte da cidade, uma região na qual o vereador não possuía um histórico de atuação, mas da qual procurava se aproximar ao longo dos últimos anos. Quer dizer, a sua chegada talvez fosse diferente se não fosse mediada por lideranças locais com respaldo nos territórios.

A gente tá fora do período de campanha e a gente tá aqui com vocês, falo com a [Patrícia] quase todo dia [...] Precisa tirar da nossa mente que político só rouba, só aparece em época de campanha, porque tem muitos parlamentares que trabalham. (Fala de um membro do movimento/ONG em reunião no Jardim Milão, 9/12/2021).

Na prática, muitas das lideranças do movimento-ONG são assessores do vereador ou dos deputados associados a ele ou mesmo trabalham em algum órgão público, em cargos indicados pelos políticos, o que tensiona a suposta autonomia que o movimento-ONG sustenta em seus discursos. Por outro lado, são essas mesmas conexões que põem em movimento as redes por meio das quais se concretizam as promessas políticas por onde se viabilizam *melhorias urbanas*.

Esse é um tema importante e que demanda mais pesquisas para bem compreendermos essa articulação entre o movimento-ONG e o vereador, bem como as formas de atuação da

---

<sup>176</sup> Cujo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, confirmado em agosto de 2016, talvez seja um dos eventos emblemáticos.

<sup>177</sup> Exemplo desse movimento foi a eleição de duas mandatas coletivas para a Câmara de Vereadores de São Paulo nas eleições de 2020, a Quilombo Periférico, formada por seis lideranças de diferentes movimentos negros e periféricos da cidade, e a Bancada Feminista, composta por quatro mulheres de movimentos feministas.



entidade em si, como ela se constituiu enquanto sujeito coletivo com legitimidade nos territórios, e como ela mantém essa posição ao mesmo tempo em que tece as relações entre os territórios e o Estado. Infelizmente, não temos condições de aprofundar estes aspectos da forma que seria necessário. Assim, achamos por bem situá-los, tentando compreendê-los somente na medida em que sua presença no território nos informa sobre os processos de produção e consolidação do Jardim Milão, ainda que reverberem para muito além deles.

\*\*\*

Ao longo dos dois capítulos que compõem esta Parte III nos voltamos aos meandros do processo de consolidação do Jardim Milão, que foi considerado a partir de uma dupla abordagem. No capítulo 5 a gestão cotidiana do território foi o nosso foco. Neste recorte, a associação de moradores emerge como um ator fundamental, responsável pelas demandas de ordem organizativa da vida cotidiana e pela construção das mediações e conexões que possam garantir a permanência e regularização da ocupação. Neste sentido, o advogado emerge como um ator importante em torno da consolidação do território por meio da construção dos argumentos que irão embasar a estratégia jurídica e pública de positivar o território como *ocupação popular*. Tal estratégia é construída conjuntamente com operadores do Estado (funcionários da subprefeitura e policiais ambientais), que acionam e mobilizam a normativa urbana estatal, e a própria ambiguidade continuamente produzida por ela, em favor da ocupação.

No capítulo 6 foi a urbanização do Jardim Milão que ocupou o foco da discussão. Nesse ponto, a construção da legitimidade da associação de moradores entre os ocupantes é um elemento importante na medida em que o coletivo centraliza a execução das obras de *melhorias*, conferindo alguma coesão ao processo de urbanização que é agenciado no território, mas que se viabiliza pelo acionamento de redes que extrapolam em muito sua localidade imediata. Trata-se de um processo de urbanização que movimenta todo um mercado que se estrutura em torno da provisão de infraestrutura urbana, por meio de serviços que são ofertados de forma fragmentada e no varejo, e que são operados por atores variados, de dentro e de fora do Estado.

Disso decorre que não é possível falar em um monopólio do mercado em torno dos serviços urbanos, tal como acontece no caso paradigmático das milícias no Rio de Janeiro, cujos relatos dão conta de uma quase totalidade dos serviços disponíveis nos territórios sob o domínio de milícias, seja por meio da oferta ou da taxação de seu uso, como água, luz, gás e transporte, para citar apenas alguns. E é o monopólio sobre tais serviços, sustentando por meio do uso da

força, um dos elementos que caracterizam os modos de operar das milícias cariocas<sup>178</sup>. No caso do Jardim Milão, além de não haver cobrança de taxas sobre o uso dos serviços disponíveis, sua provisão foi realizada por atores diversos, que não necessariamente se relacionam entre si - de empreendedores locais que oferecem serviços como terraplanagem e realização de aterros a funcionários da empresa pública ou de terceirizadas que fazem da infraestrutura urbana e dos serviços públicos uma fonte de extração de ganhos privados. Em comum entre eles há o trânsito entre as fronteiras do legal/ilegal e do formal/informal por meio do qual ofertam e executam tais serviços.

Isso não significa dizer, todavia, que não haja chantagens e cobranças coercitivas sobre os ocupantes. Para citar apenas um exemplo, pode-se retomar o caso em que um ponto de água foi desligado propositalmente somente para gerar novas cobranças.

Nesse processo local de urbanização, a associação de moradores se mantém como um importante ator com papel de mediação política e econômica entre os vários atores implicados. Ainda que a associação seja um espaço de poder no território e, conseqüentemente, esteja sob constante disputa, seus membros mantêm certa autonomia sobre as decisões relativas ao território. Ou seja, não há um domínio de determinado grupo sobre esse importante espaço de decisão, mas composições, concorrências e tensionamentos entre os grupos que a integram, e que variam ao longo do tempo.

Como nos lembram Pires, Hirata e Maldonado (2020), os mercados populares associados aos ilegalismos acolhem os imperativos da sobrevivência, ao mesmo tempo em que se consolidam como indutores de produção e acumulação de capitais a partir da circulação de bens, serviços, tecnologias e, também, de práticas. O mercado paralelo em torno da provisão de infraestrutura urbana se localiza aí, compondo os circuitos econômicos que alimentam os mercados populares urbanos e, em particular, os mercados de terra e moradia que se estruturam em torno da demanda crescente por habitação entre os grupos sociais mais vulnerabilizados.

Os serviços que são contratados neste mercado se combinam com um saber-fazer em torno da transformação da terra que é acionado e reproduzido ao longo do processo de urbanização local por muitos ocupantes para quem esta não é a primeira vez em uma ocupação. São percursos habitacionais que se constroem a partir da passagem por diferentes arranjos habitacionais e territórios autoconstruídos, em distintas fases de consolidação, mas que possuem em comum a centralidade do trabalho da própria população em sua constituição: um

---

<sup>178</sup> As discussões acerca do domínio das milícias sobre uma ampla e extensiva gama de serviços urbanos nos territórios sob seu domínio têm povoado artigos, relatórios de pesquisas, reportagens e matérias de jornal das mais diversas. Sobre o tema, ver, entre outros: ALVES, 2020; HIRATA *et al.*, 2021; e ARAÚJO, 2022.

trabalho que envolve a produção e a transmissão de um saber-fazer que historicamente se reproduz e se materializa nos territórios.

Em síntese, é na combinação entre a contratação de serviços no mercado paralelo de urbanização, o conhecimento mobilizado por aqueles que compõem a ocupação e as constantes barganhas com o mundo da política que a urbanização pela realização de sucessivas *melhorias* vai ganhando forma, transformando o território de maneira fragmentada, precária e em meio a constantes fazimentos e refazimentos.

Mas o investimento na transformação da terra não responde somente aos imperativos da necessidade. Relaciona-se, ainda, com a busca por mimetizar o que se entende como o território formal como o meio de barganhar o seu reconhecimento junto ao poder público. Nessa constante busca por construir os critérios de legitimidade do território, encontramos os registros dos efeitos de poder das “assinaturas do estado” (DAS, 2004), pois é preciso corresponder a certos protocolos legais e urbanísticos para buscar um lugar no ordenamento urbano e social. São tentativas custosas de busca por proteção e reconhecimento, diante de uma sempre presente ameaça de remoção e, também, de criminalização.

Assim, durante todo esse processo o Estado se faz presente por meio de distintas modalidades e agentes. Se, de um lado, operadores do Estado atuam no mercado paralelo em torno da urbanização que é agenciada localmente, de outro lado, nas estratégias que buscam o reconhecimento e formalização do território, vemos a atualização das históricas redes do clientelismo político, ainda muito atuantes. Um padrão de relação entre o poder público e os territórios constituído ao longo da história de urbanização da cidade que, aqui, podemos apreender em suas engrenagens e modos de atuação atuais, no qual o consentimento da legalidade urbana passa a ser mediado por relações de troca a cada dia mais mercantilizadas.

É por aí que podemos apreender a barganha sempre renovada entre apoio *versus* benefício, que envolve uma tolerância com as irregularidades urbanas, mas também uma espécie de torção legal capaz de inserir essas regiões na ordem urbana formal. Neste processo, a legalidade urbana é convertida em mercadoria política, negociada e transacionada localmente entre operadores do Estado e ocupantes: se os agentes policiais negociam a tolerância às transgressões, o vereador e toda sua rede podem legalizá-las por meio de negociações que não se dão no campo do conflito político que instaura direitos sociais (SANTOS; GUERREIRO, 2020), mas que se conformam como em um balcão de negócios, financeiros e políticos.

Assim, o padrão histórico de relação política construído entre o Estado e os territórios destinados aos grupos sociais vulnerabilizados perdura, transformando-se ao longo do tempo,

sem nunca deixar de operar. São relações que adquirem contornos particulares a depender de cada configuração socioterritorial e diante das conjunturas políticas e sociais que se alteram.

Todavia, todos os arranjos que sustentam a consolidação da ocupação podem ser tensionados (ou mesmo destruídos) a qualquer momento pelos mais distintos conflitos que irrompem o cotidiano, impondo novas rodadas de negociações e acertos. Nos episódios de conflitos instaurados por agentes do Estado, é possível observar a insegurança produzida politicamente por meio de suas práticas que transitam entre a legalidade e a extralegalidade.

Por meio da investigação do processo de consolidação da ocupação torna-se possível apreender que o que está em jogo é a gestão da precariedade e das urgências da vida sob uma lógica mercantil, que se desenvolve em meio a uma conjuntura na qual a insegurança atravessa e constitui os modos de vida de uma quantidade crescente de pessoas. Pois já não é possível encontrar no horizonte político qualquer projeto de universalização da cidadania.

Diante disso, torna-se imperativo reinventar o cotidiano, construir por conta própria as condições urbanas que garantem a reprodução da vida, pactuar os sentidos de ordem e de justiça, e os dispositivos que garantem alguma mediação de conflitos. Sem a perspectiva de acesso pleno aos bens públicos urbanos e aos espaços de mediação institucionais, estes são produzidos e disputados pelos vários atores sociais no território, em meio a jogos de poder instaurados por atores situados em posições distintas e hierárquicas de poder. Todavia, a ausência de horizonte político não significa afirmar uma ausência do Estado, como agora deve parecer evidente. Muito pelo contrário, o Estado é um dos atores presentes nesses jogos de poder instaurados no território por meio de seus operadores, que atuam na ponta - ou melhor, em suas *margens*.

## PARTE IV: DESTRUÇÃO

Se o senhor não está lembrado  
Da licença de contar  
Que aqui onde agora está  
Esse edifício alto  
Era uma casa velha um palacete assobradado

Foi aqui seu moço  
Que eu, Mato Grosso e o Joca  
Construímos nossa maloca  
Mais um dia nem quero me lembrar  
Veio os homens com as ferramentas  
O dono mando derruba

Peguemo' toda' nossas coisas  
E fumos pro meio da rua  
Apreciar a demolição  
Que tristeza que eu sentia  
Cada táuba que caia  
Doía no coração [...]

(BARBOSA, 1951).

Figura 30 – Barracos ao chão



Fonte: Acervo pessoal de Débora Ungaretti (jul. 2018).

Os tratores da firma construtora estavam cavando, arando a ponta norte da favela. Ali, a poeira se tornava maior e as angústias também. Algumas famílias já estavam com ordem de saída e isto precipitava a dor de todos nós. Cada família que saía, era uma confirmação de que chegaria a nossa vez. Ofereciam duas opções ao morador: um pouco de material, tábuas e alguns tijolos para que ele construísse outro barracão num lugar qualquer, ou uma indenização simbólica, um pouco de dinheiro. A última opção era pior. Quem optasse pelo dinheiro recebia uma quantia tão irrisória, que acabava sendo gasta ali mesmo. Depois vinha o pior, decorrido o prazo de permanência, nem o dinheiro, nem as tábulas, nem os tijolos, só o nada (EVARISTO, 2017 [1987], p. 71).

Figura 31 – A impotência



Fonte: Acervo pessoal de Martim Ferraz (jan. 2019).



E foi lá naquela invasão, que eu e o moção, construiu o barraco  
as parede era de madeira, o teto de telha e o chão é de barro  
não tinha eletricidade quando nós foi para aquele lugar  
quase todo o dia, por causa de lote, morria algum indivíduo por lá.

Conforme o tempo foi se passando, nós foi construindo  
tijolo por tijolo,  
a goma tava ficando pronta quando do nada escutei um pipoco.

Os homem brotou com as peça na mão  
junto com os trator começou a gritar:  
todo os morador tira tudo que tem  
em uma hora nós vai derrubar.

Coração gelou, e agora o que eu faço?  
não tenho um lugar pra mim ficar  
nem deu o tempo de nós pensar  
só admirar os barraco tombar.

(RAVENA SETE; MC CAIO GR, 2021).

Figura 32 – A destruição



Fonte: Acervo pessoal de Débora Ungaretti (jul. 2018).

## 7 Remoções

As remoções de moradias populares são um traço da história da urbanização paulista, cantadas em músicas e narradas em livros literários de diversos gêneros produzidos ao longo das décadas. Ali encontramos os registros de uma memória urbana que foi continuamente ocultada e silenciada nos documentos públicos, onde inexistem dados sobre tais processos que impactam, ao mesmo tempo, o espaço urbano e as condições e formas de vida daquelas e daqueles que são atingidos pela experiência da perda da moradia.

Na definição consolidada pela ONU, remoção forçada é a retirada definitiva ou temporária de indivíduos, famílias e/ou comunidades, contra a sua vontade, das casas e/ou da terra que ocupam, sem que estejam disponíveis formas adequadas de proteção dos direitos das pessoas atingidas (ONU, 1997). Sob uma perspectiva situada e contextual, a partir do que observamos em São Paulo, as remoções deixam ver, ao menos em parte, as desigualdades que se manifestam e se reproduzem no urbano enquanto um processo histórico que esteve na base da formação da metrópole paulista, cujo crescimento se deu por meio da indução do deslocamento dos grupos sociais mais vulnerabilizados para as bordas sempre em expansão da cidade. Deslocamentos que se realizaram por diferentes meios, políticas e estratégias, como já amplamente descrito nos estudos urbanos - as remoções de moradias populares figuram como um desses meios<sup>179</sup>.

Assim, ao longo destes anos em que acompanhamos as ocupações nas bordas da zona norte paulistana também presenciamos remoções. Em alguns casos, conhecemos as ocupações no momento mesmo em que eram removidas; em outros, acompanhamos um pouco das estratégias elaboradas e das redes de apoio acionadas pelas famílias ameaçadas para resistir à remoção. Nestas ocasiões, testemunhamos os impactos materiais e subjetivos que processos dessa natureza provocam sobre quem os vive, bem como as várias experiências vividas como violência que nos foram relatadas.

Violências que passam pela expectativa e pelo receio anterior à remoção, cuja perspectiva de ficar sem teto adocece os indivíduos; e também pelo impacto do modo como as forças policiais atuam nas remoções, mobilizando pesado aparato repressivo na defesa da titularidade de um suposto proprietário, mesmo diante de ações judiciais atravessadas por incertezas; também, pela presença de agentes privados que se comportam de forma coercitiva,

---

<sup>179</sup> “Com a remoção, a segregação urbana expõe a feição violenta da urbanização socialmente injusta e desigual da metrópole paulista” (NAKANO, 2020, p. 57).



no caso das ocupações que serão aqui descritas, policiais e ex-policiais que atuam como seguranças privados em nome de proprietários de terras, cujas práticas embaralham as fronteiras do legal, do ilegal e do extralegal; e, por fim, abrangem as incertezas que se sucedem após a remoção, com os indivíduos e famílias vivendo em circunstâncias precárias e ainda mais inseguras de moradia, tendo que reinventar suas próprias condições de vida.

As remoções serão trazidas aqui, ainda que de maneira breve, a partir da perspectiva de quem é impactado por elas, e menos na de quem as promove. E isto porque são esses indivíduos e famílias, cujas vidas são atravessadas pelo desemprego e pelo trabalho precário, pelos rendimentos inconstantes e escassos, pela ausência de seguridade social e de uma política habitacional que os contemple que, quando postos em deslocamento forçado, passam a buscar outros arranjos habitacionais que lhes sejam acessíveis. Arranjos como as ocupações de terra que, vistas daqui, compõem os “circuitos de sobrevivência” de quem teve destruídas as condições materiais que sustentam sua reprodução cotidiana.

Assim, ao final de uma remoção poderíamos voltar ao início desta tese para observar os processos de formação das ocupações do ponto de vista daqueles e daquelas que ali chegam em busca de moradia, compondo e negociando com os demais atores implicados na produção do espaço, tal como se configuram nessas fronteiras urbanas.

### **7.1 Dois dias, três remoções e centenas de pessoas sem teto**

Em julho de 2018, as ocupações Brinco de Princesa, Boca de Leão e Orquídea foram removidas em uma ação que durou dois longos dias, apoiada por todo um aparato estatal que envolvia dezenas de policiais militares, bombeiros e dois oficiais de justiça, além de advogados, jornalistas, assessores parlamentares e um grupo de seguranças privados que de forma mais ou menos direta também incidiu sobre a ação. Além de nós, pesquisadoras que acompanham e incidem sobre o tema das remoções<sup>180</sup>.

Cada ocupação foi agenciada por atores e redes distintas, o que, nesta situação, não teve qualquer influência sobre o desfecho do processo. Os três terrenos ocupados foram objeto da mesma ação judicial e reclamados por uma mesma família, responsável por lotear irregularmente a área que deu origem ao bairro consolidado, onde, desde 2015, voltaram a ter lugar disputas e conflitos pela terra, com famílias vindas dos bairros do entorno para ocupar as poucas áreas livres remanescentes. Sobre o loteamento, oriundo dos anos 1990, ainda hoje

---

<sup>180</sup> A ação de reintegração de posse foi acompanhada por mim, Débora Ungaretti e Martim Ferraz enquanto pesquisadoras do LabCidade e do Observatório de Remoções.

transita um processo de regularização fundiária na prefeitura de São Paulo<sup>181</sup>. As áreas livres que restaram em meio ao emaranhado de casas foram ocupadas entre 2015 e 2016, dando origem às ocupações Brinco de Princesa, Boca de Leão e Orquídea, que abrigavam, juntas, cerca de 400 famílias. Elas foram removidas em julho de 2018 por uma ação de reintegração de posse.

Fábio, liderança do Jardim Milão, foi quem nos alertou sobre a ação de remoção logo no início da manhã. Em poucos minutos, estávamos no ônibus a caminho das ocupações. Assim que chegamos ao local, encontramos Sônia que, havia poucas horas, tinha visto sua casa ser derrubada na ocupação Brinco de Princesa, a primeira a ser demolida naquele dia. Tendo pago pelo seu lote, ela ainda carregava o recibo de compra que recebeu de uma pessoa que havia se apresentado como representante do proprietário da área. Naquela circunstância, o recibo não teve qualquer relevância para o desfecho do conflito.

Ao contrário das demais ocupações, no caso da Brinco de Princesa não houve uma organização coletiva que lhe deu origem. Ela se formou a partir da comercialização de pequenos lotes realizada por uma pessoa que se apresentava como um intermediário do proprietário, como em um loteamento, mas sem qualquer garantia ou fornecimento de infraestrutura urbana. Na prática, vendiam-se pequenas porções de terra mal demarcadas como lotes urbanos. Essa história, no entanto, nunca foi confirmada, o tal intermediário não foi encontrado e as denúncias das moradoras não geraram maiores investigações no processo que decidiu contrariamente às famílias. Naquele dia, Sônia declarava indignada que a maior parte das famílias que residiam na Brinco de Princesa não tinham para onde ir. Sem nenhuma alternativa habitacional apresentada pela prefeitura ou pelos proprietários da área, alguns de seus antigos vizinhos estavam guardando os móveis na garagem do pastor de uma igreja da região.

Foi a atuação conjunta de pessoas vinculadas a três igrejas evangélicas que viabilizou a ocupação Boca de Leão, a segunda a ser removida. Em meio a barracos em chamas e casas em demolição, uma das lideranças locais nos contou que os pastores teriam auxiliado na organização da ocupação diante da constatação do aumento de famílias de fiéis desempregadas e com dificuldades para pagar o aluguel. A agrura crescente com os custos de aluguel foi um dos principais motivos, senão o principal, que ouvimos de indivíduos e famílias vivendo nas ocupações por onde circulamos (UNGARETTI *et al.*, no prelo).

---

<sup>181</sup> O processo, que consta no portal da prefeitura, foi consultado por mim, Débora Ungaretti e Fernanda Accioly Moreira em nossa busca por reconstituir o processo histórico de urbanização da região.

Por fim, a Orquídea, a última ocupação a ser removida, foi organizada por Jonathan, o mesmo responsável pela ocupação Duas Irmãs, apresentada no capítulo quatro. Corroborando os vários e contraditórios rumores que rondam sua atuação, parte dos moradores e das moradoras da Orquídea afirmou ter ganho o lote então perdido e outra parte disse ter pago por ele.

Não vamos entrar aqui, mais uma vez, nos pormenores em torno dos agenciamentos e distintos atores implicados na formação de cada uma das ocupações. Como argumentamos ao longo dos capítulos que compõem a Parte II, são múltiplos os arranjos em torno da apropriação e transformação da terra que dão origem a diferentes territórios. As distinções entre eles reverberam na forma urbana resultante e nos modos de gestão que organizam o cotidiano em cada ocupação, podendo incidir em sua maior ou menor chance de permanecerem.

No entanto, como nos mostra o evento que resultou na remoção das três ocupações em julho de 2018, em muitos casos, a despeito das diferenças entre os territórios, o desfecho pode ser o mesmo: a destruição. No caso narrado aqui, independentemente dos arranjos que viabilizaram as ocupações, dos acordos travados, da maior ou menor quantidade de investimento e de trabalho despendido em sua transformação, bem como das negociações e acertos realizados com os agentes do Estado, a ação de reintegração de posse reafirmou a primazia do direito à propriedade sobre o direito à moradia. E isso mesmo diante de uma ação judicial atravessada por incertezas relativas à área do terreno e acompanhada por métodos de coerção e violência que foram postos em prática por indivíduos que agiram em nome dos supostos proprietários. Segundo Giovanna Milano (2017), trata-se do comportamento típico do Judiciário brasileiro que, na mediação dos conflitos fundiários que são judicializados, privilegia o título de propriedade de terra como prova irrefutável, independentemente das demais dimensões do conflito. Desconsideram-se inclusive os sujeitos envolvidos, que aparecem nos processos como o “outro” do proprietário: o *invasor*, o *fulano de tal*, os *ignorados*. Diante disso, argumenta a autora, também o Poder Judiciário compõe os mecanismos de reprodução da desigualdade socioterritorial das cidades brasileiras<sup>182</sup>.

Ainda que as disputas judiciais não sejam o foco desta tese, observar o impacto das decisões sobre os diferentes territórios nos permite apreender aquilo que lhes é comum: a

---

<sup>182</sup> “Nas centenas de decisões analisadas, conhecemos pouco das trajetórias dos sujeitos em conflito e mesmo das circunstâncias desses próprios enfrentamentos. São todos invasores, desconhecidos, ignorados, outros ou, então, proprietários. Vivem em barracos, casebres, favelas, ou em lugar nenhum. Suas práticas e existências — perigosas ou não — passaram à sombra do discurso jurisdicional. O espaço, em regra, não interessa ao Estado-juiz. A expectativa de reconhecer os conflitos pelos olhos dos magistrados se mostrou uma experiência frágil, empobrecida e redutora, porque desconectada da vivacidade e multiplicidade que marcam as disputas espaciais na sociedade.” (MILANO, 2017, p. 2068).

condição de transitoriedade permanente (ROLNIK, 2015). São territórios cuja situação frente ao ordenamento estatal-legal é a de uma constante suspensão, posto que se encontram sempre permeados pela possibilidade de sua integração e reconhecimento, ou de sua eliminação.

Mas ao invés de partir de uma perspectiva jurídica do conflito, procuramos construir uma leitura sobre as remoções que parte dos relatos e reflexões daqueles e daquelas que são impactados pela experiência da perda da moradia. Tomamos as remoções como parte do processo mais amplo de produção do espaço urbano, na medida em que cada deslocamento impõe novos processos de reterritorialização dos indivíduos deslocados, que podem dar origem a novos territórios. É por aí que entendemos as remoções: não enquanto eventos disruptivos dos processos que acompanhamos, mas como parte deles.

Durante os dois dias da ação de reintegração de posse circulamos entre as ocupações e conversamos com moradoras e moradores, oficiais de justiça, advogados e lideranças locais. Os dias foram marcados por um clima de tensão latente, que culminou em barracos pegando fogo, gás de pimenta jogado pela polícia contra ocupantes e discussões entre as várias partes<sup>183</sup>.

Figura 33 – Remoção da ocupação Boca de Leão



Fonte: Acervo pessoal de Martim Ferraz (jul. 2018).

<sup>183</sup> Um relato sobre a ação que resultou na remoção das três ocupações foi publicado em UNGARETTI *et. al.*, 2018.

A operação foi realizada desrespeitando uma série de normativas: a demolição das casas foi feita sem o devido isolamento da área, expondo a risco as centenas de pessoas que circulavam pelo terreno enquanto retiravam seus pertences; ela teve início antes do desligamento da eletricidade, de responsabilidade da companhia de energia elétrica, e da interrupção da água, que deveria ser feita pela SABESP. A ação tampouco foi acompanhada por representantes da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) ou da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

Um ponto recorrente nas conversas travadas naqueles dias foi a relação controversa entre a proprietária das áreas e os policiais militares da região. Várias moradoras nos chamaram atenção para a presença constante de um grupo de indivíduos que se comportavam como seguranças privados acompanhando a ação. De fato, era possível notar a presença do grupo formado por homens fortes, majoritariamente brancos, que se mantinham juntos, mas afastados da aglomeração de pessoas. Algumas mulheres da vizinhança afirmaram que se tratava dos “capangas do Alex”, um conhecido ex-policial da região que atuaria como segurança privado da proprietária, fazendo valer, à força, seus interesses no território. Sobre ele circulam inúmeros rumores, inclusive o de que teria sido expulso da corporação após a participação em uma chacina. Independentemente da veracidade da informação, ela dá o tom do modo como a imagem do ex-policial é construída na região e de como ele impõe sua presença e faz valer seus interesses ou os interesses de quem representa.

De acordo com uma das lideranças da Boca de Leão, a relação da proprietária com o grupo de policiais e ex-policiais encabeçados por Alex se expressaria até mesmo nas condições facilitadas de compra no loteamento: policiais militares teriam descontos na compra de lotes. Enquanto o valor da entrada padrão nas transações seria de 40 mil reais, para os policiais esse valor cairia para 16 mil reais. Este seria um dos elementos que, segundo nosso interlocutor, evidenciaria as relações escusas entre a proprietária de terras e os agentes da polícia que atuariam em defesa dos interesses da família no território.

O primeiro dia de remoção transcorreu em meio a discussões e tensões entre moradores e os oficiais de justiça e policiais, com tentativas de barrar a ação até negociações para a obtenção de mais tempo para as famílias conseguirem retirar todos os seus pertences com alguma tranquilidade. Apesar dos protestos, o dia terminou com todas as casas das ocupações Brinco de Princesa e Boca de Leão no chão.

No final da tarde, quando a operação foi suspensa até o dia seguinte, retornamos ao terreno onde se localizava a Brinco de Princesa, a primeira a ter sido removida naquele dia pela manhã. Na chegada ao local, um grupo de jovens uniformizados bloqueava a entrada da

ocupação. Ao serem questionados se trabalhavam para Alex, o citado ex-policial militar, os jovens confirmaram e se apresentaram como funcionários de sua empresa de segurança, que teria sido contratada para fazer a vigilância dos terrenos. Os funcionários relataram fazer parte de um grupo de 120 seguranças que se revezariam ao longo dos dias para garantir a segurança dos três terrenos sob litígio.

Figura 34 – Homem observa os escombros da ocupação Boca de Leão



Fonte: Acervo pessoal de Martim Ferraz (jul. 2018).

O segundo dia da ação, destinado à remoção da Orquídea, foi marcado pela disputa em torno dos limites da área que seria de propriedade da família e, portanto, objeto da ação de reintegração de posse. Moradores indicavam um limite a partir do qual as casas não estariam mais na propriedade. Denunciavam que no dia da realização da perícia o oficial de justiça responsável pelo caso tinha ido até o local acompanhado por Alex, o ex-policial militar ligado à família requerente, quem, segundo os moradores, teria sido o responsável por indicar os limites da área objeto da ação, interferindo, assim, em sua demarcação. Os oficiais de justiça, por sua vez, refutaram a acusação.

A disputa foi levada ao Fórum pelo advogado da ocupação, um advogado particular que atendia outras ocupações da região e era pago pelas famílias em esquema de rateio. Sua ida ao Fórum naquele dia custou três mil reais às famílias da Orquídea. Como visto no capítulo cinco,



a opção por um advogado particular, no lugar da Defensoria Pública, é comum entre as lideranças das novas ocupações estabelecidas na região.

Além do advogado particular, algumas lideranças conseguiram acionar figuras políticas para auxiliar na mediação do conflito em favor das famílias ameaçadas, aproveitando o ano eleitoral para barganhar junto aos políticos. Uma vereadora paulista, naquele momento candidata ao cargo de deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores, foi pessoalmente ao local da remoção e afirmou que tentaria negociar o cadastro das famílias para o recebimento do auxílio-aluguel. Já um advogado enviado por um deputado estadual do mesmo partido, então candidato a deputado federal, tentou negociar algum benefício para as famílias. Nenhum dos dois teve sucesso em sua ação.

Por fim, outra presença importante e constante nos casos de remoção são as conselheiras tutelares, quase sempre mulheres. As conselheiras tutelares da região testemunharam os dois dias de ação, acompanhando particularmente os casos que envolviam famílias com crianças. Joana, a controversa liderança da ocupação Jardim da Amizade, era uma delas. Apesar de sua função se centrar no zelo pelos direitos da criança e do adolescente, as conselheiras figuram nos territórios como a ponta do Estado, sendo uma de suas faces mais presentes no cotidiano dos territórios e das famílias - em contraponto à presença ostensiva de agentes policiais. Pelo caráter eletivo do cargo, bem como pelas características do trabalho, que envolve uma presença quase cotidiana em alguns desses territórios, elas conhecem boa parte dos moradores das ocupações. Estão a par, inclusive, de muitos dos deslocamentos realizados pelas famílias na constante busca por moradia. Por conta dessa relação de proximidade, nos casos de remoção, acabam sendo demandadas para quase todo tipo de conflito. Não foi diferente naqueles dias.

Ao longo do segundo dia, diante do impasse relativo aos limites da área a ser reintegrada, o comandante da ação, major do batalhão responsável pela operação, manteve diálogo aberto com os moradores e sinalizou que só autorizaria a derrubada das casas depois que chegasse o esclarecimento judicial. Durante várias horas as famílias se reuniram na frente do bar do Sandrinho<sup>184</sup>, localizado, segundo eles, fora da área da requerente. Empunhando faixas e puxando gritos de resistência, tentaram mobilizar a imprensa para dar visibilidade a suas demandas.

Em uma das faixas era possível ler: “Nossos animais terão abrigo, nossas crianças irão para a rua”, em referência à ação de acolhimento de animais oferecida pela prefeitura por meio

---

<sup>184</sup> É o mesmo Sandrinho que encontramos vivendo de aluguel na ocupação Jardim da Amizade, cerca de um ano depois, como narrado no capítulo 2.

da Divisão de Vigilância de Zoonoses<sup>185</sup>, em contrapartida daquilo que era oferecido às famílias: algumas poucas vagas nos centros de acolhida da prefeitura, espaços de acolhimento temporários para a população em situação de rua e que, em sua maioria, organiza-se por perfis, sendo poucos os abrigos que recebem famílias<sup>186</sup>. Tal dinâmica obrigaria as famílias que optassem pelo abrigo a se separarem por diferentes equipamentos da prefeitura. Não era uma alternativa habitacional, portanto, mas uma solução emergencial, temporária e considerada inadequada pelas famílias que estavam sendo removidas.

Enquanto a decisão do Fórum não chegava, as pessoas corriam para retirar seus bens das casas, inclusive elementos que pudessem ser reutilizados em uma futura construção, como portas, janelas, caixas d'água e telhas. Em meio a tanta correria, preocupações, tensões e incertezas, uma cena nos chamou a atenção.

Já no primeiro dia, notamos que o motorista de um dos tratores utilizados na demolição das casas, enquanto não estava trabalhando (leia-se, derrubando as casas), permanecia todo o tempo parado, sozinho, observando com atenção a movimentação dos ocupantes. Ao contrário dos demais funcionários envolvidos na ação (policiais militares, bombeiros, oficiais de justiça, motoristas dos caminhões de mudança e dos tratores que fazem a demolição), que ficavam em grupo e se mantinham distantes dos moradores, este homem permanecia todo o tempo entre eles, com uma expressão séria, mas sempre próximo. Quando o vimos novamente, no segundo dia de remoção, estávamos acompanhadas de Armando e, ao nos ver conversando com ele, o homem veio em nossa direção. O homem era Joaquim, morador da Barreiras, outra ocupação estabelecida na região, e também possuía um lote no Jardim Milão.

Joaquim disse que tinha notado a nossa presença, mas imaginou que fazíamos parte do “time” da proprietária. Ele lamentava ter que realizar o trabalho, pois não sabia do que se tratava quando foi chamado para o serviço de operador da máquina. Por meio das conversas com os demais agentes envolvidos na operação, Joaquim estimava que os custos da remoção poderiam chegar a 200 mil reais, entre os caminhões de mudança, os tratores, os seguros privados contratados, até os custos de alimentação de todos os agentes envolvidos nos dois dias de ação<sup>187</sup>. Toda a equipe envolvida na ação, incluídos os policiais militares, estavam almoçando

---

<sup>185</sup> Departamento da Secretaria Municipal de Saúde responsável por uma série de ações e medidas relativas à animais, dentre eles, opera um Centro Municipal de Adoção de Cães e Gatos, para onde seriam levados os animais acolhidos no dia da remoção. Para mais informações, cf: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, s.d.

<sup>186</sup> Sobre os equipamentos e vagas de acolhimento institucional e familiar disponibilizados pela prefeitura de São Paulo, ver: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, s.d.

<sup>187</sup> É muito difícil confirmar esse valor. Todavia, os altos custos exigidos em ações de reintegração de posse, que ficam a cargo do proprietário, aparecem como um limitador em alguns casos. Em uma das situações que acompanhamos na região, a remoção foi adiada por quase dois anos após a prolação de sentença favorável ao proprietário por conta de sua incapacidade de mobilizar os recursos necessários para viabilizar a ação, que só foi



na chácara da proprietária, e Joaquim também. Olhando a partir de sua própria trajetória, ele lamentava o destino das famílias, ao mesmo tempo em que não podia abrir mão de um trabalho. Ao fim, foi a pessoa responsável por colocar abaixo algumas centenas de moradias. Algumas delas, talvez, semelhantes à sua.

Chegando ao final do segundo dia sem ter notícias do Fórum e com a anuência dos oficiais de justiça, o comandante da operação autorizou o início da derrubada das casas da Orquídea, a terceira ocupação a ser removida. Sandrinho, o dono do bar que reuniu as famílias ao longo da manhã, assistiu sozinho e em silêncio, sentado em uma pilha de tijolos, a demolição de sua casa e de seu bar, de onde tirava o seu sustento.

Pouco tempo depois, quando só restavam 16 casas em pé, a decisão judicial chegou, indicando a suspensão total da ação de reintegração de posse até que se tivesse certeza sobre os limites da área objeto da ação. Mesmo tendo recebido uma decisão favorável demasiadamente tardia, o clima foi de comemoração.

## 7.2 O tempo das violências

A antropóloga indiana Veena Das (1999; 2020) oferece uma chave de leitura importante para nos ajudar a situar as remoções em uma de suas dimensões fundamentais: a da violência inscrita na experiência da perda da moradia, com múltiplos efeitos e reverberações sobre a vida daqueles e daquelas que são atingidas. Em seus trabalhos, a autora relaciona evento e cotidiano de modo a propor uma reflexão sobre a violência a partir da “descida ao ordinário”, conectando evento, cotidiano e violência.

Das tem como referência um contexto radicalmente distinto, de “eventos críticos”<sup>188</sup> de massacres e violências brutais ocorridos na Índia - sobretudo no período da Partição<sup>189</sup> e do massacre do *sikhs*<sup>190</sup>. Seu objetivo foi apreender os impactos desses eventos sobre a vida e o cotidiano de mulheres e homens que viveram tais processos de ruptura ao longo do tempo. A

---

realizada após sua associação com empresários locais com interesse na terra, que lhe garantiram os meios para executar a remoção.

<sup>188</sup> A autora trabalha com a noção de evento enquanto um construto histórico que constitui uma ruptura. Nesse sentido, ela está pensando em grandes eventos que marcaram a historiografia indiana. Trata-se de uma forma distinta, portanto, daquela que acionamos aqui, na qual as remoções são compreendidas como eventos históricos, porém sistemáticos.

<sup>189</sup> A Partição da Índia, ocorrida em 1947, foi o processo de independência em relação à colonização britânica, que resultou na criação do país e de seu atual vizinho, o Paquistão, divididos por um critério religioso. Esse último ato colonial britânico resultou em um período de violentos confrontos, com o deslocamento de milhões de pessoas de um país para o outro e uma série de raptos de mulheres e estupros. Veena Das desenvolveu muitas de suas pesquisas buscando analisar como tais violências da Partição e, em particular, aquelas que recaíram sobre os corpos de mulheres, incidiram sobre as relações cotidianas.

<sup>190</sup> Massacres ocorridos em 1984, em decorrência do assassinato de Indira Gandhi por seus seguranças *sikhs*.

autora estava interessada em observar como a violência vivida é absorvida e trabalhada no cotidiano de indivíduos e famílias, entre o que pode ser narrado e aquilo que não é dizível<sup>191</sup>. Ao trazer a violência para o cotidiano, Das busca apreender as reverberações da violência sobre o dia a dia, assim como busca observar o contínuo e paciente trabalho de reinventar as possibilidades de vida e de reconstruir as relações (no caso pesquisado pela autora, em especial as relações de parentesco). Nesta abordagem, Das insere o tempo - ou o “*trabalho do tempo*” (2020, p. 118) - como uma dimensão fundamental de sua análise. A paciência diante do tempo aparece como uma das formas de lidar com as marcas da violência e de resistir, o que, nessa perspectiva, nada tem a ver com passividade.

Inspiradas no trabalho primoroso da autora, buscamos aqui, ainda que de maneira breve e muito superficialmente, refletir sobre as remoções interrogando os modos como seus impactos são absorvidos e reverberam na vida cotidiana, antes, durante e depois do evento da perda da moradia. Com isso, queremos argumentar que as remoções não são apenas um dado a ser quantificado em termos de números de casas, de indivíduos e de famílias impactadas. Antes, constituem um processo urbano que incide sobre a rotina e a subjetividade de indivíduos que têm a vida atravessada pela experiência de perda da moradia, uma experiência que se manifesta na insegurança e na ansiedade a antecedem, e nos temores que persistem após o evento em si, quando então é preciso reconstruir o abrigo e as relações sociais diante da destruição.

### **7.2.1 Antes da remoção**

Os efeitos da remoção começam a ser sentidos muito antes do evento em si. Desde o momento em que a ameaça surge no horizonte, famílias e indivíduos passam a viver sob o constante temor de perder a moradia de um dia para o outro. É um temor que impõe a reorganização da rotina e do cotidiano dessas famílias, que precisam se dividir entre as estratégias elaboradas para resistir à ameaça e buscar alternativas para o caso de ela se concretizar.

Em um caso de remoção que acompanhamos na região, a ação de reintegração de posse foi ajuizada pelos proprietários da área na sequência da ocupação da terra, em julho de 2016. Contudo, nem a insegurança da posse ou mesmo a ameaça iminente representada pela ação judicial impediram o crescimento da ocupação, que chegou a abrigar 1200 famílias. Quase diariamente chegavam indivíduos em busca de um local para morar, seja por extrema

---

<sup>191</sup> "Sugiro, assim, que aquilo que constitui o não-narrativo dessa violência é o que é indizível nas formas da vida cotidiana." (DAS, 1999, p. p. 39).

necessidade, seja por desconhecimento em relação ao processo que corria na Justiça, ou por ambos.

O desconhecimento foi o caso de Joana e seu marido. O casal chegou à ocupação no início de 2018, quando os lotes não estavam mais sendo distribuídos, mas comercializados. Pagaram 10 mil reais para adquirir o seu. Com duas filhas com deficiência, Joana se dedicava exclusivamente às meninas e a família vivia do salário do seu marido, que tinha um emprego com registro em carteira. Com o sonho de sair do aluguel e conquistar a casa própria, o marido negociou a rescisão de seu contrato de trabalho. Com o dinheiro do FGTS, compraram o lote e investiram toda a poupança familiar na construção da casa. Joana e a família não sabiam da ação de reintegração de posse em curso.

O mesmo valor foi pago por Carolina em seu lote na ocupação: 10 mil reais. Baiana, vive em São Paulo há 15 anos, equilibrando os custos do aluguel com os rendimentos do trabalho. Mãe solo de duas meninas e responsável pelo provimento de sua casa, Carolina trabalhava como cuidadora em uma casa de família no dia em que a conhecemos. Com o objetivo de sair do aluguel, investiu cerca de 40 mil reais - recursos de uma vida inteira - na casa que estava agora ameaçada. Carolina só descobriu que havia um processo judicial que discutia a titularidade do território depois de ter gasto todo o seu dinheiro na obra.

E esta não era sua primeira tentativa de se estabelecer em uma ocupação. Antes, passou por outra área ocupada, também próxima dali, mas por conta de uma cena de tráfico e de uso de drogas no local, Carolina fez os cálculos dos riscos e optou por deixar o local. O medo da violência que, naquele caso, poderia vir dos agentes do tráfico ou da polícia, foi maior que o de ficar sem casa. A saída foi tentar a sorte em outra ocupação - que era então ameaçada pela ação de reintegração de posse. Como nos relatou, a incerteza em torno da moradia a estava deixando doente. Há meses Carolina era acompanhada por um psiquiatra e só dormia com medicamentos controlados. Não sabia o que iria fazer caso a remoção se concretizasse, como aconteceu.

Lúcia, uma boliviana que também vivia na ocupação com a família, resumiu a ação das mulheres (e de tantas famílias) que investem os poucos recursos que possuem na construção de uma moradia em situação de tamanha insegurança: “a gente investe porque quer casa, né? Tudo é melhor que aluguel”. Ou seja, a insegurança atrelada ao aluguel<sup>192</sup> - seja pelas inconstâncias de contratos pouco ou nada formalizados, seja pelo peso dos custos da locação sobre o orçamento das famílias - é sentida como sendo ainda maior do que a insegurança da posse

---

<sup>192</sup> Como já indicado ao longo da tese, o aluguel tem sido objeto de estudo de inúmeros pesquisadores e pesquisadoras do urbano que o compreendem como um elemento cada vez mais central do quadro de insegurança habitacional que atinge uma quantidade crescente de indivíduos e famílias.

atrelada às ocupações de moradia, pois estas são vistas como um meio mais acessível de alcançar a tão sonhada casa própria. Mesmo que isso nem sempre seja possível.

Os relatos de Joana, Carolina e Lúcia foram compartilhados conosco em um dia chuvoso de novembro de 2019, algumas semanas antes da remoção que tirou a moradia de 1200 famílias que viviam no local há pouco mais de três anos<sup>193</sup>. Naquele dia, fora organizado um ato para protestar contra a remoção, como mais uma estratégia, dentre tantas, para tentar resistir à reintegração de posse. Já haviam recorrido a figuras políticas, tentado negociar a compra da terra com o proprietário e pedido ajuda à Defensoria Pública, sem abrir mão dos três advogados particulares que acompanhavam o caso. O ato era uma última cartada para tentar fazer pressão sobre o Judiciário. Não à toa, a manifestação foi marcada no centro de São Paulo, com ponto de encontro na Praça da Sé, para dali sair em caminhada até o Tribunal de Justiça de São Paulo, onde os advogados tentariam sensibilizar os juízes sobre um novo pedido de suspensão da decisão favorável aos proprietários.

Para participar do ato, todas as mulheres haviam abdicado de seus trabalhos e afazeres. O receio de perder a moradia, que aumentava a cada dia diante da proximidade da data agendada para a reintegração de posse, colocava-as em uma situação limite entre se engajar nas ações e estratégias elaboradas pela associação de moradores na tentativa de barrar a ação e a necessidade de começar a buscar uma alternativa de moradia caso a remoção se efetivasse. De um lado, o tempo e a dedicação exigidos das famílias, bem como os custos financeiros dos advogados sobre quem eram depositadas as maiores esperanças, pesavam sobre os orçamentos familiares e impactavam as condições de vida dos indivíduos - e encolhiam, ainda mais, suas expectativas para o futuro. Por outro lado, sem garantias sobre a resolução do caso, era preciso iniciar as movimentações necessárias para viabilizar o acesso a outra moradia, o que significa dizer que era preciso acionar as redes sociais em que cada um estava engajado, bem como dispor de algum recurso financeiro para viabilizar a mudança.

Os semblantes sérios, que em alguns momentos deixavam transparecer o desespero frente à iminência de ficar sem teto, revelavam o impacto daquela ameaça sobre a vida das mulheres ali reunidas, que compartilhavam entre si os efeitos físicos, emocionais e materiais que eram sentidos. Como elas encontramos muitas outras mulheres e homens ao longo desses anos em que acompanhamos casos de remoções pelo Observatório de Remoções - indivíduos que se encontravam às voltas com a possibilidade de ficar sem teto. Afinal, em última instância,

---

<sup>193</sup> Um relato sobre o ato e a remoção da ocupação foi publicado em LACERDA, 2019.:

esgotadas todas as possibilidades e meios de acessar um novo arranjo habitacional, por mais precário e inseguro que aquele pudesse ser, o que está no horizonte é a ida para a rua.

As histórias de Joana, Carolina, Lúcia e tantas outras mulheres e homens que buscam moradia em ocupações de terra nas periferias de São Paulo, apostando os poucos recursos que possuem em um cenário de tamanhas incertezas, ilustram outras dimensões do processo de remoção. Trata-se de uma dimensão da violência que não se encerra na perda material, ainda que esta seja bastante significativa, mas que diz respeito aos impactos subjetivos que a acompanham, deixando marcas profundas nos sujeitos que são atravessados por processos de despossessão.

Ao pesquisar os processos de remoções e despejos em uma pequena cidade da Inglaterra - em um contexto profundamente distinto, portanto - Rachel Pain (2019) nomeia essas consequências de ordem psíquica como *slow violence*, ou violência lenta<sup>194</sup>, processos de remoção entendidos em seu caráter violento, que se desenvolve cotidiana e gradualmente, por um longo período de tempo e se encontram na origem daquilo que a autora vai nomear de um “trauma urbano crônico”. Este trauma se reflete de forma territorial e coletiva, na medida em que deixa suas marcas tanto no tecido urbano, quanto em determinados grupos sociais que são continuamente impactados por processos de despossessão.

É a dimensão do tempo que se encontra na análise de Pain, e da qual também nos fala Das (1999; 2020), em que as várias experiências vividas como violência são elaboradas no cotidiano em meio a um constante trabalho de criar e recriar as condições que sustentam a vida em meio à insegurança e à precariedade. Apesar das muitas diferenças entre as análises das autoras, os trabalhos de ambas nos incitam a trazer a dimensão do tempo e do espaço para as reflexões em torno dos impactos das experiências de violência sobre a vida e o cotidiano dos atingidos e atingidas pelas remoções.

Esse é, ademais, um processo modulado também pelas estruturas hierárquicas de gênero e racialidade que conformam as experiências urbanas e que se manifestam no espaço (LACERDA *et al.*, 2020). Apesar da inexistência de dados no que se refere aos grupos sociais mais atingidos por processos de ameaças e remoções, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e pesquisadores e pesquisadoras do tema apontam a recorrência dos processos de despossessão sobre a população racializada, bem como indicam uma presença crescente de famílias compostas por mães solo e por populações migrantes transnacionais entre aquelas mais

---

<sup>194</sup> “[...] uma violência que acontece gradualmente e fora da vista, é uma violência de destruição atrasada que é dispersada através do tempo e do espaço, uma violência de exaustão, que é tipicamente não vista como violência.” (NIXON, 2011 apud PAIN 2019, p. 387, tradução nossa).

suscetíveis a perdas habitacionais (NAKANO, 2020; LACERDA *et al.*, 2020; LACERDA *et al.*, 2021). Nas ocupações que acompanhamos, estes são perfis que se repetem.

### ***7.2.2 Durante a remoção***

### ***7.2.3 Depois da remoção***

Algumas semanas depois da remoção das ocupações Brinco de Princesa, Boca de Leão e Orquídea, voltamos ao local onde permaneceram as 16 casas preservadas pela decisão judicial tardia. Naquele dia, encontramos com algumas das mulheres que estiveram à frente da resistência ao longo dos dois exaustivos dias de remoção.

Imagem 37 – Fim da remoção da ocupação Orquídea



Fonte: Acervo pessoal de Débora Ungaretti (jul. 2018).

Já em nossa chegada ao local foi possível observar um grupo de homens instalando uma cerca ao redor do terreno onde antes havia sido a ocupação Orquídea. Maria, uma das moradoras removidas dali, relembra que as famílias tentaram negociar a compra da terra, mas os proprietários sequer teriam aceito ouvir uma proposta. A família de Maria foi dividida entre casas de parentes localizadas em bairros próximos. Seus filhos, nora e netos precisaram se separar e passaram a viver de favor, de maneira improvisada, até conseguirem os meios para acessar uma nova moradia que reúna a família novamente. Na casa derrubada a família de Maria investiu 35 mil reais. Ela não sabia quando teria esse dinheiro novamente.

Dinha, uma das moradoras que permaneceu no terreno, recebeu-nos em sua casa. Ali, portas e janelas que haviam sido retiradas frente à iminência da remoção foram colocadas novamente. As caixas de mudança, todavia, estavam espalhadas por todos os lados, dando o ar de uma situação em suspenso. Os dois colchões encostados na parede também davam a entender que a família não tinha voltado a usar o andar de cima. Ali, a permanência assumia contornos de algo temporário.

Dinha estava muito apreensiva, falava baixo e pediu para que deixássemos a televisão ligada enquanto conversávamos, para que ninguém nos escutasse. Ela nos relatou que a proprietária e seus “capangas” passavam quase todos os dias em frente à sua casa, tentando intimidá-la. Seu filho nos mostrou um vídeo do dia em que um grupo de homens apareceu com uma suposta decisão judicial que ordenaria a saída imediata das famílias. No vídeo era possível ver homens vestidos à paisana invadindo a casa de um vizinho de Dinha e tentando retirar seus móveis à força. Em dado momento, um dos homens exhibe um papel para a câmera, afirmando se tratar de uma nova ação de reintegração de posse. Mais uma vez, o ex-policial Alex e seu grupo foram apontados como os responsáveis pela ação. Mais tarde, os moradores confirmaram que se tratava de um documento falso, visto que não havia qualquer decisão no processo relativa àquela área.

Segundo o relato de Dinha, depois que pararam de gravar um carro da polícia chegou ao local (após muita insistência dos moradores que ligaram para o 190) e foram todos levados à delegacia da região. Lá, de acordo com a família de Dinha, o delegado teria minimizado a situação e se negado a registrar o boletim de ocorrência contra os homens que estavam invadindo as casas e ameaçando os moradores. Nesse ponto, todas as mulheres se juntaram a Dinha, afirmando que os policiais desta delegacia seriam “comprados” pela proprietária da área. Por conta disso, quando precisam ir à delegacia, por qualquer motivo que seja, vão a uma mais distante, fora da área de influência da família.

Diante das tensões e do clima de ameaça relatado, algumas famílias já haviam deixado as 16 casas remanescentes, o que aumentava ainda mais a sensação de insegurança de Dinha e das outras poucas famílias que ali permaneceram. Ela nos contou que chegou à ocupação para fugir do aluguel de 850 reais que pagava em sua moradia anterior e que para não retornar a ele mantinha-se na casa mesmo diante das inseguranças.

Para as demais mulheres presentes naquele dia, que já haviam sido removidas, a ameaça que pairava sobre suas cabeças não vinha da violência e coerção dos “capangas” da proprietária da terra, mas das dificuldades enfrentadas na busca por um novo local para morar.

Uma das mulheres presentes esperou até o último dia para ir atrás de uma nova moradia. Tinha esperanças de que uma decisão de última hora pudesse chegar. Saiu da Boca de Leão para viver de aluguel em uma casa de dois cômodos, localizada em um bairro próximo, pagando o valor de 450 reais por um lugar onde “não cabe nem minhas coisas”. Dona Cida foi morar na casa do filho, também em um bairro próximo, mas sentia que atrapalhava a vida da família que a acolheu. Já seu José conseguiu negociar com o patrão para ficar de favor por três meses na obra em que trabalhava. Depois desse tempo, teria que procurar uma casa de aluguel.

De acordo com os relatos, a maioria das famílias tinha se mantido pela região, em moradias improvisadas na casa de parentes, por meio de contratos de aluguel provisórios ou buscando acolhimento em outras ocupações do entorno. Como foi possível observar nos casos de remoção que acompanhamos ao longo desses anos de pesquisa no Observatório de Remoções, as famílias tendem a permanecer nas proximidades de seus locais de moradia de origem. Para tanto, acionam suas redes comunitárias, familiares e de vizinhança de modo a viabilizar o acesso a uma nova moradia, mesmo que nem sempre duradoura.

As redes sociais mantidas por cada indivíduo são centrais no trabalho de (re)construir as condições de vida após o evento da remoção. É por meio do acionamento de tais redes que se viabiliza um abrigo imediato após a remoção - mesmo que isso signifique dividir a família, como no caso de Maria. É por essas redes que circulam informações que podem levar a um outro arranjo habitacional, e a recursos materiais e financeiros que são fundamentais para viabilizar o reposicionamento dos indivíduos e famílias no território, mesmo que em situações precárias e provisórias.

São muitas as estratégias e agenciamentos mobilizados na contínua busca por um local para viver para aqueles e aquelas que vivem sob a situação de transitoriedade permanente, na qual a ameaça do deslocamento forçado sempre paira no horizonte. Não é possível, portanto, marcar um ponto de início e um ponto de chegada no percurso habitacional de uma quantidade crescente de indivíduos, posto que são vidas que se constituem em meio aos constantes



deslocamentos, seja pelas remoções, seja pela incapacidade de seguir arcando com os custos da moradia<sup>195</sup>. Nesse sentido, as ocupações de terra emergem como uma solução habitacional imediata.

Laura, removida da Brinco de Princesa, afirmou que algumas famílias queriam se organizar para fazer uma nova ocupação. Dessa vez, iriam estudar melhor o terreno e organizar as famílias antes de entrar. Ela havia participado por um curto período do tempo da ocupação Marielle Vive, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST<sup>196</sup>, em Pirituba, zona norte. Fazia muitos elogios à organização da ocupação e ressaltou que só entraria em outra terra se fosse dessa forma. Referindo-se à Orquídea, Laura afirmou que Jonathan, o responsável por organizar a ocupação, era “muito maluco”, uma pessoa que fica “pulando de galho em galho” - em referência às várias ocupações nas quais ele está envolvido, mas sem nunca permanecer em nenhuma delas. Creditava a Jonathan e à sua falta de comprometimento com a permanência das ocupações agenciadas por ele a remoção da Orquídea.

No entanto, Laura e as demais mulheres presentes tinham clareza da desigualdade de poder entre as famílias que compunham as ocupações e a família proprietária de terras, com seus recursos, capital político e, muito concretamente, uma rede de segurança privada mobilizada para fazer valer seus interesses no território.

Em outubro de 2019, mais uma decisão favorável à família autorizou a derrubada das 16 casas restantes.

\*\*\*

As remoções são processos que não se encerram na perda da moradia. Tampouco são casos episódicos, acontecimentos de um único dia. Ao contrário, trata-se de processos violentos, que se arrastam ao longo do tempo, antes e depois do evento da remoção em si, envolvendo mudanças de vida nos mais amplos espectros. Trabalho, educação, família, redes

---

<sup>195</sup> Segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE, divulgada em outubro de 2019 e analisada por Guerreiro, Rolnik e Marino (2019), entre 2017 e 2018 os custos com habitação compuseram a maior parte das despesas de consumo da população urbana no país: 39,4% do orçamento familiar foi destinado à moradia. Ademais, as autoras apontam que há uma tendência de alta das despesas com habitação: “Enquanto na década passada as famílias residentes em área urbana com renda de até 2 salários mínimos – que atualmente correspondem a 23,9% do total de famílias no Brasil – já gastavam 41,8% das despesas de consumo com habitação (ou 39,2% da sua renda), a nova POF mostra que tais despesas hoje correspondem a altíssimos 44,4% das despesas com consumo (ou 41,2% da renda). Estes números estão acima, portanto, dos 30% da renda considerado como indicador máximo de comprometimento de renda nas políticas de moradia em todo o mundo.” Para o Estado de São Paulo o cenário é ainda pior: as famílias com renda de até 2 salários mínimos gastam 49,4% de seu orçamento com habitação, quer dizer, quase metade dos rendimentos familiares que, como se sabe, são cada vez mais inconstantes.

<sup>196</sup> Para mais informações, ver, por exemplo: MTST, 2018.

afetivas e de suporte são desfeitas nesse processo - é toda a estrutura de reprodução da vida que precisa ser reorganizada diante da remoção (LACERDA *et al.*, 2020).

No percurso dessa pesquisa, durante o qual circulamos pelas ocupações da zona norte de São Paulo ao longo de mais de quatro anos, testemunhamos a consolidação de muitos territórios, mas também a destruição de alguns deles. Foram processos que nos colocaram de frente com histórias de vida que se constituem sob a condição da transitoriedade permanente, na qual a chegada à ocupação representa mais uma tentativa de se estabelecer e de construir moradia para muitos indivíduos e famílias. São trajetórias de vida que não cabem no diagrama família-trabalho-casa própria que pautou as gerações anteriores (TELLES; CABANES, 2006; FELTRAN, 2011) e precisam ser compreendidas a partir de seus deslocamentos e pontos de ancoramento. Nessas configurações possíveis e provisórias, as redes sociais nas quais cada indivíduo está inserido, e por meio das quais circulam as informações e os recursos necessários para viabilizar o seu reposicionamento no território, refletem-se nas condições mais ou menos precárias da moradia a que cada um terá acesso.

Nesse sentido, as remoções podem ser compreendidas como as “zonas de turbulência” que atravessam trajetórias de vida, transformando-as (TELLES, 2010). Segundo a autora, as zonas de turbulência são formadas por eventos que representam pontos críticos, ou seja, momentos de inflexão que redefinem práticas sociais e agenciamentos cotidianos responsáveis pela sustentação das condições de reprodução da vida. São eventos que se estendem no tempo e no espaço, absorvidos pelo cotidiano dos indivíduos afetados, que precisam lidar com seus impactos - materiais e subjetivos - diariamente (DAS, 2020).

A remoção, ou a ameaça de remoção, forja-se como um evento urbano cada dia mais presente na trajetória das populações urbanas. A possibilidade de perder a moradia, seja por meio das remoções coletivas ou dos despejos individuais<sup>197</sup>, emerge como ameaça muito concreta para determinados indivíduos e territórios<sup>198</sup>. São vidas que se constituem em meio a

---

<sup>197</sup> Na linguagem popular, ‘despejo’ pode se referir a diferentes modalidades de expulsão de indivíduos e famílias de suas moradias, que podem envolver processos individuais ou coletivos, mais ou menos formalizados. Já no vocabulário técnico-jurídico, “despejo” faz referência ao procedimento judicial relativo às relações locatícias por meio do qual o locador rescinde o contrato e retoma a posse do imóvel. Ainda que a perda da moradia resultante da incapacidade de seguir arcando com os custos da moradia (em especial, do aluguel) seja um tema da ordem do dia em São Paulo e nas demais cidades brasileiras, o qual demanda maiores pesquisas e reflexões, aqui nos centramos nos processos de remoções coletivas. Para um debate sobre os despejos em São Paulo, ver, entre outros: UNGARETTI *et al.*, no prelo.

<sup>198</sup> Em suas formulações teóricas construídas desde a perspectiva do Sul Global, e do Oriente em particular (*‘southeastern’ perspective*), Yiftachel (2020) tem cunhado o conceito de “deslocabilidade” (*displaceability*) de modo a caracterizar um dos fundamentos da cidadania urbana contemporânea. Para o autor, a “deslocabilidade” refere-se à suscetibilidade de determinadas pessoas, grupos e atividades de sofrerem remoção, expulsão ou mesmo impedimento de acessar direitos e recursos urbanos - uma condição que estaria em expansão nos países da periferia global. Segundo o autor, o conceito de “deslocabilidade” expande o entendimento de deslocamento de um ato

deslocamentos constantes, em que as ocupações de terra podem ser mais um ponto de passagem-ancoramento (TELLES, 2017) até a próxima turbulência.

Quando situadas no tempo e no espaço, essas histórias singulares de remoção entrelaçam-se a processos sociais coletivos, e aquilo que poderia ser lido como um caleidoscópio de casos interessantes, para mobilizar os termos de Telles (2010), ganha estatuto analítico e se inscreve nas tramas urbanas e em suas temporalidades. É por aí que torna-se possível observar as linhas de força e os jogos de poder que estão postos nos territórios:

E são esses eventos que nos dão a cifra para apreender os campos de força operantes no mundo urbano, a trama das relações, de práticas, conflitos e tensões, enfim, a pulsação da vida urbana - a redistribuição de possibilidades, bloqueios, aberturas ou impasses que atravessam e individualizam cada história de vida, mas que também a situam em um plano de atualidade. (TELLES, 2010, p. 85).

Ou seja, além dos impactos da remoção sobre a subjetividade e as condições de vida de indivíduos e famílias, bem como sobre o tecido urbano, há uma dimensão fundamental que se impõe quando ela é situada nesse “campo de forças operantes no mundo urbano”: a remoção revela os registros das violências e violações de Estado contra as formas de vida daqueles e daquelas que vivem em suas *margens*. Trata-se de um processo que, em sua dimensão histórica e estrutural, deixa ver as engrenagens que continuamente reproduzem as desigualdades sociais e raciais que historicamente pautaram a construção da cidade. Entram aqui os agentes do Estado e os jogos com a lei que conformam a gestão diferencial dos ilegalismos, por onde se delimitam os territórios que permanecem e aqueles que serão destruídos. Também participam dessa dinâmica os usos que são feitos de seu aparato jurídico e militar, posto a serviço dos interesses de proprietários de terra, a despeito de todas as opacidades que cercam a forma “propriedade” por todo o país, em particular nessa região de fronteira urbana. Por fim, vislumbram-se como as políticas e os programas públicos são mobilizados como instrumentos de remoção, por vezes, em benefício de interesses privados (MOREIRA *et al.*, 2020).

Estas violências e violações se manifestam tanto nas várias formas pelas quais se impõe o deslocamento forçado quanto nos modos de reterritorialização que se constituem sob essa mesma lógica de insegurança e precariedade. As remoções nos permitem observar os processos que expulsam, mas a partir delas também somos lançadas a observar os processos de reposicionamento desses indivíduos nos territórios e os meios acionados para tanto.

---

político para uma condição sistêmica em que um poder espacial é exercido por meio da política, de suas legalidades e da violência.

### **7.3 A tessitura do mundo urbano e social em meio a contínuas destruições e reconstruções**

As cenas e micro-histórias descritas acima nos permitem afirmar: a outra face das ocupações de terra são as remoções forçadas. Todos os arranjos, negociações e acertos forjados em seu estabelecimento podem ruir, a qualquer momento, independentemente do investimento de tempo, de trabalho e de recursos materiais e de poder dedicados para garantir sua permanência e consolidação. Isso não significa afirmar, todavia, que um processo seja necessariamente condição do outro - não é possível fazer tal generalização. O que queremos argumentar aqui é que tampouco é possível compreendê-los de forma dissociada, visto que compõem os percursos habitacionais de uma significativa, e cada vez mais expressiva, parcela de pessoas que vivem na cidade de São Paulo - e, podemos afirmar, em muitas outras cidades no Brasil e no mundo.

Apesar de constituir um elemento histórico da produção do espaço urbano paulistano, as remoções são processos pouco conhecidos, fruto da “geografia da invisibilidade” produzida em torno do fenômeno (ROLNIK, 2015). As informações e reflexões sobre as remoções e ameaças são resultado do esforço e do trabalho de movimentos sociais, pesquisadores e pesquisadoras do urbano, organizações sociais, além dos próprios atingidos e atingidas. É todo um coletivo que busca quantificar, mapear e compreender estes processos de despossessão e seus efeitos sobre vidas e territórios, uma vez que não existem dados e informações oficiais sobre as remoções, quer sobre as promovidas pelo poder público, quer sobre as de agentes privados.

Nesse sentido, o trabalho de dar visibilidade às ameaças e remoções se constitui em uma importante tarefa de construção coletiva das evidências das violações e violências de Estado que se revelam a partir desses casos. Mesmo quando ocorrem em terrenos privados, revelam a contínua reprodução de um quadro de insegurança habitacional que submete indivíduos e famílias frente à inércia programada dos poderes públicos em prover as condições de acesso à moradia para todos e todas de maneira universal. Como nos mostra Milano (2016; 2017), o Poder Judiciário, com seus modos de operar diante dos conflitos fundiários, também compõe uma dimensão do Estado implicado ativamente na produção da insegurança habitacional da qual as remoções sistemáticas são parte.

O Observatório de Remoções (OR) é uma das iniciativas que buscam construir as remoções como objeto de pesquisa, de debate público e de incidência política. Estrutura-se como uma rede de pesquisa-ação que reúne laboratórios sediados em cinco cidades brasileiras

voltados à investigação do tema<sup>199</sup>. Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), o OR realiza o mapeamento, o monitoramento e a análise das ameaças e remoções coletivas desde 2012, de modo a dar visibilidade aos processos, ao mesmo tempo em que tenta incidir sobre eles. Ao longo de sua atuação, a rede do OR tem contribuído para a identificação dos grupos sociais mais atingidos e para a compreensão dos impactos sobre a vida da população removida. Além disso, vem construindo subsídios e reflexões que avançam no entendimento sobre a natureza dos processos, políticas e programas urbanos que promovem remoções (MOREIRA *et al.*, 2020).

Ao lançar luz sobre tais processos, suas engrenagens e os atores neles envolvidos, o trabalho do OR pode ser visto como:

[u]ma cartografia cognitiva que faz ver a dupla face da violência do Estado. A violência do Estado que recai sobre as pessoas, afetando seus mundos sociais, o entorno urbano, redes e artefatos dos quais dependem a vida e as formas de vida. Mas a violência do Estado também opera pela negação/recusa/ocultação/distorção das evidências tangíveis dessa violência e violação de direitos básicos. Essa negação não é apenas retórico-discursiva. Trata-se de práticas e procedimentos que mobilizam a maquinaria estatal para bloquear o acesso e a divulgação de informações, para produzir “evidências negativas”, para fabricar registros que ocultam mortes, execuções sumárias e violações de direitos. (TELLES *et al.*, 2020, p. 6).

Tal como o OR, existe hoje uma série de iniciativas e trabalhos, dentro e fora da academia, dedicados a construir as evidências das violências e violações de Estado relacionadas aos processos de ameaças e remoções de moradias, a partir de distintas abordagens e enfoques, em São Paulo e em várias cidades do país<sup>200</sup>. Diante disso, não é nosso objetivo aqui recuperar os pormenores de reflexões já amplamente realizadas, mas situar e enfatizar dois pontos relativos ao modo pelo qual as remoções foram tomadas nesta investigação: i. as remoções e sua histórica invisibilidade enquanto um registro das violências e violações de Estado que ativamente contribui para a destruição das condições de vida de determinadas populações, ao mesmo tempo em que oculta ou recusa tal padrão de atuação e; ii. sua vinculação com os processos de produção do espaço urbano, tais como aqueles que discutimos ao longo da tese, pois se trata de processos interconectados. É sobre este segundo ponto que focaremos a partir daqui.

Conforme os dados do OR, de janeiro de 2017 a dezembro de 2021, 37.278 famílias foram removidas e 223.767 estavam ameaçadas na RMSP (OBSERVATÓRIO DE

---

<sup>199</sup> Para mais informações sobre a rede, cf.: OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES, s.d.[b].

<sup>200</sup> Em São Paulo, o Observatório de Remoções tem produzido importantes pesquisas e reflexões sobre o tema, em boa parte reunidos nos relatórios de pesquisas bienais publicados pela rede. Cf. ROLNIK *et al.* (orgs.), 2017; LINS; ROLNIK (orgs.), 2018; MOREIRA *et al.* (orgs.), 2020.

REMOÇÕES, s.d.[a]). Diante da inexistência de dados oficiais e da invisibilidade histórica que cerca o fenômeno, este é um número consideravelmente subdimensionado. Ainda assim, dentre os casos de remoção identificados, a ação que mais expulsou indivíduos e famílias neste período foram as de reintegração de posse, ou seja, ações decorrentes de processo ajuizado por um terceiro (seja um ente público ou privado) reclamando a propriedade de uma área ocupada - tal como aquela que expulsou as famílias que viviam nas ocupações Brinco de Princesa, Boca de Leão e Orquídea.

Cabe lembrar que a questão fundiária no Brasil se configurou historicamente como elemento de constantes disputas e conflitos que a conformam. Muitos importantes trabalhos já se dedicaram a analisar os mecanismos que, ao longo da história, baniram ou restringiram o acesso à terra para determinados grupos sociais, penalizando, em particular, a população racializada<sup>201</sup>. Diante disso, de acordo com Milano (2016, p. 51), desde meados do século 19 - cujo marco é a Lei de Terras de 1850 - um enorme contingente de indivíduos “passaram a compor o mosaico da informalidade e da ilegalidade sob o qual se estrutura a malha fundiária brasileira”.

Isto é, a propriedade sobre a terra está longe de ser fato estabelecido e meramente burocrático. Sendo assim, ainda hoje é preciso interrogar os conflitos fundiários a partir deste quadro histórico de disputas, privilégios e banimentos em torno de seu acesso. Isto significa dizer que a discussão em torno da posse e da propriedade sobre a terra não é uma questão entre terceiros, mas um processo que reverbera as desigualdades sociais e raciais históricas que informaram a constituição do território brasileiro. É a terra que se mantém no centro do conflito social (MARICATO, 2008).

Por certo, as terras que são acessadas pelos grupos sociais mais vulnerabilizados (ou que são destinadas a eles) são, via de regra, aquelas que não interessam aos mercados imobiliários mais consolidados - são as encostas dos morros, as beiras dos córregos, as franjas da cidade. Contudo, isto não significa dizer que o acesso a elas não seja permeado por conflitos e disputas das mais ferozes, como buscamos descrever em detalhes ao longo da tese. Nas pequenos porções de terra remanescente em meio a bairros autoconstruídos ou naquelas que se abrem a partir de uma grande intervenção pública, como no caso do Rodoanel, constitui-se toda uma trama de atores que passa a disputar sua apropriação e transformação, inserindo-as nos mercados de terra e moradia que compõem as economias populares e as estratégias de

---

<sup>201</sup> Sobre o tema, ver, entre outros: MARTINS, 1981; HOLSTON, 2013; MILANO, 2016; MOREIRA, 2018.

reposicionamento no território de uma população que é continuamente posta em deslocamento, por processos dos mais variados.

Pois, se a remoção é um processo urbano presente na história da cidade de São Paulo, ela se combina com outros processos de despossessão que impõem o deslocamento forçado a um número crescente de indivíduos e famílias que, muitas vezes, vão chegar às ocupações de terra. Milano e Sá (2020) compreendem o deslocamento forçado como o resultado de uma série de situações de insegurança habitacional vivenciadas pelas populações urbanas que não se resumem às ações de remoção: podem ser resultado da incapacidade de arcar com os custos de aluguel ou com as parcelas do financiamento imobiliário, por exemplo, ou ainda serem decorrência da precarização do acesso a vínculos estáveis de moradia, que podem ser rompidos em diferentes circunstâncias.

Nesse sentido, as autoras argumentam que as remoções, compreendidas então de maneira ampla a partir do quadro de insegurança habitacional que compõem, são uma área epistêmica privilegiada para refletir sobre a produção desigual do espaço urbano. Posto que, de um lado, iluminam os atores e os variados processos urbanos que estão produzindo deslocamentos e, de outro lado, permitem apreender as estratégias acionadas pelos indivíduos que precisam recriar as condições e os modos de se reposicionar no território. Foi esse duplo movimento que tentamos descrever na primeira parte deste capítulo.

Oferecendo algumas chaves analíticas para refletir sobre os impactos destes processos, apoiamo-nos no par conceitual *displacement - emplacement*<sup>202</sup>, formulado por Ayse Çaglar e Nina Glick-Schiller (2018) para caracterizar as formas pelas quais o regime de acumulação por despossessão estaria transformando as cidades ao redor do mundo<sup>203</sup>. Fazendo as devidas mediações necessárias, este par conceitual pode ser mobilizado para refletir acerca da

---

<sup>202</sup> De modo a não perder todo o sentido contido no par de conceitos elaborado pelas autoras, optamos por mantê-los em inglês. Segundo as autoras, *displacement* se articula aos processos compreendidos dentro do quadro conceitual de acumulação por despossessão e faz referência aos variados processos por meio dos quais os indivíduos são despojados da terra, dos recursos e/ou das demais condições que garantem a reprodução da vida em seu sentido amplo, obrigando-os a se deslocar em busca de novas formas de sobrevivência. Já *emplacement* conecta dois processos: de um lado, a contínua reestruturação do espaço promovida por meio das redes multiescalares de poder e, de outro lado, os esforços pessoais realizados em meio às barreiras e oportunidades que as contingências dos locais oferecem para construir e reconstruir a vida a partir de redes de interconexão local, nacional, supranacional e global (ÇAGLAR; GLICK-SCHILLER, 2018, p. 19-21).

<sup>203</sup> As autoras formularam esses conceitos a partir de pesquisas voltadas para a experiência urbana de migrantes transnacionais em cidades médias de países do chamado Norte Global, considerando as redes e relações criadas por esses agentes, que não se encerram em comunidades étnicas. Ao contrário, como argumentam as autoras, condições semelhantes de precariedades urbanas podem ser compartilhadas por migrantes e não-migrantes. Com isso, as autoras inserem a questão migratória em um quadro analítico mais amplo, de modo a tensionar categorias-chave como “migrante”, “nacionalidade”, “global”, “local”, dentre outras. Ao construírem este quadro descritivo e analítico abrangente, as autoras nos oferecem uma chave analítica pertinente para pensar os processos que observamos por aqui, nos quais grupos sociais distintos, incluídos aí os migrantes transnacionais, compartilham a experiência urbana da remoção e da ocupação.

experiência de grupos sociais que se veem às margens, sociais e simbólicas, das cidades por todo o mundo, submetidos a constantes processos de deslocamentos<sup>204</sup>.

Ao identificarem o par *displacements - emplacements* como parte do processo de acumulação por despossessão, em diálogo com os trabalhos do geógrafo David Harvey (2004 apud ÇAGLAR; GLICK-SCHILLER, 2018), as autoras conectam os variados processos de despossessão, que não estão apenas relacionados à destruição da moradia, mas à precarização do trabalho, ao desmonte da seguridade social e à privatização dos direitos sociais, bem como ao aumento do endividamento, que se processa de formas distintas nos diferentes lugares do mundo, mas que afeta de maneira particular determinados grupos sociais. Tais elementos produzem outros processos por meio dos quais aqueles e aquelas que são deslocadas, física e socialmente, reconstroem suas relações e redes, inclusive se reposicionando no território. Para as autoras, *displacements* e *emplacements* visibilizam a interrelação entre estes processos de reestruturação do espaço e das relações sociais que, ao se desenvolverem, produzem a cidade.

Foi a partir deste duplo processo - de despossessão e de deslocamentos de um lado, e de reposicionamento, de outro lado, um engendrando e modulando o outro - que os processos em torno da formação e da gestão das ocupações de terra descritas ao longo da tese foram compreendidos.

A hipótese trabalhada aqui e em outros textos (LACERDA *et al.*, 2019; UNGARETTI *et al.*, 2020; LACERDA *et al.*, 2021) sobre o acirramento dos conflitos fundiários no extremo norte de São Paulo em decorrência das obras de implantação do Rodoanel foi formulada tendo em vista não apenas as ocupações das áreas remanescentes da obra, mas de todo o rearranjo socioterritorial que ela impôs sobre a região, inaugurando o que viemos chamando do ciclo de *remoção-ocupação-remoção* que tem transformado o território. Este ciclo teve início antes mesmo do início das obras, uma vez que as desapropriações e o reassentamento de famílias que não tiveram a propriedade sobre suas casas reconhecida já haviam colocado centenas de famílias em deslocamento forçado (ANGILELI, 2012; UNGARETTI, 2020). Famílias que

---

<sup>204</sup> Saskia Sassen (2016), por sua vez, trabalha o conceito de *expulsão* para lançar luz sobre as novas lógicas de desigualdade do capitalismo global, sob as quais uma quantidade crescente de pessoas, empresas e lugares são expulsos das ordens sociais e econômicas centrais nos dias atuais. Assim, não se trata somente de expulsões territoriais. Sob o conceito formulado pela autora encontram-se lógicas distintas por meio das quais se realizam as expulsões: desde os processos políticos de exclusão de trabalhadores de baixa renda e desempregados dos programas e políticas públicas de seguridade social às grandes intervenções de exploração de recursos minerais que deslocam pessoas e destroem territorialidades, por exemplo. Para a autora, ainda que muitos desses processos tenham raízes históricas, há um ganho de escala recente, cujo ponto de inflexão é localizado pela autora nos anos 1980. De modo a perseguir o que constrói como “tendências *conceitualmente* subterrâneas”, lógicas que conectam distintos lugares e processos, Sassen (2016, p. 14) propõe a abdicação de categorias analíticas consolidadas para que as pesquisas empíricas e as codificações conceituais ocorram juntas.



precisaram acionar outros arranjos para garantir seu restabelecimento no território, como as ocupações que passaram a ser formadas.

Essas novas ocupações, por sua vez, passaram a sofrer ameaças de remoção, seja por pessoas que reclamam a titularidade das áreas e ajuízam ações de reintegração de posse, seja por ações administrativas da subprefeitura, como visto quando do início da ocupação Forte Aliança, por exemplo. Muitas das novas ocupações, ademais, já foram removidas: entre janeiro de 2015 e fevereiro de 2021 identificamos ao menos 9 remoções realizadas em um raio de 2,5 quilômetros de determinado ponto do anel rodoviário - frente a 28 novas ocupações de moradia que foram estabelecidas no período e neste mesmo perímetro. Essa é apenas uma estimativa realizada com base na pesquisa desenvolvida junto aos territórios e na comparação de fotos aéreas disponíveis para o período. Ainda que subdimensionados, estes dados revelam um pouco da dinâmica que buscamos descrever: processos de remoção ensejam novas ocupações que, a seu turno, passam a ser ameaçadas e muitas vezes resultam em novas remoções, que podem dar origem a novas ocupações ou ao adensamento daquelas já existentes.

É por meio desses movimentos que as franjas urbanas da maior metrópole do país vão se constituindo: entre destruições e reconstruções que impactam e transformam o espaço e a vida de indivíduos e famílias. É dizer, os processos de formação dessas novas ocupações precisam ser postos em perspectiva tendo em vista o ciclo mais amplo do qual fazem parte, pautado por processos de remoção de territórios autoconstruídos, mais ou menos consolidados, que resultaram em centenas de pessoas postas em deslocamento de forma compulsória para dar lugar a pistas do Rodoanel. A estes grupos se somaram (e se somam) aqueles e aquelas que se veem em constante trânsito em função de processos variados de despossessão, que resultam em uma incapacidade dos indivíduos em arcar com os custos da moradia. Tais processos foram ainda acirrados diante das consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19 (LACERDA *et al.*, 2021; LACERDA; UNGARETTI, 2021).

Há todo um quadro de insegurança habitacional, portanto, diante do qual as ocupações figuram tanto como alternativa de moradia, quanto como um meio de sobrevivência que pode garantir uma renda extra - pela venda do lote, pela construção para fins de aluguel ou pela abertura de um comércio -, que se torna fundamental em uma conjuntura de empobrecimento, desemprego e desproteção social. Na contínua *viração* que sustenta os arranjos da vida, a terra e as rendas que podem ser extraídas de sua exploração constituem estratégia de sobrevivência ao mesmo passo em que se configuram como mais uma dentre as várias atividades que compõem as economias populares.

Mas é preciso identificar e compreender as várias escalas e modulações dos negócios que são travados em torno das ocupações, pois se o quadro de insegurança habitacional se expande e submete uma quantidade crescente de indivíduos e famílias que vêm na ocupação uma forma de lidar com tal insegurança, de diferentes maneiras, ele é também instrumentalizado pelos atores no território. A insegurança habitacional é um componente importante na produção dessas novas ocupações, onde alguns dos atores sociais envolvidos passam a explorar economicamente a necessidade crescente de moradia diante do encolhimento das possibilidades de acessá-la por outros meios (via mercados imobiliários mais consolidados ou por meio de políticas públicas). Distintos operadores de negócios nebulosos passam a atuar nessa brecha por meio da promoção de ocupação de terras e comercialização de lotes, em configurações que podem variar em termos de formas e condições de acesso à moradia que são criadas a partir de suas práticas, mas que, no geral, penalizam ainda mais aqueles que dependem das ocupações para morar. Nesses casos, observamos a captura de práticas e modos de morar populares por uma lógica de mercado predatória, na qual as estratégias de sobrevivência dos grupos sociais mais precarizados funcionam como fronteiras por onde avança o mercado e seus diferentes operadores.

É importante frisar que as fronteiras entre as lógicas de sobrevivência-necessidade-refúgio e de investimento-mercado-renda são pouco fixas e claras, pois sinalizam para uma ambiguidade que é constituinte das configurações socioterritoriais oriundas dessa conjuntura - uma ambiguidade que pode ser tomada a partir de diferentes pontos de vista. Mas, ainda que do ponto de vista analítico seja difícil traçar tais diferenças com precisão, de modo a distinguir o que é exploração econômica do que é estratégia de sobrevivência (se é que é possível fazer tal distinção de forma estática), no cotidiano dos territórios, as práticas e motivações dos atores são diferenciadas e mobilizadas de forma a categorizar as ocupações: as categorias *ocupação para morar* e *ocupação para fazer renda* são um exemplo dessa diferenciação que é operada cotidianamente. Uma categorização que, ainda que plástica posto que varia a depender do contexto e do interlocutor, indica determinadas nuances entre os territórios, bem como produz efeitos práticos sobre eles. E é nesse sentido, dos efeitos práticos das categorias empíricas e daquilo que elas nos sinalizam, que nos importava observá-las.

Em síntese: a expansão das fronteiras dos mercados informais, ilegais e ilícitos que acompanha o movimento de expansão do espaço urbano reconfigura as tramas sociais e os territórios de vida que se formam sob esse quadro de despossessão e precarização extensiva das condições de vida (TELLES, no prelo). Diante disso, a pergunta que se coloca aqui é: que

tramas sociais e urbanas são tecidas por essa lógica de precariedade, insegurança e transitoriedade permanente?

Não temos a pretensão de dar conta de responder a essa questão de forma definitiva, ainda que tal interrogação tenha informado nossas interpelações e inquietações ao longo de toda a pesquisa. Pois é esse movimento de pessoas vivendo em condição de insegurança habitacional que enseja ou, ao menos, fortalece, os processos de ocupação de terras como os que descrevemos ao longo da tese: territórios que se formam a partir da necessidade de morar de muitos dos indivíduos que chegam ali, mas que, ao mesmo tempo, figuram como fonte de recursos financeiros e de poder que são disputados por atores sociais diversos.

É por meio da composição entre essas duas dimensões, que aparecem dissociadas nos discursos públicos dos atores nelas envolvidos - a *ocupação para morar* em oposição a *ocupação para fazer renda* - que se estrutura não apenas a formação destes territórios, mas sua consolidação e a manutenção de sua ordem interna, ancorada na administração das necessidades e urgências da vida. Sendo assim, podemos argumentar que as remoções promovidas por entes públicos e privados em ações nas quais não são oferecidas alternativas habitacionais para a população atingida, compõem uma das dinâmicas urbanas que engendram a formação desses territórios, cujas precariedades passam a ser dispositivo de gestão e de negócios - econômicos e políticos - disputados por uma trama diversa de atores sociais, que dão os contornos particulares a cada território.

Como resultado, deparamo-nos com ocupações cada vez mais heterogêneas, onde tudo parece um tanto misturado: práticas em torno da apropriação e transformação da terra que reverberam outras lógicas de produção da moradia e da cidade - como aquelas oriundas dos movimentos sociais populares ou dos trabalhadores assalariados de meados do século 20 que deram origem aos loteamentos populares. São práticas que se dão, hoje, em meio a outros jogos de poder e de atores, em um mundo urbano profundamente distinto. São territórios nos quais as lógicas de sobrevivência, solidariedade e de mercado se compõem em diferentes escalas, mas não sem fricções. Territórios nos quais a presença de indivíduos relacionados ou lidos como vinculados à maior facção do país se verifica a partir de diferentes modalidades e intensidades, em um jogo de luz e sombras que nunca nos deixa ver por completo as medidas, formas e limites de sua inserção e incidência sobre o território e suas dinâmicas. Tudo isso é atravessado pelos acertos e desacertos do mercado político que se articula em torno da produção, permanência e gestão desses territórios, e por meio de acordos, subornos, práticas de extorsão ou de composição estabelecidas pelos agentes das forças da ordem.

Em relação, todas essas dimensões que se compõem dentro de um mesmo território embaçam as lentes por meio das quais estávamos acostumadas a interpelar o urbano e a política a partir das lutas e estratégias populares elaboradas em torno da moradia. Essa dificuldade para enquadrar processos urbanos que, por vezes, parecem tão familiares e, noutros casos, tão distantes, impõem desafios analíticos e políticos importantes para os quais essa pesquisa não tem respostas. No entanto, gostaríamos de nos deter sobre apenas um dos dilemas que estão postos.

De forma muito concreta, em alguns dos casos de ameaças e remoções de moradia que acompanhamos nos deparamos com situações nas quais, a depender das configurações do território então ameaçado, a defesa do direito de permanência de indivíduos e famílias pode representar a manutenção de relações de exploração econômica baseadas no uso da força: formas de acesso e de permanência no território que são mediadas e agenciadas por grupos criminais que exploram a necessidade de moradia e submetem indivíduos e famílias a relações de extorsão e violência. Esses mesmos grupos, quando se veem ameaçados (ou percebem que seus negócios estão ameaçados), mobilizam as redes de apoio que se estruturam em torno da luta contra a remoção como meio de garantir a manutenção do território e das relações de exploração nele baseadas. São diversos os negócios que se ancoram na gestão da precariedade e das urgências da vida a partir da exploração da terra, da promoção de ocupações para comercializar lotes e alugar moradia à oferta de serviços e provisão da infraestrutura necessária para a própria existência desses territórios.

De um lado, são famílias em situação de extrema vulnerabilidade para quem a remoção pode significar um arranjo ainda mais precário de moradia ou mesmo a ida para as ruas. De outro lado, a permanência daquele território pode representar a manutenção de cobranças de taxas e aluguéis extorsivos, ou de relações de venda de lotes e/ou barracos que são praticadas por determinados grupos com base na ameaça do uso da força, que exploram a urgência e a falta de alternativas daquelas famílias. Mas essas distinções não são tão evidentes ou estanques assim.

Estamos diante de configurações socioterritoriais que se estruturam em situações muito limiares, nas quais se embaçam as distinções entre estratégias de sobrevivência, de solidariedade e de exploração econômica. Como buscamos demonstrar ao longo da tese, nem sempre a cobrança de taxas em ocupações representa a exploração econômica dos ocupantes<sup>205</sup>,

---

<sup>205</sup> Vale reforçar, mais uma vez, que estamos pensando nas ocupações de terra que descrevemos ao longo da tese - distantes, portanto, daquelas organizadas por movimentos populares de moradia, nas quais a cobrança de taxas

posto que por vezes respondem a estratégias coletivas de transformação do território com o objetivo de sanar ou amenizar as condições de vida. Tampouco as trocas mercantilizadas em torno de casas e lotes significam necessariamente, e na escala das relações interpessoais, que haja exploração de um determinado grupo sobre os demais, pois elas podem ocorrer de forma difusa e fragmentada, compondo as estratégias de sobrevivência de indivíduos que fazem do lote ou da moradia um meio de garantir ou compor renda. Neste ponto, importava identificar a alavancagem política e econômica dos atores sociais envolvidos em tais práticas, bem como as escalas nas quais atuam, pois é a partir daí que torna-se possível diferenciar o *empresário* e o *traficante* de personagens como o Rei e seus pequenos negócios em torno da ocupação, por exemplo. São recursos (econômicos e de poder) e escalas distintas de atuação. Mas há ainda um terceiro elemento de diferenciação, que diz respeito à mobilização do uso da força nas relações em torno da terra e da moradia.

A presença “do PCC” ou “do tráfico” no território pode ter inúmeras gradações e exercer diferentes funções que rebatem de formas distintas sobre a formação e gestão desses territórios. Como já registrado pela bibliografia, o repertório do “mundo do crime” compõe os ordenamentos sociais que coexistem nos territórios enquanto mais um repertório de mediação de conflitos e de justiça acionado de forma difusa pelos indivíduos em seus acertos e desacertos cotidianos. Nas ocupações não é diferente. Mas em nossas investigações, observamos os homens do PCC atuando, também, como uma espécie de fiador nas relações mercantis estabelecidas em torno da terra. São relações que ocorrem em configurações socioterritoriais nas quais não há um regime de propriedade ou de direito de posse estabelecido e que, portanto, não apresenta mecanismos de mediação institucionalizados. O que significa dizer que é por meio do próprio descompasso entre os processos de produção do espaço e as normativas urbanas, que continuamente criam os espaços “fora” ou às *margens* do ordenamento social e urbano, que o PCC (ou os homens que se apresentam como tal) se posiciona como o árbitro dessas relações, um papel que é exercido com base no uso potencial ou efetivo da força.

Mas não é só isso. Há situações nas quais os agentes vinculados aos circuitos criminais aparecem não apenas como mediadores-fiadores desses negócios, como também ocupam uma posição de liderança na promoção de ocupações, fazendo da terra e da moradia mais uma frente de expansão de seus negócios. Trata-se de uma dimensão de sua presença com impactos muitos

---

possui papel e funções históricas que, recentemente, tornaram-se alvo e pretexto para a criminalização de tais movimentos (SANTOS; GUERREIRO, 2020).

concretos sobre as condições de vida que se estabelecem nos territórios com origem em suas práticas - impactos esses que ainda precisam ser melhor identificados e compreendidos.

Do que pudemos observar durante esses anos circulando pelas ocupações (e também pelos relatos que nos chegaram pelo Observatório de Remoções de diferentes regiões da cidade), tornou-se latente a conexão íntima entre determinadas formas de produção e gestão do espaço urbano popular com os circuitos dos mercados informais, ilegais e ilícitos. Esta conexão se estabelece de diferentes maneiras, seja por meio do trânsito dos atores e do repertório elaborado no âmbito desses mercados, seja pelos recursos econômicos que estes movimentam por meio de seus capilarizados circuitos urbanos que alimentam as economias populares. É nessa circulação de atores, de práticas e de recursos que os excedentes dos mercados informais, ilegais e ilícitos materializam-se nos territórios e por onde seus operadores passam a incidir sobre a gestão da ordem local.

Essas são questões que apenas começamos a identificar. Há um longo caminho de pesquisas a ser trilhado para que possamos avançar na compreensão e identificação das várias modalidades e contornos que assumem em cada contexto. Tais configurações diversas e conflituosas de muitas das ocupações recentes situadas nas fronteiras da cidade nos colocam questões relativas à tessitura do mundo urbano. Um mundo que está se constituindo em meio a uma conjuntura de precarização extensiva das condições de vida frente à expansão predatória dos mercados e dos grupos sociais atrelados a eles, em oposição a um encolhimento dos espaços institucionais de mediação e processamento de conflitos que configuram a crise da democracia na qual vivemos (TELLES, 2019)<sup>206</sup>. Trata-se de um mundo urbano e social que vai sendo tecido no tempo do presente imediato, a partir da contínua gestão (e exploração) das urgências da vida.

Sob essa lógica mercantil que se expande sobre todas as esferas da vida, o horizonte político é engolido pelo imperativo de negociações cotidianas - e nebulosas - estabelecidas com o objetivo de assegurar, minimamente, as condições de vida que se constituem nas *zonas cinzentas*, sempre perpassadas pela possibilidade de sua destruição. Essas negociações são travadas com os atores no território, agenciadores locais dos mercados que se estruturam em torno das - e que estruturam as - ocupações. Mas há também atores políticos, entre vereadores, deputados e funcionários da administração pública, que estão igualmente implicados nesse jogo político estabelecido entre privilégios, tolerância e repressão, entre o legal e o extralegal, que

---

<sup>206</sup> Informação fornecida por Telles na conferência “Gestão dos ilegalismos, governo das populações: redefinições sob a atual gramática da “guerra e paz””, proferida no III Simpósio de Antropologia: entre lo legal y lo ilegal, Monterrey, México, 2019.

se arma em torno desses territórios e a partir do qual a trama tecida entre o formal e o informal se compõe de forma sempre circunstancial, demarcando os territórios e suas fronteiras.

Por outro lado, nas distintas configurações socioterritoriais decorrentes das composições variadas entre essas múltiplas dimensões e suas formas de territorialização, há fricções e tensionamentos que as desestabilizam e as colocam em disputa. São diferentes processos de produção do espaço e modos de governo dos territórios que estão continuamente concorrendo e se acomodando em meio às relações e interações travadas situacionalmente. Trata-se, assim, de todo um campo de práticas em disputa que se arma em torno desses territórios em formação, permeado por tensões e fricções que podem dar origem a outros processos e configurações socioterritoriais, a depender das relações de força entre os atores envolvidos.

No prefácio do livro de Isabell Lorey (2016), Judith Butler abre seu texto com a afirmação de que a precariedade não é mais uma condição passageira ou episódica, mas uma nova forma de regulação que caracteriza nossa época histórica. É um regime de governo que se reflete em um modo hegemônico de ser governado e de governarmos a nós mesmos. Nesse sentido, a insegurança passa a ser a preocupação central dos sujeitos, o que, segundo a autora, pavimenta o caminho no qual a seguridade é construída como ideal político máximo. Em torno desse ideal, a precariedade passa a ser mobilizada como forma de governo tanto por meio das promessas de combatê-la, quanto das ameaças de prolongá-la. É por aí que, ainda segundo a autora, encontramos a resposta à questão política de como tornar os precários governáveis: por meio da gestão da insegurança. Para Butler (2016, p. 13), a precariedade tem um “sentido penetrante” de insegurança.

Butler (2018, p. 27) faz uma distinção entre a *condição precária* e a *precariedade*. A primeira refere-se a um traço do indivíduo, uma “verdade existencial” relacionada com a dependência dos indivíduos entre si e com as redes urbanas das quais depende a reprodução da vida - uma condição que é vivida de forma diferenciada a depender dos grupos sociais. Já a segunda alude aos processos politicamente produzidos, induzidos e reproduzidos por instituições governamentais e de mercado. São processos que submetem determinadas populações às consequências da deterioração de redes de apoio sociais, econômicas e materiais, subjugando-as à insegurança e à desesperança como condição de vida. Para a autora, vivemos um momento no qual um número crescente e diverso de populações estão sendo sujeitadas à *precarização*.

Nas ocupações de terra e nas populações que ali vivem e transitam estão contidos os registros dos vários processos por meio dos quais se realiza essa precarização extensiva das

condições de vida, bem como da insegurança que é mobilizada como elemento de gestão. Isso significa dizer que precariedade e insegurança passam a figurar como dimensões estruturantes da vida urbana.

Ao conceituar o indivíduo submetido à sua relação com os demais e com as redes materiais que sustentam as condições de reprodução da vida, Butler (2018) se afasta da noção de indivíduo do neoliberalismo. Em consequência, constrói um argumento que não trata apenas da defesa da “vida humana”, mas da defesa das redes materiais e imateriais que condicionam a vida humana e não humana<sup>207</sup>. Assim, a autora nos oferece uma chave de leitura pertinente para situar os processos narrados em torno da formação e consolidação das ocupações nesse quadro mais amplo de processos políticos que induzem à precarização das condições de vida para determinados grupos sociais por meio da destruição das redes sociais e materiais que sustentam a reprodução da vida.

Por outro lado, ainda de acordo com Butler, a precariedade é também um lugar de aliança entre os diferentes indivíduos que compartilham dessa situação, pois se mostra um ponto de articulação entre poder e resistência:

Na minha visão, essa perspectiva implica a necessidade de uma luta mais generalizada contra a precariedade, uma luta que surja de uma sensação experimentada de precariedade, vivida como uma morte lenta, uma noção danificada de tempo ou uma exposição não administrável à perda, ao prejuízo e à indigência arbitrários - essa é uma sensação experimentada ao mesmo tempo singular e plural. [...] O oposto da precariedade não é a segurança, mas a luta por uma ordem social e política igualitária na qual uma interdependência possível de ser vivida seja possível.” (BUTLER, 2018, p. 78).

Essa é uma discussão central para avançarmos na compreensão das complicações urbanas de nosso tempo e, acima de tudo, para aprendermos a lidar politicamente com elas. Nos limites desta tese e para as questões que estão postas aqui, relativas às ameaças e remoções que ocorrem sobre territórios precarizados, parece-nos que a única resposta ética e política possível nessa conjuntura é a de reafirmação do compromisso de construir e reafirmar os laços com indivíduos e famílias que são o objeto da “economia política da barbárie” na qual vivemos (MENEGAT, 2019 apud TELLES, no prelo), independentemente das configurações mais ou menos nebulosas nas quais estejam inseridos.

---

<sup>207</sup> “[...] exatamente porque os corpos são formados e sustentados em relação com apoios de infraestrutura (ou sua ausência) e redes sociais e tecnológicas ou teias de relações, não podemos retirar o corpo das relações que o constituem - e essas relações são sempre específicas, tanto econômica quanto historicamente. Então, quando dizemos que o corpo é vulnerável, estamos dizendo que ele é vulnerável à economia e à história.” (BUTLER, 2018, p. 162).



Nesses territórios onde se embaçam e se embaralham as práticas de sobrevivência, de solidariedade e também de exploração econômica, as tensões e fricções são constantes, permanentemente tensionando os acordos e arranjos que sustentam as microrregulações da vida cotidiana. É preciso estarmos atentas a tais tensionamentos, que são também espaços de possibilidades. É a defesa da vida e das possibilidades de vida como campo de luta a aposta coletiva que nos anima (TELLES *et al.*, 2020).

Isto é dizer: é preciso se manter nos territórios e dali buscar as bases em comum que nos permitam construir uma gramática política capaz de transitar pelas contradições estruturais que estão postas no mundo urbano nos dias de hoje. Não há receita ou resposta fácil, portanto, seja ela política ou analítica, mas é preciso estar presente nesses territórios, em diálogo com os indivíduos que ali vivem, buscando reinventar os modos de fazer política e de pensar a cidade junto a eles.

## REFERÊNCIAS<sup>208</sup>

ABÍLIO, Ludmila. **Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão**: trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo. Tese (Dissertação). Programa de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP, 2005.

ABÍLIO, Ludmila. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador *just in time* na periferia. **Contemporânea**, São Carlos, v. 11, n. 3, pp. 933-955, set.-dez. 2021. Dossiê “Alternativas Infernais: uma análise sociológica”.

AGIER, Michel. Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários. In: BIRMAN, P. *et al.*. **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ALVES, José Cláudio Souza. **Milícia**: um projeto político, econômico e social do crime organizado pelo Estado no Brasil. Ciclo de Debate Periferias Urbanas. In: TRAVESSIAS UFU, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B1hK5ZRehrQ&t=5190s>. Acesso em: 27 set. 2022.

ANGILELI, Cecília. **Chão**. Tese (Doutorado). Área de Concentração: Paisagem e Ambiente. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, Marcella. As obras urbanas, o tráfico de drogas e as milícias: quais são as consequências das interações entre o trabalho social e os mercados ilícitos?. **Journal of Illicit Economies and Development**, London, 1(2), 2019, pp. 54-66.

ARAÚJO, Marcella. Urbanismo miliciano, remoções públicas e fragmentação política. **Passa Palavra**, jul. 2022. Disponível em: <https://passapalavra.info/2022/07/144944/>. Acesso em: 27 set. 2022.

---

<sup>208</sup> De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

ARAÚJO, Marcella; CORTADO, Thomas. A Zona Oeste do Rio de Janeiro, fronteira dos estudos urbanos?. **Dilemas**: Revista de Estudos do Conflito e do Controle Social, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 1, jan.-abr. 2020, pp. 7-30. Dossiê “Tempo, Espaço e Sociabilidades na Zona Oeste”.

BARBOSA, Adoniran. Saudosa maloca [1951]. Intérprete: Demônios da Garoa. *In*: DEMÔNIOS DA GAROA. **Os Demônios em sambas infernais**. Odeon, 1961. Faixa 5.

BRASIL. Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana. *In*: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm). Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. *In*: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16766.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16766.htm). Acesso em: 10 mar. 2020.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BIONDI, Karina. **Proibido roubar na quebrada**: território, hierarquia e lei no PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferias**: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. São Paulo: FAU USP, 1979.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 7ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017.

BRENNER, Neil. Theses on Urbanization. **Public Culture**, Durham, 25 (1), p. 85–114, 2013.

BUTLER, Judith. Prefácio. *In*: LOREY, Isabell. **Estado de inseguridad**: gobernar la precariedad. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Mario Cesar. Caixa revela rede de propinas em São Paulo e envolve policiais. **Folha de S.Paulo**, 07 mar. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff07039901.htm>. Acesso em 1 dez. 2021

CEFAÏ, Daniel. Qué es la etnografía? Debates contemporáneos. Arraigamientos, operaciones y experiencias del trabajo de campo. **Persona y Sociedad**, Santiago do Chile, XXVII, n. 1, p. 101-119, 2013.

CONCLUSÃO de trecho norte do Rodoanel levará a gasto extra de até R\$ 1 bilhão. **Folha de S. Paulo**, 19 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/conclusao-de-trecho-norte-do-rodoanel-levara-a-gasto-extra-de-ate-r-1-bi.shtml>. Acesso em: 14 set. 2022.

CRIME organizado coordena invasões em áreas de mananciais de SP. **R7 Notícias**. São Paulo, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/crime-organizado-coordena-invasoes-em-areas-de-mananciais-de-sp-29062022>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ÇAGLAR, Ayse; GLICK-SCHILLER, Nina. **Migrants & City-Making**: Dispossession, Displacements & Urban Regeneration. Durham and London: Duke University Press, 2018.

DAL'BÓ, André; GUERREIRO, Isadora. As ocupações urbanas na macrometrópole paulistana: da potencialidade política ao amoldamento neoliberal. *In*: CANETTIERI, T.; PAOLINELLI, M.; CAMPOS, C.; VELLOSO, R. (org). **Não só quatro paredes e um teto**: uma década de luta nas ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2020, p. 403-431.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 14, nº 40, jun. 1999, p. 31-42.

DAS, Veena. The signature of the state. *In*: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Org.). **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, p. 225-252.

DAS, Veena. **Vidas e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs). **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

ENDO, Ananda. **Engrenagens punitivas nas ocupações do centro expandido de São Paulo: experiências de controle e punição nas trajetórias de vida e luta por moradia**. (No prelo).

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 3ª ed., 2017 [1987].

FELTRAN, Gabriel de Santis. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 15, n. 30, p. 11–50, 2007.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 53, nº 2, 2010.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**. Política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP: CEM: Cebrap, 2011.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH** [online], v. 27, n. 72, 2014, p. 495-512. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300004>. Acesso em: 12 jul. 2022.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Irmãos: Uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Subjetivação Política e Novos Agentes da Produção do Espaço Periférico [Comunicação em Debate]. **FAU-USP**. Organização: grupo de pesquisa Transborda, da Universidade Federal de São Paulo - Instituto das Cidades, 9 out. 2019.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Das prisões às periferias: coexistência de regimes normativos na “Era PCC”. **Revista Brasileira de Execução Penal**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 45-71, jul./dez. 2020.

FERRARA, Luciana. **Urbanização da natureza**: da autoprovisão de infraestruturas aos projetos de recuperação ambiental nos mananciais do sul da metrópole paulistana. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FERNANDES, Alan. **Violência e gestão da ordem social em Furnas-Tremembé**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, Universidade Federal de São Paulo, 2014.

FERNANDES, Adriana. Dois agenciamentos e uma ocupação de moradia. *In*: BIRMAN, P.; LEITE, M.P.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S.S. (orgs.) **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FISCHER, Brodwyn. **Historicizando a governança informal do Brasil no século XX**. *In*: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (Quartas Sociológicas). Transmitido em: 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OXksUEvaL-U&t=68s> . Acesso em 8 jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 20ª ed., 1999.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015. (Coleção obras de Michel Foucault).

GABINETE do Vereador Gilberto Natalini. A devastação da Mata Atlântica no Município de São Paulo (Dossiê). 2. ed., abr. 2020. Disponível em: [https://natalini.com.br/dev/wp-content/uploads/2020/04/FINAL\\_Dossie2\\_VersaoFinal.pdf](https://natalini.com.br/dev/wp-content/uploads/2020/04/FINAL_Dossie2_VersaoFinal.pdf). Acesso em 19 mai. 2022.

GAGO, Veronica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Elefante, 2018.

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **A expansão das milícias no Rio de Janeiro**: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll\\_expansao\\_milicias\\_RJ\\_FINAL.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_FINAL.pdf). Acesso em 27 set. 2022.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GODOI, Rafael. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. **Vivência**: Revista de Antropologia, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 46, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8777>. Acesso em: 12 jul. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GUERREIRO, Isadora. Removidos do Córrego do Bispo e agora sem receber o auxílio aluguel. **LabCidade**, São Paulo, mar. 2020a. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/removidos-do-corrego-do-bispo-e-agora-sem-receber-o-auxilio-aluguel/>. Acesso em 26 set. 2022.

GUERREIRO, Isadora. Como funciona o Auxílio Aluguel em São Paulo?. **LabCidade**, São Paulo, mar. 2020b. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/como-funciona-o-auxilio-aluguel-em-sao-paulo/>. Acesso em 24 junho 2022.

GUERREIRO, Isadora. Da posse à locação nos territórios populares da América Latina. **LabCidade**, São Paulo, out. 2020c. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/da-posse-a-locacao-nos-territorios-populares-da-america-latina/>. Acesso em 12 jul. 2022.

GUERREIRO, Isadora. O aluguel como gestão da insegurança habitacional: possibilidades de securitização do direito à moradia. **Cadernos Metrôpoles** [online], São Paulo, v. 22, n. 49, p. 729-756, set-dez 2020d. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4904>. Acesso em 24 jun.2022.

GUERREIRO, Isadora; ROLNIK, Raquel; MARÍN-TORO, Adriana. Gestão neoliberal da precariedade: o aluguel residencial como nova fronteira de financeirização da moradia. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 451-475, mai.-ago 2022.

GUERREIRO, Isadora; MARINO, Alu zio; ROLNIK, Raquel. Custos urbanos, especialmente com moradia, comprometem renda das famílias. **LabCidade**, São Paulo, 11 out. 2019. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/custos-urbanos-especialmente-com-moradia-comprometem-renda-das-familias/>. Acesso em 26 set. 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, 1995, p. 07-42.

HERLING, Tereza. **A floresta em São Paulo, a cidade na Cantareira**: fronteiras em transforma o. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

HIRATA, Daniel; MAGALHÃES JR, José César. TELLES, Vera. Ao lado, o outro lado: veredas incertas. *In*: TELLES, V.; CABANES, R. (orgs.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associa o Editorial Humanitas, 2006.

HIRATA, Daniel. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. Tese (Doutorado). Programa de Pós Gradua o em Sociologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HIRATA, Daniel. Ilegalismos. *In*: LIMA, S. *et al.* [Orgs]. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 97-104.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjun es da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IACOVINI, Rodrigo Faria Gonçalves. **Rodoanel Mario Covas**: atores, arenas e processos. Disserta o (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.



KOWARIK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LABORATÓRIO JUSTIÇA TERRITORIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Cartografias do acesso à água na pandemia da Covid-19**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://aguaemoradia.pesquisa.ufabc.edu.br/cartografias-do-acesso-a-agua-na-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em 27 set. 2022.

LACERDA, Larissa. Ação de reintegração de posse na Zona Norte deixa 1200 famílias sem casa. **LabCidade**, São Paulo, 6 dez. 2019. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/acao-de-reintegracao-de-posse-na-zona-norte-deixa-1200-familias-sem-casa/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

LACERDA, Larissa; UNGARETTI, Débora; MOREIRA, Fernanda Accioly; RIBAMAR, Thamires. “Conflito, produção e gestão dos territórios populares: repertórios do extremo norte de São Paulo”. *In*: MOREIRA, Fernanda Accioly; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula Freire (Org.). **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares**. 1. ed. São Paulo: FAUUSP, 2020, v. 1, p. 327-363.

LACERDA, Larissa; GUERREIRO, Isadora; SANTORO, Paula Freire. Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino. **LabCidade**, São Paulo, 22 abr. 2021. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/>. Acesso em 30 set. 2022.

LACERDA, Larissa; UNGARETTI, Débora; MOREIRA, Fernanda Accioly; PECORAL, Guilherme; TERRON, Julia; ROLNIK, Raquel. A cabeça pensa onde os pés pisam: da miopia normativa sobre as periferias urbanas. **LabCidade**, São Paulo, 21 set. 2021. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/a-cabeca-pensa-onde-os-pes-pisam-da-miopia-normativa-sobre-as-periferias-urbanas>. Acesso em 30 set. 2022.

LACERDA, Larissa.; UNGARETTI, Débora. Para cada remoção, uma nova ocupação. **LabCidade**, São Paulo, 10 nov. 2021. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/para-cada-remocao-uma-nova-ocupacao/>. Acesso em 30 set. 2022.

LACERDA, Larissa; UNGARETTI, Débora; FURTADO, Martim; SANTORO, Paula. Periferias contemporâneas: territórios populares nas franjas da zona norte paulistana. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 2019, Natal. **Caderno de Resumos do XVIII ENAPUR**. Natal: ANPUR, 2019. Disponível em: [http://anpur.org.br/xviiienganpur/wp-content/uploads/2019/05/Caderno\\_de\\_Resumos\\_ENANPURXVIII.pdf](http://anpur.org.br/xviiienganpur/wp-content/uploads/2019/05/Caderno_de_Resumos_ENANPURXVIII.pdf). Acesso em: 27 jul. 2022.

LACERDA, Larissa.; MOREIRA, Fernanda Accioly. ; UNGARETTI, Débora. Estado e informalidade urbana: As transformações socioterritoriais no extremo norte da metrópole paulistana. In: COUTINHO, Diogo R.; PROL, Flávio Marques; UNGARETTI, Débora; MIOLA, Iagê Z.; FERRANO, Tomaso (Org.). **Propriedades em transformação 2: expandindo a agenda de pesquisa**. v. 2, 1. ed., São Paulo: Blucher Open Access, 2021b, p. 55-80.

LACERDA, Larissa. **Conflitos e disputas pela mercantilização de territórios populares: o caso da favela do Vidigal**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), Rio de Janeiro, 2016.

LATOURE, Bruno. FAKTURA: da noção de rede à de vinculação. In: MICOUD, André; PERONI, Michel (org.). **Ce qui nous relie**. Editions de l'Aube, La Tour d'Aigues, p. 189-208 2000.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

LASCOUMES, Pierre. L'illégalisme, outil d'analyse. **Sociétés et Représentations**, Paris, n° 3, p.78-84, 1996.

LEITE, Fabiana. Polícia indícia ex-assessores de vereador por receber propina. **Folha de S.Paulo**. 26 out. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u13081.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2022.

MALLART, Fábio; RUI, Taniele. Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas. **Ponto Urbe** [Online], São Paulo, n. 21, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/3620>; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.3620>. Acesso em 26 jun. 2022.

MALLART, Fábio; GODOI, Rafael. Vidas matáveis: morte em vida e morte de fato. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ed. 100, 2 out. 2017, Série especial: A barbárie contemporânea. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/vidas-mataveis-morte-em-vida-e-morte-de-fato/>. Acesso em 27 de julho de 2022.

MARIANO, Ricardo. Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da Religião - REVER**, São Paulo, dez. 2008, pp. 68-95.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2ª ed, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. O nó da terra. **Revista Brasileira de Direito Ambiental**, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2008/07/14/o-no-da-terra-artigo-de-erminia-maricato/>. Acesso em: 21 set. 2022.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 3 ed. 1986.

MARQUES, Eduardo Cesar; BICHIR, Renata Mirandola. Investimentos públicos, infraestrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 27, n. 42, p. 9-30, 2001.

MARQUES, Eduardo. A metrópole de São Paulo no século XXI. **Revista USP**, São Paulo, n. 102, pp. 23-32, jun-ago. 2014.

MARQUES, Vagner Aparecido. **O irmão que virou irmão: rupturas e permanências na conversão de membros do PCC ao pentecostalismo na Vila Leste - SP**. Tese (Dissertação -

Programa de Estudos Pós Graduated em Ciência da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. **Descentralização e subprefeituras em São Paulo: experiência da gestão 1989-1992 da Prefeita Luiza Erundina de Souza**. São Paulo: FAU USP, novembro de 1997.

MEMÓRIA GLOBO, Escândalo da Máfia dos Fiscais, **Globo**, Rio de Janeiro, 28 out. 2021. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/escandalo-da-mafia-dos-fiscais/noticia/escandalo-da-mafia-dos-fiscais.ghtml>>. Acesso em 1 dez. 2021.

MILANO, Giovanna. **Conflitos fundiários urbanos e Poder Judiciário: decisões jurisdicionais na produção da segregação socioespacial**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 2016.

MILANO, Giovanna. Conflitos fundiários urbanos no Poder Judiciário: estratégias discursivas no fundamento das decisões. **Revista de Direito da Cidade**, UERJ, Rio de Janeiro, v.9, n.4, 2017, p. 2047-2071.

MILANO, Giovanna; SÁ, Júlia. Propriedade e violência: uma análise das remoções forçadas na Zona Leste de São Paulo (2017-2020). *In*: MOREIRA, F.; ROLNIK, R; SANTORO, P. (Orgs.). **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares**. Observatório de remoções, relatório bianual 2019-2020. São Paulo: FAUUSP, 2020.

MISSE, Michel. O Rio como bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime da violência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 211-228, 2006.

MISSE, Michel. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 35, n. 2, 2010 (Dossiê Segurança Pública).

MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre; BIRMAN, Patrícia; PEREIRA, Pedro Paulo; FELTRAN, Gabriel; MALVASI, Paulo. Entre palavras e vida: um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. Entrevista com Veena Das. **Dilemas** - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 2, abr/mai/jun 2012, p. 335-356.

MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. **A desconfiança política e seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Edusp, 2013.

MONTEIRO, Poliana; MEDEIROS, Mariana; NASCIUTTI, Luiza. Insurgência feminina: ética do cuidado e a luta contra a remoção. *In*: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2017, São Paulo. **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, São Paulo: FAUUSP, 2017

MOREIRA, Fernanda Accioly. **Terras de exclusão, portos de resistência: um estudo sobre a função social das terras da União**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MOREIRA, Fernanda Accioly. **A expansão urbana de São Paulo e a ocupação do território ao norte da várzea do Tietê: o que mudou nos processos de produção do território popular em um século?**. Relatório de Pós-Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2019.

MOREIRA, Fernanda Accioly; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula. (Org). **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares**. Observatório de Remoções: Relatório Bianual 2019-2020; 2020.

MTST. Ocupação Marielle Vive, em Pirituba, SP, tem sua maior assembleia até aqui. **MTST**, São Paulo, 8 out. 2018. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/ocupacao-marielle-vive-em-pirituba-sp-tem-sua-maior-assembleia-ate-aqui/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

NAKANO, Kazuo. Estimativa da população vulnerável a perdas habitacionais residentes na região metropolitana de São Paulo. *In*: MOREIRA, F.; ROLNIK, R; SANTORO, P. (Orgs.). **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares**. Observatório de remoções, relatório bianual 2019-2020. São Paulo: FAUUSP, 2020.

NITAHARA, Akemi. Percentual de famílias com dívidas a vencer atinge recorde de 78%. **Agência Brasil**, 08 ago. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-08/percentual-de-familias-com-dividas-vencer-atinge-recorde-de-78>. Acesso em: 08 ago. 2022.

OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES. Mapeamento Colaborativo RMSP. **LabCidade**, s.d.[a] Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/mapa-denuncias>. Acesso em: 13 jul 2022.

OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES. Observatório de Remoções. **LabCidade**, s.d.[b] Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/observatorio-de-remocoas/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

ONU. Comentário Geral nº 7 adotado pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, 1997. Trata do direito à moradia adequada e de despejo forçado. *In*: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Disponível em: [https://www.mpf.mp.br/pfdc/temas/legislacao/internacional/ComentarioGeral7\\_DESC/view](https://www.mpf.mp.br/pfdc/temas/legislacao/internacional/ComentarioGeral7_DESC/view). Acesso em: 15 jan. 2020.

PAGNAN, Rogério; MOREIRA, Matheus. PCC adota tática de milícias do Rio e avança sobre invasões de imóveis em SP. **Folha de SP**, São Paulo, 12 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/pcc-adota-tatica-de-milicias-do-rio-e-avanca-sobre-invasoes-de-imoveis-em-sp.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PAIN, Rachel. Chronic urban trauma: The slow violence of housing dispossession. **Urban Studies**, 56 (2), 385–400, 2019.

PASTERNAK, Suzana. Loteamentos irregulares no Município de São Paulo: uma avaliação espacial urbanística. **Revista planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 34 | jan./jun. 2010.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PETROCILO, Carlos. Vereador pede abertura de CPI para investigar empresas de ônibus em SP. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 10 jan. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/vereador-pede-abertura-de-cpi-para-investigar-empresas-de-onibus-em-sp.shtml>. Acesso em: 14 mar. 2022.

PIRES, Lenin. HIRATA, Daniel. MALDONADO, Salvador. Apresentação: Mercados Populares, Ilegalismos e suas Regulações pela Violência. **Antropolítica** - Revista Contemporânea de Antropologia, Rio de Janeiro, n. 50, pp. 7-31, jul.-set. 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Emendas parlamentares de 2021**. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/casa\\_civil/Emendas%202021%20-%20Casa%20Civil\(3\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/casa_civil/Emendas%202021%20-%20Casa%20Civil(3).pdf). Acesso em: 14 mar. 2022

RAVENA SETE; MC CAIO GR. Invasão, 2021. Favela é Ouro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D4Ss9GqOQT4>. Acesso em:

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RAMALHO, Clair. Da Serra Pelada ao Jardim Filhos da Terra. In: **Museu da Pessoa**, 2015. Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/da-serra-pelada-ao-jardim-filhos-da-terra-99038>. Acesso em 12 out. 2022.

ROLNIK, Raquel; BONDUKI, Nabil. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2ª ed, 1982.

ROLNIK, Raquel *et al* (Org.). **Regularização fundiária sustentável: conceitos e diretrizes**. Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 29-41, 1989.

ROLNIK, Raquel. Urbanização a conta-gotas. **Versus** - Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 2, p. 28-30, 2009.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 1ª ed, 2015.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. **Indisciplinar**, Minas Gerais, n. 5(1), p. 18-43, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32741>. Acesso em 14 mar. 2020.

ROLNIK, Raquel. **São Paulo**: o planejamento da desigualdade. São Paulo: Fósforo, 2022.

ROLNIK, Raquel, COMARU, Francisco, LEITÃO, Karina, LINS, Regina Dulce (Coord). **Relatório Final de Projeto**. Observatório de Remoções 2015-2017. São Paulo: FAUUSP, 2017.

ROY, Ananya. Urban informality: Toward an Epistemology of Planning. **Journal of the American Planning Association**, U.S., spring, vol 7, nº 2, p. 147-158, 2005.

ROY, Ananya. Cidade favelada: repensando o urbanismo subalterno. **Revista Eletrônica E-metropolis**, Rio de Janeiro, n. 31, ano 8, s. p., dez. 2017.

ROY, Ananya. The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory. **Regional Studies**, Vol. 43: 6, pp. 819-830, july 2009.

SABESP. Água Legal. *In*: **SABESP**, s.d.. Disponível em: <https://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=779>>. Acesso em 26 jul. 2022.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, fala e luta dos trabalhadores na Grande São Paulo, 1970-80. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.



SALLE, Gregory. De l'illégalisme à la gestion différentielle des illégalismes: retour sur un concept. **Materiali Foucaultiani**, vol. III, n. 5-6, 2014, pp. 307-322.

SANT'ANNA, Emílio. Acampados do Rodoanel: sem-teto avançam ao lado de operários. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 07 mai. 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1625799-mtst-constroi-barracos-em-invasao-ao-lado-do-canteiro-de-obras-do-rodoanel.shtml>. Acesso em: jan. 2020.

SANTORO, Paula Freire; ROLNIK, Raquel. Novas frentes de expansão do complexo imobiliário-financeiro em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 39, 2017.

SANTORO, Paula. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. *In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 2008, Caxambu-MG. **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu-MG: ABEP, 2008.

SANTOS, Renato; GUERREIRO, Isadora. Ocupações de moradia no centro de São Paulo: trajetórias, formas de apropriação e produção populares do espaço – e sua criminalização. *In: MOREIRA, F.; ROLNIK, R; SANTORO, P. (Orgs.). Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares*. Observatório de remoções, relatório bianual 2019-2020. São Paulo: FAUUSP, 2020.

SÃO PAULO [MUNICÍPIO]. Ordem Interna do Prefeito nº 3 de 8 de julho de 2008. Uniformiza procedimentos fiscalizatórios das ocupações e dos parcelamentos irregulares implantados no Município. *In: PREFEITURA DE SÃO PAULO*. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/ordem-interna-prefeito-pref-3-de-08-de-julho-de-2008>. Acesso em 14 nov. 2022.

SÃO PAULO [MUNICÍPIO]. Decreto nº 54.213 de 14 de agosto de 2013. Dispõe sobre a transferência de parte das atribuições das Secretarias Municipais de Licenciamento – SEL e de Habitação – SEHAB, para as Subprefeituras. *In: LEIS MUNICIPAIS*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2013/5422/54213/decreto-n-54213-2013-dispoe-sobre-a-transferencia-de-parte-das-atribuicoes-das-secretarias-municipais-de-licenciamento-sel-e-de-habitacao-sehab-para-as-subprefeituras-e-da-providencias-correlatas>

[altera-dispositivos-dos-decretos-n-32329-de-23-de-setembro-de-1992-e-n-49969-de-28-de-agosto-de-2008](#). Acesso em: 10 mar. 2020.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro - São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCIRÉ, 2009. **Consumo popular, fluxos globais**: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza. (Dissertação)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Central de Vagas de Acolhimento Institucional e Familiar, s.d.. *In*: PREFEITURA DE SÃO PAULO. [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/central\\_de\\_vagas/index.php](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/central_de_vagas/index.php). Acesso em: 18 jul. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Centro Municipal de Adoção de Cães e Gatos, s.d. *In*: PREFEITURA DE SÃO PAULO. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia\\_em\\_saude/control\\_de\\_zoonoses/](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_em_saude/control_de_zoonoses/). Acesso em 18 jul. 2022.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública** [online], Campinas, v. 18, n. 2, 2012, p. 399-426. Acesso em: 12 jul. 2022.

TELLES, Vera. HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, 173-191, 2007.

TELLES, Vera. HIRATA, Daniel, 2010. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 22, n. 2, 39-59, 2010.

TELLES, Vera. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. *In*: TELLES, V, CABANES, R (Orgs). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Ed. Humanitas, 2006a.

TELLES, Vera. Debates: a cidade como questão. *In*: TELLES, V, CABANES, R (Orgs). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Ed. Humanitas, 2006b.

TELLES, Vera. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos Estudos CEBRAP** [online], São Paulo, nº 84, p. 153-173, jul. 2009.

TELLES, Vera. Ilegalismos e jogos de poder. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 38-58, 2010.

TELLES, Vera. Fronteiras da lei como campo de disputa: jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. *In*: AZAIS, C; KESSLER, G; TELLES, V. (Orgs). **Ilegalismos, cidade e política**. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2012.

TELLES, Vera. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 2, pp. 359-373, jul-dez 2013 (Dossiê Fronteiras Urbanas).

TELLES, Vera. Gestion de la violence ou gestion (disputée) de l'ordre? Interrogations à partir d'une étude sur le marché de la drogue à São Paulo. **L'Ordinaire des Amériques** [En ligne], n. 216, 2014, mis en ligne le 11 juillet 2014: <http://orda.revues.org/1120>. Acesso em: 14 mar. 2020.

TELLES, Vera. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflito. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, vol. 46, n. 1, p. 15-41, jan-jun 2015.

TELLES, Vera. Espaço urbano em tempos de urgência: ressonâncias. *In*: REDONDO, T. (Org). **Do guia para os habitantes da cidade**. Poemas e comentários. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

TELLES, Vera; SANTOS, Renato; LACERDA, Larissa ; AGUIAR, Ana Lúcia ; CORTES, Tiago; RAMACHIOTTI, Bruna; ARAUJO JUNIOR, Diego; SAMPAIO, Leandro; QUINTANILHA, Karina; PERSEGUIM, Daniel; BRITO, Juliana. (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. **Revista Dilemas**, IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, v. 59, p. 1-13, 2020.

UNGARETTI, Débora; LACERDA, Larissa; FURTADO, Martim. Flor de Maio: reintegração de posse na Zona Norte deixa 250 famílias sem casa. **LabCidade**, São Paulo, 1 ago. 2018. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/flor-de-maio-reintegracao-de-posse-na-zona-norte-deixa-250-familias-sem-casa/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

UNGARETTI, Débora; MOREIRA, Fernanda Accioly; LACERDA, Larissa; RIBAMAR, Thamires. Conflito, produção e gestão dos territórios populares: repertórios do extremo norte de São Paulo. *In*: MOREIRA, F.; ROLNIK, R; SANTORO, P. (Orgs.). **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares**. Observatório de remoções, relatório bianual 2019-2020. São Paulo: FAUUSP, 2020.

UNGARETTI, Débora. **Desapropriações, complexo imobiliário financeiro e despossessões na São Paulo contemporânea**. Memorial de qualificação (Doutorado Direto). São Paulo: FAUUSP, 2021.

UNGARETTI, Débora; MOREIRA, Fernanda Accioly; LACERDA, Larissa; MATEO, Luiza; MENDONÇA, Pedro Rezende. **De la máquina de desalojos a los desalojos invisibles: lecturas sobre la crisis del alquiler en São Paulo (2013-2021)**, 2023. No prelo.

USINA-CTAH. **Usina**: entre o projeto e o canteiro. São Paulo: CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/LivroGrupoUsina.pdf>. Acesso em 9 ago. 2022.

VALLADARES, Lícia do Prado; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Olhares sociológicos sobre o Brasil urbano: uma visão a partir do UrbanData-Brasil. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 60-83.

VICTORIANO, Marcia. **Direito a uma feliz-cidade**. Jardim Felicidade: à espera do urbano. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

YIFTACHEL, Oren. Theoretical Notes On `Gray Cities': the Coming of Urban Apartheid?. **Planning Theory**, U.S., vol. 8, issue 1, february, p. 88-100, 2009a.

YIFTACHEL, Oren. Critical theory and gray space: mobilization of the colonized. **City**, U.S./U.K, vol. 13, n° 2-3, jun-set 2009b.

YIFTACHEL, Oren. From displacement to displaceability: A southeastern perspective on the new metropolis. **City**, U.S./U.K, 2020, p. 1-15.